



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

KAROLLINY JOALLY DAS NEVES MIRANDA

**O DEBATE SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS NO *MULHERIO*
(1981-1988): A LUTA DAS MULHERES POR POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO
FAMILIAR E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO CONTEXTO DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA**

CAMPINA GRANDE

2024

KAROLLINY JOALLY DAS NEVES MIRANDA

**O DEBATE SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS NO *MULHERIO*
(1981-1988): A LUTA DAS MULHERES POR POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO
FAMILIAR E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO CONTEXTO DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, com área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

Linha II – História, Cultura e Identidades.

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão

CAMPINA GRANDE

2024

KAROLLINY JOALLY DAS NEVES MIRANDA

**O DEBATE SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS NO *MULHERIO*
(1981-1988): A LUTA DAS MULHERES POR POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO
FAMILIAR E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO CONTEXTO DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada em 29 de setembro de 2023, com conceito Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão (PPGH/UFCG)
(Orientadora)

Prof. Dr. José Luciano Queiroz Aires (PPGH/UFCG)
(Examinador Interno)

Profª. Dra. Bárbara Araújo Machado (CAp/UERJ)
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack (PPGH/UFCG)
(Examinador Suplente Interno)

Profª. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGCS-UFCG)
(Examinadora Suplente Externa)

CAMPINA GRANDE

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 18h00 (dezoito) do dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), através de sala de videoconferência do mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Karolliny Jolly das Neves Miranda**, intitulada: "O debate sobre direitos reprodutivos no Mulherio (1981-1988): A luta das mulheres por políticas de planejamento familiar e pela legalização do aborto no contexto da transição democrática brasileira", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Michelly Pereira de Sousa Cordão - Orientador(a), José Luciano Queiroz Aires- Examinador(a) Interno(a), Bárbara Araújo Machado - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e a Coordenadora do PPGH Michelly Pereira de Sousa Cordão, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A banca destacou a relevância acadêmica e política do tema, a qualidade da escrita e segurança teórica da mestranda e recomenda a continuidade da pesquisa em nível de doutorado. Sugere a divulgação ampla da pesquisa.

Lista de Presença

Orientador(a)	Michelly Pereira de Sousa Cordão	 Documento assinado digitalmente MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDAO Data: 29/09/2023 20:38:31-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
Examinador(a) Interno(a)	José Luciano Queiroz Aires	 Documento assinado digitalmente JOSE LUCIANO DE QUEIROZ AIRES Data: 03/10/2023 11:32:10-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
Examinador(a) Externo(a)	Bárbara Araújo Machado	 Documento assinado digitalmente BARBARA ARAUJO MACHADO Data: 30/09/2023 16:52:33-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	 Documento assinado digitalmente YAGGO FERNANDO XAVIER DE AQUINO Data: 03/10/2023 17:07:27-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br
Coordenadora	Michelly Pereira de Sousa Cordão	 Documento assinado digitalmente MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDAO Data: 03/10/2023 11:36:31-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br

Campina Grande-PB, 29 de setembro de 2023.

M672d

Miranda, Karolliny Joally das Neves.

O debate sobre direitos reprodutivos no mulherio (1981-1988): a luta das mulheres por políticas de planejamento familiar e pela legalização do aborto no contexto da transição democrática brasileira / Karolliny Joally das Neves Miranda. – Campina Grande, 2024.

214 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão".

Referências.

1. Movimento Feminista Brasileiro – História. 2. Direitos Reprodutivos – História – Brasil. 3. Mulherio (1981-1988). 4. Planejamento Familiar. 5. Legalização do Aborto. I. Cordão, Michelly Pereira de Sousa. II. Título.

CDU 305-055.2(81)(09)(043)

RESUMO

O tema desta dissertação de mestrado é a luta das mulheres por direitos reprodutivos no Brasil ao longo da década de 1980, momento em que ocorreu a chamada transição democrática. O objetivo é estudar a forma com que as feministas do jornal *Mulherio* (1981-1988) promoveram o debate de pautas historicamente ligadas à luta por direitos reprodutivos. O recorte temporal da pesquisa corresponde ao período de duração do jornal, de 1981 a 1988. No decorrer do processo de pesquisa, analisamos a inserção desta produção na trajetória da imprensa feminista brasileira produzida nas últimas décadas do século XX. Pudemos compreender, assim, o tipo de feminismo defendido pelas mulheres que escreviam nessa publicação, os temas abordados em suas páginas e a complexa relação estabelecida entre ela e os seus financiadores, em particular, com a Fundação Ford (FF). Através de dados elaborados a partir de nossas análises, estudamos, também, a presença de temáticas associadas à reprodução nas edições do jornal, destacando as pautas mais abordadas e a posição social das autoras das matérias. A análise nos permitiu identificar as limitações de uma perspectiva etno-racial e classista nas matérias produzidas. Por fim, analisamos, particularmente, a abordagem feita pelo *Mulherio* da luta por políticas de planejamento familiar e pela legalização do aborto. Tal feito nos permitiu resgatar o protagonismo das mulheres no contexto da redemocratização, dando destaque às tensões no interior do movimento feminista brasileiro. Além disso, pudemos mostrar que as pautas feministas também compunham os diferentes projetos de democratização social que dividiam o cenário naquele momento da história do Brasil. A metodologia utilizada na pesquisa foi a da análise de jornais e o nosso embasamento teórico se fundamenta em autoras como Angela Davis (2016), Nancy Fraser (2009), Silvia Federici (2017, 2019) e Bárbara Machado (2020). À sua maneira, elas dialogam com a tradição marxista e compreendem de forma relacional e não hierarquizada as dinâmicas entre gênero, raça e classe.

Palavras-chave: Movimento Feminista Brasileiro; *Mulherio* (1981-1988), Direitos Reprodutivos.

ABSTRACT

The theme of this master's thesis is women's struggle for reproductive rights in Brazil throughout the 1980s, a time when the so-called democratic transition occurred. The objective is to study the way in which feminists from the newspaper *Mulherio* (1981-1988) promoted the debate on issues historically linked to the fight for reproductive rights. The time frame of the research corresponds to the newspaper's duration, from 1981 to 1988. During the research process, we analyzed the insertion of this production in the trajectory of the Brazilian feminist press produced in the last decades of the 20th century. We were thus able to understand the type of feminism defended by the women who wrote in this publication, the themes covered in its pages and the complex relationship established between it and its funders, in particular, with the Ford Foundation (FF). Through data prepared from our analyses, we also studied the presence of themes associated with reproduction in the newspaper's editions, highlighting the most covered topics and the social position of the authors of the articles. The analysis allowed us to identify the limitations of an ethnic-racial and class perspective in the articles produced. Finally, we analyze, particularly, *Mulherio's* approach to the fight for family planning policies and the legalization of abortion. This feat allowed us to rescue the protagonism of women in the context of redemocratization, highlighting the tensions within the Brazilian feminist movement. Furthermore, we were able to show that feminist agendas also formed part of the different social democratization projects that divided the scenario at that moment in Brazil's history. The methodology used in the research was newspaper analysis and our theoretical basis is based on authors such as Angela Davis (2016), Nancy Fraser (2009), Silvia Federici (2017, 2019) and Bárbara Machado (2020). In their own way, they dialogue with the Marxist tradition and understand the dynamics between gender, race and class in a relational and non-hierarchical way.

Keywords: Brazilian Feminist Movement; *Mulherio* (1981-1988), Reproductive Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Trecho da primeira edição, publicada em março-abril de 1981.

Figura 02: Capa da edição de número 7, de maio-junho de 1982.

Figura 03: Capa da edição de número 4, de novembro-dezembro de 1981.

Figura 04: Capa da edição de número 8, de julho-agosto de 1982.

Figura 05: trecho retirado da edição de número 4, de novembro-dezembro de 1981, p. 11.

Figura 06: Capa da edição de número 15, de setembro-outubro de 1983.

Figura 07: Capa da edição de número 16, de maio-junho de 1984.

Figura 08: Capa da edição de número 25, de março-agosto de 1986.

Figura 09: Capa da edição de número 34, de novembro de 1987.

Figura 10: capa da edição de número 37, de fevereiro de 1988.

Figura 11: Capa da edição de número 24, de janeiro-fevereiro de 1986.

Figura 12: Capa da edição de número 30, de julho de 1987.

Figura 13: Capa da primeira edição de Nexo, de junho de 1988.

Figura 14: Capa da edição de número 36, de janeiro de 1988.

Figura 15: Capa da segunda edição de Nexo, de julho de 1988.

Figura 16: Trecho da edição de número 7, de maio-junho de 1982, p. 24.

Figura 17: Trecho da matéria “Solteira, sim. Casada, não”, de Valdeci Verdelho.

Figura 18: Trecho da matéria “inseminação artificial no Brasil: assunto estéril”, de Lia Carneiro.

Figura 19: Trecho da matéria “Um fato político inquestionável”, de Maria Malta Campos.

Figura 20: Trecho da matéria “De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo”, de Carmem Barroso.

Figura 21: Atendimento pré-natal segundo nível de renda.

Figura 22: Trecho da matéria “Evitar filhos, ‘padecer no inferno’”, de Sandra Barbosa.

Figura 23: Trecho da matéria “Clínicas, atrás de voluntários”, de Rita Freire.

Figura 24: Box “O IDAC, dando uma força ao programa”.

Figura 25: Trecho da matéria “Contracepção: o drama nosso de cada dia”, de Ethel Leon.

Figura 26: Trecho da matéria “Controle de Natalidade: a polêmica continua”, de Leila Villas.

Figura 27: Trecho da matéria “O Plano do Ministério mudando mentalidades”, de Inês Castilho.

Figura 28: Capa da edição de dezembro-fevereiro de 1987.

Figura 29: Trecho da reportagem “A Nova Cara da Constituinte”, publicada em julho de 1987 (p. 11).

Figura 30: Trecho da matéria “A bancada feminina na Constituinte: maior e melhor do que parece”, de Fátima Jordão.

Figura 31: Trecho do quadro “A bancada feminina na Constituinte”, publicado na edição de dezembro-fevereiro de 1987.

Figura 32: Trecho do quadro “A bancada feminina na Constituinte”, publicado na edição de dezembro-fevereiro de 1987.

Figura 33: Trecho da matéria “A esposa que virou candidata”, de Santamaria Silveira.

Figura 34: Trecho da matéria “Constituinte, em compasso de espera”, de Santamaria Silveira.

Figura 35: Box “A mobilização continua”, de Nair Barbosa Guedes.

Figura 36: Trecho da matéria “Aborto”, de Fúlvia Rosemberg.

Figura 37: Trecho da matéria “Direitos, já. Com as diretas”, de Ethel Leon.

Figura 38: Trecho da matéria “Aborto: alto risco na constituinte”, de Ethel Leon.

Figura 39: Trecho da matéria “Aborto: momento de decisão”, de Santamaria Silveira.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

Abep	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
CPAIMC	Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança
CPMI	Comissão Parlamentar e Mista de Inquérito
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Fundação Carlos Chagas
FF	Fundação Ford
BEMFAM	Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil
IPPF	Federação Internacional de Planejamento Familiar
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
PAISM	Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher
CMB	Centro da Mulher Brasileira
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
MS	Ministério da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	11
CAPÍTULO I - “Mulherio [...] nada mais é do que [...] ‘uma grande porção de mulheres’”: O Mulherio e a imprensa feminista brasileira _____	25
<i>1.1. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Os precursores da imprensa feminista brasileira</i> _____	27
<i>1.2. O Mulherio e o feminismo acadêmico no Brasil</i> _____	30
<i>1.3. As fases do Mulherio</i> _____	36
<i>1.3.1 Primeira fase</i> _____	37
<i>1.3.2 Segunda fase</i> _____	45
<i>1.3.3 Terceira fase</i> _____	58
<i>1.4 O financiamento do Mulherio pela Fundação Ford</i> _____	65
CAPÍTULO II - “Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto”: as abordagens da raça e da luta de classes pelas feministas do Mulherio _____	78
<i>2.1 O debate das pautas reprodutivas no Mulherio: Aspectos gerais</i> _____	79
<i>2.2 A abordagem da raça</i> _____	89
<i>2.3 A abordagem da luta de classes</i> _____	102
Capítulo III - “De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo”: O PAISM e a luta das mulheres por políticas de planejamento familiar no Brasil _____	114
<i>3.1 Reflexões sobre gênero, raça, classe e injustiça reprodutiva</i> _____	115
<i>3.2 A criação do PAISM e o seu debate no Mulherio</i> _____	132

CAPÍTULO IV - “Maternidade, um fato político”: A luta das mulheres por direitos reprodutivos no âmbito da institucionalidade _____	160
<i>4.1 O debate sobre direitos reprodutivos na Assembleia Nacional Constituinte _____</i>	160
<i>4.2 A luta pela legalização do aborto _____</i>	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	203
REFERÊNCIAS _____	207

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação de mestrado é a luta das mulheres por direitos reprodutivos no Brasil ao longo da década de 1980, momento em que ocorreu a chamada transição democrática. O objetivo é estudar a forma com que as feministas do jornal *Mulherio* (1981-1988) promoveram o debate de pautas historicamente ligadas à luta por direitos reprodutivos. A partir de autoras como Davis (2016) e hooks (2019), associadas ao feminismo negro, compreendemos que o conceito de direitos reprodutivos abrange as lutas das mulheres por acesso a métodos contraceptivos gratuitos e seguros, aborto legal, educação sexual nas escolas, serviços de atendimento pré-natal etc., bem como as lutas que combatem práticas abusivas de cesarianas, esterilizações e demais procedimentos feitos sem o consentimento ou conscientização das mulheres. hooks (2019, p. 54), por exemplo, considera que a luta por direitos reprodutivos deve ocupar lugar central no interior do movimento feminista que se queira popular:

Ao tentarmos reavivar as chamadas do movimento feminista de base popular, direitos reprodutivos permanecerão na pauta feminista central. Se as mulheres não têm o direito de escolher o que acontece com nosso corpo, arriscamos renunciar direitos em outras áreas da vida.

A escolha por estudar a luta por direitos reprodutivos através do *Mulherio* deve ser brevemente comentada. Este jornal trata-se de uma fonte com a qual construímos certa familiaridade ao longo de nossa formação acadêmica. Movidas pelo interesse de estudar a história das mulheres, o seu acervo foi um dos primeiros com os quais nos deparamos na internet¹. Em nosso trabalho de conclusão de curso, apresentado no final de 2020, dedicamo-nos ao estudo das representações da maternidade em suas edições.

Finalizada a graduação, nosso objeto de pesquisa e nossas perspectivas teóricas mudaram, porém, decidimos, de alguma forma, continuar explorando o *Mulherio*, pois o seu acervo está totalmente disponível no meio digital. Em 2021, quando ingressamos no mestrado, vale lembrar que as limitações impostas pela pandemia tornaram incertas as idas dos pesquisadores aos tradicionais acervos físicos.

¹ Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=459488&pagfis=686> >. Acesso: 30 jul 2023.

A princípio, nossa análise não pretendia privilegiar o *Mulherio*. No começo do mestrado, alimentamos ambições de, em apenas dois anos, estudar a história dos direitos reprodutivos no contexto da transição. Para tanto, outras fontes precisariam ser analisadas. Entretanto, diante do tempo curto de um curso de mestrado, no qual, além da pesquisa, tivemos que dar conta de disciplinas e estágios - para além de questões pessoais -, e a partir de conversas com a minha orientadora, decidimos nos limitar ao estudo do *Mulherio*, que se tornou, para além de fonte principal, um dos objetos de nossa pesquisa.

O recorte temporal deste estudo, por sua vez, condiz com o período de duração do *Mulherio*, de 1981 a 1988. Dentre as várias produções da imprensa feminista brasileira, este jornal foi um dos que teve a maior duração, mantendo-se em atividade por um período que corresponde, praticamente, a uma década. Essa longa duração, por assim dizer, deveu-se, em grande medida, aos financiamentos que ele recebeu de instituições privadas, de que teremos a oportunidade de discutir num tópico específico.

No que se refere ao uso de um jornal da imprensa feminista, vale dizer que, nos últimos anos, a renovação acadêmica, e, em particular, historiográfica, articulada ao crescente interesse pelo estudo de grupos sociais historicamente excluídos ou marginalizados, como é o caso das mulheres, resultou no crescente interesse por esse tipo de produção. A seguir, falaremos de algumas pesquisas que se debruçaram na análise da imprensa feminista brasileira. A nossa intenção não é apresentar, de forma definitiva, uma lista extensa desses trabalhos, até porque nem mesmo daríamos conta disso, mas brevemente destacar alguns estudos que trouxeram contribuições significativas para a produção desta dissertação.

A Imprensa feminista brasileira pós-1974 (2004) é o título da dissertação de mestrado de Elisabeth Cardoso. A sua pesquisa foi desenvolvida no programa de pós-graduação em jornalismo da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Bernardo Kucinski. Segundo a autora, seu estudo objetivou discutir “os desdobramentos do projeto do movimento feminista brasileiro na imprensa feminista do país” (Cardoso, 2004, p. 4). O seu trabalho é relevante não apenas por apresentar e analisar dados acerca das produções da imprensa feminista brasileira, mas também por propor uma divisão cronológica que busca sintetizar as suas diferentes fases.

Nesse sentido, Cardoso (2004, p. 4) considera “[...] que a imprensa feminista brasileira pós-1974 pode ser dividida em duas fases distintas: primeira e segunda geração”. Ao analisar

as mudanças na trajetória do movimento feminista brasileiro, sobretudo a partir da atuação dos grupos do sudeste, a historiadora divide as publicações feministas produzidas a partir de meados da década de 1970 em primeira geração, que ela chama de pré-1980, e segunda geração, naturalmente nomeada de pós-1980. Conforme sua interpretação, os periódicos feministas da primeira geração, produzidos entre os anos de 1974 e 1980, focalizaram, a partir do conceito de classe, a questão da justiça social entre homens e mulheres. Outra característica importante dessas produções era a de que as suas produtoras eram militantes ligadas a partidos políticos de esquerda. Segundo Cardoso (2004), a manutenção desses periódicos se dava por meio de doações e vendas de mão em mão.

Porém, Cardoso (2004) alega que mudanças e disputas no interior do movimento feminista brasileiro resultaram na emergência de um novo ciclo nessas publicações. A partir do conceito de gênero, os periódicos feministas da segunda geração, por sua vez, produzidos, conforme sua periodização, entre os anos de 1981 a 1999, caracterizavam-se pelas discussões que, sem desconsiderar a luta pela igualdade, abordavam a diferença entre homens e mulheres. Para esse segundo ciclo, Cardoso (2004) destaca, também, que as produtoras desses periódicos estavam vinculadas a Organizações Não Governamentais (ONGs) e que a manutenção dessas publicações se dava a partir de recursos de organizações públicas e privadas.

Além dessas contribuições, a sua dissertação contou, ainda, com estudos de casos, uma vez que a jornalista, em capítulo específico, analisou edições dos jornais feministas: *Nosotras*, fundado em 1974, *Brasil Mulher*, fundado em 1975, *ChanacomChana*, fundado em 1981, e *Fêmea*, fundado em 1992. Nas palavras de Cardoso (2004, p. 72): “Para tornar mais claras as características que definem a primeira geração e a segunda geração da imprensa feminista, a seguir analiso mais profundamente quatro jornais que tipificam essas categorias”. Para tanto, a pesquisadora realizou entrevistas com Danda Prado, Joana Lopes, Miriam Martinho e Michelle Lopes, que, respectivamente, participaram da produção daqueles jornais.

Outro trabalho relevante é a dissertação de mestrado em história social de Juliana Segato Tamião, intitulada *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975 - 1988)* (2009). A pesquisa foi desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação de Yvone Avelino Dias. De acordo com Tamião (2009, p. 7), a sua “dissertação tem por objetivo recuperar parte da história do movimento feminista no Brasil expresso na imprensa alternativa”. Em seu trabalho, a

historiadora debruçou-se, sobretudo, sobre as diferentes perspectivas de feminismo e as diferentes linguagens empregadas por aquelas produções. Em capítulo específico, a pesquisadora também analisou a forma com que esses jornais abordavam temáticas ligadas às chamadas “políticas do corpo”.

Os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* foram objeto da pesquisa que resultou no livro *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* (2013), escrito por Amelinha Teles e Rosalinda Leite. O livro é interessante, sobretudo, por ter sido escrito por duas mulheres que testemunharam a trajetória desses jornais: Amelinha e Rosalinda participaram da produção do *Brasil Mulher*. Na apresentação do livro, Rosalinda fala de quando conheceu Amelinha e do contexto em que decidiram escrever o livro:

Amelinha e eu nos conhecemos em 1976 participando do Brasil Mulher e do movimento de anistia. [...] Quando decidimos escrever este livro juntas, em 2012, estávamos envolvidas na luta pela emancipação da Comissão da Verdade no Brasil e reencontrando algumas companheiras daquela época com a intenção de formar um novo coletivo de mulheres. Rever as companheiras, pensar num coletivo, despertou nosso desejo de divulgar a história do movimento feminista, movimento com o qual estamos envolvidas até hoje (Teles; Leite, 2013, p. 16).

As autoras informam que a obra se volta para a história do feminismo e da imprensa feminista alternativa brasileira entre os anos de 1975 e 1980, período nomeado por elas de “pós-luta armada”. Dessa forma, a pesquisa analisa os temas discutidos por aqueles jornais: tanto os temas de conjuntura, como as lutas contra a ditadura e o custo de vida e em defesa da anistia e das liberdades democráticas, como também os chamados “temas específicos”, do interesse das mulheres, como aborto, divórcio e sexualidade. Por outro lado, a pesquisa também resgata o protagonismo das mulheres que participaram do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Assim, temos um capítulo específico com testemunhos de mulheres como Terezinha Zerbini, Vera Soares e Maria Quartim de Moraes, figuras importantes na história do feminismo nacional (Teles; Leite, 2013).

Com um recorte cronológico ambiciosamente amplo, temos também a tese de doutorado *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das*

mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010 (2017), feita por Viviane Gonçalves Freitas. A pesquisa foi realizada na pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (UNB), sob orientação de Flávia Biroli. De acordo com a pesquisadora, seu “[...] estudo analisa a agenda de quatro jornais da imprensa feminista brasileira – *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014) – e as perspectivas feministas presentes neles” (Freitas, 2017, p. 10). Ela acrescenta, ainda, que sua tese buscou “[...] apresentar como a agenda dos jornais analisados tinha como objetivo a igualdade de direitos entre mulheres e homens, a fim de que houvesse a ampliação da democracia e a superação de desigualdades e opressões” (Freitas, 2017, p. 10).

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi produzida a dissertação intitulada *Vai ter ChanacomChana, sim!: construção de um grupo lesbiano feminista em São Paulo na década de 1980* (2021), escrita por Jaíne Chianca da Silva. A pesquisa foi feita sob a orientação de Michelly Cordão e fundamentou-se na metodologia da análise do discurso foucaultiana. Nela, Jaíne procurou entender a história do movimento lesbiano brasileiro através da atuação do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), de São Paulo, e das edições do Jornal e Boletim *ChanacomChana* (1981-1987). Na compreensão da historiadora, o periódico *ChanacomChana*:

[...] foi um espaço e agente de resistência, que questionava a dominação sexista patriarcal, os padrões binários de feminino e masculino, marcadamente heterossexuais, como também, criticava o movimento feminista branco e heterossexista, além de ter discutido sobre saúde e sexualidade feminina e lesbiana. (Silva, 2021, p. 8).

Esta dissertação de mestrado ambiciona somar-se a essa bibliografia que já é referência no estudo da imprensa feminista brasileira. A partir de um recorte cronológico que abrange os anos de 1981 a 1988, este trabalho aborda o *Mulherio* a partir da ótica dos direitos reprodutivos, explorando os temas da luta por políticas de planejamento familiar e a legalização do aborto. Em comparação aos trabalhos acima mencionados, esta dissertação se distingue por explorar apenas o *Mulherio* e a partir de um único eixo temático, o dos direitos reprodutivos - escolhas essas que nos possibilitaram uma análise mais detalhada dessa fonte. A relevância da pesquisa justifica-se pelas contribuições que traz para o entendimento das

relações complexas e contraditórias das mulheres com a reprodução. Do ponto de vista acadêmico e social, o estudo de um jornal produzido por feministas no Brasil dos anos 1980 também é importante por resgatar o protagonismo das mulheres no contexto da redemocratização, mostrando que as pautas feministas também integravam os diferentes projetos de democratização social.

De modo igualmente relevante, esta dissertação se justifica pela sua importância política. Ao abordar os direitos reprodutivos a partir de uma perspectiva feminista e anticapitalista, a pesquisa se apresenta como instrumento de combate ao conservadorismo que ganhou forças na atualidade. Do ponto de vista analítico, estudiosos brasileiros desenvolveram diferentes conceitos, a exemplo de “neofascismo”, “antipetismo”, “bolsonarismo” etc., para se referir à ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo. Nosso país, portanto, não é um caso isolado. Em vários lugares, grupos conservadores ganham notoriedade e vem reforçando discursos e posturas homofóbicas, racistas, antidemocráticas e misóginas.

O ódio às mulheres, particularmente, tratou-se de elemento constituidor do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e do bolsonarismo que permanece vivo mesmo após a sua derrota eleitoral. Durante o período em que esteve na presidência, diversos ataques foram dirigidos às mulheres. Por várias vezes, a sua gestão foi desestabilizada por falas misóginas e polêmicas proferidas pelo próprio Bolsonaro ou correligionários. Inúmeras foram as vezes que a imprensa noticiou ofensas de bolsonaristas a parlamentares, ministras e jornalistas. Num desses episódios, Roberto Jefferson, então advogado do ex-presidente, emitiu fala não apenas antidemocrática, mas também profundamente misógina ao assim se referir à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF):

“Fui rever o voto da *Bruxa de Blair*, da Cármen *Lúcifer*, na censura prévia, e não dá para acreditar. Lembra mesmo aquelas *prostitutas*, aquelas *vagabundas*, *arrombadas*, que viram para o cara e dizem: '*Benzinho, no rabinho é a primeira vez*'. Ela fez pela primeira vez. Abriu mão da inconstitucionalidade pela primeira vez. *A Bruxa de Blair é podre por dentro e horrorosa por fora. Se puser um chapéu bicudo e uma vassoura na mão, ela voa. Deus me livre dessa mulher que tá aí nessa latrina que é o Tribunal Superior Eleitoral*”²

²

Disponível em <https://www.em.com.br/app/colunistas/ricardo-kertzman/2022/10/23/interna_ricardo_kertzman,1410752/mais-do-is-ataques-bolsonaro-bolsonarismo-e-o-odio-irascivel-as-mulheres.shtml>. Acesso 03 nov 2023. Grifo nosso.

Falas como essa expõem a misoginia dos grupos conservadores da atualidade. No Brasil, esses grupos encontram representatividade em figuras bolsonaristas como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL), a senadora e ex-ministra Damares Alves (Republicanos), a deputada federal Carla Zambeli (PL), para apenas citarmos algumas das mais polêmicas. Esses grupos disputam o controle das questões ligadas a gênero, reprodução e sexualidade, sobretudo a partir de uma ótica moral e dogmática que pretendem impor a todos. No referente aos direitos reprodutivos, os conservadores atuam para impedir o acesso ao aborto, até mesmo nos casos previstos em lei, e aos métodos contraceptivos, e são contra a educação sexual nas escolas, alegando que isso despertaria, nas crianças e adolescentes, o desejo por práticas sexuais. Diante desse contexto, pesquisas como esta justificam-se como instrumento de combate e de contestação ao conservadorismo presente.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho buscou recontar a história através da imprensa feminista. No referente ao uso de jornais na produção historiográfica, Zicman (1985, p. 90) enfatiza a “[...] necessidade de historicizar os jornais”. Na avaliação da historiadora, muitas pesquisas desprezam a crítica interna deste tipo de fonte e acabam encerrando em si mesmas as informações contidas nos jornais. Na contramão dessa postura, a autora defende uma abordagem que se preocupe com o caráter político-ideológico das produções jornalísticas, visto que as informações nelas apresentadas representam, antes de tudo “[...] as atitudes próprias de cada veículo de informação” (Zicman, 1985, p. 90).

A partir de Zicman (1985), podemos afirmar que a fonte jornalística é complexa, pois ela envolve aspectos ligados à forma e ao conteúdo, e a sua linguagem envolve elementos escritos, visuais e composicionais (esta diz respeito ao modo como as informações são ordenadas e organizadas pela produção). Para a historiadora, a história feita através da imprensa deve considerar os aspectos que estão “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal:

O “atrás” do jornal é tudo aquilo que contribui à sua realização e intervém no seu controle: sociedade proprietária, empresa editora e corpo de redatores e jornalistas. Por “dentro” do jornal entende-se as características formais da publicação, o estilo de apresentação das matérias e das notícias, o quadro redacional (distribuição dos artigos pelas várias colunas e seções do jornal), a publicidade, a parte redacional (principais colunas e seções) e as principais tendências da publicação. Finalmente o “em frente” do jornal diz respeito à audiência da publicação ou ainda seu público-leitor alvo (Zicman, 1985, p. 92).

A autora alega que o historiador que pesquisa através da imprensa deve estar atento a todos esses aspectos. Porém, ela destaca que os objetivos formulados pelo pesquisador justificam o direcionamento tomado pelo trabalho e o foco sobre um desses elementos: “Em função dos objetivos e das hipóteses de cada trabalho poderá se enfatizar alguns aspectos em detrimento de outros” (Zicman, 1985, p. 93). Nesse sentido, a historiadora fala sobre o método da análise temática, um dos que pode ser aplicado para o tratamento das fontes impressas.

Segundo a pesquisadora, esse método “[...] é definido pelo tipo de documento analisado e pelos objetivos de cada trabalho” (Zicman, 1985, p. 95). A autora complementa, ainda, que ele se constitui “[...] a partir de temas ou itens de significação relativos a um determinado objeto de estudo e analisados em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos analisados”. Dessa forma, “os textos selecionados [pelo pesquisador] devem ter um ‘referente constante’, ou seja, o tema de interesse de cada pesquisa” (Zicman, 1985, p. 95). Em outras palavras, os textos selecionados pelo historiador devem fazer referência direta ou indireta ao tema ora estudado. Essa proposta metodológica foi empregada por nós, à medida que os textos do *Mulherio* foram selecionados e analisados a partir do filtro temático dos direitos reprodutivos.

O uso de fontes impressas carrega, consigo, uma gama de limites e de possibilidades. É exatamente isso que Leite (2015, p. 4) salienta ao comentar, entre outras coisas, sobre o crescimento do uso da imprensa como fonte histórica: “[...] os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas”. Para o autor, uma das possibilidades fornecidas pela imprensa ao campo da história é a sua versatilidade de poder ser abordada de diversas formas:

os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural (Leite, 2015, p. 4).

Do ponto de vista metodológico, Leite (2015) faz críticas a abordagens que tomam a imprensa como fonte secundária, e, ainda, àquelas que a tomam de forma “neutra e

imparcial”, desconsiderando o contexto em que ela foi produzida e os interesses que mobilizaram a sua publicação. Para o autor, o historiador que utiliza a imprensa deve

pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias (Leite, 2015, p. 13).

Para o historiador, compreender os limites e as possibilidades que implicam o uso da imprensa como fonte historiográfica “[...] permite ao pesquisador elaborar suas pesquisas e estudos de uma forma mais densa, contribuindo para um melhor diálogo entre fonte, objeto de pesquisa, referências e contexto histórico” (Leite, 2015, p. 15). Por outro lado, Leite (2015) também reconhece o aspecto inacabado das discussões acerca dos tratamentos teóricos e metodológicos das fontes periódicas, visto que elas estão sempre abertas a novas contribuições.

Por falar em contribuições, muitos têm sido os ganhos para a história por meio dos periódicos depois que os historiadores passaram a enfatizar as questões de gênero, preocupando-se, particularmente, em resgatar o papel das mulheres, seu protagonismo e resistência, ao longo da história. Ao discorrer sobre a relação entre imprensa e história das mulheres, a educadora Azevedo (2022) fala da importância desempenhada pela renovação historiográfica e pelas mobilizações feministas para a emergência daquele campo, a partir das últimas décadas do século XX.

De acordo com Azevedo (2022, p. 8-9), a imprensa nos fornece a possibilidade de acessar as mulheres na condição de sujeitos históricos, visto que os periódicos constituíram-se nos “meios através dos quais as mulheres foram conquistando o espaço público, visto que, utilizaram a escrita como forma de transpor os limites do espaço doméstico impostos a elas, e adentraram o universo das letras via jornais, revistas e a publicação de livros”.

Do ponto de vista teórico, por sua vez, essa fonte foi analisada a partir de autoras como Angela Davis (2016), Nancy Fraser (2009), Silvia Federici (2017; 2019) e Bárbara Machado (2020). Essas autoras, à sua maneira, dialogam com a tradição marxista, e, nesse

sentido, criticam a sociedade capitalista, fundamentada na exploração de classes e na desigualdade social. Por outro lado, e não menos importante, elas compreendem de forma relacional e não hierarquizada as dinâmicas entre gênero, raça e classe. Fraser (2009, p. 31), ao criticar a apropriação que o neoliberalismo fez do discurso feminista, defende que “[...] devemos reconectar a crítica feminista à crítica do capitalismo – e assim re-posicionar o feminismo diretamente na Esquerda”. Federici (2017, p. 11), por sua vez, ao estudar o fenômeno de caça às bruxas na idade moderna, objetivou mostrar “[...] que a discriminação contra as mulheres, na sociedade capitalista não é legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo”. Machado (2020, p. 97), pesquisadora que estuda a história da formação do movimento de mulheres negras no Brasil, fundamentada na Teoria da Reprodução Social (TRS), compreende o “[...] capitalismo no Brasil como uma totalidade contraditória, em que as relações de classe, raça, gênero e sexualidade se co-constituem e determinam-se umas às outras”.

Davis (2016), juntamente com autoras como bell hooks (2019), Audre Lorde (2020), Patrícia Hill Collins (2019) e Sueli Carneiro (2019), que podem ser localizadas no nicho das chamadas “feministas negras”, foram utilizadas por nós ao longo dos capítulos para entendermos a condição social específica das mulheres negras. Hooks (2019, p. 20), por exemplo, ao resgatar a trajetória da chamada segunda onda do feminismo, denuncia a negligência das questões raciais no interior de um movimento hegemônico pelas mulheres brancas: “Mesmo que mulheres negras individuais fossem ativas no movimento feminista contemporâneo desde seu início, elas não foram os indivíduos que se tornaram as ‘estrelas’ do movimento”. Além disso, a ativista se empenha para mostrar que o feminismo deve ser fundamentalmente antirracista: “Importantes intervenções em relação à raça não destruíram o movimento das mulheres, mas o fortaleceram. Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis” (hooks, 2019, p. 92).

De outra forma, autoras clássicas da teoria feminista também foram utilizadas. Simone de Beauvoir (2016), muito embora não tenha analisado, em profundidade, as diferenças sociais entre as mulheres - o que não quer dizer que ela as ignorava -, foi pioneira no estudo da condição social feminina. Na abertura do segundo volume de *O segundo sexo*, a filósofa diz:

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente a sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois, necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher (Beauvoir, 2016, p. 7).

Em relação ao contexto de produção desta pesquisa, vale registrar que ele foi bastante conturbado. Em 2021, o mundo vivia as aflições da pandemia da covid-19. A última vez na história que a humanidade havia passado por tal situação fora no começo do século XX, com a pandemia da gripe espanhol. Em um cenário ainda mais globalizado, os efeitos da crise sanitária foram terríveis - sobretudo para as mulheres. Isoladas no interior de suas casas, a carga de trabalho reprodutivo, que já era grande, tornou-se ainda maior³. Em sua maioria, foram as mulheres que tiveram de cuidar das crianças que passaram a assistir a aulas remotas, foram as mulheres que tiveram de cuidar dos infectados, foram as mulheres que tiveram de desinfetar os ambientes para evitar a contaminação. Por outro lado, a pandemia também aprofundou a violência contra as mulheres: isoladas em suas casas na companhia de seus próprios agressores, pesquisas mostraram o aumento alarmante nos índices de violência doméstica⁴.

No âmbito da conjuntura política nacional, o Brasil esteve sob a gestão do governo Bolsonaro. Uma das faces do bolsonarismo, sem dúvidas, foi a misoginia que o próprio presidente e seus defensores dirigiam às mulheres. Nesse sentido, o contexto em que se deu a produção desta pesquisa foi marcado pelo fortalecimento e pela disseminação de discursos e de políticas de combate aos direitos das mulheres, sobretudo aos direitos reprodutivos. Uma criança grávida em decorrência de estupro cometido pelo próprio tio teve seu nome divulgado pela então ministra Damares Alves⁵. Na época, a divulgação se deu após a repercussão do caso no âmbito nacional, quando os familiares da menina buscavam a interrupção da gravidez - direito previsto pela legislação brasileira para casos como esse. A ministra também foi criticada quando propôs, como política pública nacional de combate à gravidez na

³ Para saber mais, leia: < [⁴ Para saber mais, leia: < <https://www.politize.com.br/violencia-domestica-pandemia/> >. Acesso: 27 ago 2023.](https://mulheresnapanademia.sof.org.br/#:~:text=das%20mulheres%20que%20seguiram%20trabalhando,afirmaram%20trabalhar%20mais%20na%20quarentena.&text=A%20maior%20parcela%20delas%20%C3%A9,na%20faixa%20dos%2030%20anos.> . Acesso: 27 ago 2023.</p></div><div data-bbox=)

⁵ Para saber mais, leia: < <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/08/menina-de-10-anos-engravada-depois-de-ser-estuprada-em-sao-mateus-es.ghtml> >. Acesso em 27 de agosto de 2023.

adolescência, a abstinência sexual, alternativa fundada em concepções moralistas e não em critérios científicos e sociológicos⁶. O governo negacionista de Bolsonaro também aprovou a controversa Caderneta da Gestante, que reforçava práticas de violência obstétrica, a exemplo da manobra de Kristeller⁷. Essas e tantas outras polêmicas protagonizadas pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro reforçaram o ódio contra as mulheres e o retrocesso nas políticas de inclusão social.

A vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, no final de 2022, representa, hoje, um instrumento de combate ao bolsonarismo e a todo o ódio que o enseja. Porém, ainda que importante, a eleição de Lula é insuficiente para pôr fim a todas as formas de opressão e violência sobre os mais diversos grupos sociais, incluindo as mulheres. Nesse sentido, esta dissertação ora apresentada, resultado de um esforço inicial de pesquisa, justifica-se, em termos políticos e sociais, por se tratar de instrumento de contestação do machismo e da misoginia estrutural que tanto atingem as mulheres.

Na atualidade, os portais de notícias informam, diariamente, sobre casos de feminicídio, com mulheres sendo violentamente assassinadas, na maioria das vezes, por seus ex-companheiros; grupos de extrema-direita, autointitulados *redpill*, dirigem, nas redes sociais, ataques e ofensas às mulheres, que são rebaixadas pela sua imagem, idade e comportamento; fenômeno potencializado pela internet, e responsável pelo enriquecimento de grandes plataformas virtuais, o corpo das mulheres permanece sendo encarado como objeto sexual, disponível para compra e consumo. Esses são alguns fatos que revelam que a discriminação contra as mulheres se faz presente em nossa sociedade. Portanto, daí a importância de trabalhos como este, que se compromete com a defesa dos nossos direitos.

Por fim, o texto final é formado por quatro capítulos. No primeiro, analisamos a inserção do *Mulherio* na trajetória da imprensa feminista brasileira produzida nas últimas décadas do século XX. Para tanto, fizemos um breve resgate do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, duas produções feministas dos anos 1970 que foram antecessoras, portanto, da nossa fonte, publicada nos anos 1980. O recurso foi utilizado de forma comparativa, para

⁶ Para saber mais, leia: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/10/damare-assume-incentivo-a-abstinencia-sexual-na-adolescencia-como-politica-publica#:~:text=A%20abstin%C3%Aancia%20como%20indica%C3%A7%C3%A3o%20contraceptiva,as%20consequ%C3%Aancias%E2%80%9D%20da%20pr%C3%A1tica%20sexual.> >. Acesso: 27 ago 2023.

⁷ Para saber mais, leia: < <https://pt.org.br/quais-os-problemas-da-nova-caderneta-da-gestante-tiramos-as-duvidas/> >. Acesso: 27 ago 2023.

ressaltar as semelhanças e as diferenças que marcaram essas produções. Neste primeiro capítulo, também discutimos o tipo de feminismo defendido pelas mulheres que escreviam no *Mulherio*, e os temas que foram abordados em suas páginas. De outra forma, por ter sido publicado ao longo de praticamente toda a década de 1980, comentamos, também, sobre as três fases do jornal. Essas fases, em grande medida, estavam ligadas aos recursos que essa produção recebia de instituições privadas. Esse tema, por sua vez, também é abordado neste capítulo. Em tópico específico, falamos do financiamento que o *Mulherio* recebeu da Fundação Ford (FF), e dos motivos que levaram esta instituição a envolver-se, de forma contraditória, com projetos e produções feministas naquela época.

A partir do capítulo dois, começamos a tratar dos direitos reprodutivos no *Mulherio*. Comentamos, através de dados, sobre a presença de temáticas associadas à reprodução nas edições do jornal, destacando os temas mais abordados e a posição social das autoras das matérias. Tais dados, representados através de gráficos e tabelas, foram produzidos por nós, através da análise da nossa fonte. A partir de um olhar crítico, discutimos, também, as abordagens de conceitos como raça e luta de classes nas matérias em que o jornal trata de temáticas ligadas aos direitos reprodutivos.

Sem relativizar as críticas, tentamos compreender os limites da abordagem da raça dentro de um contexto histórico mais amplo, marcado pela negligência do quesito cor nas pesquisas populacionais em âmbito nacional. Por outro lado, na contramão desse silenciamento, trouxemos dados, a partir de Sueli Carneiro (2019), para delinear a situação da população negra e, em particular, da mulher negra na sociedade brasileira nos anos 1980. Do ponto de vista da luta de classes, identificamos uma moderada postura classista no jornal, algo que também foi discutido neste segundo capítulo. Da mesma maneira, tentamos compreender essa moderação considerando o contexto histórico mais amplo, marcado pela institucionalização dos movimentos feministas, pelo machismo no interior das esquerdas e pelo avanço ideológico do neoliberalismo.

No terceiro capítulo, fizemos reflexões sobre as complexas e contraditórias relações entre reprodução, gênero, classe e raça. Desse modo, discutimos de que forma essas relações resultam em injustiças reprodutivas para os diferentes grupos de mulheres. A partir de Davis (2016) e Collins (2019), demos destaque às violências reprodutivas vividas pelas mulheres negras. Para o recorte cronológico de nossa pesquisa, anos 1980, também tratamos dos alarmantes índices de esterilização que atingiam as mulheres brasileiras naquele momento.

Neste capítulo, também analisamos a abordagem feita pelo *Mulherio* do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). A política em questão foi anunciada em 1983. Seu objetivo era servir de instrumento no combate às violências e injustiças que, entre outras coisas, atingiam as mulheres no âmbito reprodutivo. Ao analisar as matérias sobre o PAISM, discutimos o posicionamento do jornal sobre esse Programa e as diferentes posições assumidas pelos grupos feministas da época. Nesse sentido, destacamos as tensões e os conflitos no interior do movimento feminista brasileiro. Além das edições do *Mulherio*, analisamos o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da esterilização, divulgado em 1993, e o documento de criação do PAISM.

No quarto e último capítulo, discutimos a luta das mulheres para que os direitos reprodutivos fossem reconhecidos nos espaços institucionais, através de seu protagonismo no contexto da Constituinte. Ao falar da elaboração da nova Constituição, que acabou sendo promulgada em outubro de 1988, comentamos, a partir de Filho e Moraes (2018) e David Maciel (2009), sobre o controverso processo de redemocratização do Brasil, acordado por setores da burguesia nacional. Porém, por outro lado, procuramos mostrar que a própria cobertura feita pelo *Mulherio* é a prova de que as mulheres, e, em particular, os grupos feministas, foram atuantes nesse processo. Além disso, se a polêmica questão do aborto não avançou com a nova Constituição, isso não quer dizer que elas não promoviam o debate desse tema, que foi um dos mais presentes nas páginas do *Mulherio* e debatido pelos grupos feministas da época. Destacamos, por último, a atuação de parlamentares que, na época, arriscavam-se ao propor mudanças por meio das brechas da legislação.

CAPÍTULO I

“Mulherio [...] nada mais é do que [...] ‘uma grande porção de mulheres’”⁸: O *Mulherio* e a imprensa feminista brasileira

O *Mulherio* foi um jornal feminista brasileiro produzido na década de 1980. Mais precisamente, entre os anos de 1981 e 1988. Durante esse período, um total de 40 edições foram publicadas, as quais tinham, em média, tiragem de 12 mil exemplares⁹. Embora tenha recebido financiamento de instituições privadas, algo de que falaremos mais adiante, é importante destacar que o seu ciclo de publicações era marcado por instabilidades, fato este que costuma caracterizar a trajetória de muitas produções brasileiras alheias aos circuitos da grande imprensa comercial. Em função disso, a proposta inicial para que a publicação fosse bimensal nem sempre foi cumprida. Ao invés disso, o *Mulherio* registra, ao longo de sua história, edições com periodicidade irregular: mensais, bimensais, trimensais e até mesmo uma edição semestral – a referente a março-agosto de 1986.

O jornal tinha sede em São Paulo e a sua circulação, embora atingisse todo o Brasil, limitava-se apenas às capitais estaduais. Somente nas regiões Sul e Sudeste o *Mulherio* conseguiu penetrar em algumas cidades do interior¹⁰. Já na região Norte, a sua circulação foi bastante tímida, chegando apenas à cidade de Belém (PA). Sua venda se dava, sobretudo, por meio de grupos feministas e de livrarias – e, em alguns lugares, a publicação também podia ser adquirida em algumas bancas de jornal.

Num contexto de inflação descontrolada, o preço do *Mulherio* variou bastante. Entre 1981 e 1985, por exemplo, quando a moeda brasileira era o cruzeiro, o seu preço variou entre Cr\$ 50,00 e Cr\$ 7.000,00, quando o salário-mínimo dos brasileiros também sofreu variações na casa dos Cr\$ 97.176,00 a Cr\$ 600.000,00¹¹. Entre 1986 e 1988, sob o cruzado, quando o salário-mínimo sofreu variações em torno de Cz\$ 800,00 e Cz\$ 7.2000,00, o preço do jornal,

⁸ *Mulherio*, março-abril de 1981, p. 1.

⁹ No jornal, essa informação passa a constar a partir da edição de número 23, referente aos meses de outubro-novembro-dezembro de 1985. Ainda no que tange à tiragem, destaque deve ser dado à edição de número 27, referente aos meses de dezembro-fevereiro de 1987, que surpreendentemente registra a tiragem de 33 mil exemplares, a maior da história do *Mulherio*.

¹⁰ Para além das capitais, na região Sul o *Mulherio* circulou pelas cidades de: Santa Maria e Caxias do Sul. Na região Sudeste: Campinas, Lins, Uberlândia, Juiz de Fora, Barretos e Taubaté. Interessante é que Minas Gerais foi o único estado brasileiro em que o jornal não circulou na capital.

¹¹ Fonte: <<https://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336>>. Acesso 28 out 2021.

por sua vez, variou entre Cz\$ 10 e Cz\$ 100¹². Mas apesar de contar com esses valores arrecadados com as vendas, a sua principal fonte de recursos eram os financiamentos que recebia de instituições privadas.

Entre 1981 e 1983, a publicação recebeu financiamento da Fundação Carlos Chagas (FCC), instituição que era, nos anos 1980, o principal centro de pesquisas sobre a condição feminina existente no Brasil. Além disso, entre 1981 e 1988, ou seja, durante todo o período de sua existência, o *Mulherio* recebeu financiamento da Fundação Ford (FF), esta que foi a sua principal fonte de recursos¹³. Neste capítulo, veremos que o apoio cedido ao jornal passou a integrar a nova estratégia da Fundação, que, a partir de fins da década de 1970, passou a investir nas mulheres brasileiras visando à diminuição das taxas de natalidade do país.

Neste capítulo, objetivamos tratar do lugar ocupado pelo *Mulherio* na história da imprensa feminista brasileira, contextualizando aspectos gerais de sua trajetória. Discorreremos sobre o contexto em que ele foi produzido, as suas principais fontes de financiamento e manutenção, o lugar socioeconômico de suas produtoras. Em tópico especial, também daremos destaque à Fundação Ford, a principal mantenedora do *Mulherio*. Nele, o foco será abordar o papel social ocupado por uma instituição privada que, de forma contraditória, financiava produções feministas, mas que, no campo reprodutivo, também investia em ações de controle de natalidade que reforçavam a vigilância sobre os corpos das mulheres.

Vale registrar, ainda, que ao longo desta dissertação, à medida que a discussão for se desenvolvendo, vários trechos de matérias e reportagens publicadas serão citados para elucidarmos a nossa argumentação. Por ora, por este se tratar de um primeiro esforço acadêmico, de nossa parte, para explorar o *Mulherio* a partir da noção de direitos reprodutivos, e por ser tão curto o tempo de duração de uma pesquisa de mestrado - o que nos impôs limitações para nos aprofundarmos no campo metodológico da análise de jornais -, optamos por priorizar a análise dos textos escritos. Dessa maneira, elementos iconográficos como capas, fotografias, colagens e charges que constam nas edições aparecem, nesta

¹² Ibidem.

¹³ Em 1988, após perder o financiamento da FF, as produtoras do *Mulherio* se lançaram em uma nova estratégia. Mudaram a proposta editorial do jornal: este, que passava a ser chamado *Nexo: feminismo, informação e cultura*, passava a assumir uma perspectiva mais cultural do que propriamente política. A mudança visava a atrair um público maior de leitores para que assim a publicação continuasse sendo produzida. Contudo, esse objetivo não foi alcançado e as produtoras decidiram por encerrar de vez as atividades. Assim: em abril de 1988 era publicada a última edição do *Mulherio*, sob o financiamento da FF e, em julho de 1988, era publicada a segunda e última edição de *Nexo: feminismo, informação e cultura*, marcando o fim dos trabalhos daquelas que, por quase uma década, estiveram envolvidas com a produção do *Mulherio*.

dissertação, de forma secundária. Tal escolha, de forma alguma, confere a esses formatos um aspecto “menor”, mas apenas revela o caráter limitado de toda e qualquer pesquisa acadêmica.

1.1. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Os precursores da imprensa feminista brasileira*

O *Mulherio*, produzido na década de 1980, foi uma das produções jornalísticas que integrou a chamada imprensa feminista brasileira. Esta teve início em meados dos anos 1970, momento em que tivemos, no Brasil, o retorno dos movimentos feministas. Naquela conjuntura, ainda que sob o arbítrio da ditadura militar, muitas mulheres aproveitaram-se do contexto de retomada dos movimentos políticos e sociais para também apresentarem as suas demandas. Nas palavras de Rago, a luta feminista que ressurgia, em meados de 1970:

[...] apontava para outros modos de ação política, questionava a pesada cultura patriarcal; indignava-se com o machismo e a burocracia dos partidos, mesmo os de esquerda, ao mesmo tempo em que mostrava às mulheres, em geral, que podiam ser outras, escapando a um destino monótono de confinamento na esfera da vida privada (Rago *apud* Teles; Leite, 2013, p. 12).

É importante lembrar que, entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, as mulheres desempenharam um papel importante nas lutas de oposição à ditadura militar. Naquele momento, muitas foram as que se engajaram nos movimentos de luta armada e nas mobilizações grevistas. Porém, uma vez que essas articulações foram duramente combatidas pelos militares, a construção de um movimento feminista, bem como a produção de uma imprensa feminista, foram algumas das alternativas encontradas por muitas dessas mulheres para se manterem atuantes nas lutas em prol da melhoria dos grupos sociais subalternizados (Teles; Leite, 2013).

Foi nesse contexto, então, que foram criados, em meados da década de 1970, na cidade de São Paulo, o *Brasil Mulher* (1975-1980) e o *Nós Mulheres* (1976-1978), os primeiros periódicos feministas produzidos no Brasil. Segundo Teles e Leite (2013), ambos tratavam-se de produções que discutiam temas do interesse imediato das mulheres, como discriminação no trabalho, questões associadas a direitos reprodutivos, violência doméstica, entre outros. Abordavam também temas mais gerais, referentes ao contexto sociopolítico da época, como as lutas pela anistia, contra a elevação do custo de vida e por liberdades democráticas.

Ao criarem essas produções feministas, as militantes da época procuravam se opor à chamada imprensa feminina, que tratava de assuntos como moda, beleza, vida doméstica e relacionamentos. Nesse sentido, quando o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* foram criados, eram praticamente inexistentes, no Brasil, produções que discutiam, de forma crítica, a situação das mulheres. Para piorar, aquelas que, por vezes, assumiram esse compromisso, foram censuradas, que foi o que ocorreu com edições da revista *Realidade*, em 1967, e do jornal *Movimento*, em 1976¹⁴. Por outro lado, até mesmo produções da chamada imprensa alternativa, que fazia oposição à ditadura, não viam com bons olhos o debate das pautas feministas. Teles e Leite (2013) destacam, por exemplo, que o *Pasquim*, jornal alternativo que ficou bastante conhecido por suas ácidas críticas à ditadura militar, era, no entanto, abertamente antifeminista, uma vez que desdenhava dos problemas vividos pelas mulheres.

Produções como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* foram produtos do protagonismo das mulheres no contexto das lutas contra a ditadura. Naquele momento, muitas mulheres dos setores médios e populares, embora não necessariamente estivessem comprometidas com o feminismo, engajaram-se em movimentos como a União Brasileira de Mães, o Movimento do Custo de Vida e o Movimento Feminino pela Anistia. No que diz respeito, especificamente, ao feminismo, esse momento foi marcado pelas primeiras articulações das mulheres de classe média, que passaram a se reunir nos famosos grupos de reflexão feminina e em espaços como o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e o Centro de Desenvolvimento da Mulher, em São Paulo, criados por essa época (Teles; Leite, 2013).

O *Brasil Mulher*, ligado ao grupo Sociedade Brasil Mulher, era produzido, majoritariamente, por mulheres vinculadas a organizações de esquerda¹⁵, muitas das quais, inclusive, haviam participado da luta armada. O *Nós Mulheres*, por sua vez, era produzido, em sua maioria, por mulheres que, em função da ditadura, haviam morado no exterior – sobretudo em países de capitalismo avançado, onde a retomada das lutas feministas havia se dado na década anterior, em 1960 – e, naquele momento, estava acontecendo no Brasil. Nesse caso, tratava-se de mulheres que, de algum modo, já haviam tido contato com os debates feministas travados fora do país (Teles; Leite, 2013).

¹⁴ No caso da revista *Realidade*, a edição censurada foi a de número 10, que trazia assuntos como: as posições e os desejos das mulheres brasileiras, a vida de uma mãe solteira, informações sobre parto e corpo feminino etc. No caso do jornal *Movimento*, a edição censurada foi a de número 45, que abordava a situação do trabalho das mulheres no Brasil.

¹⁵ Segundo Teles e Leite (2013), muitas dessas mulheres vieram de partidos e organizações como: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular Marxista-Leninista (APML), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) etc.

De acordo com Teles e Leite (2013), essa imprensa feminista que eclode no pós-luta armada era destinada, sobretudo, para o público das mulheres populares da classe trabalhadora. Não por acaso, o tema mais debatido nas páginas desses jornais era as relações das mulheres com o trabalho. Além disso, esses primeiros periódicos feministas não dispunham de recursos para a sua produção. Suas produtoras não apenas tinham de assumir a parte criativa, mas também a parte técnica. Em função de tudo isso, tratava-se de produções de tiragens modestas e, muitas vezes, irregulares. A distribuição, por sua vez, dava-se, muitas vezes, por meio de vendas de mão e mão, através de redes de contato. Em depoimento, Renata Villas Boas, que, em fins da década de 1970, integrou a equipe editorial do *Nós Mulheres*, comenta sobre a precariedade que marcava os primeiros jornais feministas brasileiros:

No *Nós Mulheres* assumi a função de diagramadora do jornal por ser uma das poucas que tinha alguma experiência em trabalhos de programação visual. A colaboração da equipe do jornal Versus foi fundamental para viabilizar a produção gráfica pobre, improvisada, feita com pouquíssimos recursos e que dependia da colaboração voluntária de ilustradores e de outros profissionais. Na verdade, cada número do jornal era “um parto”, sempre comemorado, mas que gerava para todas um enorme desgaste que foi se acentuando com o tempo (*apud* Teles; Leite 2013, p. 173).

Com o tempo, essa situação de desgaste tornou-se insustentável, levando ao fim dessas primeiras produções. Apesar da vida curta, esses jornais, surgidos em meados da década de 1970, foram fundamentais para estimular os debates e as reflexões feministas na sociedade brasileira, levando ao surgimento, na década seguinte, de dezenas de publicações feministas, entre as quais o *Mulherio*. Quando este foi criado, nos anos 1980, muitas pautas feministas passaram a desfrutar de legitimidade social, à medida que diversos grupos e produções feministas passaram a receber financiamento por parte do poder público ou de instituições privadas (Teles; Leite, 2013).

1.2. O Mulherio e o feminismo acadêmico no Brasil

Na academia, a jornalista Elisabeth Cardoso (2004) foi uma das pioneiras no estudo da imprensa feminista brasileira produzida no final do século XX. Para a autora, a trajetória dessa imprensa produzida a partir de meados da década de 1970 dialoga com as transformações vividas pelo movimento feminista no Brasil. Em outras palavras, Cardoso (2004) considera que as transformações vividas pelo movimento feminista brasileiro provocaram mudanças significativas nos projetos editoriais da imprensa feminista. A hipótese apresentada pela autora é a de que a imprensa feminista brasileira pós-1974 pode ser dividida em duas gerações. A primeira geração reflete as alianças entre as feministas e os grupos de esquerda, desse modo, conceitos como a luta de classes e a defesa de uma revolução socialista caracterizavam essas primeiras publicações. A segunda geração, por sua vez, surgida após o rompimento entre as feministas e os grupos de esquerda, abandona uma perspectiva classista, no sentido de não mais propor uma luta de classes, e passa a priorizar os temas específicos da mulher.

Jornais como o *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, analisados por Teles e Leite (2013) e comentados por nós acima, representam o projeto editorial das produções feministas da primeira geração, também chamada por Cardoso (2004) de geração pré-1980, produzida entre os anos de 1974 e 1980. Em comum, essas publicações, a partir de uma perspectiva marxista e revolucionária, eram atravessadas pelo dilema “questões específicas *versus* questões gerais”. Suas produtoras, ligadas aos quadros das organizações de esquerda, reivindicavam igualdade entre homens e mulheres.

Para compreender melhor as características de ambas as gerações, Cardoso (2004) realizou, em sua pesquisa de mestrado, estudos de caso de quatro jornais. Como representantes da primeira geração, a jornalista optou pela análise do *Nosotras*, fundado em 1974, e do *Brasil Mulher*, criado em 1975. Ambos os jornais, assim como ocorrera com outros pertencentes à geração pré-1980, dependiam, financeiramente, de doações de suas próprias produtoras e das vendas de mão em mão. Em suas páginas, as feministas exploravam temas como a carestia, a falta de creches, as injustiças sociais e a atuação de movimentos sociais, como um todo (Cardoso, 2004).

O jornal *Nosotras* foi editado pelo Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris, fundado em 1972 por Danda Prado, que, no Brasil, esteve vinculada ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O Grupo, à maneira de outros criados no exterior no

início da década de 1970¹⁶, reunia mulheres que, em função da ditadura militar, tiveram de deixar o país. Uma vez exiladas em terras estrangeiras, tais mulheres tiveram contato com as mobilizações feministas e passaram a refletir sobre as opressões vividas pelas mulheres. Sobre a produção e distribuição desse jornal, Cardoso (2004, p. 78) destaca, a partir de depoimentos da própria Danda Prado:

O *Nosotras* tinha uma edição quase artesanal: as matérias e artigos eram escritos pelas participantes, depois os textos eram datilografados (às vezes escritos à mão), mimeografados, grampeados entre capa em papel vergê, ilustrados com gravuras de autoria das integrantes do grupo e seguiam para o Brasil, pelo correio, onde uma prima de Danda Prado fazia a distribuição para as assinantes.

Sobre o *Brasil Mulher*, fundado em 1975 em Londrina (PR), Cardoso (2004) comenta que ele foi o primeiro jornal feminista feito, de fato, no Brasil, por mulheres que, na época, militavam nas organizações de esquerda clandestina. Porém, em função das tensões vividas entre as feministas e os militantes de esquerda, que, no geral, subestimavam a luta das mulheres, a pesquisadora frisa a dificuldade de suas produtoras em se assumirem feministas, e a constante preocupação para justificar, para os quadros daquelas organizações e até mesmo para os seus leitores, a importância da luta das mulheres.

No país, o *Brasil Mulher*, que circulou até o ano de 1980, acabou se tornando um dos porta-vozes do movimento pela anistia. Porém, a sua trajetória foi marcada por instabilidades e conflitos. Logo na edição de número 1, Terezinha Zerbini, uma de suas fundadoras, rompeu com o jornal, pois não concordava com as pretensões de que ele se tornasse uma produção feminista - Zerbini era abertamente contra o feminismo. Em seguida, devido aos rachs internos e à repressão imposta pela ditadura, a sede do jornal foi transferida para São Paulo.

O *Brasil Mulher* era produzido na casa de Joana Lopes, editora chefe do jornal. Cardoso (2004, p. 88) destaca que para a sua produção e distribuição “Nunca houve distribuidora profissional ou remuneração das redatoras”. Em depoimento dado à pesquisadora, Joana Lopes comentou sobre o processo, precário, de criação da nova publicação: “O número zero foi um jornal que eu fiz praticamente sozinha, porque ele estava iniciando, precisava ser tomada uma iniciativa e eu tomei, de criar esse jornal. Fui eu que

¹⁶ Podemos destacar o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alembert no Chile, e o Círculo de Mulheres em Paris.

criei, que desenhei, que fiz as matérias, que editei, que empenhei o meu salário para imprimir” (apud Cardoso, 2004, p. 86).

Cardoso (2004) considera que o marco que divide a primeira e a segunda geração da imprensa feminista brasileira é o rompimento do movimento feminista com as organizações de esquerda. Essa ruptura se deu entre os anos de 1980 e 1981, quando dos tumultos que marcaram a ocorrência dos II e III Congresso da Mulher Paulista, respectivamente. Os conflitos entre as feministas e as organizações e os partidos de esquerda se tornaram insustentáveis, visto que estes passaram a disputar o controle do evento. A ruptura, na visão de Cardoso (2004, p. 71), resultou na emergência de uma nova fase nas produções feministas brasileiras:

[...] a mudança de postura editorial da segunda geração está ligada aos acontecimentos do II e III Congresso da Mulher Paulista, que definiram novos rumos para o feminismo no Brasil e, conseqüentemente, para a imprensa feminista. Já em 1981 acontece a fundação do *Mulherio* [...], periódico com posição feminista bem definida.

De acordo com Cardoso (2004), os periódicos da segunda geração, ou geração pós-1980, afastaram-se do conceito de “classe” e apropriaram-se do conceito de “gênero”. Essas produções estavam vinculadas a grupos feministas que se declaravam autônomos e, a partir da perspectiva da diferença, empenhavam-se em discutir temáticas específicas das mulheres. Nessa nova fase vivida pelo feminismo brasileiro, os grupos de mulheres passaram a se mobilizar através do formato de ONG. Suas produções jornalísticas, por sua vez, passaram a receber patrocínio de entidades públicas e privadas.

São exemplos de produções dessa segunda geração periódicos como *ChanacomChana* e *Fêmea*, estudados por Cardoso (2004). O *ChanacomChana* foi fundado em São Paulo no ano de 1981. Ele é considerado “o primeiro periódico lésbico-feminista do país” (Cardoso, p. 96). Ele foi editado pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF). Pode-se dizer que a origem do GALF está atrelada a dissidências no interior do Grupo Somos, criado em 1978 e considerado o primeiro grupo politicamente organizado de homossexuais no Brasil. Na época, as mulheres lésbicas julgavam que o Somos não atendia às suas especificidades. O *Fêmea*, por sua vez, criado em 1992 na cidade de Brasília, esteve vinculado à ONG Centro Feminista

de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e recebeu financiamento de entidades públicas e privadas.

Contemporâneo dessas publicações, o *Mulherio*, que foi produzido ao longo da década de 1980, recebeu recursos da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford. Mais à frente, em tópico específico, falaremos sobre os motivos que levaram a FF a financiar essa produção. Na edição de lançamento do *Mulherio* (Figura 01), lemos que a ideia de criar uma publicação feminista partiu das pesquisadoras da FCC. A princípio, a proposta era a de que o jornal servisse de veículo de divulgação das pesquisas que estavam sendo feitas na instituição:

A ideia de criação de um jornal sobre a mulher surgiu já há alguns anos entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que se dedicam ao estudo da condição feminina no Brasil. Inicialmente, imaginava-se apenas um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema [...] (*Mulherio*, março-abril de 1981, p. 1)

Figura 01: Trecho da primeira edição, publicada em março-abril de 1981.

Por que Mulherio?

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, "gostosura". Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete "mulher" já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: "1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. esposa". Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: "à toa", "da comédia", "da rua", "da vida", "da zona", "da rótula", "do fado", "errada", "perdida", etc. — todas sinônimo de meretriz. As três exceções: "mulher de César" (de re-

putação inatacável), "mulher do piolho" (muito teimosa) e a cinematográfica "mulher fatal".

Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete "homem": "de ação", "de bem", "de Estado", "de letras", "de negócios", etc.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que "as mulheres" ou "uma grande porção de mulheres". É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática.

Fonte: Mulherio (1981).

Na mesma edição, ficamos sabendo que a ideia inicial acabou se expandindo, uma vez que as criadoras do *Mulherio* reconheceram que o jornal não precisava se limitar, tão somente, ao ambiente acadêmico. Na verdade, o objetivo de suas produtoras passou a ser o de que a

produção servisse aos grupos e organizações de mulheres que, nos anos 1980, multiplicavam-se por todo o país. Além disso, elas também ambicionavam preencher uma lacuna que acusavam existir na imprensa brasileira, que, segundo elas, necessitava de publicações que tratassem “[...] de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira” (Mulherio, março-abril de 1981, p. 1). Nesta edição, também era possível ler: “Já mais amadurecida e debatida, a ideia de criação de um jornal [...] torna-se agora realidade, ao ser integrada ao conjunto de projetos sobre a condição feminina que a Fundação Carlos Chagas realiza com o apoio da Fundação Ford” (Mulherio, março-abril de 1981, p. 1).

Por estar vinculado à Fundação Carlos Chagas, a maioria das mulheres que integrava a equipe editorial do *Mulherio* era formada por pesquisadoras que estudavam os problemas e as questões que afetavam as mulheres. Em sua primeira fase, que vai de 1981 a 1983, quando o jornal esteve subordinado àquela instituição, e sob a direção da jornalista Adélia Borges, o seu conselho editorial era composto por 16 mulheres, número que, em sua maioria, reunia nomes de pesquisadoras como: Carmem Barroso (socióloga), Eva Blay (socióloga), Fúlvia Rosemberg (socióloga), Heleieth Saffioti (socióloga), Lélia Gonzalez (antropóloga), Mariza Corrêa (antropóloga), Maria Lygia Quartim de Moraes (socióloga), entre outras¹⁷.

Além de contar com uma equipe editorial fixa, suas edições também contaram com a colaboração de outras militantes e pesquisadoras – no próximo capítulo, veremos, inclusive, que muitos textos sobre questões associadas à reprodução foram escritos por colaboradoras. Importante dizer que, por vezes, a publicação também contou com a contribuição de homens, pensadores e pesquisadores, a exemplo de nomes como Emir Sader, Arnaldo Antunes e Fernando Gabeira. Durante a maior parte do tempo, a colaboração de autores ocorreu de forma esporádica. Porém, como veremos mais adiante, em sua última fase, de declínio, a presença masculina tornou-se expressiva na produção.

Produzido na década de 1980, o *Mulherio* se distinguiu dos primeiros periódicos feministas, produzidos na década de 1970, no que diz respeito à proposta feminista assumida por suas produtoras. De acordo com Teles e Leite (2013), em jornais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, havia a defesa explícita de um feminismo de viés anticapitalista, uma vez

¹⁷ As 16 mulheres que compunham a equipe editorial do *Mulherio* eram: Carmem Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Lygia Quartim de Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Corrêa e Ruth Cardoso.

que as suas produtoras compreendiam que a melhoria da condição social feminina exigia a transformação radical da sociedade. No *Mulherio*, por sua vez, não é isso o que constatamos. Isso não quer dizer que uma visão antissistêmica não fosse partilhada por suas produtoras – afinal, sua equipe editorial contava com a presença de mulheres fortemente influenciadas pela tradição marxista, a exemplo de Heleieth Saffioti e Maria Lygia Quartim de Moraes. O que acontecia, na verdade, era que essa visão não chegava a predominar na publicação, que era muito mais marcada por um discurso que apontava para a defesa de uma convivência harmônica entre diversas perspectivas feministas:

Em sua primeira reunião, realizada aqui na Fundação Carlos Chagas [...], o Conselho decidiu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições (*Mulherio*, março-abril de 1981, p. 1).

A cada edição, o *Mulherio* trazia, portanto, posições diversas sobre os mais variados temas do interesse das mulheres. Em média, e com poucas exceções, as suas edições tinham pouco mais de 20 páginas. Na edição inaugural, de número 0, o jornal informava sobre o formato pretendido para as suas publicações, que eram estruturadas da seguinte forma:

Mulherio [...] terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico [...] Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço aos diversos grupos feministas e femininos para que divulguem suas atividades. Na área de cultura, acompanharemos com resenhas e críticas o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças de teatro. E sempre traremos charges – como esta que Ciça enviou para o número zero – e muitas fotos (*Mulherio*, março-abril de 1981, p. 1).

1.3. As fases do Mulherio

Por depender do financiamento de instituições privadas, o *Mulherio* passou por momentos de instabilidades que provocaram mudanças ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, a história desse jornal costuma ser dividida em três grandes fases¹⁸.

¹⁸ Para saber mais, leia: < <https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/> >. Acesso 6 set 2023.

1.3.1 Primeira fase

A primeira fase do *Mulherio*, que já mencionamos, foi de 1981 a 1983, durante a qual o jornal não apenas recebeu recursos da FCC, mas também esteve diretamente vinculado a esta instituição. Além do apoio da FCC, nessa fase a produção também recebeu financiamento da FF.

Durante esses três anos, o jornal esteve sob a direção da jornalista Adélia Borges. Ao todo, 16 números foram publicados nessa primeira fase. O primeiro, de número 0, de estreia, correspondeu aos meses de março-abril de 1981, e o último, de número 15, a setembro-outubro de 1983. Nessa fase, a periodicidade bimensal conseguiu ser cumprida por todas as edições.

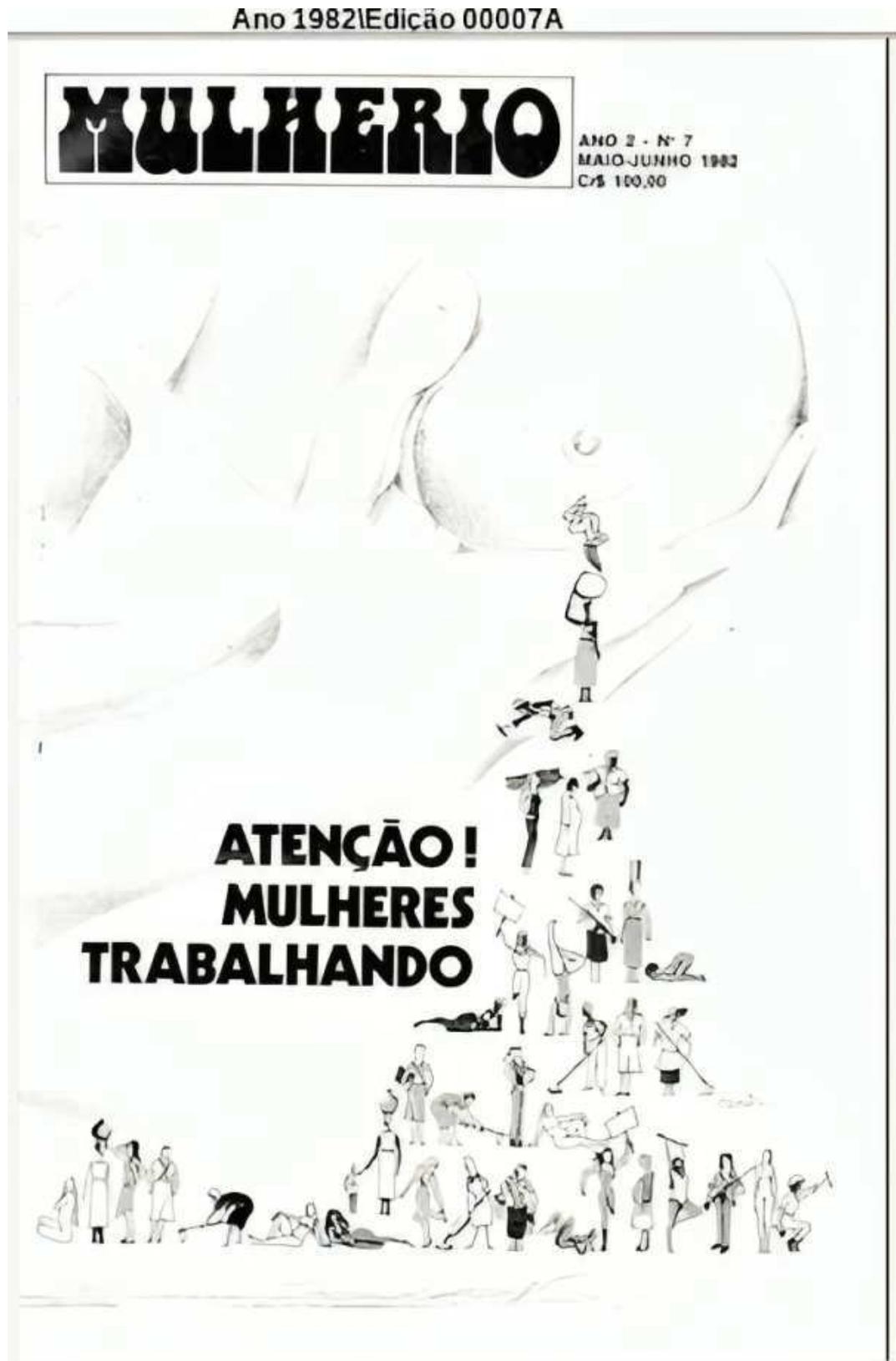
Nessa primeira fase, temas importantes foram discutidos pela publicação. Vejamos na tabela a seguir:

ANO	TEMAS ABORDADOS ¹⁹
1981	Maternidade; violência contra a mulher; trabalho doméstico; mulheres e política; falta de creches etc.
1982	Mulheres e mundos do trabalho; planejamento familiar; feminismo e movimento de mulheres etc.
1983	Envelhecimento; mulheres e política; falta de creches etc.

A violência contra a mulher, iniciada ainda na infância e que, ao longo da vida, estava presente no cotidiano, foi o tema de destaque da edição de número 2, de julho-agosto de 1981. Os dilemas enfrentados pelas mulheres no trabalho, por sua vez, foram tratados por diversas matérias da edição de número 7, de maio-junho de 1982 (Figura 02).

¹⁹ Outros temas foram abordados. Aqui, a partir da análise das capas do *Mulherio*, mencionamos apenas alguns deles, a fim de exemplificação.

Figura 02: Capa da edição de número 7, de maio-junho de 1982.



Fonte: *Mulherio* (1982).

A complexa relação das mulheres com o envelhecimento, tratada pela edição de número 12, de março-abril de 1983, também merece destaque. Matérias que discutiam a relação entre mulheres, poder e política, que acabavam abordando aspectos da conjuntura eleitoral da época, foram publicadas em todos os anos dessa primeira fase nas edições de número 3, de setembro-outubro de 1981; de número 9, de setembro-outubro de 1982; e de número 13, de maio-junho de 1983.

Nessa fase, temas associados à reprodução estamparam por duas vezes as capas do *Mulherio*. Isso ocorreu nas edições de número 4, de novembro-dezembro de 1981, que tratou do tema creche (Figura 03), e de número 8, de julho-agosto de 1982, que tratou do tema planejamento familiar (Figura 04).

Figura 03: Capa da edição de número 4, de novembro-dezembro de 1981.



Fonte: Mulherio (1981).

Figura 04: Capa da edição de número 8, de julho-agosto de 1982.



Fonte: Mulherio (1982).

Ao discutir creche, por exemplo, o jornal dedicou oito das 22 páginas daquela edição, que trouxeram um conjunto de textos, entre matérias, entrevistas e depoimentos sobre a temática. Na edição, o jornal contou com falas de mulheres-mães como Margarida Alves, trabalhadora rural do interior da Paraíba, e Neuza Nogueira, trabalhadora têxtil da cidade de São Paulo, as quais denunciavam o problema da falta de creches. Margarida Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, cidade do brejo paraibano, disse ao jornal: “Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei” (Mulherio, novembro-dezembro de 1981, p. 11, Figura 05).

Figura 05: Trecho retirado da edição de número 4, de novembro-dezembro de 1981, p. 11.

“Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”

Excluídos até da proteção da lei, os filhos das trabalhadoras rurais perambulam pela roça ou pelas ruas do vilarejo enquanto as mães pegam na enxada durante dez horas ou mais. Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, faz um dramático retrato dessa situação.



Foto: Dinah Ferraz - Ag. F14

“A mulher trabalhadora rural se levanta às três horas da madrugada, vai buscar água, deixa o filho de três meses junto com os de quatro, cinco anos. Quando chega faz o café e vai para a roça plantar milho, feijão, limpar mata, cortar ração de gado — tudo trabalho de enxada. Quando as mães chegam do roçado encontram os meninos às vezes queimados e aí correm às pressas para o hospital de Alagoa Grande, que fica numa base de 12 quilômetros. Muitas delas preferem levar os filhos para o roçado e lá faz um rancho ou deixa debaixo de uma árvore e aqueles meninos menores ficam brincando fazendo barriginha d’água, juntando terra, com nariz escorrendo, feridos por causa da poeira, da chuva e do sol que eles levam. Aqueles meninos lá faz até pena a gente relatar. Uns meninos de barriga grande, parece até mulher gestante. É muito triste a situação da mãe rural. Ela muitas vezes deixa os filhos também e vai cortar cana, plantar cana, semear e os meninos ficam arengando com os vizinhos, jogando pedra, brincando de espingarda quando o pai, às vezes, deixa fácil por descuido, e já tem morrido criança por causa de tiro de espingarda. Isso porque as mães não podem dar assistência aos filhos, elas não querem ver o menino morrer de fome, então vão ganhar um diazinho de serviço.

Lá não tem creche, escola às vezes tem, mas fica distante e a mãe às vezes não leva. Talvez por falta de orientação de formação. Então a gente gostaria, e seria uma bênção de Deus, que essas mães tivessem creche para seus filhos, para que assim elas pudessem trabalhar mais. Sei que existem três creches na cidade, mas não conheço

Fonte: Mulherio (1981).

Nas duas últimas edições desta primeira fase, é possível visualizar o cenário de crise pelo qual passava o *Mulherio*. Naquele momento, a manutenção do jornal encontrava-se

ameaçada, uma vez que a FCC havia anunciado o fim de seu financiamento à produção. Na edição de número 14, de julho-agosto de 1983, página 2, havia uma pequena nota, “Mulherio corre perigo”, que dizia, entre outras coisas, o seguinte:

Por falta de dinheiro, é possível que este seja o penúltimo número de Mulherio. Como você deve saber, da mesma forma que qualquer outra publicação alternativa, o jornal Mulherio não consegue sustentar-se financeiramente. Isto é: os recursos próprios do jornal [...] são irrisórios em face dos gastos com pagamento de pessoal, impressão e distribuição. Assim, temos sobrevivido graças a subvenções de fundações particulares – que estão chegando ao fim.

A edição seguinte, de número 15, de setembro-outubro de 1983²⁰, a última dessa primeira fase, estampava em sua capa o seguinte apelo: “Mulherio não poder parar!”. Ao fundo, também era possível ler o nome de dezenas de mulheres, entre autoras e leitoras, e de grupos que temiam o fim da produção (Figura 06).

²⁰ Este número, em comparação aos demais, é bem menor, contendo apenas oito páginas, o que nos sugere o cenário de crise por que passava a publicação.

Figura 06: Capa da edição de número 15, de setembro-outubro de 1983.



Fonte: Mulherio (1983).

Esta edição contou com uma espécie de texto-desabafo, no qual Adélia Borges, a editora-chefe, dizia: “Não sabemos se e como vamos sobreviver. Mas nós somos realistas e continuamos querendo o impossível. Continuamos querendo editar o *Mulherio*” (*Mulherio*, setembro-outubro de 1983, p. 2). A jornalista também alegava o quanto era difícil a manutenção de uma produção alheia ao circuito da grande imprensa: “[...] nestes tempos de crise absoluta, é impossível que uma publicação sobreviva apenas de seus leitores, ou seja, da venda de exemplares avulsos e das assinaturas” (*Mulherio*, setembro-outubro de 1983, p. 2). Com detalhes, Adélia informava, ainda, sobre a situação de insegurança por que passava o jornal:

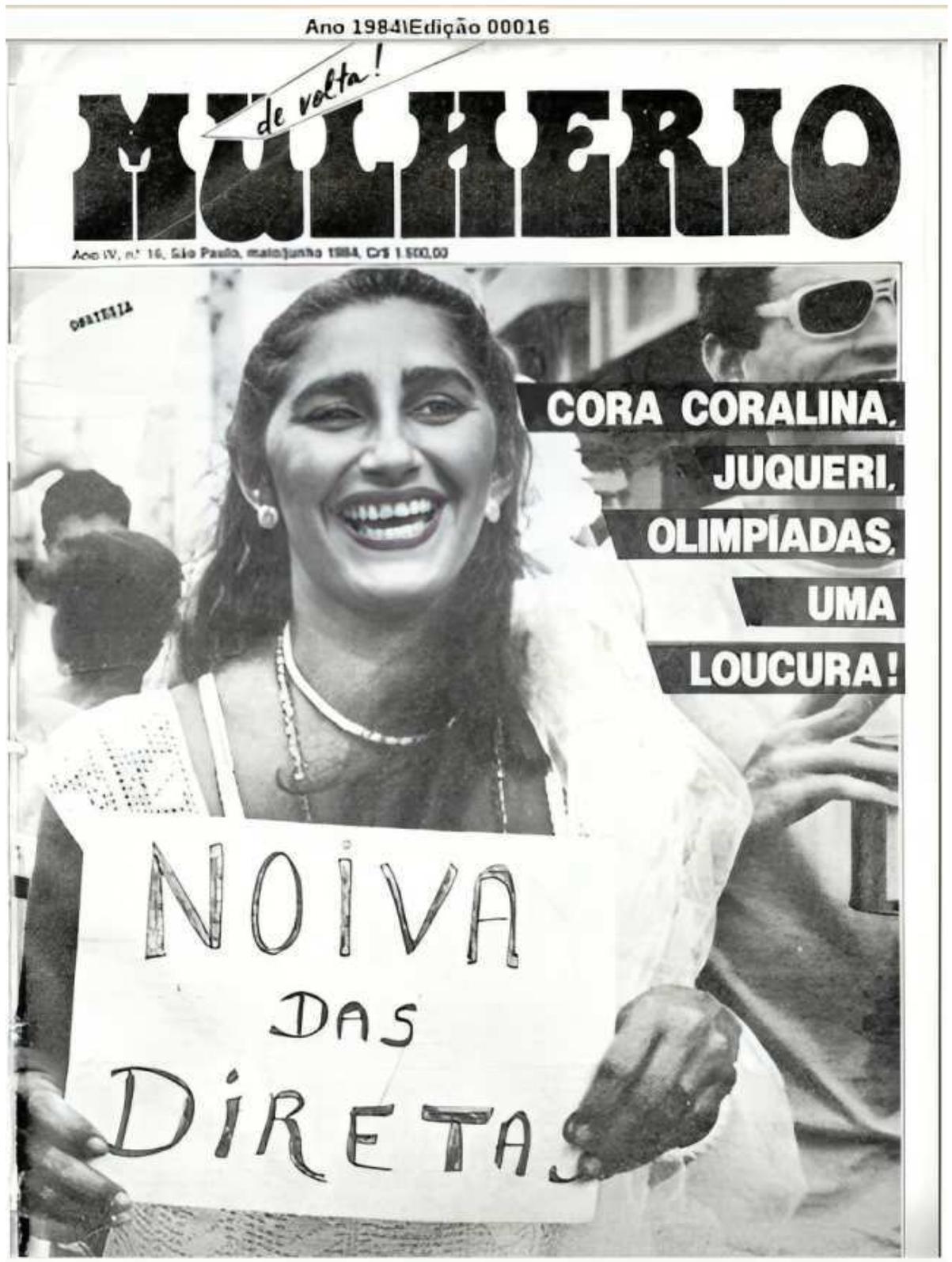
Como ainda não temos segurança absoluta de financiamento por alguma instituição e como agora se encerra a ajuda que recebemos da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, não sabemos se e quando o próximo número estará nas ruas (*Mulherio*, setembro-outubro de 1983, p. 2).

Depois desse número, o *Mulherio* passou seis meses sem publicar nenhuma edição. Após esse período, o jornal voltou à atividade, uma vez que a Fundação Ford, apenas, renovou o seu apoio à produção. Começaria, então, a segunda fase do jornal.

1.3.2 Segunda fase

A edição de número 16, de maio-junho de 1984 (Figura 07), marca, assim, a retomada da publicação do *Mulherio* e o início de sua segunda fase. Esta vai até o ano de 1988, quando tivemos, em abril, a publicação da última edição do jornal, a de número 39. Ao todo, essa fase abrange, portanto, 24 edições.

Figura 07: Capa da edição de número 16, de maio-junho de 1984.



Fonte: Mulherio (1984).

Na edição de retomada, a produção anunciava: “Mulherio está de volta, com esperanças novas, com desejo de vida longa e saudável” (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 2). Nela, Adélia Borges relembra que o jornal nunca esteve comprometido com nenhuma perspectiva feminista em particular, mas aberto ao diálogo com as mais diversas concepções:

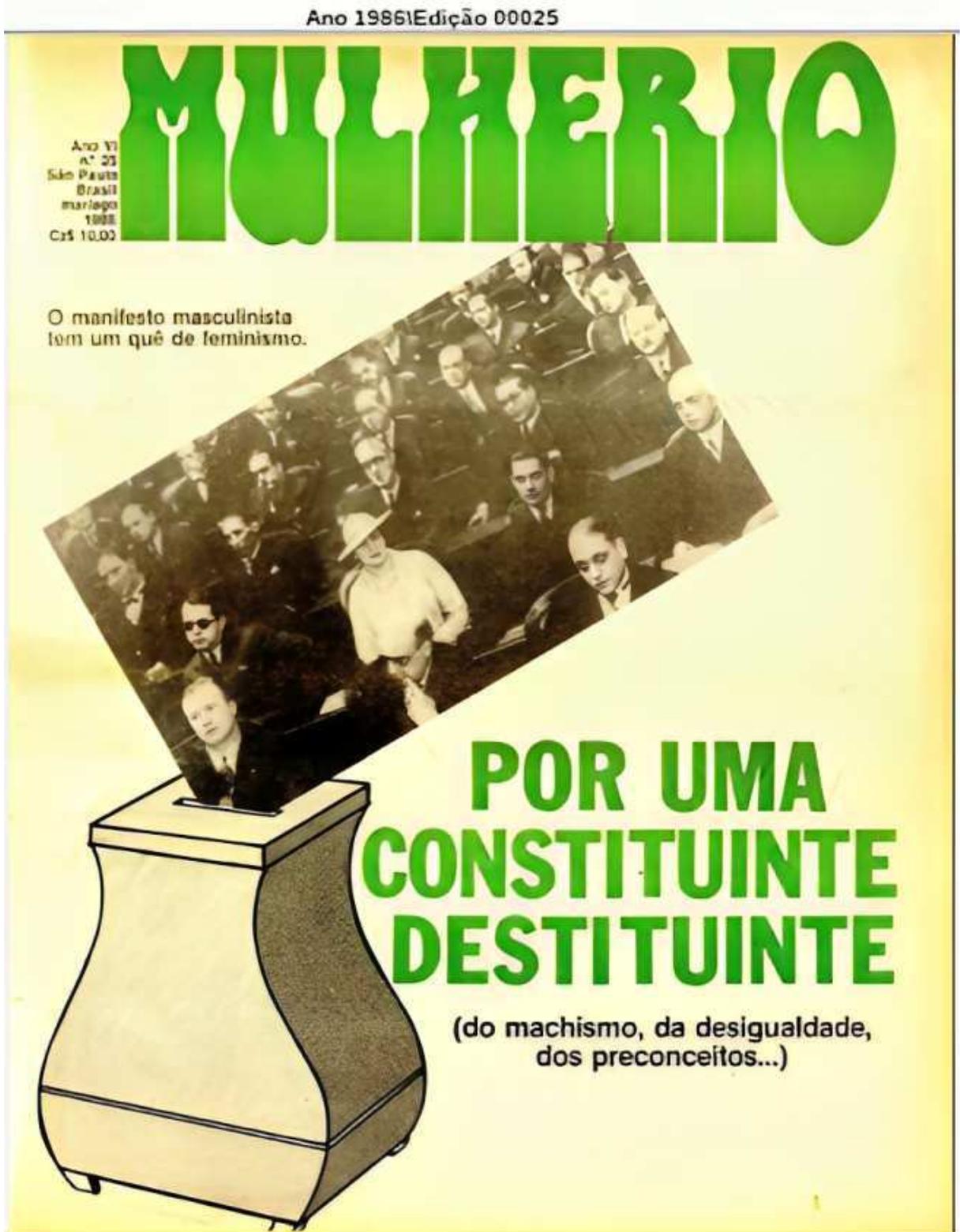
Essa mulher real, mulher em transformação, em movimento, estava em Mulherio. Um jornal que, é bom lembrar, nunca foi porta-voz de nenhuma tendência do movimento político ou do movimento feminista. E que, com autonomia garantida, pôde tratar com abertura e sem dogmatismos os vários temas (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 2).

Ao leitor (a), a jornalista também destacava a importância dos recursos das instituições privadas, que foram fundamentais para a continuidade da publicação:

Ele [o Mulherio] volta agora principalmente porque [...] recebemos uma calorosa manifestação de solidariedade de centenas [...] de mulheres e homens [...] Foi isso que nos motivou a continuar tentando. Sem recursos próprios, buscando apoio em agências internacionais que financiam projetos ligados à promoção da mulher. E recebemos esse apoio – pequeno em dinheiro, mas suficiente para dar a arrancada inicial nesta nova fase do Mulherio (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 2).

Adélia Borges, autora do trecho acima, permaneceu como jornalista responsável pela edição do *Mulherio* até a publicação de número 24, de janeiro-fevereiro de 1986. Na edição seguinte, de número 25, de março-agosto de 1986 (Figura 08), publicada, excepcionalmente, em caráter semestral, a chefia do jornal passou para as mãos da jornalista Inês Castilho, que já integrava a equipe editorial.

Figura 08: Capa da edição de número 25, de março-agosto de 1986.



Fonte: Mulherio (1986).

Além dessas mudanças, essa segunda fase do jornal, mais longa, é marcada por irregularidades em sua periodicidade. Durante o ano de 1984, o *Mulherio* conseguiu garantir as publicações em caráter bimensal. Porém, em 1985, todas as edições do jornal foram trimestrais. No ano seguinte, 1986, o jornal começou a ser afetado por grande instabilidade. Assim, a primeira edição daquele ano, a de número 24, referente a janeiro-fevereiro de 1986, foi bimensal, ao passo que a edição seguinte, a de número 25, foi semestral, abrangendo os meses de março a agosto de 1986. Na sequência, houve a publicação do número 26, de setembro-novembro de 1986, em caráter trimensal. Essa periodicidade se repetiu na primeira edição de 1987, a de número 27, de dezembro-fevereiro de 1987. Posteriormente, nas edições de número 28 e 29, referentes, respectivamente, aos meses de março-abril de 1987 e maio-junho de 1987, o jornal volta a ser bimensal. Por fim, da edição de número 30, de julho de 1987, em diante – ou seja, até a última, de número 39, de abril de 1987 –, a publicação do jornal passou a ser mensal.

Apesar dessas constantes irregularidades, o *Mulherio* manteve-se em atividade. Ao longo dos quatro anos dessa segunda fase, diversos temas foram discutidos em suas páginas. Vejamos na tabela a seguir:

ANO	TEMAS ABORDADOS
1984	Diretas já; o trabalho das boias frias; o papel ocupado pela mulher na teologia da libertação; as mulheres e os dilemas da juventude.
1985	As vivências das presidiárias no Brasil; feminismo e movimentos de mulheres.
1986	Planejamento familiar; constituinte.
1987	Constituinte; aborto; problemas ambientais; discriminação das mulheres no mercado de trabalho; prostituição.
1988	Aids.

A relação entre mulheres e política continuou sendo alvo de interesse de suas produtoras, que deram destaque a temáticas referentes à conjuntura política da época, como foi o caso das manifestações em prol das “Diretas Já!”²¹, abordadas pela edição de número 16, de maio-junho de 1984. Porém, no âmbito político, o assunto mais discutido nessa fase foi a Constituinte, uma vez que esse tema foi o destaque de três edições do *Mulherio*: a de número 25, de março-agosto de 1986, a de número 26, de setembro-novembro de 1986, e a de número 27, de dezembro-fevereiro de 1987.

Temas referentes à relação entre as mulheres e o trabalho também continuaram sendo tratados. Dessa maneira, na edição de número 17, de julho-agosto de 1984, o jornal tratou das condições de trabalho das mulheres que levavam a vida como boias frias. Na edição de número 34, por sua vez, referente a novembro de 1987, o tema principal foi a situação das mulheres que viviam da prostituição (Figura 09).

²¹ “Diretas já!” foi o nome por que ficou conhecido o conjunto de manifestações de rua realizadas no início da década de 1980, nas grandes cidades brasileiras. A população presente nessas manifestações declarava o seu apoio à aprovação da emenda Dante de Oliveira, que previa o retorno das eleições diretas para o cargo de presidente da república (Ferreira, 2018; Nery, 2014). Muito embora a emenda não tenha sido aprovada por um congresso de maioria conservadora, as “Diretas Já!” evidenciam não apenas o esgotamento da ditadura militar, e a sua consequente perda de legitimidade perante amplos setores da sociedade, mas também o protagonismo assumido pelo povo brasileiro no final do processo de transição.

Figura 09: Capa da edição de número 34, de novembro de 1987.



Fonte: Mulherio (1987).

Outras temáticas, ainda que não tão recorrentes, foram abordadas pelo *Mulherio* ao longo dessa fase. A relação entre mulheres e religião, por exemplo, foi discutida na edição de número 18, de setembro-outubro de 1984, quando o jornal tratou do papel ocupado pelas mulheres no âmbito da teologia da libertação. Questões ambientais, por sua vez, foi o tema da edição de número 31, de agosto de 1987, quando a produção deu destaque ao desastre nuclear de Chernobyl. Para essa segunda fase, destacamos, ainda, as edições de número 20, de janeiro-fevereiro-março de 1985, que tratou da situação das mulheres presidiárias, e a de número 37, de fevereiro de 1988, que deu destaque à discriminação contra gays (Figura 10).

Figura 10: capa da edição de número 37, de fevereiro de 1988.



Fonte: Mulherio (1988).

Por ora, também cabe dizer que, nessa segunda fase, temas associados à reprodução permaneceram sendo discutidos com centralidade pelo *Mulherio*. Nesse período, o assunto

também estampou por duas vezes as capas do jornal. O tema-destaque da edição de número 24, de janeiro-fevereiro de 1986, por exemplo, foi vasectomia (Figura 11). Nela, a produção trouxe vários textos abordando a forma com que os homens brasileiros daquele momento lidavam com a contracepção.

Figura 11: Capa da edição de número 24, de janeiro-fevereiro de 1986.



Fonte: Mulherio (1986).

Já a edição de número 30, de julho de 1987, traz em sua capa o polêmico tema do aborto (Figura 12). Neste número, o jornal tratava das mobilizações feitas naquele momento,

promovidas pelos grupos de mulheres por todo o Brasil, para que a realização do procedimento fosse flexibilizada pela legislação brasileira. A edição em questão menciona, por exemplo, a mobilização dos chamados movimentos feministas independentes, assim chamados porque eram desvinculados do Conselho Nacional da Condição Feminina, que propuseram, em cinco estados, uma campanha de iniciativa popular em prol do tratamento da legalização do aborto pelo Congresso Constituinte. Além disso, ela também traz matéria sobre a campanha em favor do aborto terapêutico, capitaneada pelo médico Rafael Gollop. Vale dizer, ainda, que muito embora esse tema só tenha figurado nessa única capa do *Mulherio* – que, lembramos, teve 40 edições –, o aborto, conforme veremos, foi um dos temas mais discutidos pelo periódico.

Figura 12: Capa da edição de número 30, de julho de 1987.



Fonte: Mulherio (1987).

1.3.3 Terceira fase

Em sua terceira e última fase, o jornal passou por várias mudanças estruturais. Para se manter após perder o apoio financeiro da Fundação Ford, a produção lançou-se na estratégia de não se limitar a temáticas feministas, passando a se apresentar como um periódico voltado para temas “culturais”. Desse modo, ele deixou de se chamar “Mulherio”, e adotou o nome de “Nexo: feminismo, informação e cultura”. Na primeira edição dessa fase (Figura 13), Inês Castilho, que continuou sendo a editora-chefe da publicação, brevemente discorreu sobre a mudança:

Refletindo essas transformações vividas pelo feminismo em todo o mundo e largamente discutidas, “Mulherio” dá lugar a Nexo, mantendo sua identidade e religando-se ao universo mais amplo para responder à necessidade de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro (Nexo, junho de 1988, p. 2).

Figura 13: Capa da primeira edição de Nexo, de junho de 1988.



Fonte: Acervo do Mulherio (1988).

A análise das edições do *Mulherio* nos permite afirmar que a escolha por uma identidade mais cultural do que política, muito embora tenha sido assumida com a publicação do primeiro número de *Nexo*, não ocorreu de forma abrupta. Nesse sentido, nos últimos anos da segunda fase, o jornal passou, cada vez mais, a enfatizar o cenário cultural da época. O destaque da edição de número 36, de janeiro de 1988, por exemplo, não foi um tema ligado ao feminismo, nem propriamente às mulheres, mas a atuação do cantor e compositor Gilberto Gil. Sua trajetória foi abordada a partir de uma entrevista feita por Inês Castilho ao artista. Surpreendentemente, a conversa acabou ocupando sete das 23 páginas da edição. Além disso, a figura de Gil também estampou, sozinha, a capa daquele número (Figura 14).

Figura 14: Capa da edição de número 36, de janeiro de 1988.



Fonte: Mulherio (1988).

Nessa sua nova fase, podemos observar outras mudanças importantes em relação às temáticas e aos autores que escreviam na publicação. Por se definir como um jornal feminista, a maioria das matérias publicadas pelo *Mulherio* tratava sobre questões específicas das mulheres. Além disso, a maioria delas era escrita por mulheres – em sua maioria, pesquisadoras feministas. Homens contribuíam excepcionalmente com a produção. Em *Nexo*, por sua vez, vemos um cenário diferente. Na sua edição de número 1, de estreia, publicada em junho de 1988, em apenas três momentos a produção tratou de temáticas diretamente ligadas ao feminismo: no texto “A imagem da mulher brasileira na propaganda” (*Nexo*, junho de 1988, p. 3-5), que trazia uma entrevista feita por Lia Carneiro à publicitária Clarice Herzog²²; na matéria “Francis Kissiling: uma católica a favor do aborto”, escrita por Carmen Barroso, tratava da figura de Francis Kissiling, uma católica estadunidense que, à época, liderava o movimento “Catholics for a free choice”, que, no âmbito mundial, lutava pela legalização do aborto; e na seção “Em movimento”, na qual o jornal divulgava, por meio de alguns textículos, o trabalho de grupos, movimentos e organizações de mulheres no Brasil e no mundo.

Além dessa redução drástica no número de textos sobre temas historicamente associados ao campo feminista, as edições dessa terceira fase também se distinguiam pela presença bem maior de textos de autoria masculina. Nessa mesma edição de estreia, dos 11 textos que foram assinados, quatro deles foram escritos por homens, sendo eles: Arnaldo Antunes (autor de “Em todos os sentidos”), Ricardo Kotscho (que escreveu “Pé na estrada, macacada”), Haroldo de Campos (“Rosas (rápidas) para Horácio”) e Fernão Ramos (que, na seção “cinema”, escreveu o texto “A perturbadora narrativa do sexo explícito”).

A escolha por não mais se limitar aos debates feministas e ampliar a discussão para temáticas do âmbito da produção cultural foi feita com o objetivo de atrair um maior número de leitores capaz de manter a produção em atividade. Porém, ela não surtiu o efeito desejado. Na verdade, *Nexo* teve apenas duas edições. A última, de número 2, de julho de 1988, já não traz mais nenhum texto sobre feminismo, o que testemunha o esgotamento de uma produção que, durante a maior parte do tempo, esteve diretamente ligada aos movimentos de mulheres. Além disso, dos 13 textos assinados, sete foram escritos por homens²³. Só para

²² Ela era viúva do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nos porões da ditadura em 1975.

²³ Esta edição contou com as contribuições de: Antônio Medina Rodrigues (“Negritude e dialética”), Fernando Gabeira (“Aids e moral no país do vale-tudo”), Régis Bonvicino (“Quatro poemas”), Augusto de Campos (“Retrato de um retrato”), João Alexandre Barbosa (“Leituras: o intervalo da literatura”). Além disso, nas seções culturais, o jornal também contou com as participações de: Jean - Paul Fargier e Frederico Tavares Bastos Barbosa.

dimensionarmos o significado dessa mudança, basta comparar esse número de *Nexo* com a edição de número 1 de *Mulherio*, de maio-junho de 1981, que não apresenta nenhum texto de autoria masculina.

A última edição de *Nexo* (Figura 15) não apresentava nenhum texto que predissesse o encerramento da publicação, o que nos sugere que o seu fim ocorreu de forma inesperada, não dando oportunidade para que os seus produtores fizessem um registro de despedida para o público.

Figura 15: Capa da segunda edição de Nexo, de julho de 1988.



Fonte: Acervo do Mulherio (1988).

Feitas essas colocações mais gerais, falaremos a partir de agora, e de forma mais detalhada, sobre o financiamento que o *Mulherio* recebeu da Fundação Ford. Já tivemos a oportunidade de dizer que os recursos dessa instituição foram fundamentais para a manutenção dessa produção jornalística, que é lembrada como uma das mais duradouras da imprensa feminista brasileira. Ao longo de seus oito anos de atividade, aqueles que produziam e liam o *Mulherio* puderam protagonizar diversos processos importantes da história do Brasil recente: as mobilizações em prol das “Diretas Já”; a retomada das eleições sob o pluripartidarismo²⁴, que, aos poucos, sinalizavam o restabelecimento do Estado Democrático de Direito; a elaboração e promulgação da Constituição de 1988 etc. Nesse sentido, é preciso entender que uma publicação feminista como o *Mulherio* não nos serve, apenas, para estudar questões associadas à História das Mulheres, mas que ela é, ao fim, uma fonte que nos permite estudar a História do Brasil.

1.4 O financiamento do Mulherio pela Fundação Ford

Os recursos fornecidos pela Fundação Ford foram fundamentais para a produção e manutenção do *Mulherio*. Segundo informações divulgadas pela própria Fundação, entre os anos de 1984 e 1987, correspondentes à segunda fase do jornal, a produção feminista recebeu recursos que se aproximavam da faixa dos 310 mil dólares (Adorno; Cardia, 2002). Dado o papel determinante desempenhado pela FF na trajetória do desta publicação feminista, materializado nas volumosas cifras fornecidas ao jornal, consideramos importante discutir as relações entre o *Mulherio* e a principal instituição que o mantinha. Além de avaliar os interesses que motivaram essas relações, a discussão também se justifica no sentido de fomentar reflexões sobre a relação entre grandes corporações capitalistas e movimentos políticos e sociais.

A Fundação Ford, que se apresenta no cenário internacional como uma instituição filantrópica, foi criada pela família Ford, dona da Ford Motors Company, na década de 1930. Nesse momento, a criação da instituição atendia a uma estratégia do clã para driblar a

²⁴ O pluripartidarismo foi reinstalado no Brasil em 1979. Com isso, o bipartidarismo, imposto pela ditadura em 1966, por meio do Ato Institucional nº 2, foi extinto. De 1966 a 1979, sob o bipartidarismo, as eleições em todas as esferas eram disputadas por apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido da ditadura, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia as oposições.

prestação do imposto de renda. A tática era a de fazer com que os volumosos lucros da corporação, ao invés de caírem na malha fina da receita federal estadunidense, fossem parar nos caixas da Fundação, garantindo, assim, que eles se mantivessem sob a posse da família (Chaves, 2011; Rocha, 2015).

Segundo o historiador Chaves (2011), até fins da década de 1940, a FF tinha existência meramente simbólica. Durante essa primeira fase, ela limitava-se a realizar uma ou outra ação beneficente em algumas localidades do território dos EUA. A partir da década de 1950, contudo, a Fundação passaria por um processo de reconstrução. Nesse momento, várias mudanças passaram a ser feitas para revitalizar a imagem pública da instituição perante a sociedade norte-americana. Além disso, foi também nesse momento que a FF, da mesma forma que outras corporações estadunidenses, como veremos mais à frente, passaram a firmar acordos com a Agência Central de Inteligência (CIA) e com o Departamento de Estado dos EUA.

No contexto da Guerra Fria, essa nova parceria previa a ampliação da atuação dessas entidades privadas para os países de capitalismo dependente, com o objetivo de mantê-los alinhados à ordem capitalista-liberal. Ao atuar nesses países, essas corporações eram guiadas por uma noção desenvolvimentista de que a solução para os problemas sociais que eles enfrentavam era o desenvolvimento econômico. A partir das suas ações, as quais eram estrategicamente planejadas e executadas, essas instituições visavam ao fomento de ideais liberais, a exemplo da divulgação de valores como: liberdades individuais, livre mercado, meritocracia, democracia liberal e direitos humanos (Chaves, 2011; Rocha, 2015).

Foi na década de 1960 que a FF começou a atuar no Brasil. No ano de 1962, poucos anos após a Revolução Cubana (1959), a Fundação inaugurou o seu escritório na cidade do Rio de Janeiro. Aqui, à maneira do que ocorria em outros países da América Latina, a exemplo do Chile, Colômbia e Venezuela, os esforços da Fundação se concentravam, sobretudo, no investimento na formação de elites e lideranças intelectuais e políticas. Na visão estratégica da Fundação, esses líderes seriam aqueles que, no futuro, ocupariam os postos-chaves da administração pública e, através da formação recebida, conduziriam o processo de

desenvolvimento capitalista, contornando as tensões que fossem surgindo pelo caminho²⁵ (Rocha, 2015).

Em função dessa estratégia, volumosos recursos foram aplicados pela Fundação no Ensino Superior brasileiro, com destaque para os cursos de Ciências Sociais, Economia e Relações Internacionais. Esses recursos eram aplicados diretamente nas instituições e nos centros de pesquisa, como também eram revertidos na concessão de bolsas de estudos individuais, na realização de concursos de pesquisas, e no financiamento de publicações – livros e revistas científicas (Chaves, 2011; Rocha, 2015).

Para a Fundação, a educação era uma área estratégica, visto que, de um lado, garantiria a capacitação de mão-de-obra, e, de outro, permitiria a disseminação dos valores liberais, o que garantiria a preservação da ordem capitalista. Além desse pesado investimento na educação, a FF também empreendeu ações estratégicas para a integração de grupos sociais historicamente excluídos, como mulheres, negros e indígenas (Chaves, 2011; Rocha, 2015).

A partir da década de 1950, momento em que a FF passava por reestruturações, a reprodução se tornou alvo dos interesses de grandes organizações mundiais alinhadas à ordem capitalista-liberal, encabeçada pelos EUA. No contexto da Guerra Fria (1945-1991), essas instituições passaram a temer que a superpopulação de minorias sociais e étnicas, aliada a problemas sociais como pobreza, fome e desemprego, proporcionaria a propagação do ideário comunista. Dessa forma, essas instituições passaram a atuar no sentido de reduzir as taxas de nascimentos mundiais, sobretudo as de países de capitalismo dependente, como era o caso do Brasil (Bhering, 2014; Pedro, 2003).

Desde então, organizações como as Nações Unidas e entidades privadas como a *International Parenthood Federation*, Fundação Rockefeller, *Pathfinder Fund*, a própria Fundação Ford, e entre outras instituições alinhadas aos interesses dos EUA, passaram a planejar e executar ações a fim de reduzir as taxas de nascimentos mundiais. Elas atuavam, sobretudo, através do financiamento de ações em países do chamado “terceiro mundo”. Neles, seus recursos eram aplicados no desenvolvimento do campo demográfico, na formação de cientistas e profissionais das áreas da saúde e das ciências sociais, no desenvolvimento e

²⁵ E aqui não podemos deixar de citar o exemplo mais emblemático do sucesso dessa estratégia: Fernando Henrique Cardoso. O ex-presidente do Brasil (1995-2002) foi, durante muitos anos, pesquisador pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), instituição mantida pela FF e que resguardou muitos pesquisadores brasileiros perseguidos pela ditadura civil-militar (1964-1985).

aprimoramento de métodos contraceptivos, na oferta de serviços de planejamento familiar etc. (Bhering, 2010; Souza, 2002).

No Brasil, a FF foi uma das instituições privadas que mais investiu em ações para a diminuição das taxas de natalidade. Desde o início da sua atuação no país, nos anos 1960, o campo reprodutivo se apresentou como uma das áreas prioritárias de sua interferência (Souza, 2002; Rocha, 2015). Apesar de essas intervenções serem motivadas pelo temor que os grupos dominantes tinham, à época, de que a explosão demográfica levasse à revolução comunista, no âmbito ideológico elas eram justificadas pelo discurso de que altos índices populacionais eram um obstáculo para o alcance do desenvolvimento econômico.

Não é de outra forma que Souza, pesquisadora brasileira que atuou como representante da FF no Brasil, define a interferência desta instituição no campo reprodutivo: “No cumprimento da sua *missão* de promover o desenvolvimento, a Fundação Ford começou, a partir dos anos 1950, a preocupar-se com o crescimento populacional” (2002, p. 131, grifo nosso).

Ao discorrer sobre a interferência da FF no campo reprodutivo brasileiro, é possível perceber que essa pesquisadora a divide em duas fases. Essa divisão busca traduzir as diferentes estratégias adotadas pela instituição no referente ao controle de natalidade. Desse modo, uma primeira fase estaria cronologicamente situada entre o início da década de 1960 e fins da década de 1970, e uma segunda, por sua vez, teria sido iniciada no final da década de 1970 / início da década de 1980 (Souza, 2002).

A primeira fase foi marcada, sobretudo, pelo forte investimento da Fundação na criação de uma infraestrutura material para que as taxas de natalidade do país pudessem ser reduzidas. Nesse primeiro momento, a sua principal estratégia traduziu-se no investimento na formação de pesquisadores e profissionais das áreas da demografia, biomedicina, biologia reprodutiva e ciências sociais, bem como na realização de pesquisas para o aprimoramento e desenvolvimento de métodos contraceptivos (Souza, 2002).

Para essa primeira fase, abrimos espaço para destacar o apoio dado pela FF à Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM). Fundada no início da década de 1960, e que chegou a abrigar, em seus quadros, nomes como o do renomado sociólogo Gilberto Freyre, essa organização era formada por uma rede de clínicas de planejamento familiar espalhadas por todo o Brasil, as quais eram administradas por médicos e cientistas

sociais. Essas clínicas eram reconhecidas pela distribuição de anticoncepcionais hormonais e pela oferta de esterilizações, serviços esses que eram voltados para as populações mais pobres do país (Bhering, 2014; Souza, 2002).

Nas décadas de 1970 e 1980, vários grupos feministas criticaram essas ações que julgavam ser “controlistas” (Teles; Leite, 2013). Na edição de número 13, por exemplo, referente aos meses de maio-junho de 1983, em matéria sobre aborto, o *Mulherio* reprovava a atuação da BEMFAM, que se aproveitava na inércia do governo brasileiro no referente às questões reprodutivas para praticar ações indiscriminadas de controle de natalidade:

Hoje, a posição do governo em relação ao tema é ambígua. No plano internacional, assumimos posições natalistas. Internamente, existe uma legislação profundamente restritiva ao controle populacional [...] Ao mesmo tempo, a Bemfam age livremente em todo o território nacional, amplia suas atividades e estabelece convênios com universidades, governos municipais e estaduais (Mulherio, maio-junho de 1983, p. 9).

Para além de alvo de críticas das feministas, é importante dizer que, nos anos 1990, a BEMFAM também foi alvo de investigações na chamada “CPMI da esterilização”, que apurou denúncias de esterilizações em massa feitas por brasileiras que, à época, acusavam a organização.

De acordo com o relatório final da referida Comissão, a BEMFAM, para atuar no Brasil, recebia recursos de duas fontes principais: a International Planned Parenthood Federation (IPPF - Federação Internacional de Planejamento Familiar), organização de caráter não-governamental, e a United States Agency for International Development (USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). De acordo com este relatório: “Os recursos internacionais [fornecidos à BEMFAM] somaram nesses últimos cinco anos (1987/1991) US\$20.311.484,00 que, somados aos US\$1.429.523,00 obtidos de convênios diversos com municípios brasileiros, remontam a US\$21.741.007,00 naquele período” (Congresso Nacional, 1993, p. 59).

Além dos volumosos recursos disponíveis, o relatório também nos permite visualizar a ampla atuação desempenhada pela BEMFAM na sociedade brasileira, uma vez que ela executava ações e serviços em todas as regiões do país:

O número de convênios em vigor em 1991 foi de 1.773, atingindo 26% dos municípios em todo o país, *sendo que a maior concentração é no Nordeste*. Os Estados do Rio Grande do Norte (99,3% dos municípios), Pernambuco (97,8%), Alagoas (100%), Paraíba (98,8), Piauí (94,9%) e Ceará (92,1%) são objetos de maior atenção da BEMFAM. Em alguns outros Estados (BA, SE, MA, RS, PR, SC, MG) a incorporação dos municípios nos programas da BEMFAM apresenta um índice bem mais modesto. No Estado do Rio de Janeiro, sede da instituição, 90% dos municípios contam com a sua assistência (Congresso Nacional, 1993, p. 61, grifo nosso).

Após explanar sobre a intervenção da BEMFAM no território brasileiro, o relator da Comissão, o senador Carlos Patrocínio (PFL - TO), conclui que:

a BEMFAM - Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil é uma das 134 entidades no mundo filiadas à IPPF que tem por objetivo o controle populacional mediante uso de métodos de planejamento familiar e educação sexual de crianças e adolescentes voltada para seus objetivos, condicionada a uma mudança de valores morais e éticos hoje não aceitos por amplos setores da sociedade brasileira (Congresso Nacional, 1993, p. 63).

Diante do que foi dito sobre a atuação da BEMFAM, devemos reconhecer que, além de financiar produções feministas, a FF contraditoriamente também estabeleceu ligações controversas com clínicas privadas de planejamento familiar, cuja atuação tanto era alvo de críticas por setores da sociedade civil brasileira como de investigações realizadas no país.

Ainda na primeira fase estratégica da FF, destaque também deve ser dado aos investimentos feitos por ela no campo demográfico brasileiro. Não por acaso, os recursos fornecidos pela Fundação foram determinantes para a consolidação da demografia na academia brasileira. Tais recursos foram empregados na criação de cursos de pós-graduação, bem como na fundação da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), em 1976, e da Revista Brasileira de Estudos de População, em 1982 (Bhering, 2014; Souza, 2002).

No final da década de 1970, a FF passou a adotar uma nova estratégia para lidar com o campo demográfico brasileiro. A partir daquele momento, a instituição passou a atuar, cada vez mais, no campo ideológico. A partir de então, a instituição, como ela mesma admite, passou a reconhecer que somente construir uma infraestrutura material não era suficiente para reduzir, de forma substantiva, os índices de natalidade do Brasil. Nesse momento, então, a FF passou a considerar que também era preciso atuar no campo ideológico:

No final dos anos de 1970, a Fundação [...] fez um ajuste estratégico [...] Projetos que enfocavam melhorias dos métodos contraceptivos e de planejamento familiar produziram resultados limitados e tornou-se claro que o sucesso desses empreendimentos dependia de escolhas pessoais de homens e mulheres nas questões de contracepção, sexualidade e gestação (Souza, 2002, p. 142, grifos nossos).

Desse modo, a partir de fins dos anos 1970, é possível identificar uma nova postura assumida pela Fundação. Nessa nova fase, as ações da FF no campo reprodutivo brasileiro passaram a priorizar “[...] a criação de um ambiente socioeconômico que promovesse a motivação, as competências e os meios para [que as mulheres fossem levadas a] escolher famílias menores” (Souza, 2002, p. 143). Nessa segunda fase, e partindo do entendimento de que o empoderamento individual das mulheres seria uma estratégia eficaz para a redução significativa das taxas de natalidade, os esforços da instituição passaram a se concentrar, sobretudo, na oferta de expectativas e oportunidades educativas e profissionais às mulheres.

Em outras palavras, a nova estratégia adotada pela instituição consistia em investir na disseminação de ideais liberais como ascensão social e sucesso profissional para que as mulheres se sentissem cada vez menos atraídas pela ideia tradicional de se casar e ter filhos. A partir dessa nova abordagem, esse segundo momento acabou sendo marcado, sobretudo, pelo “[...] interesse da Fundação em financiar projetos *de e para* mulheres” (Souza, 2002, p. 143, grifo nosso). De forma contraditória, podemos dizer que essa nova estratégia para reduzir os índices de natalidade levou a FF a financiar, no Brasil, grupos e projetos feministas que denunciavam e criticavam ações controlistas, a exemplo do próprio *Mulherio*, subsidiado por ela.

Além desse periódico feminista, outras produções foram beneficiárias dessa nova política estratégica adotada pela Fundação. Dentre elas, podemos destacar: Geledés – Instituto Mulher Negra, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea), Themis – Estudos de Gênero e Assessoria Jurídica, Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, Rede Regional do Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero, SOS – Corpo, Gênero e Cidadania, SOS Mulher – Centro de Informação Sobre da Mulher e o Coletivo Feminista – Sexualidade e Saúde²⁶.

²⁶ Segundo informações divulgadas pela própria instituição, esses projetos são apenas os que receberam, entre 1966 e 2001, quantias superiores a cem mil dólares, o que nos sugere que essa lista possa ser ainda maior (Adorno; Cardia, 2002; Souza, 2002).

Além de financiar grupos feministas brasileiros, a nova estratégia de empoderar individualmente as mulheres também levou a Fundação a investir no desenvolvimento dos estudos feministas. O início desse engajamento pode ser localizado em 1978, ano em a FF firmou parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC), essa que, no Brasil, logo figuraria como uma das principais beneficiárias da instituição (Adorno; Cardia, 2002; Souza, 2002). Os volumosos recursos recebidos da FF permitiriam à FCC, com sede em São Paulo, logo se tornar, nos anos 1980, o mais importante núcleo de pesquisas sobre a mulher existente no Brasil (Corrêa, 2001).

Além de fornecer recursos para a FCC, a FF também investiu na criação de programas de pós-graduação, na concessão de bolsas e viagens de estudos, na realização de concursos de pesquisas e no financiamento de revistas acadêmicas e núcleos de pesquisa sobre a condição social feminina. Nesse sentido, em edições do *Mulherio*, não era incomum a presença de anúncios como este da Figura 16:

Figura 16: Trecho da edição de número 7, de maio-junho de 1982, p. 24.

Ano 1982 | Edição 00007A



CONCURSO

Preparem suas canetas, seus gravadores, suas anotações: já estão abertas as inscrições para o 3º Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher, realizado pela Fundação Carlos Chagas com recursos da Fundação Ford. Qualquer pessoa pode-se candidatar a receber uma verba de até 1,5 milhão de cruzeiros para desenvolver um estudo nas diversas áreas relacionadas à mulher. Mas atenção: as inscrições encerram-se no dia 20 de agosto.

Fonte: *Mulherio* (1982).

Essas oportunidades, porém, concentravam-se, sobretudo, nos grandes centros da região sudeste do Brasil, reproduzindo, portanto, as desigualdades regionais existentes no país (Rosemberg, 1993; Souza, 2002).

Em a *Ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) alegam que toda ação é motivada por interesses de atores sociais concretos. Nesse sentido, os precursores do materialismo histórico dialético defendiam que as idéias, os discursos, e tudo aquilo que está situado no âmbito das produções culturais de dada sociedade não paira acima dos sujeitos, como se tivesse existência própria e autônoma. Elas são, na verdade, obras de sujeitos concretos, os quais possuem interesses também concretos, e cujas atuações são possibilitadas, mas também limitadas, por determinadas estruturas históricas e sociais.

Nessa perspectiva, a análise materialista do engajamento da FF no Brasil mostra-nos as ligações entre as suas ações em prol da promoção social das mulheres e o interesse de seus dirigentes na manutenção da ordem de dominação capitalista. Naquele momento, e na visão dos grupos dominantes mundiais, essa ordem encontrava-se ameaçada em função do crescimento populacional dos países dependentes. Ao fim, era o interesse de controlar as taxas de natalidade mundiais, e assim manter a ordem de dominação existente, que se constituía na principal motivação para a intervenção de instituições como a FF no campo reprodutivo brasileiro.

Nesse sentido, o debate sobre direitos reprodutivos feito no *Mulherio* era fruto, inegavelmente, da agência das mulheres, que, na condição de feministas, contribuíram para o debate das demandas femininas. Porém, a análise material mostra-nos, também, que a própria existência de produções como essa, bem como o avanço da luta por justiça reprodutiva em um país de capitalismo dependente como o Brasil, também eram produtos das intervenções de poderosas instituições norte-americanas que, comprometidas com a manutenção da ordem capitalista-liberal, passaram, a partir da segunda metade do século XX, a promover essas pautas (Thompson, 1981).

Ao destacarmos os interesses da Fundação Ford, não queremos negar as suas contribuições para o avanço do debate das pautas feministas, em especial aquelas associadas à luta por direitos reprodutivos no Brasil (Rosemberg, 1993). Queremos, na verdade, problematizaros discursos de “benevolência” e “caridade”, e até mesmo de defesa dos “direitos humanos” operacionalizados por instituições liberais como a FF. Queremos,

portanto, avaliar de forma mais crítica as intervenções dessa instituição no campo populacional, mostrando que ela não agia de forma desinteressada, como alegava em seus discursos, mas motivada por interesses concretos.

A análise histórico-crítica da intervenção da FF nos possibilita entender que, ao interferir no âmbito reprodutivo de países de capitalismo dependente como o Brasil, a instituição não estava interessada, ao fim, na garantia dos direitos das mulheres, mas sim na manutenção da ordem de exploração capitalista. A promoção social das mulheres empreendida por ela era antes um meio do que um fim almejado. Prova disso é que na mesma época em que investia volumosas cifras de dólares em projetos feministas nos países dependentes, a companhia Ford também era uma das instituições que, nos EUA, estava sendo processada por trabalhadoras estadunidenses, as quais acusavam a empresa de discriminação salarial:

Você está recebendo salários menores do que os seus colegas homens para exercer funções iguais? Uma das saídas é abrir um processo trabalhista contra a empresa [...] Nos Estados Unidos, em 1980, centenas de mulheres optaram pela via legal para reclamar seus direitos e no final dos processos ganharam substanciais indenizações. A maior indenização foi paga pela Ford Motors Co.: 23 milhões de dólares (Mulherio, julho-agosto de 1981, p. 3).

Desse modo, é preciso entender a atuação da FF dentro de limites estruturais. Ou seja, os volumosos investimentos da Fundação na promoção social das mulheres, sobretudo por meio do financiamento de produções e projetos feministas, apesar de relevantes, não foram sinônimos de garantias efetivas para os dilemas enfrentados pelas mulheres brasileiras, dentre eles, aqueles associados à reprodução.

De acordo com Rocha (2015), as ações da Fundação Ford em países de capitalismo dependente não objetivavam solucionar, de fato, os problemas sociais criados pelas estruturas socioeconômicas de exploração e opressão, mas, apenas, amenizá-los. Em outras palavras, as ações da instituição não visavam atacar as raízes estruturais dos problemas, mas consistiam em meras reformas que buscavam preservar, em meio às mudanças, a ordem de dominação existente.

Nesse sentido, é preciso entender, a partir de Saffioti (2013), que a opressão das mulheres não se trata de mero resquício de sociedades passadas, portanto, um fato

“supostamente” alheio ao capital. Muito pelo contrário. Segundo a socióloga, a opressão das mulheres, na sociedade capitalista, é mais um dos muitos mecanismos acionados pelas classes dominantes para perpetuar a lógica de exploração e empreender a reprodução e valorização do capital. E uma vez que a desigualdade de gênero é ressignificada pela sociedade capitalista, fica fácil entender que as soluções oferecidas por ela à opressão das mulheres sempre esbarrarão nos limites estruturais impostos pela própria lógica de exploração capitalista. Ou seja, em função das imbricações entre desigualdade de gênero e exploração de classe, o capitalismo não é capaz de oferecer, em termos estruturais, soluções efetivas para a opressão das mulheres.

Segundo Saffioti (2013), as “soluções” oferecidas pelas classes dominantes aos problemas sociais, que, na verdade, muito mais consistem em ‘paliativos’, são bastante limitadas e parciais. No caso da opressão das mulheres, trata-se de alternativas que não estão disponíveis para todas as mulheres, mas apenas para uma pequena parcela delas. Por isso, ao invés de combater, essas falsas soluções contribuem, na realidade, para reforçar as desigualdades sociais já existentes entre elas, fazendo com que poucas mulheres estivessem em posição de privilégio em relação à maioria – um privilégio associado não apenas ao acesso a recursos materiais como também simbólicos.

O fato de o capitalismo se beneficiar, entre outras coisas, da opressão das mulheres, leva-nos a reconhecer que a solução mais efetiva para os problemas sociais que as atingem exige, do ponto de vista teórico, análises que busquem traduzir, entre outras coisas, as relações estruturais entre gênero e classe, e, do ponto de vista empírico, um feminismo que vise à transformação radical das estruturas socioeconômicas de exploração e opressão (Saffioti, 2013; Machado, 2017).

A transformação dessas estruturas, logicamente, não era pretendida pela FF. Ao contrário. Por estar comprometida com a ordem capitalista-liberal, e ao intervir no âmbito reprodutivo de países como o Brasil, ela estava interessada na manutenção e no fortalecimento de tais estruturas. Por outro lado, as suas ações e os seus discursos em defesa da melhoria da condição social das mulheres, ainda que tenha trazido benefícios imediatos para certos grupos, foram e permanecem sendo insuficientes, por si só, para acabar com a subordinação feminina, a qual inclui o controle da capacidade reprodutiva das mulheres.

Apesar dos avanços proporcionados pela interferência da FF no âmbito reprodutivo, suas atuações foram limitadas, pois não foram capazes de dar garantias efetivas para todo o conjunto das mulheres. Além disso, a principal motivação de sua atuação não foi a de atender às demandas das mulheres, embora ela tenha atuado nesse sentido, mas sim o interesse de preservar, de forma atualizada, a ordem de dominação de que faz parte.

Por fim, as contradições que atravessam a história dos direitos reprodutivos no Brasil nos mostram que a simples oposição “controlistas” *versus* “natalistas”, tão presente na segunda metade do século XX para nomear as disputas em torno do campo demográfico, apresenta limitações. No Brasil, esses termos foram popularizados pelos grupos feministas da década de 1980 para se referirem às posições adotadas pelos vários atores no que tange à reprodução. As próprias feministas que escreviam no *Mulherio* empregavam essas expressões. Porém, tais categorias não dão conta de explicar a complexidade da realidade empírica recortada.

Vimos, por exemplo, que o fato de perseguir objetivos controlistas levou a Fundação Ford a contraditoriamente se engajar em ações progressistas, a exemplo do financiamento de uma produção feminista como o *Mulherio*. Por outro lado, conforme veremos ao longo de todo este trabalho, esse jornal, muito embora tenha recebido recursos de instituições privadas, não se tratou, conseqüentemente, de uma produção que reproduziu de forma passiva os interesses de seus financiadores.

Em sua tese de doutorado, o historiador Bhering (2014) também critica esse dualismo simplista. Ao pesquisar sobre a história do Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (CPAIMC)²⁷, Bhering (2014) problematiza a oposição “controlistas” *versus* “natalistas” e desenvolve o conceito de “ideologia contraceptiva”. Por meio desse conceito, o pesquisador procurou traduzir o caráter ambíguo dos discursos proferidos pelo CPAIMC. Segundo o historiador, a organização tanto disseminava discursos embasados em visões controlistas de que era preciso reduzir as taxas de nascimentos para acabar com os problemas sociais, como também, de modo contraditório, fazia alegações fundamentadas em visões progressistas de que a oferta de tais serviços estava associada à defesa da universalização do direito à saúde.

²⁷ De acordo com Bhering (2014), o CPAIMC era formado por uma rede de clínicas de planejamento familiar que, entre os anos de 1975 e 1994, atuavam nas regiões periféricas do Rio de Janeiro. Tal como a já citada BEMFAM, que recebia financiamento da FF, ao atuar naquelas localidades, o CPAIMC realizava a distribuição contraceptivos e a oferta de procedimentos de esterilização, para o que também recebia verbas de entidades internacionais.

Diante dessas colocações, pensamos que podemos nos apropriar do conceito de “ideologia contraceptiva”, formulado por Bhering (2014), para definirmos a postura contraditória assumida pela FF no âmbito reprodutivo brasileiro. Acreditamos que essa aplicação é válida, pois, se por um lado é inegável o fato de que a instituição perseguiu objetivos controlistas, por outro, vimos que esses mesmos objetivos a levou a realizar ações progressistas, a exemplo do investimento nas mulheres e no debate feminista, como foi o caso de seu financiamento ao *Mulherio*.

Por fim, um olhar mais crítico para as intervenções da FF e para os seus interesses ao investir nas pautas feministas não implica perdermos de vista o papel protagonista desempenhado pelos grupos feministas brasileiros financiados por ela para o avanço da luta por direitos reprodutivos. Contraditoriamente, esse avanço tanto foi produto de um contexto histórico mais amplo, em que entidades estadunidenses, alinhadas à perspectiva capitalista-liberal, passaram a promover certos grupos feministas de nossa sociedade, como foi produto das inquietações das próprias mulheres, tenham elas recebido, ou não, recursos dessas instituições.

No próximo capítulo, trataremos da forma com que o *Mulherio* realizou o debate de temas historicamente ligados à luta por direitos reprodutivos. Por meio de alguns dados, procuraremos caracterizar, portanto, a forma com que essa produção abordou temas e problemáticas associadas à reprodução. Além disso, também procuraremos destacar as contradições que marcaram a sua postura. Entender esses pontos é fundamental para o melhor aproveitamento dos próximos capítulos, nos quais exploramos em mais detalhes essas discussões.

CAPÍTULO II

“Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto”²⁸: as abordagens da raça e da luta de classes pelas feministas do *Mulherio*

De acordo com a cartilha “Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres”, produzida pelo Núcleo de Promoção e Defesa das Mulheres da Defensoria Pública do Distrito Federal (NUDEM) e divulgada pelos canais oficiais do Distrito Federal na *internet*, os direitos reprodutivos podem ser definidos da seguinte maneira:

[...] tratam do direito que toda pessoa tem de determinar se quer ou não ter filhos/as, e também como e quando isso deve ocorrer. Tratam, por exemplo, de direitos: de acesso a informações sobre métodos/técnicas para garantir ou para evitar gravidez; de planejar quando a reprodução ocorrerá; receber acompanhamento pré-natal e no parto, devendo este ser seguro e humanizado; de interromper a gravidez nas hipóteses garantidas pela lei; de gozar de licença-maternidade sem constrangimento ou discriminação (Defensoria Pública do Distrito Federal, 2023)²⁹.

A defesa dos direitos citados acima não é de hoje. No Brasil das décadas de 1970 e 1980, pautas que hoje compõem a luta por direitos reprodutivos eram levantadas pelas mulheres e feministas da época. Nos famosos Congressos da Mulher Paulista, por exemplo, realizados anualmente entre os anos de 1979 e 1980, e que reuniam diversos grupos e entidades de mulheres e feministas, as demandas reprodutivas ocupavam lugar central. Nesses eventos, bandeiras como a oferta de creches, o acesso a métodos contraceptivos, a livre escolha da maternidade eram temas frequentes nos debates (Teles; Leite, 2013).

Produzido no contexto dessas mobilizações, o *Mulherio* registra um número significativo de textos sobre questões associadas à reprodução. De acordo com levantamento feito por Freitas (2017 *apud* Machado, 2020), em sua tese de doutorado em ciência política, o tema “direitos sexuais e reprodutivos” foi o terceiro mais abordado por este jornal. Ao longo deste capítulo, analisaremos, em termos quantitativos e qualitativos, e de forma mais detalhada, a forma com que o *Mulherio* tratou, em suas páginas, de temáticas ligadas à

²⁸ Mulherio, março-abril de 1981, p. 1.

²⁹ Disponível em: < <https://www.defensoria.df.gov.br/?p=51345> >. Acesso 24 jul 2023.

reprodução. Também discutiremos de forma crítica a forma com que as pesquisadoras feministas, autoras das matérias publicadas pelo jornal, costumavam tratar questões associadas à classe e raça no Brasil. Através da nossa análise, constatamos, na verdade, que a problemática da raça era pouquíssimo explorada, e que a questão da classe limitava-se, apenas, ao nível da denúncia das desigualdades sociais, não avançando no sentido de combater a exploração capitalista. Na prática, a preocupação das feministas do *Mulherio* de não se comprometer com nenhuma “posição pré-estabelecida” entrou em conflito com o privilegiamento da perspectiva das mulheres brancas, pesquisadoras e pertencentes à classe média, e com a adoção de um discurso antirracista e anticapitalista de caráter mais diluído e fragmentado. Através desses debates, teremos a oportunidade de tratar, também, da situação das mulheres negras no Brasil dos anos 1980, das tensões entre feminismo e esquerdas e dos conflitos entre feminismo e capitalismo, particularmente o capitalismo neoliberal.

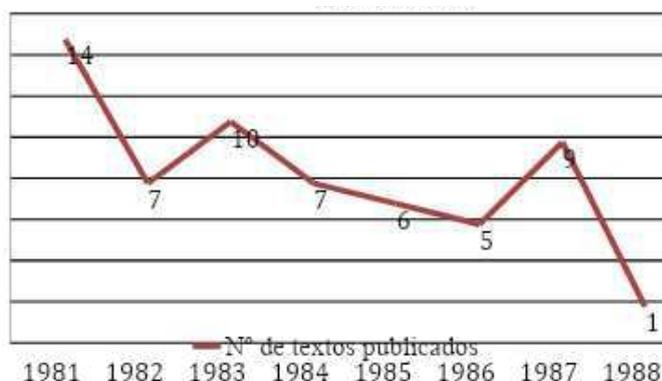
2.1 O debate das pautas reprodutivas no Mulherio: Aspectos gerais

Após um levantamento realizado por nós, constatamos, ao longo das 42 edições³⁰ do *Mulherio*, um total de 59 textos que discutem, com centralidade, temas historicamente ligados às lutas por direitos reprodutivos³¹. No gráfico a seguir (Gráfico 01), podemos visualizar o número de publicação desses textos ao longo dos anos do jornal.

³⁰ Aqui consideramos a soma das 40 edições publicadas por *Mulherio* com as 2 edições publicadas por *Nexo*.

³¹ Convém dizer que questões associadas à reprodução eram frequentemente abordadas pelo *Mulherio*. Contudo, em nosso levantamento, apenas contabilizamos os textos em que elas aparecem como sendo o tema principal. Além disso, em função do tempo curto de uma pesquisa de mestrado, empregamos alguns critérios para a contagem desses textos. Dessa forma, em nosso levantamento, desconsideramos os textos das seções: “Cartas”, “Cozinha”, “Leitura”, “Publicações”, “Pesquisa”, “Estudos” e “Mulheres em ação” / “Em movimento”. A seção “Cartas”, que vinha logo após a capa, trazia textos enviados por leitoras. A seção “Cozinha” apresentava uma visão feminista sobre algum assunto da conjuntura da época. A seção “Leitura” apresentava uma espécie de resenha crítica sobre um livro, ao passo que a seção “Publicações” tecia breves sugestões de leitura. De forma semelhante, a seção “Pesquisa” apresentava os resultados de alguma pesquisa sobre a condição social feminina, ao passo que a seção “Estudos” apenas divulgava, de forma breve, pesquisas naquela linha. As seções “Mulheres em ação” / “Em movimento”, apesar de apresentarem nomes distintos, possuíam a mesma proposta, que era a de divulgar o trabalho de grupos de mulheres e de feministas. Em nosso levantamento, desconsideramos os textos presentes nessas seções não por desprezar a sua importância. Inclusive, fica a sugestão para que pesquisas futuras, quem sabe, possam explorá-los. Na verdade, optamos por não incluí-los em função do tempo curto, o qual impossibilita a análise mais pormenorizada que esse material merece.

Gráfico 1: Número de publicação dos textos sobre reprodução publicados por ano no *Mulherio*



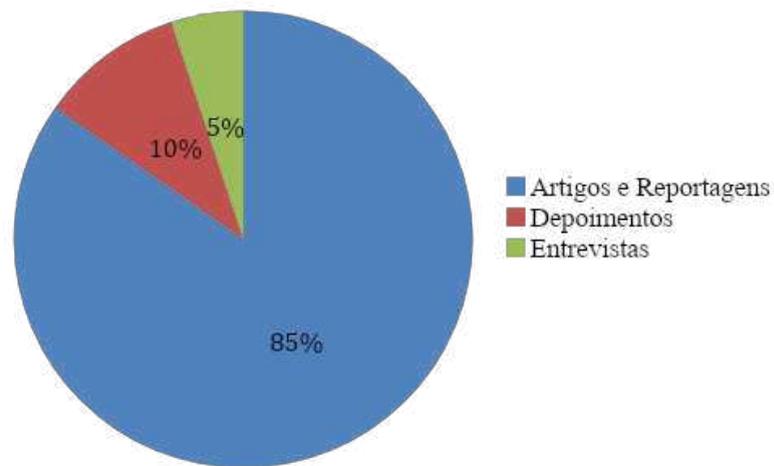
Fonte: Autoria própria (2023).

Ao lermos esse gráfico, temos que: para o ano de 1981, quando da publicação de 5 edições, encontramos 14 textos sobre temas relacionados à reprodução; para o ano de 1982, quando da publicação de 6 edições, encontramos 7 textos; para o ano de 1983, quando da publicação de 5 edições, encontramos 10 textos; para o ano de 1984, quando da publicação de 4 edições, encontramos 7 textos; para o ano de 1985, quando da publicação de 4 edições, encontramos 6 textos; para o ano de 1986, quando da publicação de 3 edições, encontramos 5 textos; para o ano de 1987, quando da publicação de 9 edições, encontramos 9 textos; por fim, para o ano de 1988, quando da publicação de 6 edições, encontramos 6 textos sobre temas ligados à reprodução. Ao todo, totalizam 59 textos sobre reprodução encontrados no *Mulherio*. O maior número de textos (14) foi registrado no seu primeiro ano de estreia, 1981, ao passo que o menor número (1) foi registrado no seu último ano, de encerramento, 1988.

No gráfico a seguir (Gráfico 02), podemos ver em que formatos esses textos foram publicados. Constatamos que a maioria, 50 textos, foi publicada nos formatos de artigos e reportagens, os quais corresponderam à porcentagem de 85% das matérias publicadas. O restante é composto de números modestos de textos em formato de depoimentos³² – 6 textos, correspondendo a 10% do total – e de entrevistas – 3 textos, correspondendo a 5% do total.

Gráfico 2: Formato dos textos publicados pelo *Mulherio*

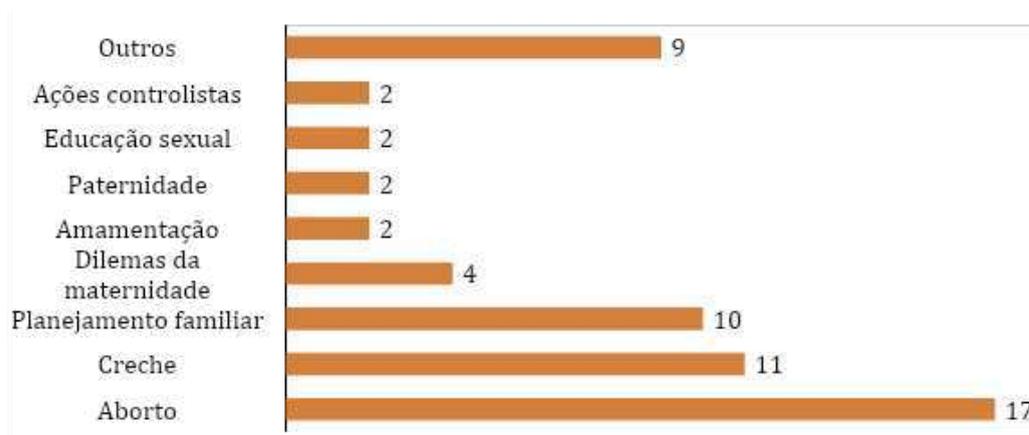
³² Nesse formato, o jornal simplesmente reproduzia, na íntegra, a fala de alguma pessoa sobre determinado assunto.



Fonte: Autoria própria (2023).

Por meio dos gráficos a seguir, também podemos conferir informações referentes às temáticas tratadas por esses textos. O Gráfico 03 traz-nos a relação numérica dos temas abordados, os quais, após levantamento, foram divididos e categorizados da seguinte forma: “Ações controlistas”, “Educação sexual”, “Paternidade”, “Amamentação”, “Dilemas da maternidade”, “Planejamento familiar”, “Creche” e “Aborto”.

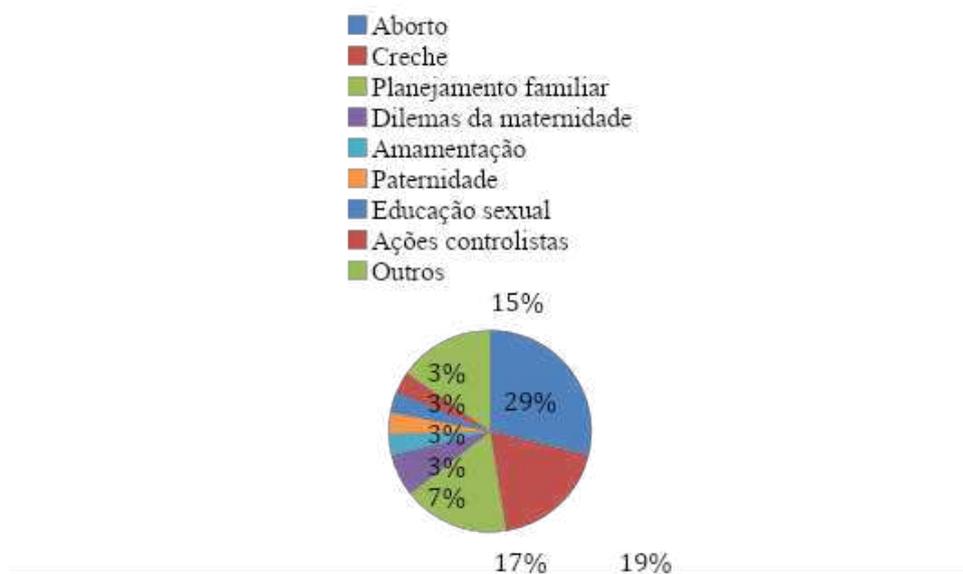
Gráfico 3: Temas sobre reprodução discutidos pelo *Mulherio* (em números)



Fonte: Autoria própria (2023).

O Gráfico 04, por sua vez, mostra-nos esses dados em porcentagem. Por meio deles podemos ver, por exemplo, que os três temas mais discutidos pelo *Mulherio*, no referente às questões reprodutivas, foram, em ordem crescente de matérias publicadas: aborto, creche e planejamento familiar.

Gráfico 4: Temas sobre reprodução discutidos pelo *Mulherio* (em porcentagem)



Fonte: Autoria própria (2023).

Os gráficos também nos mostram que, ainda que de forma menos expressiva, temas como: dilemas da maternidade, amamentação, paternidade, educação sexual e ações controlistas também foram discutidos pelo jornal. Ademais, na categoria “Outros”, alocamos temáticas que foram abordadas uma única vez, a exemplo da discriminação das mulheres mães nos processos de contratação de emprego, tratada na matéria “Solteira, sim. Casada, não”, escrita por Valdeci Verdelho e publicada na edição de número 12, de março-abril de 1983 (*Mulherio*, março-abril de 1983, p. 3).

Figura 17: Trecho da matéria “Solteira, sim. Casada, não”, de Valdeci Verdelho.

Solteira, sim. Casada, não

A discriminação a mulheres casadas nas empresas é um fato corriqueiro. Mas, em São Paulo, o Sindicato dos Químicos conseguiu dar ampla publicidade a um caso comprovado de discriminação, nos Laboratórios Ayerst.

No dia 20 de dezembro do ano passado, Wilma Ito, uma nissel de 35 anos de idade, saiu de casa de manhã, como fazia desde abril de 1969, para cumprir mais uma jornada de trabalho nos Laboratórios Ayerst Ltda., São Paulo, onde era encarregada na seção de embalagens. Naquele dia, ia até mais satisfeita: levava na bolsa um punhado de impressos azuis com pombinhos brancos e asas douradas, os convites para seu casamento com José.

Wilma distribuiu convites para as amigas, afixou um na parede do refectório e com toda cerimônia foi entregar um ao seu chefe imediato. Sem constrangimento, ele logo anunciou qual seria o presente de casamento a uma dedicada funcionária com mais de 13 anos de serviço: “Sabe como são as coisas aqui. Se você casar não poderá continuar trabalhando, a empresa não aceita mulher casada”.

Tímida, e mais ainda surpresa, não teve resposta. Virou-se e foi para a linha de embalagens. No dia 8 de janeiro, Wilma e José casaram-se na Igreja Santo Antônio de Lisboa. O casamento no civil estava marcado para 30 de janeiro, mas no dia 10 Wilma foi mandada embora.

Outro tema que se insere nessa categoria por ter sido tratado apenas uma vez são os dilemas que, à época, cercavam o uso das tecnologias reprodutivas, discutido na matéria “Inseminação artificial no Brasil: assunto estéril”, escrita por Lia Carneiro e publicada na edição de número 29, de maio-junho de 1987 (Mulherio, maio-junho de 1987, p. 7).

Figura 18: Trecho da matéria “inseminação artificial no Brasil: assunto estéril”, de Lia Carneiro.

LIA CARNEIRO

jornalista

Fora do tribunal em Hachensack, EUA, onde o juiz Harvey Sorkow julgou o caso do Baby M - a menina gerada num ventre de aluguel - a sociedade começou a se envolver na discussão de questões que vão muito além da disputa judicial sobre a custódia da menina concedida ao pai biológico, William Stern, cujo sêmen foi inseminado, mediante pagamento, no útero de Mary Beth Whitehead.

Os americanos ficaram indignados ao descobrirem que não possuem uma legislação que regulamente o aluguel do útero e evite futuras disputas sobre a criança gerada dessa maneira. Na base da pressão democrática, acredita-se que essa legislação deve sair em breve. Mas, e no Brasil, como será que o caso Baby M repercutiu? Aqui também se propagou a polêmica quanto à custódia da criança. Aliás, a dúvida foi meio que universal: fica-se com a arrependida mãe biológica ou cumpre-se na íntegra mais um contrato comercial que, inclusive, trazia uma cláusula de alerta sobre possíveis re- cuos?

Fonte: *Mulherio*.

A análise desse material nos permite afirmar que o *Mulherio*, como toda e qualquer produção histórico-social, era atravessado por contradições. De modo que, ao propor o debate das questões reprodutivas, a publicação tanto contribuiu para a contestação de estruturas históricas de opressão e desigualdade, como também para reproduzi-las (Thompson, 1981). Produzido por feministas acadêmicas, as mulheres que nele escreviam eram, em sua maioria, brancas, intelectualizadas – pesquisadoras e profissionais liberais –, que, do ponto de vista da renda, pertenciam à classe média do sudeste brasileiro – sobretudo à paulista.

A presença de mulheres como a merendeira Maria da Pureza (*Mulherio*, maio-junho de 1984, p. 15), a empregada doméstica Geralda (*Mulherio*, abril-maio-junho de 1985, p. 9) ou Jane Maria Alves, mãe que, na época, estava sendo denunciada por abandono de menor após ter deixado seus filhos sozinhos para poder trabalhar (*Mulherio*, abril-maio-junho de 1985, p. 16), são as poucas exceções que servem para confirmar a regra de que, naquela produção, quem escrevia sobre reprodução eram as feministas acadêmicas: mulheres “politizadas” e especialistas no assunto.

A partir da análise dos textos publicados, podemos observar as autoras que mais se repetem neles e sua ocupação profissional:

Quadro 1: Autoras que mais se repetem

AUTORA	PROFISSÃO	Nº de textos assinados
Carmen Barroso	Cientista Social (pesquisadora)	7
Ethel Leon	Jornalista	4
Inês Castilho	Jornalista	4
Fúlvia Rosemberg	Psicóloga (professora e pesquisadora)	3

Maria Carneiro da Cunha	Cientista Social/Antropóloga	3
Rita Freire	Jornalista	3
Paula Mageste	Jornalista	2
Santamaria Silveira	Jornalista	2
Sonia Correia	Pesquisadora	2
Outras*	Pesquisadoras/profissionais liberais	13

Fonte: Autoria própria (2023).

Como podemos ver, as autoras dessas matérias possuíam formação superior. Nesse sentido, um exemplo de como essas mulheres conduziam o debate sobre reprodução no jornal pode ser conferido através da análise da matéria “Um fato político inquestionável” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 16).

Figura 19: Trecho da matéria “Um fato político inquestionável”, de Maria Malta Campos.

creche

Um fato político inquestionável

Considerada nociva para as crianças, ligada à ideia de abandono — que costumava gerar enormes doses de culpa nas mães —, a creche hoje é tema de pesquisa, de militância social, até mesmo de cursos universitários. Maria Malta Campos fala aqui sobre o tema.

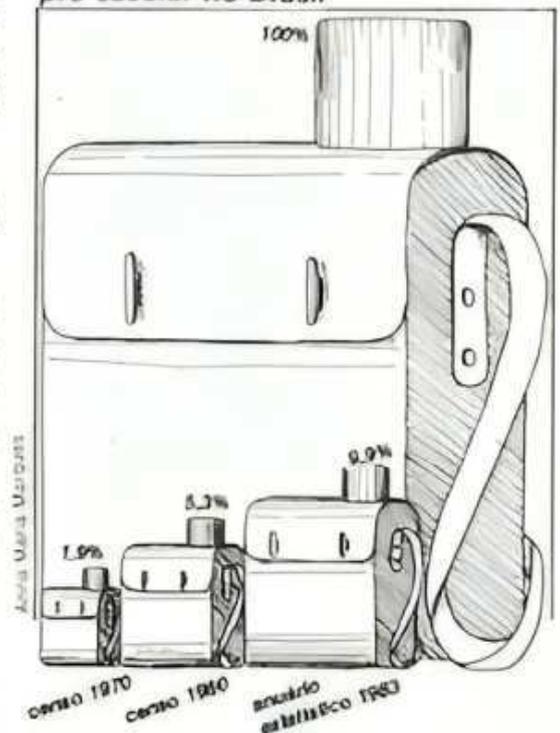
Por que abordar creche num diagnóstico da situação das brasileiras na Década?

A creche foi nessa década uma das principais lutas das mulheres. O movimento de mulheres imprimiu uma direção ideológica na discussão, deslocando a questão da área assistencial e consagrando o cuidado com as crianças de zero a seis anos enquanto um direito. O assunto surgiu desde 1977, quando participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a discriminação à mulher.

Por que você diz que a creche hoje é concebida como um direito, se há tão poucas creches públicas e gratuitas?

Pois é, há uma quantidade pouco significativa de creches, de fato. Em 1982 havia dez por cento das crianças até seis anos atendidas por creches públicas. E não é só a quantidade, as creches são ruins. Mas de todo jeito, há dez anos atrás, creche era coisa de entidades filantrópicas. Pode-se dizer que o movimento de luta por creches criou uma situa-

Evolução do atendimento pré-escolar no Brasil



vem acontecendo na Prefeitura de São Paulo, por exemplo, é um leilão de creches, realizado pela Secretaria do Bem Estar Social. A Prefeitura constrói, equipa e depois entrega a creche nas mãos de alguma entidade — desde instituições filantrópicas, religiosas como terreiros de umbanda —, subsidiando-a. Se isso acontece num bairro onde as mulheres estão organizadas, a Secretaria promete que ela será mantida

No texto, a pesquisadora Maria Malta Campos, autora da matéria, denunciava, entre outras coisas, a falta de creches, problema que, segundo ela, afetava a “mulher trabalhadora”. Ao analisarmos o seu texto, a questão que fica é: cadê essa “mulher trabalhadora” para também se pronunciar a respeito desse problema? Não ignoramos que era imprescindível que o jornal trouxesse o posicionamento de especialistas. Porém, isso não justifica a exclusão de mulheres fora do espectro social pesquisadora/acadêmica.

No debate das questões reprodutivas, feito a partir da perspectiva das mulheres acadêmicas, é verdade que as desigualdades sociais não eram ignoradas. Em outras palavras, as feministas que escreviam no *Mulherio* não ignoravam que as desigualdades sociais resultavam em experiências reprodutivas distintas para as mulheres. Contudo, ao abordarem essas desigualdades, elas apenas se limitavam aos recortes de renda e escolaridade, desconsiderando os marcadores sociais de raça e sexualidade. No tópico a seguir, falaremos da ausência, na publicação, de uma perspectiva racial nos debates sobre direitos reprodutivos.

2.2 A abordagem da raça

Na matéria “De novo: o direito de controlar o nosso próprio corpo” (*Mulherio*, abril-maio-junho de 1985, p. 8), escrita por Carmen Barroso, há um quadro que evidenciava a relação entre atendimento pré-natal e nível de renda.

Figura 20: Trecho da matéria “De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo”, de Carmem Barroso.

De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo

Uma das coisas mais importantes que se verifica no estudo da Década é a queda da fecundidade feminina. As mulheres estão controlando sua fecundidade em todas as regiões do Brasil: mulheres de todas as classes, de todas as idades, e não mais apenas uma elite, como se considerava. Isso não quer dizer que seja uma prática assim generalizada. Mas por exemplo: se as mulheres de baixa renda do Nordeste antes tinham dez filhos, hoje têm oito.

A nível dos movimentos sociais, tenho a ressaltar a emergência dos movimentos feministas, colocando o direito da mulher controlar sua fecundidade e exigindo do Estado que esse direito se torne efetivo. Se no início do movimento estava preocupado em não ser confundido com o

feminismo burguês — inabilitado na luta geral, na democratização, nas contradições de classe —, ao se afirmar ele assume e dá grande ênfase à luta pelo controle da fecundidade. Não porque esta seja a luta mais importante, mas porque só o feminismo cuida dela.

Outra questão é o momento político que vivemos, de transição, com um Estado menos autoritário e mais permeável. Embora ainda esteja longe de prover as necessidades da população, o Estado hoje ouve as mulheres e diz que vai dar conta de suas reivindicações. Em geral não chega a fazer nada, mas ao menos diz que vai fazer.

Essas são três mudanças fundamentais. Mas ainda assim temos que lutar bem mais do que gostaríamos, por causa do entulho das idéias autoritárias, que ficam contrapondo o malthusianismo e o anti-malthusianismo. Daquelas que acham que devemos ter muitos filhos para povoar a Amazônia e dos outros que querem controlar o pobreza e a violência urbana através da esterilização do nosso útero, sem considerar o direito da mulher sobre o seu próprio corpo. São tantas as vozes que ainda falam dessa perspectiva, que nosso ponto de vista não fica claramente colocado. Eu entendo que essa é uma das razões para a vacitação do Estado no atendimento de nossas reivindicações.

Mas é importante lembrar que o secretário de Saúde do Estado de

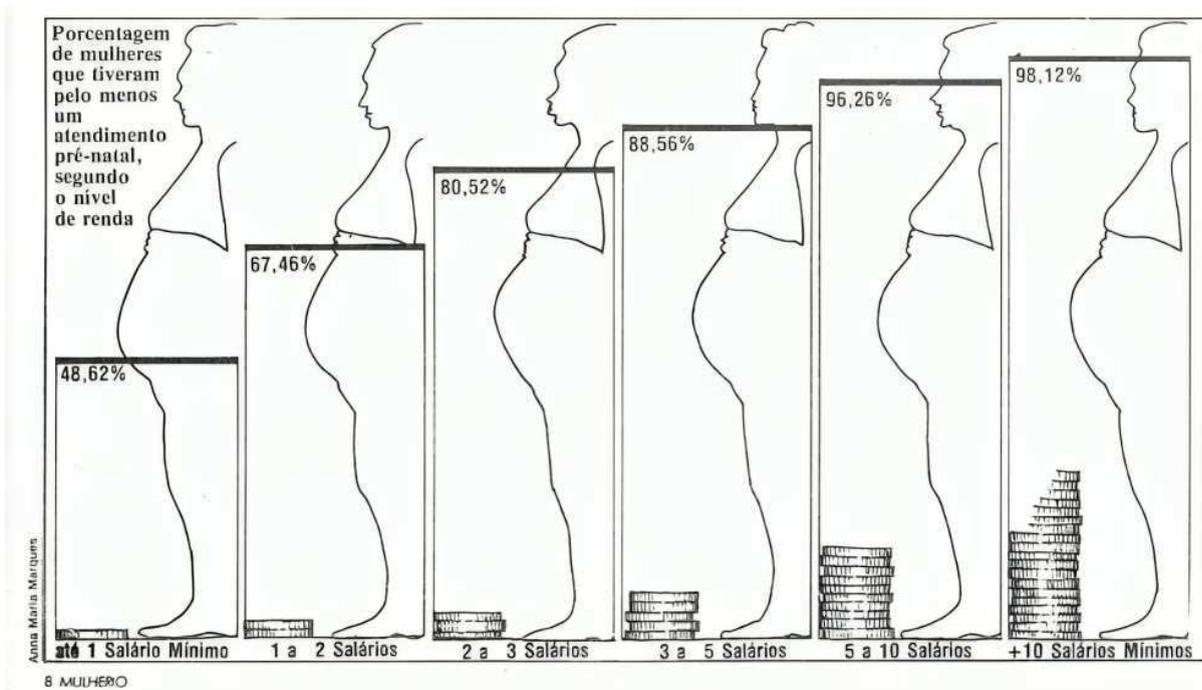


Carlos Chagas é professora do Depto. de Ciências Sociais da USP.

Carmem Barroso é pesquisadora da Fundação

De acordo com esse quadro, ampliado na figura a seguir, quanto maior a renda, maior era a probabilidade que a gestante tinha, no Brasil, de acessar esse tipo de serviço.

Figura 21: Atendimento pré-natal segundo nível de renda.



Fonte: *Mulherio*.

Esses dados são extremamente relevantes, porém, o recorte de renda empregado por essa matéria não possui “cor”. Em um país cuja história é marcada pela escravização de pessoas negras, a consideração de um recorte étnico-racial não se trata de apenas mais um dado. Caso tivesse feito isso, a matéria teria informado aos seus leitores que as mulheres negras, que eram as que possuíam, na década de 1980, os menores níveis de renda no Brasil, eram as que mais enfrentam obstáculos, em nossa sociedade, para o usufruto de seu direito à maternidade (Carneiro, 2019).

O *Mulherio* não informou a fonte dos dados apresentados. Desse modo, não sabemos se eles foram levantados pelas pesquisadoras que, naquele momento, contribuíram com o jornal ou colhidos através de terceiros. De toda forma, e sem querer relativizar as limitações dessa produção no que tange ao tratamento da dimensão étnico-racial, é preciso

contextualizarmos a forma com que o quesito cor era tratado pelas pesquisas estatísticas feitas no Brasil na década de 1980. Nesse sentido, a partir de agora, iremos nos servir de um texto bastante sugestivo, “Mulher negra”, escrito por Sueli Carneiro e publicado no ano de 1985. Esse texto é considerado, por muitos pesquisadores, o pioneiro nos estudos das desigualdades entre as mulheres no Brasil.

No estudo em questão, produzido para compor a coleção *Década da Mulher (1975-1985)*, organizada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, a pesquisadora expunha a sua dificuldade em “[...] empreender uma análise da evolução da situação socioeconômica da mulher negra brasileira” (Carneiro, 2019, n.p), visto que as pesquisas estatísticas nacionais feitas até então apresentavam problemas quanto ao tratamento étnico de sua população. Entre os vários problemas alegados, a ativista denunciava a completa ausência do quesito “cor” nos censos nacionais:

[...] tal avaliação [a da condição da mulher negra] fica prejudicada por alguns problemas característicos dos recenseamentos nacionais, tais como:

- A não coleta sistemática dos dados estatísticos desagregados no quesito cor pelos órgãos responsáveis pelo recenseamento da população brasileira [...]
- As poucas tabulações que são divulgadas quando tal quesito é coletado [...]
- As mudanças de critério ocorridas de um recenseamento para outro, dificultando que os dados sejam facilmente comparáveis [...] (Carneiro, 2019, n.p).

Ao comentar sobre esses problemas, a pesquisadora reforçava a denúncia feita “[...] pelo Movimento Negro Brasileiro acerca do caráter político e ideológico de que se reveste essa ‘entrada’ e ‘saída’ arbitrária do quesito cor dos recenseamentos oficiais [...]” (Carneiro, 2019, n.p). Nesse sentido, Carneiro alegava que os problemas referentes ao quesito cor nas pesquisas nacionais consistiam, na verdade, em “mecanismos de discriminação racial”, que contribuíam para invisibilidade do negro e que impossibilitavam a sua integração à sociedade brasileira.

Outra crítica levantada pela pesquisadora se referia às “[...] designações arbitrárias quanto à atribuição do quesito cor à população brasileira [...]” (Carneiro, 2019, n.p). Em outras palavras, a autora alegava que as diferentes tipificações e diferenciações raciais criadas pelas pesquisas nacionais - em particular, pelas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que costumavam dividir a população entre pretos e pardos - provocavam, entre outros problemas, a fragmentação da identidade étnica e cultural brasileira. Em suas palavras:

Essas diferenciações [raciais] têm funcionado como:

- Fator de escamoteamento da importância numérica da população negra no conjunto da população brasileira;
- Fator de fragmentação da identidade racial do negro brasileiro;
- Instrumento indispensável no esforço oficial de embranquecimento do país (Carneiro, 2019, n.p).

Importantes para este trabalho também são as críticas que, à época, Sueli Carneiro dirigia ao movimento feminista brasileiro. De acordo com a pesquisadora e militante, as pesquisas feitas pelos grupos feministas nacionais da época também desconsideravam a dimensão étnico-racial da população brasileira, resultando na invisibilização da mulher negra brasileira e na homogeneização do “ser mulher” na nossa sociedade:

O Movimento Feminista Brasileiro produziu, por sua vez, embora de menor âmbito que os recenseamentos oficiais, inúmeras pesquisas, estudos de caso sobre a mulher durante esses dez anos. No entanto, a variável cor não foi incorporada de maneira sistemática nessa produção teórica de forma que as mulheres negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão (Carneiro, 2019, n.p).

Apesar das dificuldades postas pelas pesquisas estatísticas nacionais e das limitações do feminismo hegemônico pelas mulheres brancas, o trabalho de Carneiro trouxe contribuições importantes para o entendimento da situação da população negra e, particularmente, da mulher negra, na sociedade brasileira, nas últimas décadas do século XX.

No referente à situação educacional e aos níveis de instrução, a pesquisadora identificou que, na década de 1980, “[...] quase 50% da população negra se encontra[va] em estado de semianalfabetismo, contra 25% de brancos e 15,3% de amarelos em igual situação” (Carneiro, 2019, n.p). Além disso, ela observou que “O grosso da população negra [...] no Brasil, se concentra[va], em termos de instrução, na faixa de 0 a 4 anos de estudo, praticamente inexistindo nas faixas de escolaridade equivalente ao nível universitário” (Carneiro, 2019, n.p). Ao considerar os quesitos “cor” e “sexo”, o seu trabalho também constatava desvantagens para as mulheres negras no âmbito educacional: “Em síntese, quase 90% das mulheres negras brasileiras só chegam a atingir até 4 anos de instrução, comparando-se com 69,8% de mulheres brancas e 51% de amarelas” (Carneiro, 2019, n.p).

Segundo Carneiro, uma vez que os níveis de instrução são indicadores da estrutura ocupacional, a pesquisadora também constatou, por meio dos dados estatísticos, que, no

âmbito do mercado de trabalho, a população negra brasileira executava as atividades manuais menos qualificadas, caracterizadas por baixas remunerações e pela exigência de baixos níveis de escolaridade. De acordo com a autora, cerca de 70,6% da força de trabalho negra, no Brasil, concentrava-se em “[...] em três grupos ocupacionais: ocupações de agropecuária/extrativa vegetal e animal, indústria de transformação/construção civil e na prestação de serviços” (Carneiro, 2019, n.p).

Por outro lado, as “ocupações administrativas e técnicas/científicas/artísticas”, que, segundo Carneiro, representavam “a elite da estrutura ocupacional brasileira”³³, uma vez que empregavam a mão de obra mais qualificada, mais instruída e melhor remunerada, eram “[...] quase totalmente monopolizadas pelos grupos brancos e amarelos” (Carneiro, 2019, n.p). De acordo com a pesquisadora, do ponto de vista nacional, brancos, amarelos e negros desempenhavam, respectivamente, 24,7%, 42% e 6,5% dessas ocupações. Diante desses dados, Sueli Carneiro pontuava:

Considerando, portanto, que a maioria da população negra brasileira se encontra alocada nas ocupações manuais, fundamentalmente na agropecuária e na prestação de serviços, *as possibilidades de mudança estrutural em sua situação ocupacional são desalentadoras*, tendo em vista as desvantagens iniciais do grupo negro em termos de nível de instrução, aliados aos mecanismos de socialmente instituídos de discriminação racial que atuam constantemente no mercado de trabalho (Carneiro, 2019, n.p, grifo nosso).

Mais uma vez, ao cruzar os dados referentes a “cor” e a “sexo”, a pesquisadora constatava desigualdades entre os diferentes grupos raciais que compunham o mercado de trabalho no Brasil. Muito embora o número de mulheres a desempenhar ocupações profissionais no país tenha, no geral, aumentado na segunda metade do século XX, Carneiro salientava que “A comparação entre os dados referentes às mulheres negras, brancas e amarelas, revela o acesso diferenciado no mercado de trabalho segundo a cor [...]” (Carneiro, 2019, n.p).

Na década de 1980, conforme a autora, a mulher negra era empregada, majoritariamente, no setor terciário da economia. Em outras palavras, ocupações ligadas a

³³ De acordo com Carneiro, as “ocupações administrativas” abrangem: “empregadores, diretores e chefes na administração pública; administradores e gerentes de empresa; chefes e encarregados de serviços administrativos de empresas e funções burocráticas ou de escritório”. Por sua vez, as “ocupações técnicas, científicas e artísticas” abrangem ocupações técnicas de nível superior ou profissionais liberais.

prestação de serviços³⁴ eram as que mais empregavam as mulheres negras no Brasil: “Na prestação de serviços, encontram-se 24,2% das brancas, comparado com 56,4% (sic) das pretas e 35,7% das pardas” (Carneiro, 2019, n.p).

Diante dos dados, a autora considera que o fenômeno de ascensão profissional experimentado pela mulher brasileira na segunda metade do século XX foi monopolizado, sobretudo, pelas mulheres brancas. Conforme ela destaca, as mulheres brancas e as amarelas “[...] aparecem expressivamente representadas nos setores nobres da estrutura ocupacional (ocupações administrativas e técnicas/científicas e artísticas)” (Carneiro, 2019, n.p). De acordo com a pesquisadora, esse chamado “setor nobre” empregava, nos anos 1980, 51,6% das mulheres amarelas, 36,9% das mulheres brancas e, apenas, 8,8% das mulheres negras brasileiras.

Os dados estatísticos comprovavam, também, que a desigualdade racial também se refletia nos níveis de renda dos brasileiros: “Cabe a nós, negros, evidentemente, a maior participação na faixa inferior de rendimento (até 1 salário mínimo)” (Carneiro, 2019, n.p). Carneiro informava, ainda, que: “Um total de 44,8% dos negros brasileiros ganhavam, em 1980, até um salário mínimo, comparado com 24,6% dos brancos e 9,5% dos amarelos” (Carneiro, 2019, n.p).

Os dados revelaram, também, que “Cerca de [...] 87% no Brasil da força de trabalho negra não ultrapassa a barreira dos 5 salários mínimos” (Carneiro, 2019, n.p). Por outro lado, “Para o grupo branco, na mesma faixa de rendimento, as porcentagens decrescem sensivelmente, ficando, em geral, em torno de 78%, enquanto os amarelos comparecem com [...] 58% no Brasil” (Carneiro, 2019, n.p). Carneiro completava: “Consequentemente, na faixa acima de 5 salários mínimos, somente os brancos e amarelos têm participação percentual expressiva, ficando o grupo negro com menos de 5% de participação no total do país” (Carneiro, 2019, n.p).

Entre as mulheres, os dados referentes à renda também apresentavam diferenças com relação aos grupos étnico-raciais, mantendo-se, “[...] como era de se esperar [...] as desvantagens de mulheres pretas e pardas com relação às demais” (Carneiro, 2019, n.p). Sobre isso, na década de 1980, Carneiro informava:

³⁴ Segundo definição do IBGE informada por Carneiro, esse grupo ocupacional agregava as seguintes profissões: “ocupações domésticas remuneradas; ocupações dos serviços de alojamento e alimentação; ocupações dos serviços de higiene pessoal, atletas profissionais e funções afins; porteiros, ascensoristas, vigias e serventes”.

[...] quando observados os dados para o Brasil, a diferença torna-se brutal: perto de 15% das mulheres negras brasileiras ganham até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, enquanto apenas 5,6% das mulheres brancas brasileiras e 1,5% das amarelas se encontram em tal condição (Carneiro, 2019, n.p).

Ainda sobre a renda das mulheres negras brasileiras daquela época, a pesquisadora complementava: “Em termos gerais, dois salários mínimos representam o máximo de rendimento médio mensal que a maioria das mulheres negras consegue obter no mercado de trabalho” (Carneiro, 2019, n.p). E, de forma ainda mais surpreendente: “Nas faixas superiores, os números absolutos são mais expressivos que as porcentagens”, pois, para um contingente de 900 mil mulheres pretas economicamente ativas no país, apenas 64 delas ganhavam rendimentos acima de 20 salários mínimos. De forma semelhante, entre as 4 milhões de mulheres pardas economicamente ativas, apenas 1693 enquadravam-se naquele mesmo nível de renda.

Diante dos dados referentes às ocupações profissionais e aos níveis de renda, considerados a partir dos quesitos étnico-racial e do gênero, Carneiro foi explícita ao dizer: “[...] podemos concluir definitivamente que a cor funciona, em relação às mulheres negras, como fator não somente de expulsão da população feminina negra para as piores atividades do mercado de trabalho, como também determina os mais baixos rendimentos” (Carneiro, 2019, n.p). Além disso, a pesquisadora também destacou a associação histórica entre as mulheres negras e o trabalho doméstico no Brasil:

A forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso, apesar de estarmos próximos dos cem anos de Abolição da Escravatura [...]. (Carneiro, 2019, n.p).

Uma vez que a mulher negra tanto era alvo de sexismo, em função do gênero, como de racismo, em função da cor, Carneiro criticava, na década de 1980, a dificuldade tanto do movimento feminista como do movimento negro em compreender a complexa condição da mulher negra na sociedade brasileira. Ao considerar a dimensão de gênero que distingue homens e mulheres negros, a autora pontuava:

[...] o homem negro, a despeito do racismo e da discriminação racial, ao ser comparado à mulher negra, apresenta vantagens relativas que só podem ser atribuídas a sua condição sexual, isto é, a partir da análise de alguns indicadores

sociais, evidencia-se que nascer homem negro, em termos de oportunidades sociais, é menos desastroso do que nascer mulher negra (Carneiro, 2019, n.p).

Do ponto de vista do gênero, os dados estatísticos analisados por Carneiro explicitavam “[...] as vantagens significativas percebidas especialmente pelas mulheres brancas (dada sua importância numérica, ao contrário das amarelas) quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e à obtenção de renda” (Carneiro, 2019, n.p). Da mesma forma, do ponto de vista da raça, a pesquisadora mostrava, através das porcentagens, as diferenças sociais entre os homens negros e as mulheres negras no Brasil. Em termos de renda, nos anos 1980, “[...] a mulher negra encontra[va]-se em situação de inferioridade, percebendo, em termos de rendimento médio mensal, entre 29,5% a 72,0% do que ganha um homem negro” (Carneiro, 2019, n.p). Ancorada nesses dados, Carneiro alegava que os homens negros estavam mais próximos das mulheres brancas do que das mulheres negras.

Nesse sentido, e sem relativizar “o peso da discriminação racial sobre o homem negro”, Carneiro mostrava que entre os homens negros e as mulheres negras existia, na verdade, uma distância imposta pelas articulações entre racismo e sexismo que acabavam criando vantagens para os homens desse grupo étnico:

[...] a lógica racista e machista presente no mercado de trabalho determina que, assim como o racismo estabelece vantagens sociais para o grupo branco em geral, a ideologia machista, de maneira similar, garante vantagens aos homens em geral, beneficiando indiretamente segmentos masculinos dos grupos estigmatizados racialmente (Carneiro, 2019, n.p).

Ao discutir as imbricações entre racismo e sexismo no Brasil, Carneiro comentava sobre uma questão que, à época, era alvo dos debates travados no interior das organizações de mulheres negras: a preferência dos homens negros pelas mulheres brancas. Através de dados estatísticos apresentados por estudiosos da época, a autora observava que quanto maior era a renda recebida por um homem negro, maiores também eram as chances de ele preferir manter relacionamento com uma mulher branca:

[...] verificamos que na medida em que aumenta o nível de rendimento dos chefes negros (pretos e pardos) e o nível educacional, há uma proporção expressiva desses que se casam com mulheres brancas - cerca de 36,9% dos chefes negros que têm entre oito e dez anos de estudo e 43,2% dos que têm onze anos e mais. É interessante mostrar que dos chefes brancos em igual situação, apenas 8,7% e 4,8%, respectivamente, casam com mulheres negras (Carneiro, 2019, n.p).

Reconhecer as complexas e contraditórias relações entre gênero e raça, que resultam, entre outras coisas, em experiências distintas para as mulheres negras e brancas, fez com que Carneiro assumisse um posicionamento crítico em relação ao movimento feminista brasileiro de sua época. Uma das principais críticas dirigidas pela autora ao movimento era a de que ele generalizava a discriminação sofrida pelas mulheres. A autora alegava que essa generalização se dava a partir da escolha política de determinadas experiências, a das mulheres brancas, em detrimento do silenciamento de outras - que incluíam a das mulheres negras:

A prevalência desses traços no interior do discurso feminista, se por um lado questiona certos níveis da realidade feminina, aprisiona outros dentro desse quadro de referências, generalizando uma “identidade feminina” a femininos historicamente construídos de maneira diferenciada, isto é, apresenta às mulheres uma problemática uniformizada que aparentemente explica, resgata, padronizando as experiências diversas (Carneiro, 2019, n.p).

Ao criticar essa postura assumida pelo feminismo brasileiro, a autora condenava a forma secundarizada com que as mulheres não-brancas acabavam se relacionando com o movimento:

[...] as portadoras de problemáticas distintas tendem a ajustar suas complexidades ao campo explicativo fornecido por essa identidade feminina. As dificuldades de tal ajuste têm resultado [...] em demarcação de especialidade no interior desses discursos que funcionam como elementos “aperfeiçoadores” do mesmo que, tal como as cartas de programas dos partidos políticos, constituem-se em subtemas das questões gerais do Movimento Feminista: a mulher negra, a mulher indígena, a mulher lésbica etc. (CARNEIRO, 2019, n.p).

No caso específico da secundarização das vivências das mulheres negras, Carneiro (2019) criticava essa postura alegando que “[...] ao falar de mulheres negras e de discriminação racial, não se está falando de nenhuma minoria, ou subtema. Falamos de quase 50% da população feminina nacional [...]” (Carneiro, 2019, n.p). Dessa forma, a militante e pesquisadora defendia que o quesito cor deveria ser abordado de forma obrigatória pelos movimentos de mulheres no Brasil:

[...] dada a importância numérica da população feminina descendente de negros, bem como dos problemas decorrentes do racismo que atinge tal contingente feminino, a variável cor deveria se introduzir necessariamente como componente indispensável na configuração efetiva do Movimento Feminista Brasileiro (Carneiro, 2019, n.p).

Em sua discussão, a autora alegava que a escravização desempenhou papel determinante na construção da identidade das mulheres negras. Em outras palavras, a subordinação ao trabalho compulsório nas plantações, a exploração econômica e sexual do seu corpo, as relações com os homens negros e as relações familiares estabelecidas no contexto da escravidão, conferiram às mulheres negras “uma experiência histórica diferenciada”. Nesse sentido, Carneiro alegava que o discurso feminista produzido pelas mulheres brancas, que superestimava o “patriarcado”, não dava conta de dimensionar o peso da escravização e do conseqüente racismo na trajetória das mulheres negras.

É do interesse desta pesquisa frisar que, na década de 1980, quando o texto em questão foi escrito e publicado, Carneiro destacava, inclusive, que o processo de escravização havia resultado, entre outras coisas, em experiências distintas vividas pelas mulheres negras no âmbito reprodutivo:

[...] mulheres negras e brancas se defrontam no espaço do Movimento Feminista de forma conflitante e desconfiada, resultado de referências históricas, políticas e ideológicas diferenciadas que determinam óticas diferentes quanto a problemas comuns. Tome-se como exemplo concreto dessas divergências as questões referentes ao planejamento familiar e controle de natalidade (Carneiro, 2019, n.p).

Em seguida, a autora denunciava uma série de violências que atingiam, especificamente, as mulheres negras brasileiras na esfera reprodutiva. Vale a pena a referência à longa citação:

São diversas as experiências etnocidas empreendidas historicamente contra a população negra, que vão desde as forma arcaicas de miscigenação racial, pela utilização da mulher negra como objeto sexual, às ações criminosas decorrentes da cotidiana violência policial sofrida pela população negra, às políticas de controle de crescimento da população negra, como o projeto elaborado por Benedito Pio do GAP, durante o governo Paulo Maluf em São Paulo, com vistas à esterilização de mulheres negras sob a alegação de que, se não contido tal crescimento populacional negro, no ano 2000 constituiríamos a maioria da população brasileira e poderíamos ascender ao poder. E, ainda, as sucessivas e escandalosas denúncias de esterilização maciça de mulheres de classe subalterna através de clínicas clandestinas ou pela distribuição arbitrária de contraceptivos. Todas essas estratégias vêm desenvolvendo uma atitude fóbica, especialmente nas mulheres negras militantes, em relação à política controlista, na medida em que o alvo principal a que elas tendem a se endereçar é sobre nós, negras (Carneiro, 2019, n.p).

Mais a frente, nos próximos capítulos, discutiremos, de forma mais aprofundada, as diferenças que marcam as vivências de mulheres negras e brancas no âmbito da vida reprodutiva. Por ora, o que nos importa é pontuar, a partir de Carneiro (2019), as diferenças sociais, comprovadas através de dados estatísticos, que existiam entre essas mulheres no final

do século XX, e as críticas feitas por esta autora ao movimento feminista brasileiro da década de 1980. Uma das críticas que mais nos interessa, neste momento, é a que expõe o negligenciamento das diferenças raciais pelas produções feministas daquela época.

Nesse sentido, o *Mulherio* é uma produção jornalística que, em grande medida, exemplifica muitas das críticas feitas por Carneiro (2019) à forma secundarizada com que as feministas brancas de classe média costumavam abordar a dimensão racial. É verdade que o *Mulherio* não desprezou, de todo, o debate de questões étnico-raciais. Lélia Gonzalez³⁵, por exemplo, a única intelectual negra que chegou a fazer parte do conselho editorial do jornal, e cuja obra vem sendo resgatada na atualidade³⁶, foi uma das feministas que, nos anos 1980, publicou alguns escritos sobre racismo no jornal. Porém, chama a atenção o fato de que, ao longo de 40 edições publicadas, cada uma contendo, em média, pouco mais de 20 páginas, apenas contabilizamos o número de quatro matérias escritas por Gonzalez³⁷. Essa constatação prova, na verdade, a denúncia feita por Carneiro (2019) de que as discussões raciais eram tratadas, por essas produções, como “subtemas”.

Diante dessas questões, por um lado reconhecemos as contribuições do jornal ao proporcionar espaço, ainda que restrito, para a discussão do racismo, mas por outro também reconhecemos os limites da abordagem utilizada. Nesse sentido, consideramos que a forma presente, mas incipiente, com que as questões raciais foram tratadas pela produção em questão reproduz aquilo que nomeamos, a partir de Lorde (2020), de “guetificação” das questões negras. A partir das colocações feitas por essa autora, pode-se dizer que esse

³⁵ Dentre os vários feitos de Gonzalez, destaco o seu envolvimento com a fundação do Movimento Negro Unificado, em fins da década de 1978, e o seu projeto audacioso de descolonização do feminismo, com a sua defesa de um feminismo afrolatinoamericano. Para saber um pouco mais sobre quem foi Lélia Gonzalez e algumas de suas tantas contribuições para o pensamento social e político brasileiro, acesse: <https://www.geledes.org.br/lelias-em-movimento/>. Acesso 04 abr 2022.

³⁶ Na atualidade, Gonzalez é frequentemente associada ao nicho “feminismo negro”. A expressão “feminismo negro” e suas variações se popularizaram na atualidade, sobretudo pelo mercado editorial. Por um lado, utilizamo-la, pois consideramos o seu uso pertinente no âmbito acadêmico, sobretudo, quando empregada em oposição a um feminismo hegemônico por mulheres brancas dos setores altos e médios, que durante muito tempo desprezaram as demandas de mulheres pertencentes a outros grupos sociais, como foi o caso das mulheres negras e de outras minorias étnicas. Por outro lado, contudo, também lhe fazemos uma crítica, pois consideramos a expressão limitada, uma vez que ela apresenta inconsistências teóricas. Isso porque ela abriga, sim, feministas que, do ponto de vista étnico-racial, são racializadas como “negras”, porém, do ponto de vista teórico-metodológico, e, sobretudo, do ponto de vista político-estratégico, apresentam profundas divergências. Nesse sentido, a expressão “feminismo negro” é limitada uma vez que reúne, em um único e mesmo marcador, autoras desde Djamila Ribeiro, uma feminista brasileira de viés liberal e pós-estruturalista, a Angela Davis, uma feminista estadunidense de perspectiva socialista revolucionária, por exemplo. Em suma, informamos que utilizamos a expressão, mas conscientes das suas limitações epistemológicas.

³⁷ Foram elas, por ordem cronológica: “Mulher negra” (setembro-outubro de 1981, p. 8-9); “De Palmares às escolas de samba, tamos aí” (janeiro-fevereiro de 1982); “Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô” (março-abril de 1982, p. 3); “E a trabalhadora negra, cumé que fica?” (*Mulherio*, maio-junho de 1982, p. 9).

fenômeno ocorre quando o debate dos problemas vividos pelas populações negras não é de todo ignorado, mas é feito em espaços específicos e limitados, de forma isolada, e não transversal, como deveria ser.

Hoje, felizmente não podemos mais ignorar as experiências das populações negras. Contudo, abordá-la de forma “guetificada” (Lorde, 2020) contribui para a reprodução da ideia de que somente os negros devem ter contato com as discussões raciais. Ao longo de suas edições, o *Mulherio* deu destaque, de forma pontual, aos problemas enfrentados pelas populações racializadas, e no debate das questões reprodutivas, feito por mulheres brancas, as desigualdades raciais não foram consideradas.

Do ponto de vista temático, também é importante destacar que a maioria dos textos sobre justiça reprodutiva publicados no *Mulherio* trata da legalização do aborto. Conforme trataremos com mais detalhes nos próximos capítulos, feministas negras como Davis (2016) e hooks (2019) costumam criticar essa ênfase superestimada com que feministas brancas, provenientes dos setores médios, costumam tratar a luta pela legalização do procedimento. Davis (2016), por exemplo, em texto publicado, originalmente, no início da década de 1980, destacava as origens elitistas e racistas do movimento em defesa do controle de natalidade nos EUA:

O controle de natalidade - escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários - é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres. Uma vez que o direito ao controle de natalidade é obviamente uma vantagem para as mulheres de todas as classes e raças, seria de se esperar que mesmo os grupos mais diversos de mulheres tentassem se unir em torno da questão. Na realidade, entretanto, o movimento pelo controle de natalidade raramente foi bem-sucedido em reunir mulheres de diferentes origens sociais, e as líderes do movimento quase nunca divulgaram amplamente as verdadeiras preocupações das mulheres da classe trabalhadora. *Além disso, algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se baseiam em premissas flagrantemente racistas.* O potencial progressista do controle de natalidade continua sendo indiscutível. *Mas, na verdade, o histórico desse movimento deixa muito a desejar no âmbito da contestação do racismo e da exploração de classe* (Davis, 2016, p. 205, grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, bell hooks (2019, p. 49) destaca que “quando o movimento feminista começou, os problemas apresentados como mais relevantes eram aqueles diretamente ligados às experiências das mulheres brancas com alto nível de educação”. Dessa forma, a autora alega que “de todas as questões, mulheres brancas individuais com privilégio de classe se identificaram mais intimamente com a dor da gravidez indesejada. E destacaram a questão do aborto” (hooks, 2019, p. 51). Porém, em oposição à centralidade que as feministas

brancas costumam tratar a pauta do aborto, a ativista insiste na posição de que “o direito das mulheres de escolher se querem ou não fazer aborto é apenas um aspecto da liberdade reprodutiva” (hooks, 2019, p. 54).

Como se vê, a partir dessas críticas, as autoras não querem invalidar a luta pela legalização do aborto. Elas querem, na verdade, chamar a atenção para outros problemas, igualmente importantes, vividos pelas mulheres não brancas e pobres no âmbito da reprodução, os quais foram historicamente ignorados pelo movimento feminista hegemônico pelas mulheres brancas de classe média. Em citação, hooks (2019, p. 50-51) nos diz exatamente isso:

Olhando em retrospecto, é evidente que ressaltar o aborto em vez de ressaltar direitos reprodutivos como um todo refletia o preconceito de classe das mulheres que encabeçavam o movimento. Enquanto a questão do aborto foi e permanece relevante para todas as mulheres, houve outras questões reprodutivas que eram tão vitais quanto, que precisavam de atenção e poderiam ter servido para incentivar mudanças. Essas questões iam desde educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva - que ajudassem mulheres a compreender como o corpo funciona - à esterilização forçada, cesarianas desnecessárias e/ou histerectomias e as complicações médicas que esses procedimentos causavam.

Escrito, majoritariamente, por mulheres brancas, e marcado pela ausência de uma perspectiva étnico-racial, o *Mulherio* também não apresentava, conforme veremos no tópico a seguir, uma postura classista - ou seja, ele não assumia um posicionamento de enfrentamento à sociedade capitalista.

2.3 A abordagem da luta de classes

Produzido a partir do lugar de privilégio ocupado pelas mulheres brancas, intelectualizadas e pertencentes às camadas médias, vimos que o debate sobre direitos reprodutivos feito no *Mulherio* apresentava limitações no que tange ao tratamento da raça³⁸. Por outro lado, do ponto de vista da luta de classes, o *Mulherio* também pode ser

³⁸ A abordagem da sexualidade no *Mulherio* também apresentava limitações. De modo geral, o jornal deu pouco destaque, por exemplo, às vivências das mulheres lésbicas. Nesta dissertação, optamos por não tratar desse aspecto. Na década de 1980, jornais como *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* abordaram com mais centralidade a questão da sexualidade, tendo como público, respectivamente, gays e lésbicas.

caracterizado pela sua moderada postura classista. Ou seja, o jornal não apresentava um discurso explícito de combate ao capitalismo.

Na esteira da história dos movimentos anticapitalistas, o termo “classista” designa a postura que critica e combate o capitalismo³⁹. No *Mulherio*, a presença de feministas marxistas no corpo editorial que produzia o jornal, como era o caso da socióloga Heleieth Saffioti e da historiadora Elisabeth Souza Lobo, por exemplo, não foi suficiente para que essa produção fosse além da mera denúncia das desigualdades sociais. Apesar de reconhecerem as desigualdades existentes entre as mulheres, as feministas que escreviam no jornal não denunciavam as origens estruturais dessas desigualdades – a sociedade capitalista, patriarcal e racista –, nem tampouco apresentavam estratégias para a superação dessas estruturas.

Do ponto de vista da luta de classes, esse discurso mais moderado não era uma particularidade do *Mulherio*, mas dialogava com um contexto mais amplo. Sobre isso, pesquisadoras que se dedicam ao estudo da chamada imprensa feminista brasileira costumam destacar a falta de recorte de classe nas publicações da década de 1980. Cardoso (2004), por exemplo, que produziu uma dissertação na área da comunicação, observou que enquanto os primeiros periódicos feministas brasileiros, *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, produzidos na década de 1970, privilegiavam o recorte de classe, os periódicos da década de 1980 valorizavam os recortes de gênero. Segundo Cardoso (2004), esses diferentes enfoques refletem as diferentes estratégias e posições assumidas pelos grupos feministas brasileiros ao longo dessas duas décadas.

Na década de 1970, a luta contra a ditadura e a ligação estabelecida entre os grupos feministas e as organizações de esquerda são fatos que explicariam, na visão da autora, a produção de uma imprensa feminista de traço mais insurgente e subversivo., portanto, de teor mais combativo Já na década seguinte, 1980, o rompimento com aquelas organizações e a entrada expressiva de muitas feministas em órgãos estatais são fatos que explicariam a adoção, por parte de muitos grupos feministas brasileiros, de um discurso mais moderado e reformista, o qual se refletiu, também, sobre as suas produções. Além disso, Cardoso (2004) também destaca que na década de 1980 muitos periódicos feministas brasileiros, tal como o *Mulherio*, passaram a receber financiamento de instituições privadas ou do próprio Estado, fato que não pode ser desprezado.

³⁹ Disponível em < <https://www.sof.org.br/a-historia-esquecida-da-corrente-feminista-e-classista/> >. Acesso: 6 fev 2024.

Nos anos 1980, momento em que as feministas do *Mulherio* debatiam, entre outros temas, a reprodução, os movimentos feministas brasileiros realmente passavam por um acentuado processo de institucionalização. Naquele contexto de liberalização política e reabilitação das instituições democráticas brasileiras, muitas pautas feministas passaram a desfrutar de mais espaço e legitimidade perante a sociedade, e muitas militantes passaram a ocupar postos no âmbito do Estado. Esse processo de institucionalização do movimento feminista brasileiro vivido naquele momento trouxe, contraditoriamente, vantagens e desvantagens (Corrêa, 2001; Moraes, 1996; Sarti, 2004).

Por um lado, a inserção das feministas nas instâncias do Estado resultou na formulação das primeiras políticas públicas embasadas em uma perspectiva de gênero, das quais participaram muitas feministas, e na criação de organismos destinados a atender às demandas das mulheres. Datam desse momento, por exemplo, a criação do Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher (PAISM), que será discutido no próximo capítulo, bem como a criação dos conselhos da condição feminina, tanto no âmbito federal como nas esferas estaduais (Moraes, 1996; Sarti, 2004).

Por outro lado, porém, essa tendência à institucionalização vivida por amplos setores do movimento feminista brasileiro resultou, segundo Moraes (1996), no distanciamento entre esse movimento e as bases populares. Além disso, o processo de institucionalização dos estudos feministas, financiado por instituições como a FF, que também financiou o *Mulherio*, contribuiu para aumentar o abismo entre teoria e prática, e fortalecer a tendência para que, no Brasil, as reflexões e os debates feministas se concentrassem, majoritariamente, nos espaços acadêmicos.

A verdade é que esse processo de institucionalização pelo qual passaram os movimentos feministas brasileiros provocou a moderação da militância feminista – uma moderação que, em muitos casos, resultou na despolitização e desmobilização muitos grupos, que passaram a se contentar com as conquistas formais. Essa moderação pode ser considerada um dos motivos pelos quais houve uma recusa de amplos setores do movimento feminista brasileiro em adotarem uma perspectiva antissistêmica.

Por outro lado, as organizações de esquerda têm a sua parcela de responsabilidade no que tange a esses novos rumos tomados pelos movimentos feministas brasileiros na década de 1980. Wolff (2010) nos mostra que se é verdade que, no Brasil, os movimentos feministas

brasileiros, retomados em meados da década de 1970, nasceram no seio das organizações de esquerda armada, também não deixa de ser verdade que as militantes feministas dessas organizações tiveram que enfrentar o machismo cotidiano de seus companheiros, que consideravam que os problemas vividos pelas mulheres seriam “automaticamente” resolvidos com a implantação da sociedade socialista.

Ao tratar da atuação política das mulheres brasileiras nos anos de 1960 e 1970, Ridenti (1990) discute a relação entre mulheres e esquerdas no Brasil no contexto dos anos de chumbo da ditadura empresarial-militar. Ao analisar dados estatísticos extraídos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM), o sociólogo mostra-nos que, ainda que em menor número, as mulheres integravam organizações da esquerda clandestina e grupos guerrilheiros. Dos 4124 processos consultados, 660 (16%) foram movidos contra mulheres que ocuparam aqueles espaços. A maioria delas pertencia às “camadas médias intelectualizadas”, formada por estudantes, professoras e profissionais com formação superior - conforme vimos no tópico anterior, a partir de Carneiro (2019), eram mulheres, majoritariamente, brancas.

Em termos proporcionais, a pesquisa de Ridenti (1990) revela-nos a presença significativa de mulheres em organizações como: Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Resistência Armada Nacionalista (RAN), Partido Operário Comunista (POC), Ação Popular (AP), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Dissidência da VAR-Palmares (DVP) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Essas foram as que registraram os números mais expressivos de mulheres em seus quadros, chegando a representar de 25% a 40% de seus integrantes. Para organizações como Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR), Resistência Democrática (REDE), Organização Política Marxista/Política Operária (POLOP), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a pesquisa de Ridenti (1990) constatou números de processos contra mulheres levemente superiores à média de 16%.

Através desses mesmos processos, Ridenti (1990) identificou cinco organizações que não registraram a presença de mulheres em seus quadros. Foram elas: Frente de Libertação do Nordeste (FLNe), Grupos de 11 (GR de 11), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) e Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). Além dessas, destaque também deve ser dado a: Dissidência do PCB - Distrito Federal (DI-DF), Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista

Revolucionário (PCR). Essas organizações, ainda que registrassem a presença de mulheres, apresentavam números bastante reduzidos, abaixo de 10%.

Além de empreender uma análise quantitativa, Ridenti (1990) discute, através de relatos, o machismo que vigorava no interior das organizações de esquerda clandestina. Nestas, as funções de direção e chefia eram invariavelmente desempenhadas pelos homens, que eram os principais responsáveis por definir as orientações políticas e as ações estratégicas adotadas pela organização. Em citação de trecho de *A fuga*, romance autobiográfico escrito por Reinaldo Guarany, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Ridenti (1990) dá-nos uma pequena - mas indigesta - amostra da misoginia que impregnava os quadros dessas organizações. Atentemo-nos para os termos empregados, os quais mesclam aversão às mulheres a traços de racismo e xenofobia:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções [...] elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barra pesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais *feias* eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais *jeitosinhas* eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN *era negro*: poucas mulheres, todas de sandálias *de nordestino* e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. *Haja estômago!* (Guarany, 1984, p. 34 *apud* Ridenti, 1990, p. 119, grifos nossos).

De acordo com Teles e Leite (2013, p. 34), mulheres que não apenas pesquisam esse contexto histórico, mas que o protagonizaram⁴⁰, “[...] houve organizações de esquerda que relutaram para incorporar as mulheres nas ações militares por considerarem que os homens estariam mais preparados do que elas”. De acordo com as autoras, isso acontecia porque “[...] as direções políticas [dessas organizações] tinham como ideal o modelo de um homem guerrilheiro, que acreditavam ser *mais apto a lidar com a guerra que a ditadura travava contra os grupos de oposição*” (Teles; Leite, 2013, p. 37).

Em depoimento, a própria Amélia Teles, protagonista desse contexto, visto que, à época, chegou a fazer parte do PCdoB e, paralelamente, de grupos feministas, fala-nos das tensões que as questões de gênero provocavam no interior das organizações clandestinas. Seu testemunho sobre quando começou a escrever para o jornal *Brasil Mulher*, de que falamos no

⁴⁰ Amélia Teles foi integrante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Rosalinda Leite foi integrante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

capítulo anterior, permite-nos visualizar, entre outras questões, a forma secundarizada com que o PCdoB tratava das demandas das mulheres:

Ocorre que eu entrei para o *Brasil Mulher* sem pedir licença para a direção do partido, porque eles me queriam apenas junto às reuniões de anistia. Segundo eles, não era ainda a hora de levantar as bandeiras feministas. [...] Na verdade, o trabalho que tinha menos importância para o partido era o *Brasil Mulher*. O *Brasil Mulher* eles consideravam um jornal sem muito valor político: segundo eles, eu estaria perdendo meu tempo com um bando de mulheres “pequeno burguesas”, influenciadas por ideias europeias e americanas sem vínculo com a nossa realidade. [...] Eles só passaram a se interessar pelo feminismo bem mais tarde, quando todas as forças políticas já consideravam relevante o tema. Aliás, eu posso afirmar, sem medo de errar, que o PCdoB foi o partido da esquerda mais refratário à questão da mulher, como era chamado o tema na época (Teles; Leite, 2013, p. 146)

Ainda sobre essas tensões entre feministas e setores da esquerda brasileira no contexto da ditadura, é interessante mencionar as pesquisas de Soihet (2007), que estuda o antifeminismo de jornalistas de veículos da imprensa alternativa. Os trabalhos da historiadora tomam como fonte publicações de *O Pasquim*, jornal que, de um lado, fazia duras críticas ao governo ditatorial, mas, de outro, também atacava as feministas. De acordo com Soihet (2007), esse ataque se dava por meio de zombarias que ridicularizavam as feministas e descredibilizavam as suas lutas. Na produção das chacotas, a pesquisadora evidencia o uso frequente de termos misóginos como “feias”, “despeitadas”, “depravadas”, “promíscuas” e “masculinizadas”. Através desses adjetivos, os jornalistas daquela produção buscavam desqualificar as atitudes e os comportamentos de mulheres que transgrediam os padrões de feminino e feminilidade existentes na época.

Na compreensão da historiadora, essa conduta misógina adotada pelos jornalistas adivinha “[...] do temor da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros” (Soihet, 2007, p. 42). Para ela, tais ataques mascarados de humor revelam-nos o conservadorismo de uma esquerda que, contraditoriamente, assumia, em outros assuntos, uma postura libertária.

Para essa esquerda conservadora, o feminismo era considerado um fenômeno “burguês”. No caso do feminismo brasileiro, este era duplamente desqualificado por também ser considerado uma luta “importada”, estranha ao nosso cenário. De acordo com Soihet (2007), ela julgava que as demandas das mulheres, tachadas por de “específicas”, eram

secundárias, visto que a prioridade era combater as desigualdades sociais. A visão que prevalecia no seio desses setores era a de que a luta das mulheres desviava o foco da luta contra a ditadura e fomentava a divisão da classe trabalhadora.

O antifeminismo dessa esquerda é evidenciado pela análise que Soihet (2007) faz de uma intriga envolvendo integrantes do Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o cartunista Ziraldo, ocorrida em 1980. O episódio teve início quando o CMB, em meio a atos em prol da legalização do aborto, distribuiu em alguns pontos da cidade do Rio de Janeiro um panfleto que dizia: “Que as mulheres decidam. Nosso corpo *nos* pertence” (grifo nosso). Apropriando-se deste lema, Ziraldo, que trabalhava para *O Pasquim*, publicou uma charge zombando das feministas. De forma misógina, a sua charge dizia: “Nossos corpos *nus* pertencem” (grifo nosso). Além disso, “[...] ao lado do dístico lançado pelas feministas, [a charge] apresentava uma mulher com formas das mais exuberantes, exaltando a sua nudez” (Soihet, 2007, p. 49-50).

Na época, a publicação da charge deixou as mulheres feministas indignadas. Daí em diante, uma série de episódios polêmicos passou a envolvê-las e o cartunista. Após a publicação misógina, um grupo feminista pixou o muro da casa do desenhista. A pichação dizia, de forma ácida: “Ziraldo, o Doca Street⁴¹ do humor”. A primeira reação de Ziraldo foi a de xingar as feministas de “agressivas”, “carentes” e “neuróticas”. Posteriormente, o cartunista publicou uma charge que mostrava “duas mulheres feias”, auxiliadas por um homossexual, pichando o muro de sua casa - algo que sugere não apenas o seu machismo, mas também a sua homofobia. Em outra ocasião, ao entrevistar Moema Toscano, umas das fundadoras do CMB, Ziraldo, ao lembrar o episódio, perguntou: “Como é que mulher bonita vira feminista?”. Por meio desses episódios, Soihet (2007) constata algo observado pela sua pesquisa: o ataque à imagem das feministas, qualificadas como “feias”, era um recurso bastante utilizado para desqualificar a ação das militantes.

Por meio desses episódios, vemos que, no contexto histórico estudado, a relação entre os grupos feministas brasileiros e setores majoritários da esquerda brasileira era marcada por uma série de conflitos. De acordo com Teles (2017), a situação se tornaria inviável entre o fim

⁴¹ O empresário Raul Fernando do Amaral Street, o Doca Street, ficou conhecido após assassinar a sua ex-companheira, a socialite Ângela Diniz, no ano de 1976. O caso ganhou repercussão nacional e suscitou a mobilização de grupos feministas que exigiam justiça. Para saber mais, acesse < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/18/doca-street-condenado-por-assassinar-angela-diniz-morre-em-sp.ghtml> >. Acesso 24 jul 2023.

da década de 1970 e o início da década de 1980, quando houve rupturas significativas de ambos os lados.

De acordo com a autora, a disputa já se apresentava acirrada quando da realização do II Congresso da Mulher Paulista, em março de 1980. Na ocasião, Teles relata a ocorrência de tumultos envolvendo feministas e partidos políticos de esquerda. Segundo a autora, esses conflitos foram provocados pela disputa que partidos e organizações de esquerda como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido dos Trabalhadores (PT) - recém criados - e PCB, PCdoB e MR-8 - já atuantes - passaram a fazer do controle do movimento feminista no Brasil (Teles, 2017).

Em função disso, Teles (2017) alega que questões como autonomia do movimento e conciliação entre “luta geral” e “luta específica” passaram a ser alvo de discussão das feministas, levando-as a organizarem, meses depois, em junho de 1980, o Encontro de Valinhos, para discutir essas questões. Ao falar do clima acirrado do II Congresso da Mulher Paulista, Teles comenta sobre a forma como o PCdoB, organização que ela integrava na época, concebia a luta feminista:

Os dirigentes do partido não admitiam que suas militantes discutissem questões como sexualidade, aborto e o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo. Eram também contrários aos encaminhamentos de lutas contra a violência doméstica e sexual. Diziam-se temerosos de que tais questões pudessem provocar “divisões no seio da classe operária”. Argumentavam que tais bandeiras satisfaziam apenas uma elite de mulheres e não “galvanizavam as amplas massas femininas” (Teles, 2017, p. 127).

De acordo com Teles (2017), a “divisão” entre as feministas e as organizações de esquerda ocorreria um ano depois, quando a situação se tornaria ainda mais crítica. Segundo a autora, o evento que marca essa ruptura é o III Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em março de 1981. Na ocasião, as militantes do MR-8 que integravam a organização do evento queriam barrar a participação de feministas e lésbicas. Para piorar, a ação foi apoiada pelos dirigentes do PCdoB e do PCB. A partir disso, a confusão foi instaurada. O caos foi tamanho que o próprio MR-8, que havia iniciado o conflito, chegou a expulsar as feministas de seus quadros. Teles (2017, p. 130) nos apresenta os motivos que explicariam essa ruptura entre as feministas e as organizações de esquerda no Brasil, em fins do século XX:

O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres [...] havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como, por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo.

Em termos históricos, o rompimento de amplos setores do movimento feminista brasileiro com os partidos e as organizações de esquerda é marcado por uma série de contradições. Por um lado, esse afastamento contribuiu, inegavelmente, para que os grupos feministas brasileiros passassem a desfrutar de maior autonomia que, na análise de muitas autoras, tomou feições isolacionistas, fazendo com que muitos grupos feministas se afastassem dos setores de base (Moraes, 1996). Nesse novo contexto, a forma de atuação adotada por amplos setores do movimento foi o formato de Organização Não Governamental (ONG). Para a década de 1980, Sarti (2004) destaca, não por acaso, o crescente número de ONGs feministas que passaram a surgir em todo o Brasil.

Em sua tese, ao estudar o processo de formação do movimento de mulheres negras no Brasil, Machado (2020) discute o processo de onguização dos movimentos feministas brasileiros, iniciado nas últimas décadas do século XX. A historiadora relata que, a partir de fins da década de 1980, o formato de ONG, ainda que não adotado por todos os setores, acabou se tornando predominante no âmbito da luta dos movimentos sociais. De acordo com Machado (2020), a adoção desse formato acabou transformando a atuação do movimento de mulheres - particularmente do movimento de mulheres negras-, que se tornou mais profissional e institucional.

Para explicar o *boom* das ONGs no Brasil, a historiadora frisa o contexto vivido no final do século XX, marcado pela mudança na relação dos movimentos sociais com o Estado. Embasada em uma visão gramsciana de Estado⁴², Machado (2020) destaca o processo de aproximação dos movimentos sociais com o Estado brasileiro, vivido naquele momento. Após o processo de abertura política, “lento e gradual”, conforme as regras dos grupos dominantes,

⁴² A visão de Gramsci acerca do estado é bastante complexa e fundamenta-se em duas noções: a de estado restrito e a de estado ampliado. Aqui não temos o interesse em esmiuçar essas definições, sobre as quais não temos o domínio necessário para tal. Por ora, basta saber que, no papel de um intelectual pertencente à tradição marxista, a concepção que Gramsci desenvolve para o estado se opõe às concepções de matriz liberal. A tradição liberal compreende o estado como uma espécie de sujeito, alheio e acima dos grupos sociais. Nessa tradição, a interpretação predominante é a de que o estado, oposto à sociedade civil, surgiu em decorrência de um contrato social entre os sujeitos. Para a tradição que se fundamenta nas obras de Marx, o estado não é um sujeito, mas sim o objeto apropriado continuamente pelas classes sociais. Sua origem está não em um contrato social, mas no surgimento da propriedade privada, momento a partir do qual uma dada coletividade passou a se apoderar daquilo que, até então, era de todos (Machado, 2020).

e o retorno do estado democrático de direito, os movimentos sociais passaram a se aproximar do Estado, que deixava de ser visto como um “inimigo” e passava a ser considerado um novo parceiro. Essa reaproximação, de acordo com Machado (2020), em muito promoveu a popularização do formato de ONG.

Por outro lado, Machado (2020) frisa o papel exercido pelas políticas neoliberais no processo de onguização dos movimentos feministas no Brasil. Conforme discute a historiadora, no final do século XX, esse mesmo estado que se democratizava também era reduzido, visto que, cada vez mais, tinha as suas políticas sociais “enxugadas” pelas políticas neoliberais. Desse modo, Machado (2020) frisa que o desmonte e o sucateamento das políticas sociais obrigou muitos setores dos movimentos sociais brasileiros a estabelecerem parcerias com instituições privadas. Nesse sentido, ela chega a comentar os casos do Instituto da Mulher Negra - Geledés - e do Criola, duas organizações de mulheres negras que receberam, respectivamente, financiamentos da Fundação Ford e da Fundação Heinrich Böll.

Em função da ausência de apoio estatal, muitos grupos feministas adotaram o formato de ONG para conseguir recursos indispensáveis à sua atuação política e social. Sobre esse formato de militância, mais institucionalizado, Machado (2020) destaca as vantagens que ele proporcionou aos grupos feministas que o adotaram: a garantia de recursos financeiros através da parceria com instituições privadas, a possibilidade de diálogos mais diretos com organismos e organizações internacionais, a profissionalização de seus quadros, que permitiu-lhes um acesso maior a informações e ferramentas que, de outro modo, seria muito mais difícil.

Por outro lado, Machado (2020) comenta que a profissionalização característica do formato ONG resultou na hierarquização e na especialização da militância, a partir do momento que determinados cargos e funções no interior das organizações passaram a ser mais remunerados do que outros. Essa profissionalização, segundo a historiadora, também reduziu a atuação política dos grupos feministas que passaram a adotar esse formato. Isso porque, cada vez mais, as ações desses grupos, até então de caráter combativo, passaram a se restringir ao desenvolvimento de projetos e ao estabelecimento de parcerias, com vistas à obtenção de recursos. De modo geral, a partir de Machado (2020), pode-se dizer que o processo de onguização garantiu a existência e a manutenção de muitos grupos feministas, porém, às custas de seus afastamentos com os chamados setores de base.

A partir de Thayer (2010 *apud* Machado, 2020, p. 283), a historiadora ressalta a importância de entendermos as complexidades que marcam as relações entre as ONGs feministas e as instituições internacionais do Norte Global, que, no final do século XX, passaram a financiá-las:

Por um lado, as disparidades econômicas entre as organizações feministas e seus financiadores do Norte Global influenciam na estrutura e a orientação política dessas organizações de várias maneiras, além de terem efeitos negativos nas relações internas do movimento. Por outro lado, tanto as organizações feministas em forma de movimento social de base quanto as ONGs têm algum grau de força em face dos financiadores: aceitar auxílio financeiro internacional não significou, em si, o abandono de objetivos políticos feministas, tendo as organizações defendido sua autonomia financeira, comparando algumas brigas ou se engajando em diálogos transnacionais (Thayer, 2010 *apud* Machado, 2020, p. 283).

Como pudemos ver, são várias as nuances que marcam as complexas relações entre as ONGs feministas e as suas agências financiadoras. Como bem destacou Machado (2020, p. 285), a partir de Thayer (2010), ao discutir essa problemática em sua tese, o fenômeno de organização e financiamento de grupos feministas por agências internacionais redefiniu até mesmo a organização no interior dos grupos feministas:

Voltando à pesquisa de Millie Thayer, no caso da SOS Corpo, os financiamentos internacionais resultaram em mudanças na própria estrutura da organização: de uma “horizontalidade espontânea”, onde todas faziam de tudo, para uma estrutura verticalizada e especializada (THAYER, 2010, p. 136). Um financiamento da Fundação Ford, já em 1982, teve impacto particular nesse processo, pois previa algumas posições específicas de trabalho que receberiam salários integrais enquanto o restante da organização continuaria como voluntária (THAYER, 2010, p. 136). De modo geral, Thayer caracteriza esse movimento como uma mudança “do voluntarismo para a profissionalização, das responsabilidades compartilhadas para o início de uma especialização, do igualitarismo para a criação de uma hierarquia de salários e autoridade” (THAYER, 2010, p. 137, tradução minha).

Por fim, a partir da década de 1980, o descrédito vivido pela tradição marxista, por essa mesma época, também pode nos ajudar a entender a ausência de uma perspectiva classista no debate sobre direitos reprodutivos feito pelo *Mulherio*, um jornal produzido naquele contexto. Naquele momento, segundo Rojas (2017), a tradição marxista estava tendo a sua validade contestada em função da crise do chamado “socialismo real”. Por ocasião do colapso da URSS, as teorias e os conceitos forjados no seio do materialismo

histórico-dialético, dentre eles, o da própria “classe”, passaram a ser atacados, como se eles não servissem mais para explicar os fenômenos sociais. Em suma, foi em meio a essas mudanças que as feministas do *Mulherio* propuseram, ao seu modo, o debate sobre direitos reprodutivos na década de 1980. Nos próximos capítulos, exploraremos, em mais detalhes, esse debate.

Capítulo III

“De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo”⁴³: O PAISM e a luta das mulheres por políticas de planejamento familiar no Brasil

A luta das mulheres por direitos reprodutivos dialoga com a história de desigualdades, violências e injustiças vividas por elas. Na atualidade, é cada vez maior o número de pesquisadores que consideram que essa história só pode ser melhor compreendida, e superada, com a consideração das relações contraditórias entre gênero, raça e classe. Como Machado (2020, p. 95, grifo nosso) defende em sua tese de doutorado em história:

[...] é preciso ter cuidado com uma possível simplificação da análise que depreenda daí a antiga (e lamentável) máxima de setores da esquerda socialista que acusaram (e alguns ainda o fazem) as denúncias de racismo, machismo e LGBTfobia como “divisionistas da luta da classe trabalhadora”. O que procuramos delinear aqui é a forma como o capitalismo - racista, machista e LGBTfóbico - costura formas de alienação, exploração e opressão que dividem os seres humanos de modo que não reconheçam humanidade uns nos outros. *Essas relações estão integradas na totalidade contraditória do capitalismo e devem ser enfrentadas sob uma perspectiva integrada.*

Diante disso, este capítulo se divide em dois tópicos. No primeiro, “Reflexões sobre gênero, raça, classe e injustiça reprodutiva”, discutiremos de que forma os cruzamentos entre gênero, raça e classe resultaram, também, em experiências distintas e desiguais entre as mulheres na esfera reprodutiva. Neste tópico, destaque especial será dado à experiência e à luta das mulheres negras por direitos reprodutivos.

No segundo tópico, “A criação do PAISM e o seu debate no *Mulherio*”, discutiremos de que forma o *Mulherio* recebeu, nos anos 1980, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Conforme veremos, esse Programa é um marco na história da luta por direitos reprodutivos no Brasil. Quando foi criado, ele não apenas buscava atender às demandas das mulheres, mas também representava uma promessa de barrar a atuação das clínicas de controle de natalidade que, conforme vimos, recebiam financiamentos, sobretudo, vindos dos EUA, para diminuir as taxas de natalidade do Brasil.

Ao longo deste capítulo, analisaremos edições publicadas pelo *Mulherio*, nossa fonte principal, mas também faremos uso, de forma subsidiária, do documento de criação do

⁴³ Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 8.

PAISM e do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou, no início dos anos 1990, os elevados índices de esterilização feitos no Brasil.

3.1 Reflexões sobre gênero, raça, classe e injustiça reprodutiva

Ao longo do século XX, os padrões de fecundidade do Brasil passaram por mudanças significativas. Pesquisadores de diversas áreas alegam que fatores como mudanças nos padrões de casamento e de família, bem como o surgimento de novas práticas de contracepção exerceram grande influência na emergência desse novo cenário (Berquó, 1999).

Do ponto de vista demográfico, é importante destacar que, no Brasil, os primeiros questionamentos sobre fecundidade passaram a constar nos censos da década de 1940. Se de um lado não podemos perder de vista as diferenças regionais, como sugerem os especialistas, por outro os dados nos apontam a surpreendente queda da taxa de fecundidade nacional em menos de um século: “Para o país como um todo, a taxa de fecundidade total , ou seja, a média de filhos tidos por mulher ao final da vida reprodutiva, passou de 6,2 entre as mulheres nascidas em 1890-95 para 2,5 entre as nascidas entre 1970 e 75” (Camarano; Araújo; Carneiro, 1999, p. 95).

Vários fatores ajudam a explicar essa mudança. Um deles, sem dúvidas, é o aumento do controle deliberado da fecundidade, feito através de práticas de contracepção e de aborto. Ao analisarem a evolução ao longo do século XX, os pesquisadores destacam: “A tendência apresentada pelo Brasil é a da existência de um encerramento cada vez mais precoce da vida reprodutiva” (Camarano; Araújo; Carneiro, 1999, p. 100-101). Eles constataram que em 1986, cerca de 66% das brasileiras estavam usando algum método contraceptivo. Dez anos mais tarde, esse índice subiu para 76%, um número surpreendente, visto que poderia ser comparado às taxas de países com baixíssimos índices de fecundidade.

Decerto, a queda da taxa de fecundidade acompanhada do aumento do uso de métodos contraceptivos dialoga, entre outras coisas, com o crescente interesse, sobretudo das mulheres, pelo controle da reprodução. Porém, esses dados não podem ser abordados de forma neutra e abstrata, pois eles também dialogam com as desigualdades sociais que historicamente marcam a história do Brasil.

Sobre isso, algumas contradições interessantes marcam esse cenário. É curioso, por exemplo, saber que, do ponto de vista dos anos de escolaridade, tanto as mulheres mais instruídas como as analfabetas correspondiam aos grupos que mais faziam uso dos chamados “métodos tradicionais” de contracepção. De acordo com os estudos, “as primeiras, por disporem de maiores informações [...]”, faziam uso da “tabelinha”, do método billings e do método da temperatura corporal basal⁴⁴; as segundas, por sua vez “[...] por não disporem nem de informações nem de recursos para a compra de anticoncepcionais ou para pagar cirurgias contraceptivas” recorriam, sobretudo, ao método do “coito interrompido”⁴⁵ (Berquó, 1999, p. 117).

As pesquisas feitas no final do século XX constataram que, entre os métodos contraceptivos, o mais utilizado no Brasil era a esterilização cirúrgica, que “[...] foi o método escolhido por mulheres de todas as regiões em 1986, com exceção das residentes na região Sul, que preferiram a pílula” (Camarano; Araújo; Carneiro, 1999, p. 104). As análises da demógrafa Elza Berquó constataram, para esse período, que o procedimento em questão era o mais utilizado nas regiões menos desenvolvidas do país, a saber: nordeste, norte e centro-oeste. Na região norte, por exemplo, a esterilização era utilizada por pouco mais de 75% das mulheres - um dado impressionante.

Além de destacar as disparidades regionais, Berquó (1999, p. 118) também frisava a influência exercida pela escolaridade sobre a prática da esterilização: “os anos de escolaridade constituem um diferencial quanto ao recurso a essa prática [...]”. Nesse sentido, a pesquisadora observou que “é impressionante a situação das mulheres analfabetas, em geral as mais pobres, para as quais o recurso à esterilização representa praticamente toda a possibilidade de uso de métodos modernos” (Berquó, 1999, p. 119).

Para a pesquisadora, diversos fatores explicam a crescente procura pela esterilização cirúrgica no Brasil, no final do século XX. Os altos índices de segurança do procedimento, o fato de a mulher esterilizada não ter que se preocupar com o uso de outros métodos, e o fato

⁴⁴ A tabelinha consiste em mensurar, através de um cálculo matemático, o período fértil da mulher, portanto, o período em que ela pode engravidar. O método billings busca identificar esse período através da observação do muco cervical produzido pelo colo do útero ao longo do ciclo menstrual. O método da temperatura corporal basal, por sua vez, procura identificar as fases do ciclo através de aferições da temperatura corporal e do acompanhamento de suas alterações. São métodos que, na prática, exigem da mulher um significativo domínio sobre as fases do seu ciclo menstrual.

⁴⁵ Esse é um dos métodos mais antigos que se tem conhecimento na história. Ele consiste na retirada do pênis do canal vaginal momentos antes da ejaculação. Sua execução fica sob a responsabilidade do parceiro. Atualmente, em função dos avanços no campo das tecnologias contraceptivas e dos altos índices de falha constatados em seu uso, muitos profissionais não consideram o “coito interrompido” como método contraceptivo.

de muitas delas já terem alcançado o número desejado de filhos seriam alguns apontados pela demógrafa. Porém, a autora não ignora que o cenário de marginalização social praticamente obrigava muitas brasileiras a recorrer, de forma inconsequente, à prática, que, muitas vezes, consistia numa das poucas opções disponíveis para o controle da fecundidade:

As dificuldades que ainda enfrentam os serviços públicos de saúde para oferecerem um conjunto de métodos contraceptivos acabam por colocar as mulheres diante de uma perigosa encruzilhada: ou ser esterilizada, ou provocar aborto (ainda que clandestino e, portanto, pouco seguro), ou prosseguir com uma gravidez indesejada (Berquó, 1999, p. 125).

No final do século XX, o aumento do número de esterilizações cirúrgicas feitas no Brasil também era alvo dos estudos feitos pelo médico Molina (1999, p. 127, grifo nosso), que escreveu:

Nos últimos 35 anos, principalmente nos anos 70 e 80, houve um acentuado aumento, em âmbito mundial, do uso da esterilização como forma de controle da fertilidade. No Brasil, a esterilização emergiu como forma de contracepção mais usada entre as mulheres em união, *apesar de proibida pelas leis federais e pelo Código de Ética Médica*.

Em artigo, Molina (1999) traçava um breve apanhado histórico desse procedimento. As primeiras aplicações, feitas em animais, datam do século XIX. Porém, foi somente no início do século XX que a esterilização cirúrgica passou a ser empregada como método para conter a reprodução humana. Segundo o médico, nesse momento, seus usos mais rotineiros estavam associados a medidas eugênicas. A associação entre esterilização e eugenismo chegou ao ápice na Alemanha nazista, quando o procedimento passou a ser questionado, levando ao seu abandono temporário pela comunidade médica.

A partir da segunda metade do século XX, porém, a prática da esterilização cirúrgica não apenas ressurgiu como uma opção contraceptiva, como acabou se tornando, no final do milênio, o método contraceptivo mais utilizado no mundo:

O ‘renascimento’ desse procedimento cirúrgico ocorreu nos anos 60, quando houve um grande interesse pela esterilização voluntária, principalmente por questões populacionais, mas, também, devido à introdução de novas tecnologias, como a laparoscopia, bem como de técnicas mais simples (minilaparotomias) e mais efetivas. A partir dos anos 70, essa técnica cirúrgica se sedimentou como prática contraceptiva, chegando à década de 90 como a forma de contracepção mais usada mundialmente (Molina, 1999, p. 128).

Molina (1999, p. 130) faz uma análise problematizada do aumento desse procedimento. Ele destaca, por exemplo, que a prática da esterilização tornou-se significativamente mais acentuada nos países dependentes, ao mostrar, através de dados “[...] que o percentual de mulheres esterilizadas no Terceiro Mundo era duas vezes maior do que nos países desenvolvidos (17,8% e 7,6%, respectivamente)”.

Além disso, o médico defendia que a análise do aumento da esterilização deveria ser feita a partir da consideração de diversos determinantes, dentre eles: fatores internacionais, fatores nacionais, fatores sociais e fatores pessoais. No âmbito internacional, Molina (1999) destacava a influência da perspectiva controlista, que, a partir da metade do século XX, passou a ser assumida pelas políticas populacionais das grandes organizações mundiais, que passaram a temer a superpovoação do planeta, e a associar, de forma simplista, a causa dos problemas sociais ao crescimento populacional. No âmbito nacional, a crescente banalização da esterilização cirúrgica pode ser explicada, de acordo com Molina (1999), pela ausência de políticas populacionais e de planejamento familiar, que acabou favorecendo a atuação indiscriminada de clínicas e organizações privadas, que ofertavam laqueaduras dispensando a realização de exames preventivos e a oferta de serviços de supervisão e acompanhamento.

Para o entendimento do caso brasileiro, Molina (1999) alegava que, para além dos fatores citados acima, outros como a formação inadequada dos médicos e profissionais da saúde, a ausência de educação sexual nas escolas e o desconhecimento, por parte da população, dos efeitos colaterais da esterilização cirúrgica não poderiam ser ignorados. O médico ainda listava como co-fatores para explicar a alta incidência da esterilização no país a precariedade e o sucateamento dos serviços públicos de saúde, que dificultavam o acesso a métodos contraceptivos, e a criminalização do aborto, que colocava as mulheres em uma encruzilhada para impedir, a todo custo e de forma inconsequente, uma gravidez indesejada.

De forma alguma as mulheres devem ser vistas como vítimas passivas da esterilização em massa, pois as suas escolhas e as suas demandas pessoais para controlar a fertilidade não podem ser subestimadas. Porém, segundo Molina (1999), é preciso considerar o contexto sociocultural em que elas estão inseridas. De acordo com o pesquisador, fatores como “[...] a mudança do status da mulher dentro da sociedade brasileira [...]; o papel da mídia; os estímulos coercitivos em locais de trabalho; e o machismo” (Molina, 1999, p. 134) exerceram considerável influência na escolha das brasileiras pela esterilização. Além disso, a sobrecarga

das mulheres, historicamente responsabilizadas pela execução do trabalho reprodutivo, também consistia em um fator que as levava a “optar” pela contracepção definitiva.

Na condição de médico e pesquisador, Molina (1999, p. 155) trouxe contribuições no sentido de divulgar os efeitos colaterais da esterilização cirúrgica para as mulheres, tais como “[...] alterações menstruais; maior incidência de histerectomias; dores pélvicas; alterações na libido, no ato sexual, emocionais, e no relacionamento do casal; doenças funcionais da mama, câncer de mama, dores lombares e alterações na lactação”. Além disso, o especialista sugeria a realização de estudos epidemiológicos para observar a relação entre esse procedimento e “[...] riscos de alterações psíquicas, menopausa precoce e/ou sintomas climatéricos, aumento da osteoporose, aumento do risco de doenças do aparelho cardiovascular e aumento de cânceres hormônio-dependentes” (Molina, 1999, p. 159).

As desigualdades no âmbito da reprodução também podem ser observadas quando esta é analisada a partir das estruturas históricas traçadas pelo racismo. Angela Davis, filósofa e militante feminista consagrada no cenário mundial, e grande ícone das lutas sociais na atualidade, ao analisar “[...] a situação específica das mulheres escravas” em seu clássico *Mulheres, raça e classe* (2016), mostra-nos, entre outras questões, a complexa relação das mulheres negras com a maternidade - em suma, com a reprodução.

No início da década de 1980, quando publicou o livro pela primeira vez nos EUA, Davis observava, com grande incômodo, um cenário marcado pela ausência de estudos sobre a condição social da mulher negra ao longo da história daquele país. Particularmente, a filósofa criticava a ausência de pesquisas que considerassem “[...] o papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo” (Davis, 2016, p. 17).

Para a autora, estudos que explorassem esse papel trariam contribuições não somente para a comunidade científica, mas também para as fileiras dos movimentos políticos e sociais: “Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado: as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação” (Davis, 2016, p. 17).

Por possuírem uma história atravessada pelas dinâmicas e violências da escravização e pelas estruturas do racismo, Davis (2016, p. 17) não mede esforços para mostrar que a posição social das mulheres negras é diferente da ocupada pelas mulheres brancas: “[...] as mulheres

negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas”. Nesse sentido, essa autora nos mostra que a chamada “ideologia da feminilidade”, criada pela ideologia burguesa na modernidade, não atingia as mulheres negras na condição de trabalhadoras escravizadas, que não eram vistas ou representadas como esposas, mães e donas de casa, mas sim como trabalhadoras compulsórias.

Dessa forma, Davis derruba o mito de que as negras escravizadas eram, em sua maioria, serviçais domésticas, mostrando que, na realidade, elas eram submetidas, tal como os homens negros, a rigorosas jornadas de trabalho nas lavouras de algodão, cana-de-açúcar e tabaco. Em citação, ela diz: “A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol” (Davis, 2016, p. 19). Porém, se do ponto de vista do trabalho as mulheres negras escravizadas eram tão exploradas quanto os homens negros, do ponto de vista do gênero - na tradução para o português, o termo empregado em seu ensaio é “sexo” -, elas sofriam violências específicas, não experimentadas por eles:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (Davis, 2016, p. 20).

Tal como a ideologia da feminilidade, a ideologia do “amor materno”, seu complemento, também não correspondia à realidade complexa e contraditória vivida pelas mulheres negras escravizadas nas lavouras. Conforme é discutido por Davis, as trabalhadoras escravizadas, da mesma forma que não eram vistas como mulheres “dóceis” e “frágeis”, também não eram vistas como “mães”, mas sim como “reprodutoras”:

A exaltação ideológica da maternidade - tão popular no século XIX - não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (2016, p. 19).

De acordo com a autora, a capacidade reprodutiva das mulheres negras passou a ser ainda mais valorizada após a proibição do tráfico internacional de escravos, no século XIX. Por outro lado, é preciso dizer, a partir da mesma autora, que a gestação não conferia, às mulheres negras escravizadas, qualquer condição especial que resultasse na interdição ou na

diminuição do trabalho feito nas lavouras. Nas palavras da filósofa e feminista: “Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas ‘reprodutoras’ desse à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo” (Davis, 2016, p. 21).

Nesse sentido, a partir de relatos e depoimentos do período escravocrata, Davis (2016, p. 22) complementa:

As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou protestassem com ‘insolência’ contra o tratamento recebido.

Não nos custa frisar que as negras escravizadas, vistas, meramente, como “reprodutoras”, “[...] não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos” (Davis, 2016, p. 21). Desse modo, “[...] suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas” (Davis, 2016, p. 20-21).

Davis também destaca que a escravização conferiu particularidades às relações domésticas e familiares entre as populações negras escravizadas. Entre as populações brancas, é sabido que a ideologia burguesa da feminilidade confinou a mulher no espaço doméstico, exercendo, de forma limitada, os papéis de mãe, esposa e dona de casa. Porém, a autora destaca que essas representações não se aplicavam à experiência histórica vivida pelas mulheres negras:

À medida que a ideologia da feminilidade - subproduto da industrialização - se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. [...] Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe”, “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (Davis, 2016, p. 24-25).

A partir desses apontamentos feitos por Angela Davis (2016), podemos afirmar que a forma com que as populações negras se relacionam com o trabalho reprodutivo é historicamente distinta daquela experimentada pelas populações brancas. Nesse sentido, no contexto da colonização dos EUA, à medida que os laços e os papéis familiares, para as

populações brancas, etnicamente e economicamente dominantes, visavam reforçar as relações de dominação e as hierarquias entre os gêneros, os arranjos e as dinâmicas familiares eram encarados pelas populações negras escravizadas como instrumentos de resistência e humanização.

Entre as populações escravizadas, as tarefas domésticas não eram menosprezadas, nem tampouco obedeciam a uma rígida e hierárquica divisão sexual do trabalho. Na verdade, segundo Davis (2016, p. 29), a esfera doméstica era valorizada pelas populações de trabalhadores escravizados, visto que ela “[...] lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos”. A autora chega até mesmo a afirmar que no âmbito da vida doméstica das populações escravizadas o que prevalecia era uma igualdade sexual:

A questão que se destaca na vida doméstica nas senzalas é a da *igualdade sexual*. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmos, e para o engrandecimento de seus senhores, era cumprido em termos de igualdade. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: *o igualitarismo característico de suas relações sociais* (Davis, 2016, p. 30, grifo nosso).

Ainda no que tange às relações complexas e contraditórias historicamente estabelecidas entre as mulheres negras e a maternidade, também temos as contribuições de Collins (2019), outra referência no campo do chamado “feminismo negro”. Entre outras coisas, esta autora denuncia as imagens estereotipadas historicamente construídas para representar a relação das mulheres negras afro-americanas com a maternidade. Para Collins (2019, p. 136), essas representações podem ser definidas como “imagens de controle”, uma vez que elas “[...] são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”. Diante disso, a autora afirma que “desafiar essas imagens de controle é um dos temas principais do pensamento feminista negro” (Collins, 2019, p. 135).

A primeira imagem de controle denunciada por Collins (2019) é a da “mammy”. No contexto da história dos EUA, esse estereótipo procurou transmutar os ideais de feminilidade esperados das mulheres brancas para as mulheres negras escravizadas. Desse modo, a “mammy” é um estereótipo que representou a mulher negra escravizada como “a serviçal fiel e obediente”, dotada de “virtudes” historicamente associadas ao feminino, como a

domesticidade, a piedade, a pureza e a submissão. Assim, a “mammy” procurou se opôr à “negra má”, insolente e insubmissa, que desafiava as estruturas do colonialismo. De acordo com a autora, na cultura erudita e popular consagradas, a “mammy” surge como uma mulher negra submissa e calorosa que reconhece e aceita o seu lugar de inferioridade na hierarquia social:

Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias” brancas melhor que dos seus, a mammy simboliza as percepções do grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca. Mesmo que seja querida e tenha autoridade considerável em sua “família” branca, a mammy conhece o seu “lugar” como serviçal obediente. Ela aceita sua subordinação (Collins, 2019, p. 140).

A segunda imagem contestada por Collins (2019), e que também estereotipa a relação das mulheres negras com a maternidade, é a da “matriarca”. De acordo com a autora, essa representação é fruto da tese do “matriarcado negro”, bastante influente no pensamento social estadunidense, e que “[...] argumentava que as afro-americanas que não cumpriam seus deveres ‘femininos’ tradicionais em casa contribuíam para os problemas sociais na sociedade civil negra” (Collins, 2019, p. 145).

Segundo essa autora, a imagem da “matriarca” procura simbolizar a figura materna no âmbito das famílias negras. Conforme nos é dito por Collins (2019), tal imagem procura retratar uma mãe negra má, dotada de comportamentos socialmente associados ao “masculino”. Por desafiar os papéis tradicionais de gênero, comportando-se como uma mulher forte e agressiva, a “matriarca” é considerada culpada pela pobreza de suas famílias e pelo fracasso escolar de seus filhos. Para Collins (2019, p. 147), essa imagem associada às mulheres negras é extremamente perigosa, visto que:

Tal perspectiva desvia a atenção das desigualdades políticas e econômicas que caracterizam cada vez mais o capitalismo global. Também sugere que qualquer pessoa é capaz de sair da pobreza se for criada com bons valores. Condições inferiores de moradia, escolas subfinanciadas, discriminação no emprego e racismo nas relações de consumo são praticamente desconsiderados da vida das mulheres negras. Nessa visão higienizada da sociedade estadunidense, as pessoas afro-americanas pobres são responsáveis pela própria vitimização (Collins, 2019, p. 147).

A terceira imagem de controle problematizada por Collins (2019) é a da mãe negra dependente dos auxílios e benefícios sociais fornecidos pelo Estado. Frequentemente retratada como uma mulher negra preguiçosa e solteira, no sentido de não estar matrimonialmente

ligada a um marido, essa imagem é associada a “[...] uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes” (Collins, 2019, p. 152). Nesse sentido, a imagem da mulher negra dependente do Estado serve não apenas para responsabilizá-la pelo fracasso de suas famílias, sobretudo de seus filhos, tal como as “matriarcas”, mas também pelo “atraso” da nação, visto que os impostos pagos pelos cidadãos são empregados para sustentar mulheres economicamente improdutivas.

Não por acaso, essa imagem de controle foi historicamente utilizada para criticar e combater políticas sociais implementadas pelo Estado, sobretudo a partir das políticas neoliberais aplicadas pelo governo do presidente Ronald Reagan, nos EUA, na década de 1980. Da mesma forma, esse estereótipo tem servido de justificativa para a implementação de políticas de controle de natalidade das mulheres afro-americanas. Conforme nos é dito por Collins (2019, p. 149-150):

Nesse contexto político e econômico, o controle da fecundidade das mulheres negras se tornou importante para os grupos de elite. A imagem da mãe dependente do Estado cumpre essa função ao qualificar como desnecessária e até perigosa para os valores do país a fecundidade das mulheres que não são brancas nem de classe média. [...] A imagem da mãe dependente do Estado fornece, assim, uma justificativa ideológica para o interesse do grupo dominante em limitar a fecundidade das mães negras, consideradas produtoras de um excesso de crianças economicamente improdutivas.

Ao problematizar essa imagem estereotipada construída para as mulheres negras, Collins (2019), a exemplo de tantas outras teóricas do feminismo negro, traz-nos contribuições no sentido de mostrar que a relação historicamente estabelecida entre as mulheres negras e o controle de natalidade é distinta das vivências experimentadas pelas mulheres brancas.

Angela Davis (2016, p. 205), em livro já citado, também nos mostra como o racismo historicamente tem motivado o controle da fecundidade das mulheres negras:

[...] algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se basearam em premissas flagrantemente racistas. O potencial progressista do controle de natalidade continua sendo indiscutível. Mas, na verdade, o histórico desse movimento deixa muito a desejar no âmbito da contestação do racismo e da exploração de classe.

Sobre a relação entre racismo e controle de natalidade, Davis (2016) comenta que, no final do século XIX, quando as taxas de natalidade da população branca começaram a diminuir nos EUA, as líderes do movimento em prol do controle de natalidade, que eram mulheres brancas de classe média, passaram a defender o controle de fecundidade das populações pobres, negras e imigrantes. Naquele momento, a posição defendida por aquelas mulheres era a de que as populações marginalizadas tinham a obrigação moral de controlar a sua fecundidade, evitando, assim, a reprodução de sujeitos indesejáveis para a sociedade. Na análise de Davis (2016, p. 213), o controle de natalidade “reivindicado como um ‘direito’ para as mulheres privilegiadas veio a ser interpretado como um ‘dever’ para as mulheres pobres”.

A autora também comenta sobre a associação entre racismo e práticas de esterilização em massa da população negra ao falar da atuação da Liga Estadunidense pelo Controle de Natalidade. Na compreensão de Davis (2016, p. 217), “o potencial progressista do movimento foi roubado quando passou a defender não o direito individual das pessoas de minorias étnicas ao controle de natalidade, e sim a estratégia racista de controle populacional”.

Através de dados estatísticos e de depoimentos, Davis (2016) denuncia a prática abusiva de esterilização nos EUA, ao longo do século XX. Segundo a autora, essa prática coercitiva atingia não apenas as mulheres negras, mas também as mulheres indígenas e imigrantes. De acordo com a autora, uma das estratégias mais empregadas era a de ameaçar mulheres beneficiárias de políticas sociais. Na ocasião, tais mulheres eram informadas que o recebimento de auxílios sociais e o acesso a serviços públicos de assistência estavam condicionadas à realização do procedimento. A partir dessa e de outras estratégias ilícitas ou antiéticas, e a partir da “cumplicidade do governo federal”, Davis (2016, p. 220-221) alega que “[...] até 1976, cerca de 24% de todas as mulheres indígenas em idade reprodutiva haviam sido esterilizadas”, ao passo que “[...] 43% das mulheres esterilizadas por meio de programas subsidiados pelo governo federal eram negras”.

É verdade que as análises de Collins (2019) e Davis (2016), trazidas ao longo deste tópico, partem do contexto histórico e social dos EUA. Contudo, isso não quer dizer que tais autoras não possam ser apropriadas para produzir reflexões sobre a experiência das mulheres negras no Brasil. Tal como àquele país, o Brasil possui uma história intimamente marcada pelos processos de colonização e de escravização de populações negras. Essa experiência também resultou, entre outras coisas, em vivências complexas e contraditórias entre as mulheres brasileiras, particularmente as mulheres negras, e as questões reprodutivas.

No Brasil, tal como ocorrera nos EUA, a relação das mulheres negras com a reprodução é marcada por uma série de injustiças e violências. Não por acaso, a luta por direitos reprodutivos constitui-se, segundo Machado (2020, p. 227), em elemento fundador da luta das mulheres negras no Brasil: “O tema da saúde reprodutiva das mulheres negras e o debate em torno da prática da esterilização cirúrgica dessa população pode ser considerado um marco fundador no movimento de mulheres negras brasileiro a partir da década de 1980”.

De acordo com Machado (2020), que estuda a história da formação dos movimentos de mulheres negras no Brasil, a mola propulsora para a luta por direitos reprodutivos neste país foram as denúncias de esterilização em massa de mulheres, particularmente de negras. Segundo a historiadora, a partir desse movimento, “o debate sobre saúde reprodutiva, que já era central para o movimento feminista, passa a ser lido de forma racializada a partir das intervenções das militantes negras” (Machado, 2020, p. 226).

Segundo Machado (2020, p. 227), “O debate relativo à saúde da população negra tornou-se público na década de 1980 [...]”. Para aquele momento, fontes indicam o temor compartilhado por setores da sociedade brasileira de que a população negra aumentasse no país. Em 1982, o economista Benedito Pio da Silva produziu um documento no qual evidenciava o medo de que a superpopulação de negros no Brasil resultasse na ascensão desse grupo étnico aos cargos mais importantes do país. Anos depois, em 1986, os *outdoors* de divulgação da inauguração do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, em Salvador (BA), traziam “[...] imagens de uma criança negra ao lado de um cadáver de uma mulher negra e os dizeres ‘Defeito de fabricação’ [...]” (Damasco *et al*, 2012, p. 139 *apud* Machado, 2020, p. 228).

Já comentamos que, na segunda metade do século XX, a visão controlista de que era preciso conter as taxas de nascimento mundiais e o medo do superpovoamento passaram a dominar o cenário geopolítico internacional. Essa posição foi fortemente influenciada pelos EUA, que, no contexto da Guerra Fria, temia o aumento populacional dos países dependentes. Conforme Machado (2020, p. 230): “A partir do governo Kennedy, a política controlista para os países em desenvolvimento se torna uma política de Estado. Foi então que a burocracia estatal juntou-se aos esforços das fundações e ONGs já ativas nesse campo”.

Além do governo estadunidense, instituições privadas como a Fundação Ford e Rockefeller também exerceram papel de destaque nesse contexto, visto que investiram

pesados recursos em ações de controle de natalidade em países dependentes. No Brasil, durante boa parte da segunda metade do século XX, “grande parte das iniciativas de planejamento familiar e controle de natalidade” se deu “a partir de organismos privados” que recebiam financiamento dessas instituições, como foi o caso da BEMFAM e do CPAIMC (Machado, 2020, p. 235). Além de contarem com fontes de recursos, esses organismos puderam atuar indiscriminadamente na sociedade brasileira, uma vez que o governo brasileiro não apresentava, por essa época, um posicionamento definido a respeito do controle de natalidade.

Diante desse cenário, marcado pelo medo do aumento da população negra e pela atuação indiscriminada de clínicas privadas, diversos grupos e organizações de mulheres negras passaram a propor o debate sobre direitos reprodutivos no Brasil, ao longo das décadas de 1980 e 1990. Machado (2020, p. 226) é uma das pesquisadoras que resgata alguns registros dessa mobilização:

O tema da saúde - em particular o da saúde reprodutiva - vai figurar no volume 4 do Nzinga Informativo, de 1988: “Esterilização” será tema dos Cadernos CEAP de 1990, editado pelo Grupo de Mulheres do CEAP; “Mulher Negra e saúde” e “Esterilização: Impunidade ou Regulamentação” serão temas dos Cadernos Geledés volumes I e II, publicados em 1991. O tema saúde constitui uma das linhas de atuação do Geledés - Instituto da Mulher Negra, através de seu Programa de Saúde. O tema é igualmente importante na organização Criola, constando em Cartilhas e Boletins da organização e constituindo-se em uma de suas 5 áreas principais de atuação.

De acordo com Machado (2020), foi a mobilização do movimento de mulheres negras que resultou na realização, no início da década de 1990, da chamada “CPMI da esterilização”. No requerimento nº 796, de 20 de novembro de 1991, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), proponente da ação, apresentava o objetivo da instauração da referida Comissão, que era o de “[...] investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil” (Congresso Nacional, 1993, p. 9).

De acordo com a parlamentar, a motivação da Comissão se respaldava no fato estatisticamente comprovado “[...] de que a esterilização de mulheres é, atualmente, o método anticoncepcional mais usado no Brasil” (Congresso Nacional, 1993, p. 9). Benedita alegava, ainda, que “a maioria da população feminina que se submete à esta prática é negra, o que

revela o caráter racista da esterilização” (Congresso Nacional, 1993, p. 11). A partir de dados do IBGE, a deputada afirmava categoricamente:

É sintomático constatar que o maior percentual de esterilizações encontra-se exatamente nos Estados das regiões que concentram os maiores índices de miséria e pobreza no nosso País, e onde a composição populacional aponta para uma maioria negra, como por exemplo o Nordeste e o Centro-Oeste. Por outro lado, em Estados de maioria branca, como por exemplo o Rio Grande do Sul, o índice de mulheres esterilizadas fica abaixo da média nacional (Congresso Nacional, 1993, p. 10).

No capítulo I do relatório final da Comissão, “A esterilização de mulheres no Brasil: caracterização do problema”, que trouxe um breve apanhado dos aspectos demográficos da esterilização no Brasil, havia a seguinte informação:

[...] a percentagem de mulheres esterilizadas chega a atingir 30% em alguns Estados brasileiros [...] Comparadas às cifras encontradas em outros países, esta cifra é extremamente elevada, pois o chamado “mundo desenvolvido” tem hoje apenas 7% das mulheres esterilizadas (Congresso Nacional, 1993, p. 36).

Nesse sentido, o relator se lançava na tentativa de apresentar explicações para os altos índices de esterilização apresentados pelo país:

No caso do Brasil, o que ocorre é [...]: as mulheres não têm informação sobre o corpo e sua fisiologia reprodutiva, não dispõem de métodos contraceptivos na rede pública de assistência à saúde e não podem recorrer ao aborto em condições aceitáveis, pois a clandestinidade confere à prática do aborto um risco elevado à saúde da mulher. Este quadro não oferece às mulheres outra alternativa senão a esterilização cirúrgica, opção drástica e definitiva (Congresso Nacional, 1993, p. 37, grifo nosso).

Durante a sua realização, a “CPMI da esterilização” investigou denúncias do uso eleitoral do procedimento, em troca de votos, por políticos brasileiros: “Com os depoimentos das presidentes das CPI estaduais, esta CPMI apurou que o uso da esterilização cirúrgica em troca de votos é hoje fato frequente em diversas partes do País” (Congresso Nacional, 1993, p. 43). Da mesma forma, a Comissão averiguou denúncias de empresas que

exigiam, para a contratação ou manutenção da trabalhadora, um atestado de esterilização. De acordo com o relatório:

As seguintes empresas do Espírito Santo exigem atestado de laqueadura para admissão, pelo que apurou a CPI estadual: Viação Serrana, Transcol, Viação Grande Vitória, Empresa Indústria Docevite.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo a Deputada Jandira Feghali, estariam procedendo da mesma forma, entre outras, as empresas: Mineirinho e De Millus (Congresso Nacional, 1993, p. 44).

O documento também se destaca por alegar que o cenário da esterilização no Brasil está subordinado a questões de gênero, raça e classe. Nessa perspectiva, no relatório consta o tópico intitulado “A esterilização feminina sob o ponto de vista étnico”. Nele, o documento abria espaço para o questionamento de pesquisas demográficas que desconsideravam ou subestimavam a dimensão étnica da sociedade brasileira:

[...] não é pura e simplesmente coincidência quando entidades do movimento negro nacional afirmam que a maioria das mulheres esterilizadas neste País são negras e pobres. E se não existem estatísticas oficiais afirmando isso, deve o Congresso contribuir para pressionar os órgãos competentes a incluir o item cor nos levantamentos estatísticos realizados [...] (Congresso Nacional, 1993, p. 50-51).

Além disso, o relator também enfatizava o quanto gênero, raça e classe estavam imbricados no Brasil:

[...] as mulheres negras deste País fazem parte, majoritariamente, do universo de analfabeto, dos que exercem atividades sem qualificação profissional e são as sub-remuneradas, morando em regiões pobres como favelas, mocambos, invasões e alagados. Enfrentam, enfim, toda sorte de dificuldades na luta pela sobrevivência, o que evidencia - e as estatísticas estão aí para comprovar - que ser negro em nosso País é ser candidato natural à pobreza (Congresso Nacional, 1993, p. 50).

Nessa linha, o relatório sugeria que aos altos de índices de esterilizações feitas no país estavam diretamente ligados ao racismo que discrimina, exclui e oprime as populações afro-brasileiras, sobretudo as mulheres negras:

Não se pode ignorar que, em todo o mundo, o racismo é dos mecanismos mais eficientes de reprodução de desigualdades sociais e de exclusão política, econômica e social. Por isso afirma-se que o controle da natalidade praticado hoje no Brasil, através da esterilização cirúrgica, visa impedir o crescimento da população pobre, que é majoritariamente composta por negros (Congresso Nacional, 1993, p. 50).

Em seu capítulo II, “Análise da atuação das instituições de planejamento familiar”, o relatório listava as principais instituições que financiaram ações de controle de natalidade no Brasil. Entre as instituições governamentais, o documento citava a Organização das Nações Unidas (ONU) e a United States Agency for International Development (USAID/AID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). A primeira, segundo o documento, investiu, entre os anos de 1988 e 1990, cifras que atingiram a casa dos 28 milhões de dólares⁴⁶. A segunda, apenas no ano de 1986, forneceu 8,3 milhões de dólares.

Entre as organizações não-governamentais, o relatório listava, entre as principais: a International Planned Parenthood Federation (IPPF - Federação Internacional de Planejamento Familiar), sediada em Londres (Inglaterra); a Population Council (Conselho de População), ligada à Fundação Jonh D. Rockefeller III; a The Pathfinder Fund (Fundação Pathfinder), que recebia recursos do governo dos EUA; a Family Health International (FHI - Organização Internacional para a Saúde da Família), sediada na Carolina do Norte (sul dos EUA); e a Association For Voluntary Surgical Contraception (AVSC - Associação para a Anticoncepção Cirúrgica Voluntária), também sediada nos EUA.

No referente às entidades brasileiras que recebiam recursos para promover ações de controle de natalidade, o relatório informa: “O Inventário de Projetos de População das Nações Unidas relaciona mais de cinquenta entidades não-governamentais que, no Brasil, executam os denominados projetos de população” (Congresso Nacional, 1993, p. 54). O documento listava todas elas, porém, destacava a atuação de quatro dessas entidades: a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), sediada no Rio de Janeiro, associada a IPPF e que também recebia, comprovadamente, recursos da USAID/AID; o Centro de Pesquisas e Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPAIMC), também sediado no Rio de Janeiro, teve em sua presidência o médico Hélio Aguinaga, e também

⁴⁶ Importante pontuar que a ONU atuava através de organismos como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Pan-americana de Saúde (OPS), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Saúde (UNESCO) etc.

contou com recursos da USAID/AID; a Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar (ABEPF); e o Centro de Sexologia de Brasília (CESEX), que recebeu recursos da Fundação Pathfinder para atuar em todo o país.

Em resumo, o relatório em questão constitui-se como rica fonte para o estudo da história da reprodução no Brasil, pois, para além das informações já comentadas, ele também apresenta depoimentos de parlamentares e profissionais da saúde acerca dos altos índices de esterilizações feitas, à época neste país. Não nos cabe, aqui, resgatar todos eles, até porque acabaríamos por assumir o risco de nos distanciar da nossa fonte principal de pesquisa, que é o *Mulherio*. Porém, com vistas a resgatar o protagonismo das mulheres, sobretudo o das feministas, nesse episódio, daremos destaque a alguns trechos desse documento.

Um deles é o depoimento de Jurema Werneck, médica e representante do Movimento de Mulheres Negras, que afirmava que os altos índices de esterilizações contribuíam para “o genocídio da população negra no Brasil” (Congresso Nacional, 1993, p. 86), e que eles atingiam, particularmente, as mulheres negras. De acordo com o relatório:

Ao admitir que a maioria da nossa população seja negra, a depoente considera que a maioria das mulheres esterilizadas no País seja pobre e deduz que tanto a pobreza brasileira como a do mundo inteiro têm cor negra. Por isso as mulheres negras do País estão sendo as mais esterilizadas (Congresso Nacional, 1993, p. 86).

Em sua fala, Werneck destacou, ainda: “A mulher negra, pobre, favelada, que está sendo esterilizada, tem buscado, desesperadamente, uma solução para o seu problema individual” (Congresso Nacional, 1993, p. 86). A médica e militante também fez denúncias: “[...] as adolescentes negras das favelas brasileiras têm sido alvo fácil para a esterilização em massa e pesquisas antiéticas e de vacinas” (Congresso Nacional, 1993, p. 87). Quando questionada sobre as suas expectativas com relação à CPMI, Werneck proferiu fala “[...] no sentido de esperar que os resultados da CPI contribuam para a construção de uma nova ética, reforçando a nova cidadania das mulheres negras [...] além de gestionar práticas que possam conter [...] o genocídio do povo negro” (Congresso Nacional, 1993, p. 87).

Nessa mesma perspectiva, Luiza Bairros, que, à época, era coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), em depoimento à Comissão, reafirmou “[...] a existência de discriminação racial nas ações relativas à esterilização de mulheres no País”

(Congresso Nacional, 1993, p. 92). Bairros também teceu críticas às pesquisas estatísticas feitas no Brasil, que, segundo ela, ignoravam problemas específicos vividos pelas mulheres negras no âmbito reprodutivo:

Existe entre as mulheres negras um componente de esterilidade que não está sendo levado em consideração. É a esterilidade involuntária, causada por doenças. [...] Embora os dados da PNAD demonstrem que existem uma proporção menor de esterilização entre as mulheres negras, esses dados não podem ser analisados fora do contexto da chamada “esterilidade involuntária” (Congresso Nacional, 1993, p. 93).

A ativista pontuava que “[...] o processo de esterilização entre as mulheres negras tem um significado especial” (Congresso Nacional, 1993, p. 93). Para tanto, Bairros trazia dados referentes à região Nordeste, os quais mostravam que: “Entre as mulheres esterilizadas, naquela região, 66% são negras” (Congresso Nacional, 1993, p. 93).

Ao concluir o relatório final da “CPMI da esterilização”, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), relator da Comissão, alegou: “Está confirmada a esterilização em massa de mulheres no Brasil [...]” (Congresso Nacional, 1993, p. 117). Porém, derrubou a tese levantada pelo movimento negro de que os altos índices de esterilização estariam associados ao genocídio da população negra: “A maior incidência de esterilização em mulheres da raça negra foi denunciada pelo movimento negro, como um aspecto do racismo praticado no Brasil. *Os dados levantados pelo IBGE, na PNAD/86, não confirmam a denúncia [...]*” (Congresso Nacional, 1993, p. 117, grifo nosso). Essa declaração, porém, foi questionada pelo movimento negro.

Como pudemos ver ao longo deste tópico, os entrelaçamentos entre gênero, raça e classe resultam, entre outras coisas, em desigualdades, injustiças e violências no campo reprodutivo. Nesse sentido, no início da década de 1980, quando o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi anunciado, o programa buscava atender às demandas das mulheres brasileiras por direitos reprodutivos, abrangendo o direito à maternidade livre, o acesso aos métodos contraceptivos de forma gratuita e segura, em suma, a autonomia sobre a própria vida etc. No próximo tópico, veremos de que forma a implantação dessa política foi recepcionada pelas feministas do *Mulherio*.

3.2 A criação do PAISM e o seu debate no Mulherio

Como temos visto, fontes como o relatório da “CPMI da esterilização”, publicado em 1993, registra, entre outras coisas, o interesse dos EUA, no contexto da guerra fria, em controlar as taxas de nascimento de países dependentes como o Brasil. Nas conclusões apresentadas no relatório final da referida Comissão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), relator do processo, alegava: “Há claro interesse internacional na implementação de controle demográfico no Brasil; Os governos e os organismos internacionais interessados na implementação desta política demográfica investem vultosas quantias para atingir seus objetivos” (Congresso Nacional, 1993, p. 116).

O relator também destacava o papel da BEMFAM e do CPAIMC como instrumentos a serviço dos interesses controlistas no Brasil: “Entre as instituições que realizam o controle da fertilidade no Brasil, as de maior envergadura são a BEMFAM e o CPAIMC, que funcionam subsidiados basicamente por recursos financeiros de procedência internacional” (Congresso Nacional, 1993, p. 116). Porém, por outro lado, também reconhecia que a atuação dessas instituições foi facilitada pela inércia do governo brasileiro, que procrastinou a tomada de posição no âmbito demográfico e que se isentou de fiscalizar e regulamentar as atividades daquelas organizações:

As instituições citadas executaram, na prática, políticas de controle demográfico concebidas por governos estrangeiros e organismos internacionais, com repercussões negativas sobre a soberania nacional, mas é forçoso reconhecer que contaram com a omissão do Governo brasileiro, que jamais investigou seu *modus operandi* (Congresso Nacional, 1993, p. 116).

Diante de tudo o que foi dito, podemos afirmar que, do ponto de vista macroestrutural, o predomínio de visões controlistas e antinatalistas, a partir da segunda metade do século XX, era um fato. Porém, não podemos perder de vista o âmbito micro da individualidade, não desconectado do contexto histórico-social, uma vez que ele também foi registrado pelas fontes. Nelas, vemos que as mulheres brasileiras demandavam, por essa mesma época, a oferta de métodos contraceptivos e a implementação de políticas de planejamento familiar.

Por diversos motivos, o controle da fecundidade era uma necessidade concreta de muitas brasileiras no final do século XX. Tal necessidade se relacionava de forma conflituosa e complexa com as ações de controle de natalidade. Sobre isso, podemos citar a matéria “Evitar filhos, ‘padecer no inferno’” (Figura 22), publicada na edição de abril-maio-junho de 1985 do *Mulherio* (p. 9). Escrito por Sandra Barbosa, o texto traz um breve, mas sensível relato, sobre o sofrimento enfrentado por Geralda, brasileira submetida a várias gestações indesejadas ao longo de sua vida reprodutiva.

Figura 22: Trecho da matéria “Evitar filhos, ‘padecer no inferno’”, de Sandra Barbosa.

Evitar filhos, “padecer no inferno”

mais um tempo, porque com a barriga, a patroa despede a gente”. Geralda é faxineira, trabalha em firmas, em casas de família. Mesmo na roça, queria trabalhar pra ajudar em casa. Mas como, com o barrigão? “Agora não vejo a hora de passar o resguardo pra poder voltar a trabalhar, porque com ‘ele’ desempregado tá difícil.” — E como vocês vivem, agora? “Ah, a gente pede um pouco nas casas vizinhas, o povo daqui é muito bom...”.

Pra trabalhar Geralda vai deixar as crianças na creche. Dois já estão; agora ela quer conseguir vaga pra menorzinha. Os maiores ficam pela rua mesmo. Mas ela está muito feliz: o “santo médico” que fez “a caridade” de lhe operar, resolveu sua vida.

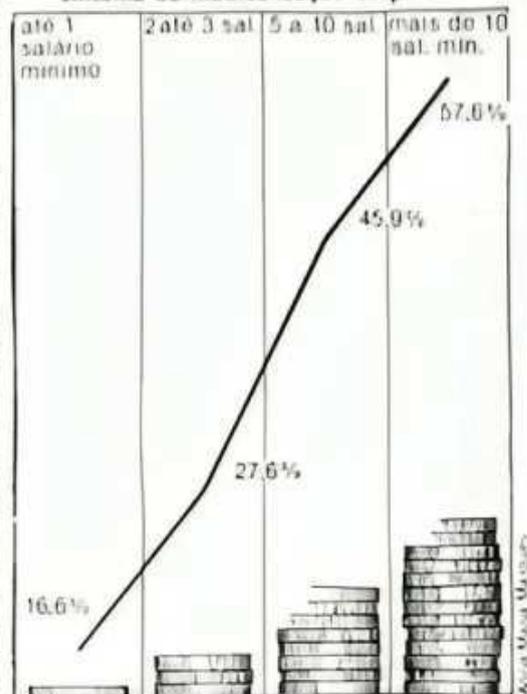
O marido disse que faria a operação “se pudesse”. Ele é muito bom, segundo Geralda, só o que estraga é a bebida, que aí “ele fica violento, fora de si; mas depois passa”. E Geralda confessa que também não gostava quando dava à luz e ele não respeitava a **dieta**, machucava ela toda, “porque ele gosta de fazer. Eu? Eu nunca senti emoção, não. Era só aquela preocupação de que ia ficar grávida de novo, até Deus ter pena de mim”. Pode ser que agora melhore, com a operação... “Mas acho que sou muito fria”, conclui ela, acrescentando que o marido não faz carinho, nem diz “coisas doces” é só “aquilo” mesmo, “vai direto”. Falar com ele, nem pensar, por-

que ele é ignorante e pode ficar desconfiado, meio ofendido, né?...

Com ar cansado e moído, esboça sorriso, mostrando a gengiva sem dentes e os olhos, brilhando: “Ah, se pudesse escolher tinha um casal de filhos, que é o certo, né, dois tá bom, dá pra gente trabalhar, ter uma atenção com o marido e também por causa do dinheiro, menina...”.

Sandra Barboza

Porcentagem de cesárias, segundo o rendimento:
sintoma da medicalização do parto.



Fonte: *Mulherio*.

Mineira, de 34 anos, Geralda era uma trabalhadora doméstica que morava com o marido, desempregado, na grande São Paulo:

Eu sabia que todo ano ia ter um filho. Com esse desabafo, que mais parece um lamento, Geralda Santos e Silva, 34 anos, moradora do Grajaú, SP, tenta explicar como era sua vida antes de fazer “a” operação. Faz um mês que Geralda conseguiu amarrar as trompas, numa operação gratuita conseguida com muito esforço, depois de ter dado à luz dez vezes. Exatamente desde que casou, todo ano, um filho. Cinco morreram antes de completar um ano porque “eram muito fraquinhos”. Dos outros cinco, a mais nova tem 25 dias e o mais velho, 8 anos (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 9).

Ao longo da matéria, podemos identificar vários dilemas enfrentados por ela ao longo de sua vida reprodutiva. A falta de conhecimento sobre o próprio corpo e falta de informações sobre sexualidade e contracepção e de acesso a serviços de saúde são alguns que aparecem neste trecho:

Geralda casou na terra do marido, Maranhão, na roça. Era “filha de Maria”, muito devotada. Da mãe, poucas lembranças guarda, pois ela não se abria com as filhas, “não usava, entende, mãe falar com as filhas”. Amiga, não tinha. Morava mesmo é no mato, sem nada perto; posto médico, então, nem pensar... *E Geralda não sabia que podia evitar filhos.* “Como?”, pergunta ela hoje, “se nem falar com outras pessoas, falava?” Assim começou “seu martírio”, como ela mesma recorda: “*casei e abandonei tudo, até eu mesma.* Era aquela coisa de viver num cômodo só, sem ter nada de bonitinho em casa. Aí o marido vinha, ‘fazia’, eu ficava barriguda. Todo ano, meu Deus do céu! *Não, eu nunca curti a gravidez, porque já sabia que ia ser aquele tormento de novo*” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 9, grifo nosso).

Em outro trecho, estupros frequentes pelo marido e gravidezes indesejadas também foram relatados por Geralda:

Ele [o marido] é muito bom, segundo Geralda, só o que estraga é a bebida, que aí “ele fica violento, fora de si; mas depois passa”. E Geralda confessa que também não gostava quando dava à luz e ele não respeitava a dieta, machucava ela toda, “porque ele gosta de fazer. Eu? *Eu nunca senti emoção, não. Era só aquela preocupação de que ia ficar grávida de novo, até Deus ter pena de mim*”. Pode ser que agora melhore, com a operação... “Mas acho que sou muito fria”, conclui ela, acrescentando que o marido não faz carinho, nem diz “coisas doces” é só “aquilo” mesmo, “vai direto”. Falar com ele, nem pensar, porque ele é ignorante e pode ficar desconfiado, meio ofendido, né... (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 9, grifo nosso).

Uma vez nascidas as crianças, outros dilemas somavam-se a esses. O fato de não ter com quem deixar os filhos para poder trabalhar era um dos principais: “Pra trabalhar Geralda vai deixar as crianças na creche. Dois já estão; agora ela quer conseguir vaga para a menorzinha. Os maiores ficam pela rua mesmo” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 9). Apesar da angústia que perpassa todo o relato, o texto destacava o sentimento de alegria de Geralda, que havia sido submetida a uma esterilização consentida: “Mas ela está muito feliz: ‘o santo médico’ que fez ‘a caridade’ de lhe operar, resolveu a sua vida” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 9).

Diante das demandas de mulheres como Geralda, tivemos, no Brasil, no início da década de 1980, a anunciação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), para atender, entre outras coisas, ao desejo e à necessidade que as mulheres tinham de controlar a sua fecundidade. Na época, era a primeira vez que o governo brasileiro, regido pelos militares, assumia uma postura oficial com relação a esse tema. Sobre isso, é interessante destacar que, no âmbito reprodutivo, os militares brasileiros não apresentaram um consenso sobre qual posicionamento o governo deveria assumir⁴⁷.

Bhering (2014) destaca que se por um lado havia os setores alinhados ao discurso “controlista” pregado pelos EUA e as suas instituições, por outro também havia os militares defensores de uma postura “natalista”. De acordo com o historiador, os primeiros acreditavam que era preciso reduzir as taxas de fecundidade do país para solucionar problemas sociais como pobreza, ou até mesmo evitar o perigo de uma revolução comunista. Os segundos, por sua vez, em função de seus alinhamentos a um nacionalismo conservador, eram contrários à ingerência dos EUA nas questões demográficas brasileiras, e defendiam a necessidade de elevar as taxas de nascimentos do país para aumentar a ocupação do território nacional.

⁴⁷ Em linhas gerais, podemos dividir os diferentes grupos que compunham a alta cúpula militar em dois grandes grupos: um primeiro que ficou conhecido por “linha dura”, que reunia militares mais conservadores e intolerantes, a exemplo do Emílio Garrastazu Médici, que ocupou o cargo da presidência entre os anos de 1969 a 1974, período que ficou conhecido por “anos de chumbo” por ter sido o mais repressivo de toda a ditadura militar; e um segundo que reunia os chamados “castelistas”, ou, simplesmente, moderados. Dentre as várias divergências que opunham esses grupos, uma delas esteve associada ao processo da “abertura política”. É verdade que esta foi proposta e dirigida pelos militares-ditadores e seus apoiadores, mas também é verdade que uma quantidade significativa de militares, sobretudo aqueles ligados à linha dura, não a aceitavam. Inconformados com a proposição da abertura política, esses militares passaram a realizar atos terroristas para amedrontar a população com o objetivo de que ela clamasse pela permanência dos militares no poder. Para saber mais, veja: FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-71.

De acordo com Costa (1999), médica e pesquisadora que integrou, no início dos anos 1980, a equipe de redação do PAISM, até a anúncio do Programa, em 1983, a falta de uma postura oficial com relação à regulamentação da fecundidade favoreceu a atuação, no Brasil, de organizações como a BEMFAM e o CPAIMC, de que falamos no tópico anterior. Conforme vimos, estas organizações eram clínicas de planejamento familiar que recebiam recursos de entidades internacionais para atuar no Brasil, a exemplo da já comentada FF, que chegou a financiar a BEMFAM - muito embora não fosse a sua principal fonte de recursos.

A atuação dessas clínicas se dava a partir da instalação de unidades em localidades de baixa renda espalhadas por todo o país, nas quais elas realizavam serviços como distribuição de contraceptivos e realização de esterilizações cirúrgicas. O relatório da “CPMI da esterilização”, produzido na década de 1990, constatou essa atuação. No entanto, a ação indiscriminada dessas clínicas, considerada “controlista”, antes mesmo de ser alvo de investigações e debates pela referida Comissão, já era alvo de críticas da parte de diversos setores da sociedade brasileira, inclusive das feministas.

Nos anos 1980, as feministas do *Mulherio* chegaram a criticar, por algumas vezes, a ação dessas clínicas. Na matéria “Clínicas, atrás de voluntários” (Figura 23), escrita por Rita Freire (*Mulherio*, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15), o jornal denunciava a atuação da clínica Pró-Pater, localizada na cidade de São Paulo.

Figura 23: Trecho da matéria “Clínicas, atrás de voluntários”, de Rita Freire.

Ano 1986 | Edição 00024

CLÍNICAS, ATRÁS DE VOLUNTÁRIOS

(DESPREVENIDOS, DESPROTEGIDOS, DESAVISADOS E DESESPERADOS...)

Apresentando-se como geógrafo, (que é) o repórter Mouzar Benedito, pediu uma consulta na clínica “Pró-Pater” (Rua Marquês de Paranaguá, 369 São Paulo) que o esclarecesse sobre como fazer uma vasectomia.

— “Detesto crianças” — foi o argumento mais convincente que pude encontrar. E se isso fosse verdade, poderia até ser pensado em concordar com a cirurgia porque, no atendimento “não havia nada errado com eles”.

Mouzar passou por uma assistente social e por um médico. Não precisou de encaminhamento psicológico por se mostrar bastante seguro e esclarecido. Saiu de lá com um número — 13348 — e uma classificação: “indeciso”. Um cartão e uma recomendação: se um dia quiser a cirurgia, é só voltar e fazer. Munido do cartão com o número, novas consultas serão dispensadas.

Atuando em São Paulo desde 1960, a Pró-Pater, entidade sem fins lucrativos, realiza aproximadamente quatro mil esterilizações por ano, graças a uma ajuda de mais de 200 mil dólares, canalizados pela Associação de Esterilização Voluntária (Nova Iorque), através da AIO — Agência de Desenvolvimento Internacional

No código penal

Trata-se de uma fato pouco conhecido. Mas determinante para que o governo, de um lado, não seja responsabilizado pela existência de uma política de controle da natalidade. E que a sociedade, de outro lado, fique da mão atada para fiscalizar ou denunciar a sua aplicação.

Qualquer ação cirúrgica que resulte em “debilidade permanente de membro, sentido ou função” (§ 1º / I III) ou “perda ou inutilização de membro, sentido ou função” (§ 2º / I III), participa do código penal (artigo 129) como crime passível de reclusão entre um e oito anos.

Denunciar, com base na lei, a ação das clínicas que indiscriminadamente funcionam como instrumento de esterilização em massa, significa, para a sociedade, denunciar e pôr em risco a única estrutura com que conta a população na busca de atendimento para a contracepção (contradição semelhante à que impede uma fiscalização no atendimento duvidoso das clínicas de aborto).

No Estado de São Paulo, por exemplo, uma política integrada de saúde que permita o acesso democrá-

osposas e já tiveram os filhos que querem.

Já candidato aos prêmios de criação publicitária de 1966, um comercial polêmico, intitulado “O Direito de Não Nascer”, começa a ir ao ar nas redes de televisão da Bahia, encaminhando o telespectador a procurar recursos de toda ordem no Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana.

“Recursos de toda ordem” tem sido uma expressão incorporada com desenvoltura pelos diversos discursos que incantam a prática controlista no país. Mas chega a tornar absurdamente insólita a legislação brasileira que criminaliza as cirurgias, quando passa a incorporar-se ao discurso do poder público. Ricardo Veronesi, secretário municipal da Saúde no governo Jânio Quadros (pró-controle da natalidade), explicita que no seu programa de planejamento familiar utilizará todos os recursos que a medicina e a ciência possam oferecer. Entre eles, a prática e descomplicada vasectomia.

As vítimas

Quarto e Conselho Estadual de

Fonte: *Mulherio* (1986).

Segundo o jornal, a clínica fornecia, de forma indiscriminada, o serviço de vasectomia, para o que recebia verbas da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID/AID). Leiamos:

Atuando em São Paulo desde 1980, a Pró-Pater, entidade sem fins lucrativos, realiza aproximadamente quatro mil esterilizações por ano, graças a uma ajuda de mais de 200 mil dólares, canalizados pela Associação de Esterilização Voluntária (Nova York), através da AID - Agência de Desenvolvimento Internacional (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

A matéria trazia o caso de Mouzar Benedito, repórter que se infiltrou na clínica para apurar como se dava a sua atuação. A matéria não informava as credenciais do jornalista, ou seja, não sabemos se ele esteve na clínica a serviço do *Mulherio* ou de outro veículo de comunicação, ou até mesmo de forma independente. De toda forma, a partir do seu relato, constatamos que o procedimento era realizado de forma banalizada, sem nenhum tipo de preparo psicológico daqueles que o procuravam:

Mouzar passou por uma assistente social e por um médico. Não precisou de encaminhamento psicológico por se mostrar bastante seguro e esclarecido. Saiu de lá com um número – 13348 – e uma classificação: ‘indeciso’. Um cartão e uma recomendação: se um dia quiser a cirurgia, é só voltar e fazer. Munido do cartão com o número, novas consultas serão dispensadas (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

A matéria se utiliza do caso da Pró-Pater para denunciar, de modo geral, a atuação das clínicas de esterilização que, à época, atuavam no país. De acordo com o *Mulherio*, tais clínicas estavam alinhadas às políticas de controle de natalidade e, para tanto, recebiam financiamento de entidades internacionais. A matéria denunciava como se dava a atuação dessas clínicas: “[...] essas clínicas mantêm, no atendimento ao homem, uma complexa rede de emissários treinados a cooptar voluntários nos locais de maior concentração masculina entre a população de baixa renda” (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

A partir do trabalho do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, a matéria denunciava, também, a presença de assistentes sociais nessas organizações. De acordo com o jornal, esses profissionais eram treinados e pagos para vender a vasectomia como uma espécie de solução para os problemas que afetavam o homem abordado: “Altamente treinados, estes profissionais são portadores do elaborado discurso que, no final da linha [...] fará da possibilidade de esterilização, a panaceia, a salvação” (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

Além disso, segundo a matéria, nos cursos e palestras ministrados por esses profissionais, através das clínicas, não havia espaço, por exemplo, para o debate da possibilidade de arrependimento que poderia acometer o homem esterilizado:

A mensagem [em favor da esterilização] não é a mesma para homens e mulheres [...] Com os homens, o problema desaparece. O procedimento é mais simples. Trata-se de convencê-lo da não alteração de sua potência sexual. O medo do arrependimento, o drama pessoal de não mais entender-se com elemento reprodutor, são estrategicamente excluídos do temário das palestras e aulas (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

Sem citar nomes, o jornal também denunciava fábricas que favoreciam a atuação dessas clínicas, uma vez que permitiam a propaganda de seus serviços nos locais de trabalho, ou até mesmo prometiam facilidades aos trabalhadores que realizassem o procedimento. De acordo com Rita Freire, autora da matéria: “[...] algumas fábricas oferecem, além do pagamento da cirurgia aos funcionários, também o transporte gratuito aos interessados no dia da operação” (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

A matéria denunciava, também, a conivência do Estado brasileiro para com essas práticas indiscriminadas de esterilização. De acordo com o jornal, isso acontecia porque o poder público, na época, não regulamentava ou fiscalizava a realização deste procedimento pelos serviços de saúde, públicos ou particulares: “Uma vasectomia pode ser encaminhada nas consultas do Inamps, ainda que por baixo do pano e paga por fora, já que o Estado não banca, não assume, mas fecha os olhos a tudo que se refira à aplicação desses métodos” (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

De acordo com o jornal, a vasectomia era tão banalizada no Brasil que poderia constar nas listas de procedimentos estéticos ofertadas pelos planos de saúde. Na matéria, Rita Freire escrevia: “[Uma vasectomia] Pode ainda ser feita, via particular, por médicos não conveniados, ou ser encontrada nos convênios com empresas ou fundações, entre aquelas relacionadas como cirurgias de caráter ‘estético e embelezador’” (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

A matéria também nos é interessante pois criticava o espaço que essas clínicas de esterilização ocupavam, na época, nos grandes veículos de comunicação de massa. Nesse

sentido, o texto citava o exemplo da *Veja*, que estava fazendo publicidade da clínica Pró-Pater. De acordo com o jornal, nas propagandas da clínica veiculadas pela revista, a vasectomia era vendida como uma “prova de amor” que um homem poderia dar à sua companheira. Vejamos o trecho da matéria:

Hoje, um leitor de classe média pode abrir sua revista semanal e encontrar, entre anúncios de primeira qualidade, um chamamento a essa “prova de amor” que é escolher a vasectomia para evitar um crescimento indesejado da família. É o caso do anúncio da “Pró-Pater”, publicado em algumas edições da revista “Veja” e endereçado àqueles que amam suas esposas e já tiveram os filhos que queriam (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

Da mesma forma, a matéria citava o comercial intitulado “O Direito de Não Nascer”, que, na Bahia, fazia propaganda do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana. Segundo o jornal, o comercial tinha sido um dos finalistas do concurso de publicidades do ano de 1986:

Já o candidato aos prêmios de criação publicitária de 1986, um comercial polêmico, intitulado “O Direito de Não Nascer”, começa a ir ao ar nas redes de televisão da Bahia, encaminhando o telespectador a procurar recursos de toda ordem no Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (Mulherio, Janeiro/fevereiro de 1986, p. 15).

Em 1983, quando a implantação do PAISM foi anunciada, o programa representava, para muitos ativistas e profissionais da saúde, uma promessa de combate à atuação abusiva e indiscriminada dessas clínicas no território brasileiro. Por outro lado, a criação do Programa também se articula aos intensos debates sobre reprodução que passaram a ganhar destaque no mundo ocidental no contexto da Guerra Fria (Costa, 1999).

Conforme já vimos, esses debates foram protagonizados por instituições estadunidenses alinhadas à ordem capitalista-liberal, como também pelos movimentos feministas. As primeiras defendiam a necessidade de reduzir as taxas de natalidade, sobretudo a dos países de capitalismo dependente, como o Brasil. Os segundos, por sua vez, e apesar das divergências, destacavam-se por trazer para as discussões as perspectivas e os interesses das mulheres.

No início da década de 1980, quando o PAISM foi formulado, o Ministério da Saúde (MS) estava sob a administração do ministro Waldir Arcoverde. Embora tenha sido anunciado

no ano de 1983, foi somente em 1984, um ano depois, que o MS divulgou o documento que oficializa o Programa, o qual apresentava os seus princípios, as suas diretrizes e os seus objetivos. Na equipe responsável pela sua formulação, destaque deve ser dado à presença de mulheres como a médica e feminista Ana Maria Costa, já citada, bem como a socióloga Maria da Graça Ohana (Osis, 1998).

A criação do PAISM também dialoga com o contexto concreto em que estava ocorrendo a institucionalização dos movimentos feministas, que comentamos no capítulo anterior. Na década de 1980, lembremos, muitas pautas feministas adquiriram legitimidade, à medida que chegavam aos espaços da academia, dos órgãos públicos, dos partidos políticos e dos sindicatos etc. (Sarti, 2004). No âmbito das políticas públicas de governo, era a primeira vez que era registrada, no Brasil, a criação de programas e projetos fundamentados em uma perspectiva de gênero, como foi o caso do PAISM.

Muito embora essas novas políticas não tenham empregado, em suas resoluções, o conceito de “gênero”⁴⁸, elas podem ser enquadradas nessa perspectiva, uma vez que buscavam atender às demandas específicas das mulheres. Dessa forma, foi nesse momento em que foram criados, no país, os chamados Conselhos dos Direitos da Mulher⁴⁹, as primeiras delegacias voltadas a combater a violência doméstica, assim como também tivemos, no ano de 1986, a realização da primeira pesquisa sobre contracepção no Brasil (Camarano; Araújo; Carneiro, 1999; Sarti, 2004).

Para Osis (1998), o PAISM representa um marco na saúde reprodutiva no Brasil. Para além de ter sido a primeira política pública destinada a tratar, no país, da regulação da fecundidade, essa nova política representou, acima de tudo, a promessa de uma “nova e diferenciada abordagem da saúde da mulher” (Osis, 1998, p. 26). Isso porque os serviços de saúde da mulher até então existentes no Brasil limitavam-se ao público materno-infantil, e restringiam-se ao chamado período gravídico-puerperal. Ou seja, antes do PAISM, somente as

⁴⁸ No Brasil, esse conceito somente começará a ser utilizado na década de 1990. Para saber mais, ver: SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 5, p. 281-300, 2007.

⁴⁹ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado em 1985, resultado da articulação entre alguns grupos feministas brasileiros e o então candidato à presidência Tancredo Neves (PMDB). Mesmo após ter sofrido diversas mudanças, o seu principal objetivo permanece sendo, pelo menos no âmbito retórico, o desenvolvimento de políticas a fim de combater a discriminação contra a mulher. Para saber mais: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho> >. Acesso 10 mar 2022.

brasileiras que se encontravam no período gestacional ou no pós-parto eram assistidas pelos sistemas públicos de saúde (Costa, 1999; Osis, 1998).

Costa (1999) diz-nos que até o início da década de 1980, quando houve a anúncio do Programa, a principal política que regulamenta os serviços de saúde destinados à mulher brasileira era preconizada pelo Programa de Saúde Materno Infantil (PSMI). Este, segundo a pesquisadora, havia sido formulado no final da década de 1960 e, além de se limitar ao público materno-infantil, apenas se aplicava a casos de risco e situações de vulnerabilidade.

Em 1984, os redatores do PAISM criticavam essa abordagem limitada com a qual a saúde das mulheres era, até então, tratada, e defendiam a necessidade de uma política pública que atendesse às mulheres desde a adolescência, enfrentando problemas como a gravidez precoce e a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis⁵⁰, até a chamada terceira idade, oferecendo tratamento para doenças como cânceres de mama e de colo de útero, que estavam entre as principais causas de morte entre as brasileiras nessa faixa etária (Ministério da Saúde, 1984).

Além de anunciar essa mudança de paradigma, as pesquisadoras também costumam destacar o pioneirismo do PAISM ao ter privilegiado os interesses das mulheres, o que nos sugere o impacto exercido pelos movimentos feministas na elaboração dessa nova política (Zanghelini, 2020). Sobre isso, autoras como Osis (1998) destacam que a partir do PAISM as mulheres deixaram de ser vistas, unicamente, como “parideiras”, cujos corpos necessitavam de intervenção médica, e passaram a ser vistas como sujeitos cujas necessidades precisavam ser atendidas.

Nesse aspecto, o PAISM também se tratou de um marco porque registra a primeira vez que o governo brasileiro se articulou, de forma explícita, com grupos feministas (Osis, 1998; Pitanguy, 1999). Em 1985, o *Mulherio* comentava, em uma de suas edições, sobre a atuação do Instituto de Ação Cultural (IDAC), um grupo feminista brasileiro que, na época, estava dando suporte ao MS na execução do PAISM (Figura 24). Naquele momento, ao falar desse fato, o jornal destacava: “[...] é a primeira vez que uma instituição governamental chama para assessoramento, num trabalho educativo, grupos que se identificam com a questão feminista [...]” (*Mulherio*, abril-maio-junho de 1985, p. 10).

⁵⁰ O termo empregado pela documentação da época era “doenças sexualmente transmissíveis”.

Figura 24: Box “O IDAC, dando uma força ao programa”.

O IDAC, dando uma força ao programa

“O IDAC — Instituto de Ação Cultural — está sendo sujeito de uma iniciativa semelhante à das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. A convite do INAM — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde — está, junto com o SOS CORPO de Recife, estudando a viabilidade de produzir materiais didáticos informativos às mulheres sobre o planejamento familiar e, ao mesmo tempo, produzir material formativo para o pessoal que trabalha nas unidades médicas.

A responsável por esse trabalho é Mariska Ribeiro, que já vem de uma experiência gratificante feita em Parati. Lá, a exemplo de outros locais, foi feito um trabalho de pesquisa com as mulheres da comunidade, sobre o nível de informação e conhecimento que tinham de sua própria sexualidade. A partir dos resultados da pesquisa, das reuniões posteriores, foi feito um áudio visual que serve para “gancho” de debate nas reuniões da comunidade. O material — “As Mulheres e a Saúde: Apre-

der para Viver Melhor” — aborda o modo como a sexualidade feminina deve ser tratada inclusive pelo pessoal que atende as mulheres em órgãos oficiais, como explicou Ana Figueiredo, uma das sociólogas do IDAC envolvida no trabalho. “Aos poucos, esses técnicos foram gerando outros grupos, que criaram seu próprio material de apoio para outras discussões, como aconteceu em Goiânia”, diz ela.

O INAM, órgão do Ministério da Saúde, desenvolve programas inteiramente voltados para a saúde da mulher. O fato de um órgão como esse solicitar o trabalho até certo ponto revolucionário do IDAC traz um saldo positivo, segundo Mariska e Ana: “é a primeira vez que uma instituição governamental chama para assessoramento, num trabalho educativo, grupos que se identificam com a questão feminista e fazem, por outro lado, trabalhos alternativos sobre saúde e sexualidade com grupos de mulheres”.

Fonte: *Mulherio*.

Osis (1998) também destaca que a presença de mulheres na equipe responsável pela redação do Programa, conforme destacamos parágrafos acima, é a prova de que o governo brasileiro, naquele momento, de fato estava interessado em dialogar com esse segmento. Para ela, ainda que o texto que define o PAISM não apresente, de forma explícita, conceitos como

“direitos reprodutivos”, “justiça reprodutiva” ou até mesmo “gênero”, o Programa trata-se de um marco internacional, visto que representa o primeiro esforço de um país para formular uma política pública de saúde que objetivava garantir os interesses das mulheres. Nesse sentido, a autora destaca que o governo brasileiro, ao propor o PAISM no início da década de 1980, antecipou-se até mesmo em relação à ONU, que somente assumiria essas bandeiras na década de 1990 (Osis, 1998).

Além de dialogar com as intensas mobilizações dos movimentos feministas, Costa (1999) destaca que a criação do PAISM também esteve relacionada com o movimento de reforma sanitária, ocorrido nas últimas décadas do século passado. Naquele momento, profissionais da área da saúde, em diálogo com grupos da sociedade civil, propunham novas abordagens e conceitos com vistas a reformar a maneira com que a medicina era aplicada nas sociedades modernas.

Um desses novos conceitos que estava sendo proposto era o de “integralidade”. No nível prático, do atendimento, a integralidade era defendida no sentido de que os procedimentos fragmentados e isolados deveriam ser substituídos por ações articuladas e sincronizadas. Já no nível filosófico, que deveria nortear essas ações, o paciente, objeto passivo da intervenção médica, e visto, até então, como um somatório de órgãos, tornava-se sujeito ativo, possuidor de desejos e necessidades. Com esse novo sujeito a medicina deveria, a partir de agora, dialogar não apenas considerando as suas funcionalidades fisiológicas, mas também as suas condições socioemocionais. Ou seja, esse sujeito deveria ser considerado em toda a sua integralidade (Costa, 1999; Osis, 1998).

Em diálogo com o princípio da integralidade, pode-se dizer, a partir de Costa (1999), que o PAISM também inovou ao propor uma atuação com base em práticas educativas. Dessa forma, através da valorização de uma abordagem de teor mais pedagógico do que meramente técnico, de um lado o programa mudava o foco da cura para a prevenção, e, de outro, visava fomentar a autonomia das mulheres para que elas deixassem de ser objetos passivos da medicina e se tornassem as protagonistas no cuidado de seus corpos e no acompanhamento de sua saúde.

A anúncio do PAISM, no início da década de 1980, provocou um clima de calorosos e intensos debates entre os grupos feministas brasileiros. No *Mulherio*, encontramos diversas matérias que tratam dessa nova política que estava sendo proposta pelo governo. Em

função de todas as inovações trazidas pelo PAISM, seria de se esperar que ele encontrasse ampla adesão entre os grupos feministas brasileiros da época. Contudo, a partir da análise das fontes, vemos que em meio ao clima de grande expectativa criado pelo anúncio do Programa, encontramos tanto grupos favoráveis como grupos contrários a ele.

Na edição de julho-agosto de 1984, encontramos a matéria “Contraceção: o drama nosso de cada dia” (*Mulherio*, julho-agosto de 1984, p. 6), em que Ethel Leon falava sobre a recepção do PAISM pelos grupos feministas brasileiros (Figura 25). Na matéria em questão, cinco parágrafos são destinados a expor o posicionamento dos grupos que eram favoráveis, à medida que apenas um é destinado aos grupos que eram contrários à nova política. Em resumo, ao analisarmos as matérias que versam sobre o Programa publicadas pelo jornal, é possível afirmar que o *Mulherio* se colocava a favor dessa nova política.

Figura 25: Trecho da matéria “Contracepção: o drama nosso de cada dia”, de Ethel Leon.

CONTRACEPÇÃO: o drama nosso de cada dia

Regular nossa fertilidade. Exercer a maternidade e a contracepção: nossos direitos, luta de longa data. Que agora encontra novos e poderosos interlocutores. Nosso corpo virou “problema de Estado”: um avanço, no caso de programas de saúde, de fato. Uma catástrofe quando nossos úteros viram itens nas pautas de negociação de crescimento populacional.

O Ministério da Saúde anuncia o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o PAISM. Entre as feministas de todo o país há uma forte tendência a repudiá-lo: “É controlismo disfarçado de feminismo”, “é o FMI” — dizem nós.

Ao mesmo tempo, o governo recém-eleito de São Paulo formula um projeto de saúde muito próximo ao do Ministério. Tudo isso começou no ano passado e até hoje o debate segue, mas não só ele. O Programa ministerial estabelece centros de treinamento, solta folhetos para a população, anuncia em rádios e televisões. Em Goiânia começa a ser implantado. Em São Paulo também.

Enquanto isso, cresce a atuação das entidades controlistas privadas como

BENFAM e CEPAIM que assessoram o Inamps e realizam experiências de contracepção a torto e a direito sobre as mulheres.

“Estamos vivendo uma situação complicada”, diz Maria José Araújo, médica feminista que clínica na Casa da Mulher do centro e na Casa da Mulher do Grajaú, em São Paulo. “Eu percebo um imenso atraso político na recusa sistemática dos programas de saúde governamentais. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar se temos força para retirar esses programas do cenário. E se retirarmos, o que fazer?”

Repudiar apenas o Programa não leva a nada. Se o poder público assume as questões de contracepção, pode haver uma pressão social por parte dos grupos

Fonte: *Mulherio*.

Na matéria mencionada, Ethel Leon alegava que os grupos favoráveis ao PAISM defendiam que ele, bem ou mal, seria o pontapé inicial para a introdução do debate sobre

reprodução na sociedade brasileira. Além disso, esses grupos também argumentavam que o PAISM, em termos concretos, já era alguma coisa para quem nunca havia sido amparada pelo governo, como era o caso das mulheres de baixa renda, que, na época, viviam à mercê de entidades privadas como a BEMFAM e o CPAIMC. Em algumas linhas, a autora dizia:

O Ministério da Saúde anuncia o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o PAISM. Entre as feministas de todo o país há uma forte tendência a repudiá-lo: “É controlismo disfarçado de feminismo”, “é o FMI” - dizemos nós [...] Enquanto isso, cresce a atuação das entidades controlistas privadas como BEMFAM e CPAIM que assessoram o Inamps e realizam experiências de contracepção a torto e a direito sobre as mulheres (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

Através da matéria, observamos que os grupos feministas favoráveis ao Programa acusavam os que lhe eram contrários de apenas o criticarem, mas de não oferecerem outras alternativas. Em depoimento concedido ao *Mulherio*, a médica e feminista Maria José Araújo, que trabalhava com a saúde da mulher, lançava o seguinte questionamento às militantes que eram contra o PAISM:

Eu percebo um imenso atraso político na recusa sistemática dos programas de saúde governamentais. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar se temos força para retirar esses programas do cenário. E se retirarmos, o que fazer? (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

De certa forma, Ethel Leon, autora da matéria, também acaba assumindo uma posição de defesa do Programa anunciado pelo governo:

Repudiar apenas o programa não leva a nada. Se o poder público assume as questões de contracepção, pode haver uma pressão social por parte dos grupos de mulheres, de saúde, etc., cobrando uma política que efetivamente melhore as condições de saúde e assegure algum nível de reflexão sobre sexualidade. O que já não pode ser feito se as entidades privadas controlistas continuarem a manter o monopólio das práticas contraceptivas junto à maioria das mulheres (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

Na matéria, esse posicionamento em favor do PAISM era partilhado pela médica e feminista Maria José Araújo, já citada, e pelo grupo *Mulher, Saúde e Sexualidade*, do Rio Grande do Sul. A médica, em carta ao *Mulherio*, que teve vários trechos publicados pelo jornal, defendia abertamente a implantação do Programa, alegando que este era, sobretudo,

fruto da luta das mulheres: “[...] entendemos que o PAISM [...] realmente vem de encontro⁵¹ a uma necessidade das mulheres. Isto não é um presente do sr. Ministro da Saúde, mas sim o fruto da luta das mulheres organizadas de todo o país e demais setores da sociedade” (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6). Além disso, a médica também se empenhava em rebater os grupos feministas que eram contra o Programa: “[...] não acredito que o repúdio apenas retórico contribua para resolver os dramas que as mulheres vivem com relação à contracepção” (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

Sobre os grupos contrários, a matéria, em um espaço bem menor, informava que eles alegavam que o PAISM era autoritário e cheio de lacunas. Além disso, eles defendiam que uma política efetivamente voltada para a saúde da mulher demandaria mudanças estruturais na sociedade. A matéria destaca que esse posicionamento contra o Programa era compartilhado por grupos feministas como *Eva de Novo*, de Goiânia, e *União das Mulheres*, de São Paulo. Chama a nossa atenção o fato de que o *Mulherio* não tenha procurado nenhum desses grupos, tal como fez com a médica Maria José Araújo, para expor e defender a sua posição. De toda forma, vejamos como Ethel Leon apresentou o posicionamento desses grupos, em apenas um parágrafo:

Já o grupo Eva de Novo elaborou um documento em que são apontados diversas deficiências e contradições do PAISM, além de criticar a forma autoritária de sua formulação e de apontar um possível viés controlista em suas propostas. Não que o grupo recuse a ideia de planejamento familiar, mas só aceita sob certas condições, que prevêem mudanças estruturais na sociedade brasileira. A União de Mulheres de São Paulo também propõe o repúdio ao Programa, pura e simplesmente (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

Na época, uma das críticas mais comuns dirigidas ao PAISM estava associada às suspeitas que certos setores da sociedade brasileira tinham de que ele fosse, na verdade, uma fachada para o recrudescimento de práticas controlistas no país. Sobre isso, é importante dizer, a partir de pesquisadoras como Osis (1998), que muito embora o PAISM tenha inovado ao ter sido o primeiro programa a tratar sobre o controle da fecundidade, este não era o único aspecto contemplado por ele. Ou seja, diferentemente das clínicas de planejamento familiar criticadas pelas feministas, e cujas atuações se fundamentavam em ações de controle de natalidade, no PAISM este era apenas mais um dos seus serviços ofertados.

⁵¹ A expressão foi empregada incorretamente. Em seu lugar, ” [...] vem ao encontro [...]” deveria ter sido utilizada, pois apresenta o sentido de “satisfazer”, “dar resposta”.

Porém, também deve ser dito que essas suspeitas de que o PAISM serviria a interesses controlistas não eram infundadas. Afinal, conforme vimos, naquela época havia, sim, instituições que não mediam esforços para reduzir as taxas de natalidade de países como o Brasil. No início da década de 1980, os redatores do Programa, que não ignoravam esses fatos, esforçaram-se para dissociá-lo de interesses controlistas (Osis, 1998). Ao oficializar o PAISM, eles procuraram destacar que o planejamento familiar seria apenas mais um dos tantos serviços de saúde que seriam oferecidos à mulher.

Além disso, eles também defendiam que as ações de planejamento familiar deveriam ser encaradas como um direito, e não como a solução para os problemas socioeconômicos, tal como os adeptos da ideologia desenvolvimentista alegavam naquele momento. Desse modo, os redatores enfatizavam que tais ações deveriam se afastar de qualquer caráter coercitivo:

Todas as atividades atinentes à questão do planejamento familiar devem ser desenvolvidas através de serviços de assistência materno-infantil, complementando outras ações que estes proporcionam, desvinculando-se de qualquer caráter coercitivo para as famílias que venham a utilizá-los (Ministério da Saúde, 1984, p. 16).

Naquele momento, os grupos feministas que defendiam o Programa também se empenharam para dissociá-lo de posturas controlistas. Leila Villas, em matéria escrita ao *Mulherio*, “Controle de natalidade: a polêmica continua”, publicada na edição de março-abril de 1987, também trouxe contribuições no sentido de defender o PAISM e de informar às leitoras do jornal sobre os seus princípios e fundamentos (Figura 26).

Figura 26: Trecho da matéria “Controle de Natalidade: a polêmica continua”, de Leila Villas.

SAÚDE

**Controle da Natalidade:
a polêmica continua**

LEILA VILLAS
jornalista

Conseguirá a Nova República um feito inédito até para os vinte anos da ditadura militar: implantar nacionalmente uma política de controle de natalidade no País? A resposta pode demorar, mas as críticas estão aí e não poupam o governo.



Enquanto se aguarda novos desdobramentos sobre o polêmico projeto de controle de natalidade, a grande questão que se coloca para a sociedade brasileira parece ser a seguinte: nas intenções demográficas do atual governo de transição, prevalecerá o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) - uma legítima conquista das lutas feministas no Brasil, que contrapõe o planejamento familiar, direito inalienável da população feminina, a ações governamentais que tentam estabelecer metas populacionais "ideais"? Ou acabará vingando um controle da natalidade afeito às surdas intenções de cunho neomalthusiano, francamente neofascistas, várias vezes ensaiado no País e sob o qual se ocultam interesses estrangeiros e nacionais há décadas em jogo? Vale lembrar que as intenções controlistas, especialmente no Terceiro Mundo, tratam a questão populacional como assunto geopolítico, envolvendo até longínquas considerações estratégicas das superpotências.

Couto, de um dado responsável conforme observa a Animatôia, "Paulo", é um anteprojeto de comissão Parlamentar sobre a natalidade pelo PDS (governo) objetivo de "inculcados ao aumento". De ações da Animatôia remetido ao presidente Sarney mesma semana credito Neves.

Os resultados da reunião de foram a provocar dada organização Conselho Fede Maria Lipko, il suspensas de q estar sendo gr no país, nos i ainda não tei nenhum decreto o assunto. M

Fonte: *Mulherio* (1987).

Para a autora, o PAISM representava um avanço, visto que não encarava o controle de natalidade como um direito, e não como uma obrigação:

O PAISM, nascido na fase de pré-articulação do governo Franco Montoro, em São Paulo, e posteriormente incorporado, em pleno governo Figueiredo, pelo Ministério da Saúde (gestão Waldyr Arcoverde) parte de um pressuposto inverso ao dos programas de intenção controlista. Ele encara o planejamento familiar como um direito de saúde da população feminina, do qual deve incumbir-se o Estado e, mais especificamente, seu ministério afim (Mulherio, março-abril de 1987, p. 8).

Na matéria, Leila Villas também informava como seria o funcionamento do Programa:

Segundo o PAISM, a mulher brasileira deve ter acesso, através do Inamps, a toda sorte de informação e assistência sobre o funcionamento de seu próprio corpo, incluindo exames ginecológicos regulares e preventivos de doenças como o câncer. E, nesse contexto, a mulher deve ter acesso ao meio contraceptivo de sua escolha, com vistas ao seu bem-estar pessoal e ao de sua família (Mulherio, março-abril de 1987, p. 8).

Em seu texto, a feminista insistia que a nova política não deveria ser confundida com os interesses controlistas perseguidos por “superpotências estrangeiras”. Para ela, o Programa proposto pelo governo deveria ser encarado como:

[...] uma legítima conquista das lutas feministas no Brasil, que contrapõem o planejamento familiar, direito inalienável da população feminina, a ações governamentais que tencionem estabelecer metas populacionais ideais (Mulherio, março-abril de 1987, p. 8).

Porém, muito embora a maioria dos grupos feministas brasileiros recepcionasse o PAISM de forma bastante positiva, como era o caso das feministas que escreviam no *Mulherio*, é importante dizer que elas não o defendiam sem ressalvas. Na matéria “O Plano do Ministério mudando mentalidades” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10), por exemplo, a jornalista e feminista Inês Castilho comentava, de um lado, sobre as potencialidades dessa nova política, mas, de outro, também destacava os desafios postos à sua aplicação na sociedade brasileira (Figura 27).

Figura 27: Matéria “O Plano do Ministério mudando mentalidades”, de Inês Castilho.

O Plano do Ministério mudando mentalidades

Tânia Vasquez

O PAISM surge dentro das brechas do sistema autoritário, no governo Figueiredo. Na verdade, o Ministério da Saúde não tinha outra saída senão fazer alguma coisa, já que o então ministro do Exército, Waldir Vasconcelos, tentava efetivar um programa de controle da natalidade, naquela linha de limitar a população pobre para diminuir a pobreza. Se em sua elaboração o PAISM não teve a participação de muita gente, a proposta que fizemos foi certamente muito debatida, sofrendo inclusive modificações a partir de idéias e críticas que surgiram. Para nós, técnicas que salmos por este país difundindo o programa — na verdade, fazendo um trabalho de mobilização política —, ficou claro que poucas vezes um programa de governo foi tão debatido.

Outra coisa a ressaltar sobre o Plano é que o material educativo tem sido feito com a colaboração dos grupos de mulheres. Além dos cadernos de sexualidade da Fundação Carlos Chagas, existe um material sobre pré-natal sendo concluído pela Marta Zanetti, do CEAMI — Centro Estadual de Atendimento Materno Infantil, do Rio de Janeiro; a Cartilha de Goiânia, feita com a colaboração da médica Maria José Araújo, feminista; e um material sobre contracepção, feito pelo IDAC e SOS Corpo. O pessoal do SOS, por exemplo, dá aulas para os médicos que vão implantar o programa em Pernambuco.

Uma grande contradição é que o Ministério da Saúde propõe mas não executa. O grosso dos serviços de saúde é oferecido pelo Inamps, que precisa assumir esse projeto para que ele possa ser efetivamente implantado. A rede de serviços estaduais é atualmente muito fraca, e tem que ser reforçada com mais verbas.

E há ainda a rede municipal, que agora está se fortalecendo. Então, enquanto discurso, tudo bem. Mas não estamos mais na hora de discursos, a hora é de as coisas acontecerem. Mas, se a proposta do Ministério é equipar os serviços de saúde e treinar pessoal, mudando a mentalidade dos técnicos a respeito do papel social da mulher, na verdade nos deparamos com problemas estruturais como por exemplo o baixo nível salarial dos trabalhadores de saúde ou o esvaziamento dos postos.

Essa é uma grande contradição: o Ministério propõe um programa de excelência para um setor que nunca foi considerado prioritário. Agora, dentro do Ministério o projeto é prioritário, e o grupo de trabalho do PAISM teve muita liberdade. Colocar claramente a proposta de separar sexualidade e reprodução, como o Plano coloca, foi um avanço muito grande em termos de governo.

É um processo lento. Não é um programa que se faz e no dia se-

Fonte: *Mulherio* (1985).

De modo otimista, Castilho destacava o clima de intensos debates que havia sido suscitado pela anúncio do PAISM:

O PAISM surge dentro das brechas do sistema autoritário, no governo Figueiredo. [...] Se em sua elaboração o PAISM não teve a participação de muita gente, a proposta que fizemos foi certamente muito debatida, sofrendo inclusive modificações a partir de idéias e críticas que surgiram. Para nós, técnicas que saímos por este país difundindo o programa - na verdade, fazendo um trabalho de mobilização política - ficou claro que poucas vezes um programa de governo foi tão debatido (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10).

Pelo trecho acima, é possível perceber que Inês Castilho, feminista e estudiosa da condição feminina, trabalhou, como técnica, na divulgação e aplicação do Programa, na década de 1980. Nesse sentido, é interessante observá-la, como testemunha e protagonista desse processo, enaltecendo a colaboração entre os profissionais que atuavam no Programa e os grupos feministas da época: “Outra coisa a ressaltar sobre o Plano é que o material educativo tem sido feito com a colaboração dos grupos de mulheres” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10).

Da mesma maneira, a jornalista também elogiava o fato de a nova política ter inovado ao dissociar reprodução de sexualidade: “Colocar claramente a proposta de separar sexualidade de reprodução, como o Plano coloca, foi um avanço muito grande em termos de governo” (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10). Sobre esse aspecto, pode-se dizer que os idealizadores do PAISM, de fato, avançaram no debate da reprodução ao dissociarem sexualidade de procriação. No documento que apresenta as bases do Programa, eles explicitaram a importância de haver essa distinção:

[...] é necessário que os indivíduos tenham conhecimento das possibilidades de influir no ritmo da procriação e tenham acesso às informações e aos meios para que possam intervir, se assim o desejarem, para separar o exercício da sexualidade da função reprodutiva e, em consequência, exercer na plenitude o planejamento de sua prole (Ministério da Saúde, 1984, p. 15).

Contudo, apesar de reconhecer esses avanços trazidos pelo PAISM, na mesma matéria Castilho também destacava os desafios que teriam de ser enfrentados para que a nova política fosse executada de forma efetiva na sociedade brasileira. Para Castilho, um dos principais desafios estava associado à necessidade de haver a ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde no Brasil, especialmente dos serviços de atendimento à saúde da mulher:

É um processo lento. Não é um programa que se faz e no dia seguinte já está implantado. Os equipamentos necessários são muitos: mesa ginecológica,

eletrocautério, infraestrutura de laboratório para prevenção de câncer. Para se ter uma idéia, a única coisa atualmente oferecida à mulher nos postos de saúde, o pré-natal, não exige mais que um aparelho de pressão, uma fita métrica e uma balança (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10).

Outro desafio visto por Castilho estaria na aplicação do PAISM nos variados, e desiguais, contextos regionais e locais existentes no país, de modo que o Programa conseguisse atender a todas as especificidades:

Outra coisa que considero chave é a descentralização. É impossível, em Brasília, planejar detalhadamente para o Brasil inteiro. Certamente a realidade do Maranhão, por exemplo, é diferente da de Santa Catarina. São os próprios Estados que sabem de suas possibilidades. Da mesma forma, é preciso municipalizar os serviços de saúde (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10).

Castilho pontuava, também, a necessidade de melhorar e humanizar a formação dos profissionais da saúde do país. Para a autora, um dos caminhos seria investir na capacitação para que eles pudessem lidar com o público feminino e reconhecer as demandas específicas das mulheres:

Quero ressaltar ainda a feminização do setor [da saúde]. Ele é hoje predominantemente feminino [...] Essas mulheres são potencialmente feministas. Podem ter sido “falicizadas” em sua formação nas Faculdades, onde são levadas a imitar o comportamento dos homens. Mas imagino ser necessário apenas um pouco de reflexão para que elas reconheçam na paciente uma igual, uma companheira. Reavivar a mulher que existe dentro dessas profissionais já será um passo em direção a uma grande melhora na qualidade dos serviços (Mulherio, abril-maio-junho de 1985, p. 10).

O despreparo e, em certo sentido, a mentalidade conservadora e machista dos profissionais da saúde, sobretudo de homens, foi objeto de algumas denúncias feitas pelo *Mulherio*. Certa vez, o jornal expôs falas de Carlos Alberto Salvatore, médico e professor da USP cujos posicionamentos, polêmicos, foram alvo de críticas por parte das feministas brasileiras nos anos 1980. Segundo o *Mulherio*, em outra matéria já mencionada, Salvatore defendia que “Somente deveriam ter filhos os casais que [...] se encontrassem em condições econômicas, psíquicas e físicas para terem filhos [...]” (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

Além disso, o médico disseminava opiniões machistas ao alegar que a responsabilidade pela reprodução apenas cabia às mulheres:

O ensino deve ser feito principalmente para as moças púberes, pois a sexualidade deve ser controlada pela mulher. A ela cabe inclusive o controle da atividade sexual do companheiro através do 'pudor', arma feminina que infelizmente as mulheres de hoje não mais sabem utilizar como forma de adiar o início da atividade sexual quando adolescentes e como forma de atração e exaltação sexual quando madura e responsável (Mulherio, julho-agosto de 1984, p. 6).

Nos anos 1980, ao discutir o PAISM, o *Mulherio* expôs as diferentes posições dos grupos feministas brasileiros com relação ao Programa. Ao mostrar-nos essas divergências, o jornal permite-nos visualizar as relações de tensão que havia no interior do movimento feminista nacional, pois, conforme vimos, nem todos os grupos foram favoráveis à sua implantação. Nesse sentido, é interessante observar que os grupos existentes não apresentavam um único e mesmo posicionamento acerca das questões reprodutivas.

Porém, ao tratar sobre a recepção do PAISM, o jornal apenas se limitou a expor a posição dos grupos feministas e dos profissionais ligados diretamente à sua execução. Desse modo, suas matérias não se preocuparam em também trazer para o centro dos debates as mulheres comuns, abordando, portanto, as posições das mães de família, trabalhadoras e donas de casa sobre a nova política que estava sendo proposta.

Conforme vimos no primeiro tópico deste capítulo, a exploração de classe, articulada às opressões de gênero e raça resulta em desigualdades, injustiças e violências também na esfera reprodutiva. Nesse sentido, essas mulheres que não foram consultadas pelo jornal, embora não fossem, necessariamente, feministas ou pesquisadoras, eram aquelas que, em função de sua posição marginal e pela falta de recursos, consistiam no público mais atingido pelos rumos das políticas reprodutivas que, à época, estavam sendo implementadas pelo governo brasileiro - neste caso, pelo PAISM. Desse modo, era essencial que o jornal, que se definia como um espaço que privilegiava as mulheres, tivesse se lançado no esforço de também trazê-las para as discussões.

De toda forma, e apesar das devidas críticas, o *Mulherio* é uma produção que testemunhou e protagonizou os debates sobre a implantação do PAISM, na década de 1980. Como vimos, a partir de suas matérias, houve um clima de grande expectativa após a

anúnciação do Programa. No entanto, apesar dos calorosos debates suscitados, a aplicação do PAISM no país ficou muito aquém do que se esperava.

No início dos anos 1990, quando da realização da “CPMI da esterilização”, já comentada por nós, várias figuras alegaram que os índices de esterilização no país haviam chegado a níveis alarmantes em função do não cumprimento do PAISM. No capítulo I do relatório final da referida Comissão, no referente aos “aspectos médico-sanitários” que explicaram os altos índices de realização do procedimento no país, o próprio relator pontuou:

Somente em 1983, o Ministério da Saúde rompeu com o imobilismo governamental nessa área e propôs a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM. Não obstante esse importante passo, *passada quase uma década de sua formulação inicial, pode-se afirmar que o PAISM praticamente não saiu do papel* (Congresso Nacional, 1993, p. 40, grifo nosso).

Vários depoentes da Comissão também se pronunciaram nesse sentido. A deputada estadual Denise Carvalho, de Goiás, alegava: “como possível causa do aumento do índice de esterilização [...] a não-continuidade do PAISM e a implantação parcial do mesmo, que gerou o oferecimento de apenas duas alternativas para o controle da fertilidade: a pílula ou a esterilização” (Congresso Nacional, 1993, p. 74-75).

Do mesmo estado, que apresentava elevados índices de mulheres esterilizadas, tivemos o médico Ronei Edmar Ribeiro, que, na época, era secretário de saúde de Goiás. Em sua fala, para explicar o cenário crítico de esterilização, o secretário “[...] destaca[va] como principal causa a falta de continuidade do PAISM após o término de sua primeira gestão [...]” (Congresso Nacional, 1993, p. 91). Além disso, sem entrar em detalhes, o médico mencionou “[...] grandes dificuldades encontradas para a implantação do PAISM” (Congresso Nacional, 1993, p. 91). Na condição de gestor, Ronei Ribeiro também:

Manifesta[va] sua intenção de retomar o PAISM, como reivindicado pelo Movimento Feminista, utilizando-se como estratégia primeira a conscientização e valorização dos profissionais de saúde, que deverão estar integrados a uma nova política de saúde, na qual o atendimento integral à saúde da mulher e da criança seja prioridade (Congresso Nacional, 1993, p. 91).

A fala da demógrafa Elza Berquó também foi nesse sentido. Em seu depoimento, “Relatou que pesquisas realizadas em São Paulo revelaram a falta de alternativa das mulheres, restritas praticamente à pílula e à esterilização”. Dessa forma, a depoente “Manifestou-se pela colocação em funcionamento imediato pelo Ministério da Saúde do Programa de Assistência de Saúde à Mulher - PAISM, como forma de superar esse quadro” (Congresso Nacional, 1993, p. 81).

Em seu depoimento, Maria Betânia Ávila, que, à época, era presidente da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, destacou a urgência da aplicação efetiva e da reestruturação do PAISM:

É preciso recuperar e implantar, imediatamente, o PAISM. Esse programa foi implantado em alguns lugares, em microexperiências, mas não podemos dizer que esteja nos serviços de saúde. O PAISM tem que ser alargado, ampliando-se algumas questões que não foram bem tratadas na sua forma original (Congresso Nacional, 1993, p. 84).

Na Comissão, também tivemos o pronunciamento de Eurípedes de Carvalho, à época, presidente da Federação Nacional dos Médicos, que alegou que a aplicação do PAISM ocorreu “[...] bastante aquém das necessidades” (Congresso Nacional, 1993, p. 100). Ele afirmou, “[...] inclusive, que entidades privadas de planejamento familiar estariam implantadas em número maior de municípios do Estado do Rio de Janeiro que o PAISM” (Congresso Nacional, 1993, p. 100). De acordo com o relatório, “Como solução, propunha a viabilização do PAISM com a dotação das unidades públicas de material que permita o acesso da população aos métodos reversíveis” (Congresso Nacional, 1993, p. 101).

No capítulo IV do relatório, destinado a fornecer “Conclusões e Recomendações”, o relator recomendava, ao poder executivo, particularmente, ao Ministério da Saúde:

Implantar, em todo o País, o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, considerado pelo conjunto dos depoentes como o primeiro passo, na direção certa, dado pelo Governo, no sentido de integrar o planejamento familiar a todos os demais cuidados de saúde da mulher (Congresso Nacional, 1993, p. 118-119).

Uma década depois, em 2004, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (PT), foi anunciada a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), uma espécie de versão mais atualizada e ampliada do PAISM⁵². Aqui é importante frisar que o PAISM, anunciado em 1983, foi elaborado em um momento em que muitas questões encontravam-se indefinidas – situação que começaria a mudar a partir de 1988, após a promulgação da nova Constituição. Quando o PAISM foi criado, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não existia⁵³, da mesma forma que também não existia nenhuma lei que regulamentasse, no país, o planejamento familiar – algo que só mudaria no ano de 1996, quando, após os debates e mobilizações ocorridos durante a “CPMI da esterilização”, foi aprovada a Lei de Planejamento Familiar – Lei N.º 9.263/1996.

Ao longo deste tópico, acompanhamos o engajamento do *Mulherio* para a divulgação e defesa do PAISM, uma política pública que dialogava com as demandas das brasileiras da década de 1980. No próximo capítulo, continuaremos falando da luta das mulheres por direitos reprodutivos no Brasil. A partir do *Mulherio*, analisaremos, especialmente, como essa luta foi travada dentro e fora dos espaços institucionais. Por um lado, discutiremos de que forma os direitos reprodutivos estavam presentes no momento da elaboração da nova Constituição do Brasil. Por outro, daremos destaque às disputas que giravam em torno do aborto.

⁵² Ao compararmos os textos dessas duas políticas, observamos avanços interessantes. Diferentemente do PAISM, PNAISM não apenas dialogava com as mulheres, mas também com setores do movimento negro e com as trabalhadoras rurais. Além disso, termos como “gênero” e “justiça reprodutiva”, que não constavam no PAISM, passaram a constar no PNAISM. Outra diferença é que, muito embora não apresente uma dimensão de classe, a nova política, em comparação ao PAISM, está mais atenta aos recortes étnico-raciais e de renda que dividem as mulheres. Nesse sentido, o PNAISM apresenta uma maior consideração para a diversidade do ser mulher. De modo que, se, em fins do século XX, o PAISM abordava “a mulher” de modo generalizante, os redatores do PNAISM, no início do século XXI, estão mais atentos aos problemas específicos dos diferentes grupos de mulheres: as negras, as indígenas, as da zona rural, as deficientes, as presidiárias, as lésbicas etc. Em termos técnicos, o PNAISM também avança por tratar de questões que, nos anos 1980, não eram alvo das preocupações dos dirigentes públicos brasileiros, a exemplo: da menopausa, da infertilidade, da reprodução assistida, e da abordagem da reprodução sob o prisma da saúde mental.

⁵³ A lei que oficializa o SUS foi promulgada em 19 de setembro de 1990.

CAPÍTULO IV

“Maternidade, um fato político”⁵⁴: A luta das mulheres por direitos reprodutivos no âmbito da institucionalidade

Neste quarto e último capítulo, falaremos sobre a luta das mulheres por direitos reprodutivos a fim de que eles fossem reconhecidos no âmbito da institucionalidade. Nessa perspectiva, no primeiro tópico, a partir da cobertura feita pelo *Mulherio*, discutiremos como as pautas ligadas aos direitos reprodutivos foram abordadas durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987 a 1988), destacando, principalmente, o posicionamento e a atuação das deputadas eleitas. No segundo tópico, analisaremos a luta dos diferentes grupos feministas para que a legislação brasileira flexibilizasse o aborto. Ao levantarmos essa discussão, destacamos, sobretudo, as tensões e os conflitos travados entre esses grupos, bem como as diferentes estratégias traçadas por eles em torno dessa pauta.

4.1 O debate sobre direitos reprodutivos na Assembleia Nacional Constituinte

No início da década de 1980, diante da crise que atingia o regime militar, “a mudança política tornou-se inevitável” (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 76). Além disso, a implantação de um regime democrático era exigida não apenas por movimentos populares, mas também por setores da burguesia nacional. Nesse contexto, tivemos, segundo os mesmos autores, o estabelecimento de um “pacto” entre determinados setores da burguesia brasileira, do qual resultou a implantação de uma “democracia atrofiada”, frágil e restrita, que manteve os privilégios e as desigualdades sociais (Saad Filho; Moraes, 2018).

Ao analisarem as contradições do processo de transição democrático brasileiro, Saad Filho e Moraes (2018) destacam que a instauração da Nova República no Brasil ocorreu de forma bastante conturbada. Apesar de a campanha pelas “Diretas já” ter mobilizado milhões de pessoas por todo o país, a emenda Dante de Oliveira, que a propunha, acabou sendo derrotada no Congresso Nacional. Além disso, o ultramoderado Tancredo Neves (PDS), eleito

⁵⁴ *Mulherio*, julho-agosto de 1984, p. 6.

de forma indireta, acabou morrendo antes mesmo de assumir a presidência. Seu lugar foi ocupado, então, pelo vice-presidente eleito, José Sarney, que é lembrado por ter sido um apoiador da ditadura. Assim, o estado democrático de direito foi implantado no país, mas sem que se rompesse com o passado ditatorial e sem que os criminosos fossem julgados e condenados. Conforme nos é dito pelos autores:

A essência do pacto político que sustentava a Nova República era simples. Seriam garantidas amplas liberdades políticas; a cidadania dos trabalhadores e dos pobres seria reconhecida, e eles receberiam benefícios econômicos marginais; no entanto, não haveria distribuição substancial do poder econômico, e os oficiais militares seriam protegidos de acusações de violações dos direitos humanos (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 79).

Ao discutirem o significado da Constituição de 1988, elaborada nesse contexto histórico, os autores destacam que ela foi produzida a partir do que eles chamam de “lógica inclusiva”, trazendo, portanto, do ponto de vista legal, diversos avanços para as esquerdas. De acordo com Saad Filho e Moraes (2018), a nova Carta foi responsável pela implantação de um “Estado de bem-estar social tardio” no Brasil. Porém, de acordo com os autores, os novos dispositivos formalizados pela Constituição, ainda que instrumentos importantes no combate à desigualdade social, não tinham forças para acabar com a natureza excludente do Estado brasileiro - agravada pela ascensão do neoliberalismo, nas últimas décadas do século XX.

O historiador David Maciel (2009), por sua vez, também trouxe contribuições para o entendimento do “fim” da ditadura e do controverso processo de transição democrática no Brasil. O autor considera que a transição foi fruto de uma série de reformas institucionais e legais que resultaram na substituição da “institucionalidade autoritária” pela “institucionalidade democrático-liberal”. Para ele, a nova institucionalidade instaurada preservou diversas características do autoritarismo da ditadura militar. Em trecho de seu artigo, o estudioso nos diz:

A institucionalidade democrática, instalada no período por meio de uma série de medidas legais, mas, fundamentalmente, através da nova Constituição, não só herdou a perspectiva autocrática da institucionalidade autoritária reformada, mas atualizou uma série de mecanismos. Deste modo, a arena da disputa política foi modelada com base nos diversos mecanismos mantidos ou reformados herdados da institucionalidade autoritária anteriormente vigente (Maciel, 2009, p. 83).

Maciel (2009) considera que o longo processo de transição teve início em meados da década de 1970 e se estendeu até o governo Sarney (1985-1990). O historiador relembra-nos que o vice de Tancredo Neves esteve alinhado aos grupos conservadores, que buscavam, apenas, “promover mudanças pontuais na institucionalidade autoritária” (Maciel, 2009, p. 81). De acordo com o autor, esses grupos defendiam a tese da “transição pacífica e sem revanchismos”, a qual era justificada:

Seja em nome da moderação e da prudência, necessárias para evitar “retrocessos”; ou em nome da governabilidade, necessária para conter os “excessos” dos setores radicalizados, o governo justificava a permanência da institucionalidade autoritária, fazendo dela um uso “responsável e ponderado” para o bem do devir democrático (Maciel, 2009, p. 81).

No entendimento do historiador, a Constituição de 1988, que definiu as bases da institucionalidade democrático-liberal no Brasil, contraditoriamente desempenhou um papel fundamental na atualização da institucionalidade autoritária e na manutenção da dominação burguesa no país. Nesse sentido, o autor nos informa sobre o perfil, marcadamente conservador, do congresso constituinte:

Nas eleições de 1986, enquanto partidos conservadores como Partido da Frente Liberal (PFL) e PDS, herdeiros da ARENA, tinham, respectivamente, 73% e 55% de suas bancadas originárias das regiões NO, NE e CO e apenas 19% e 21% da região SE; nos maiores partidos de esquerda a relação se inverte: no PDT (Partido Democrático Trabalhista) 15% no NO, NE e CO e 61% no SE, enquanto no PT (Partido dos Trabalhadores) a proporção era de 0% nas regiões NO, NE e CO e 87% no SE. [...] No PMDB, partido com um leque ideológico mais amplo, indo da esquerda ao centro-direita, a proporção era 50% e 30%, respectivamente (Maciel, 2009, p. 84).

Na sequência, Maciel (2009, p. 84) destaca que:

[...] dos 304 parlamentares que formaram o “Centrão”, bloco conservador que dirigiu o processo constituinte, o PFL contribuiu com nada menos que 88% de sua bancada (116 parlamentares) e o PDS com 84% (32 parlamentares); o PMDB, mais dividido, contribuiu com 42% (128 parlamentares).

Foi nesse contexto que as mulheres lutaram para que a nova Constituição reconhecesse as suas demandas - entre elas, a garantia de direitos reprodutivos. A publicação de número 27 do *Mulherio* (Figura 28), referente a dezembro-fevereiro de 1987, estampava, em sua capa, a seguinte frase: “Mulheres: a nova cara da Constituinte”. A edição em questão contava com um conjunto de matérias que traziam um balanço das eleições legislativas de 1986, apresentando, para cada região do Brasil, o número de mulheres eleitas.

Figura 28: capa da edição de dezembro-fevereiro de 1987.



Fonte: Mulherio (1987).

A Assembleia Nacional Constituinte ocorreu entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988. Durante esse período, 559 parlamentares, entre deputados federais e senadores, e sob a presidência de Ulysses Guimarães (PMDB), reuniram-se no Congresso Nacional, em Brasília, para a elaboração da Constituição de 1988, que vigora até hoje (Ferreira, 2018). Na elaboração da “Constituição cidadã”, expressão criada por Ulysses Guimarães para batizar a nova Carta Constitucional, dos mais de 500 parlamentares que participaram do processo, apenas 26 eram mulheres⁵⁵. Em trecho que abria a série de reportagens (Figura 29), o *Mulherio* dizia:

Uma Constituinte com várias caras de mulher, pela primeira vez em nossa História: jovens, maduras, uma única negra, *representando interesses nem sempre comprometidos com o feminino e popular*, elas são 26 entre os 559 eleitos para elaborar nossa nova Constituição (dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 11, grifo nosso).

⁵⁵ O sudeste, região composta por quatro estados, registrou a eleição de oito deputadas: Bete Mendes (PMDB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Tutu Quadros (PSC-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), Rita Camata (PMDB-ES) e Rose Freitas (PMDB-ES). Na região Norte, formada por sete estados, nós também tivemos a eleição de oito deputadas: Maria Lúcia Araújo (PMDB-AC), Eunice Michilles (PFL-AM), Bete Azuze (PSB-AM), Sadie Hauache (PFL-AM), Raquel Cândido (PFL-RO), Rita Furtado (PFL-RO), Raquel Capiberibe (PMDB-AP) e Marluce Pinto (PTB-RR). Na região Nordeste, composta por nove estados, tivemos a eleição de sete candidatas: Moema São Thiago (PDT-CE), Cristina Tavares (PMDB-PE), Wilma Maia (PFL-RN), Lidice da Matta (PCdoB-BA), Abigail Feitosa (PMDB-BA/PSB-BA), Lucia Braga (PFL-PB) e Miriam Portela (PSD-PI). Por fim, na região Centro-Oeste, formada por três estados e o Distrito Federal, nós tivemos a eleição de três deputadas: Márcia Kubitschek (PMDB-DF), Maria de Lourdes Abdias (PFL-DF) e Lucia Vânia de Abrão Costa (PMDB-GO).

Muitas mulheres foram eleitas por este Brasil afora no dia 15 de novembro - uma votação expressiva, tanto para as assembleias estaduais como para a Câmara dos Deputados. Pode-se falar até em uma mudança de patamar da atuação política da mulher brasileira, não só pelo número de constituintes eleitas - 26 - como pela votação expressiva que tiveram [...] As 26 constituintes eleitas em 86 superam o número total de mulheres que já passaram pelo Congresso, com mandato próprio, em toda a história da República. Ou seja, as mulheres superaram, em novembro, todos os marcos eleitorais anteriores (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 13).

Figura 30: Trecho da matéria “A bancada feminina na Constituinte: maior e melhor do que parece”, de Fátima Jordão.

A bancada feminina na Constituinte: maior e melhor do que parece.

Fátima Jordão

entre mulheres; o PFL elegeu 26% no total e 27% das mulheres; os partidos de esquerda (PT, PCs e PSB) fizeram 5% do total e 15% entre as mulheres — três vezes mais, portanto; o PDS elegeu 6% no conjunto e menos de 1% entre as mulheres.

As mulheres estão mais representadas à esquerda. Portanto, a tendência da bancada feminina será mais progressista. De outro lado, as mulheres poderão ser menos influentes, pois pertencem a bancadas estaduais menores e a maioria vem de Estados economicamente mais atrasados.

São Paulo, Rio, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná — mais pesados politicamente — são representados por 259 constituintes — 53% do total. A bancada feminina desses Estados é de apenas 23%. Foram eleitas mulheres mais expressivamente no Norte e Nordeste: Amazonas elegeu oito constituintes, dos quais três mulheres. Com exceção do Pará, todos os Estados e territórios do Norte elegeram mulheres. Em compensação, os Estados do Sul do País, assim como Minas — tradicional usina de políticos do País — não elegeram nenhuma.

Este quadro aparentemente configura uma contradição, pois os movimentos femininos e feministas estão mais avançados onde proporcionalmente menos mulheres foram eleitas. As mulheres teriam desqualificado o caminho da política institucional como forma significativa de ação neste momento histórico de transformações?

Muito ao contrário, o contingente mais avançado de candidatas mulheres — mais progressistas e, algumas delas, feministas — disputou as eleições justamente nos Estados mais influentes politicamente. E, como contingente mais avançado, enfrentou maiores problemas de campanha: isolamento dentro de seus partidos e falta de condições materiais e financeiras para conseguirem visibilidade junto aos eleitores.

No Norte, o PFL fez metade da bancada feminina e várias candidatas fizeram campanhas milionárias, como Eunice Michiles e a estrepante Sadie Hauache. Em Roraima, Marluce Pinto (PTB) adicionou ao peso econômico da campanha o prestígio do marido, o ex-governador Otomar S. Pinto, também eleito. Outras constituintes que ocuparão cadeiras graças à proteção do prestígio e

No Brasil, à maneira do que ocorreu em outros países, as mulheres só foram reconhecidas como sujeitos de direitos políticos no início do século XX. Foi somente no ano de 1932, sob o Código Eleitoral elaborado pelo governo provisório de Vargas, que as mulheres passaram a ter o direito de votar e serem votadas. Mesmo assim, é preciso destacar que não eram todas as mulheres que tinham esse direito – e aquelas que o tinham estavam submetidas a certas limitações. De acordo com Soares, “[...] num primeiro momento, apenas mulheres casadas, com autorização de seus maridos, ou mulheres viúvas e solteiras com renda própria podiam votar” (2013, p. 347 *apud* Schlottfeldt; Costa, 2016, p. 104).

Segundo Sow (2010), até 1965, ano em que a ditadura instaurou um novo Código Eleitoral no Brasil, o voto era obrigatório apenas para os homens, à medida que era facultativo para as mulheres. De acordo com a legislação em vigor, a obrigatoriedade do voto feminino somente era exigida nos casos em que a mulher exercesse “profissão lucrativa” ou função pública remunerada. Diante das limitações legais, no período de 1932 a 1963, somente quatro mulheres assumiram mandatos na Câmara Federal brasileira (Schlottfeldt; Costa, 2016). Na década de 1980, em matéria já citada, Fátima Jordão informava sobre essa baixa representatividade feminina ao longo da história política brasileira:

Carlota Queiroz integrou a Constituinte de 33, mas para a última – a de 46 – nenhuma mulher foi eleita e apenas 15 mulheres cumpriram mandatos até hoje na Câmara Federal. Para o Senado nunca foi eleita uma mulher, embora quatro tenham exercido mandato em substituição aos titulares (dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 13).

Vale dizer, também, que, além de limitada, a participação feminina na política institucional era marcada por privilégios. A própria Carlota Pereira de Queiroz, citada no trecho acima, é exemplo disso. De um lado, não podemos desconsiderar o papel de destaque que ela ocupa na história do Brasil, uma vez que, na década de 1930, Carlota foi não apenas a primeira mulher eleita no país para o cargo de deputada federal, mas também foi a única mulher a participar da elaboração da Constituição de 1934.

Porém, é preciso considerar que esses méritos, em grande medida, estiveram vinculados a sua posição social de privilégio. Nesse sentido, Carlota provinha de uma família da elite paulistana, o que lhe rendeu acesso a uma sólida formação educacional. Formada em medicina, ela desenvolveu atividades de pesquisa na Europa, bem como integrou grupos de profissionais da saúde no Brasil. Na política, de acordo com Saffioti (2013), a atuação da deputada voltava-se não para a contestação da ordem capitalista, mas para a criação de medidas assistenciais para aliviar o cenário de miséria e desigualdade de seu tempo.

Nas eleições de 1986, as parlamentares eleitas, assim como Carlota, desfrutavam de lugares de privilégio na sociedade. Nesse sentido, a eleição, em número expressivo, ainda que desproporcional, dessas mulheres, dialoga, de forma contraditória, com mudanças, mas também com permanências. Se entre o início da década de 1930 e fins da década de 1980, o número de mulheres a ocupar assentos no Congresso Federal aumentou significativamente, o perfil socioeconômico dessas mulheres permaneceu praticamente o mesmo. Tratavam-se de mulheres que, sob diversos recortes sociais, acessavam certas vantagens numa estrutura social atravessada por desigualdades e privilégios.

Em termos étnico-raciais, a maioria das deputadas que atuou na Constituinte era composta por mulheres brancas. Das 26 deputadas constituintes eleitas em 1986, apenas uma delas, Benedita da Silva (PT-RJ), era negra. Esse fato dialoga diretamente com o quadro social de marginalização das populações negras de que falamos no capítulo 2, através de dados estatísticos analisados por Sueli Carneiro (2019). Tais dados comprovam que, no Brasil, muito embora a população formada por pessoas pretas e pardas seja a maioria em termos numéricos, ela é uma minoria quando falamos de acesso ao poder.

Em um levantamento apresentado pelo *Mulherio* sobre o perfil socioeconômico das deputadas constituintes, apresentado no editorial daquela mesma edição, “A bancada feminina na Constituinte” (p. 14), também temos acesso a dados interessantes sobre a formação educacional e atuação profissional, bem como os níveis de renda dessas mulheres (Figuras 31 e 32). Os dados, apresentados em forma de tabela e divididos por região político-administrativa, são interessantes, pois informavam, para os leitores da época, o nome, a idade e o estado civil das deputadas eleitas, os partidos políticos a que estavam filiadas, um breve registro de seus antecedentes na política institucional e as suas ligações de parentesco, caso houvessem, com políticos do país. Vejamos:

Figura 31: Trecho do quadro “A bancada feminina na Constituinte”, publicado na edição de dezembro-fevereiro de 1987.

A BANCADA FEMININA NA CONSTITUINTE							
	NOME	IDADE	PROFISSÃO	VIDA PÚBLICA	SIT.CONJ., FILHOS	PARENTESCO	PARTIDO
NORTE: 8							
AC	M. Lúcia Araújo,	51	prof. prim.	dep.fed.cassada 68	viúva, 2	mulher ex-gov.	PMDB
AP	Raquel Capiberibe,	47	prof. 1º, 2º gr.	ex-vice-prefeita	—	—	PMDB
AM	Beth Azize,	43	advogada	dep. est. 82	solteira	—	PSB
	Sadie Hauache,	51	jornalista	derrot. Senado 82	casada, 5	—	PDS
	Eunice Michilles,	57	prof. prim.	supl. senadora	casada, 5	—	PFL
RO	Raquel Cândido,	35	prof. e técnica saúde	vereadora 82	casada, 3	—	PFL
	Rita Furtado,	40	radialista	dep.fed.82	casada, 2	—	PFL
RR	Marluce Pinto,	43	empresária	—	casada, 1	mulher ex-gov.	PTB
NORDESTE: 7							
BA	Lidice da Mata,	30	economista	vereadora 82	casada, 1	—	PC do B
	Abigail Feitosa,	56	médica	dep. est. 82	casada, 1	—	PMDB
CE	Moema São Thiago,	41	adv. trabalh.	líder estudantil ex-exilada	solteira	—	PDT
PB	Lúcia Braga,	52	assist. social	pres. Fund. Social do Trab.	casada, 2	mulher ex-gov.	PFL
PE	Cristina Tavares,	52	jornalista	dep.fed.82	solteira	—	PMDB
PI	Myrian Portella,	64	advogada	derrot. pref. 85	casada, 5	mulher ex-gov.	PDS
RN	Wilma Maia,	41	pedagoga	secret. est.	casada, 4	mulher ex-gov.	PDS

Fonte: *Mulherio* (1987).

Figura 32: Trecho do quadro “A bancada feminina na Constituinte”, publicado na edição de dezembro-fevereiro de 1987.

SUDESTE: 8							
SP	Beth Mendes,	37	atriz	dep. fed. 82	casada	—	PMDB
	Tutu Quadros,	42	bióloga	assessora PDS	desq. 6	filha ex-pres.	PSC
	Irma Passoni,	43	prof. 1º gr.	dep. fed. 82	casada, 2	—	PT
ES	Rita Camata,	25	jornalista	—	casada, 1	mulher ex-gov.	PMDB
	Rose Freitas,	37	radialista	dep. est. 82	casada, 2	nora de político	PMDB
RJ	Benedita Silva,	44	assist. social	vereadora 82	casada, 6	—	PT
	Ana M. Rattes,	47	advogada	sec. municipal	casada, 3	mulher pref.	PMDB
	Sandra Cavalcanti,	61	jornalista	derrot. gov. 82	solteira	—	PFL
CENTRO-OESTE: 3							
DF	Márcia Kubistchek,	43	jornalista	diret. Fund. Cult.	casada, 3	filha ex-pres.	PMDB
	M. Lurdes Abadia,	41	assist. social	adm. regional	desq., 3	—	PFL
GO	Lúcia Vânia,	42	comunicações	pres. Org. Vol.	casada, 3	mulher ex-gov.	PMDB
SUL: 0							

14 MULHERIO

Fonte: Mulherio (1987).

Esses números nos mostram, por exemplo, que a maioria das parlamentares (21 delas, ou seja, 81%) possuía formação universitária, com habilitação para o exercício de profissões liberais⁵⁶. Eram mulheres que tinham idade igual ou superior a 35 anos⁵⁷ e, no âmbito da vida pessoal, eram casadas e possuíam filhos (18 deputadas, ou seja, 72% delas se enquadravam nesse perfil). Em sua maioria, eram mulheres que tinham uma trajetória pública consolidada, com um histórico de atuação seja na política institucional, seja na gestão pública (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 14).

Outro aspecto interessante discutido por essa edição do *Mulherio* foi o vínculo que essas parlamentares possuíam com políticos já consagrados. De acordo com a matéria “A esposa que virou candidata” (p. 14), escrita por Santamaria Silveira, 11 das 26 deputadas eleitas para a Constituinte pertenciam a famílias políticas tradicionais (Figura 33).

⁵⁶ Sendo as ocupações mais frequentes as de: professora, jornalista, advogada, médica e assistente social.

⁵⁷ No que tange à faixa etária, as únicas exceções eram as deputadas Lídice da Mata (PCdoB-BA), que tinha 30 anos, e Rita Camata (PMDB-ES), a mais jovem, com 25 anos, as quais tinham, portanto, idade inferior a 35 anos.

Figura 33: Trecho da matéria “A esposa que virou candidata”, de Santamaria Silveira.

A esposa que virou candidata

Santamaria Silveira



Giovanni Rego

Wilma Moia, Federal PFL/RN



Guido Loyola

Rita Camata, Federal PMDB/ES

cia: “O fato de ser casada com um político experiente ajudou minha campanha, mas o principal fator de minha eleição foi o trabalho realizado à frente da Unidade de Integração Social, um importante organismo assistencial do governo capixaba”. Na mesma linha de argumentação, Lucia Vânia (PMDB-GO) afirma: “Para mim teria sido mais fácil ficar à sombra de Irapuan, porém, lutei para conseguir meu próprio espaço político”.

Mas o peso do sobrenome não se limita às esferas federais. É o caso de Eni Galan-

te (PMDB-SP) mulher do prefeito de São Bernardo do Campo, Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), mulher do titular da prefeitura de Petrópolis e Marilene Coimbra (PDS-MS), ex-primeira dama de Campo Grande. Pitorescamente, elas são chamadas de “dona Pombinha”, numa referência à famosa personagem da novela Roque Santeiro, esposa e candidata. “Independente dessas candidatas terem ou não compromissos com os homens da família”, ressalta Blay, “elas acabam estigmatizadas como se não tivessem cérebro e independência”.

Fonte: Mulherio.

O texto lista essas parlamentares e informa a relação de parentesco que as ligavam a esses políticos. Vejamos:

Rita Camata (PMDB-ES) é mulher do ex-governador Gérson Camata, eleito senador; Lucia Vânia Abrão Costa (PMDB-GO) do ex-governador Irapuan Costa, também confirmado como senador; Wilma Maia (PFL-RN), do ex-governador Lavoisier Maia, outro senador eleito; Lucia Braga (PFL-PB), do ex-governador da Paraíba, Wilson Braga; Miriam Portela (PSD-PI) do ex-governador Lucídio Portella do Piauí; Rita Furtado (PFL-RO), de Rômulo Furtado, secretário-geral do ministro da Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; e Marluce Pinto (PTB-RO) é casada com o ex-governador Ottomar S. Pinto (Mulherio, dezembro-fevereiro de 1987, p. 15).

A análise da cobertura feita por esse jornal sobre a atuação das deputadas constituintes nos permite enquadrá-las em três grandes perfis: as feministas, as liberais e as conservadoras. O perfil das “feministas” reúne as deputadas que, à época, explicitaram as suas ligações com os movimentos de mulheres e se autodeclararam feministas. Era esse o caso das constituintes: Benedita da Silva (PT-RJ), que se declarava em defesa de mulheres, negros e favelados; Moema São Thiago (PDT-CE), que, no Congresso, levantava a bandeira da legalização do aborto; e Lídice da Matta (PC do B-BA), eleita com o slogan “mulheres, à luta”. Sobre a eleição dessa deputada, pelo estado da Bahia, o *Mulherio* comentou:

O fracasso dos partidos comunistas no Sul não se repetiu no nordeste. A vereadora Lídice da Matta (PC do B) conseguiu se eleger com representativa votação. Ex-líder estudantil, ela acredita que foi escolhida por um eleitorado em busca de mudanças sociais. Seu slogan “Mulheres, à luta” não é apenas retórico; Lídice vai defender na Constituinte bandeiras como salários iguais, creches nos locais de trabalho, divisão da chefia conjugal e mudanças das leis ordinárias que façam qualquer discriminação (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 17).

O segundo perfil, as “liberais”, reúne as parlamentares que não se declaravam feministas, no entanto, proferiam um discurso abstrato em defesa da “igualdade entre os sexos”. Nesse perfil, observamos que a falta de um posicionamento mais explícito no que tange ao feminismo levava muitas dessas deputadas a, de um lado, declararem-se em defesa das mulheres, mas, por outro, e de forma contraditória, declararem-se contra pautas fundamentais para a melhoria da condição social feminina, como era o caso do aborto. É nesse perfil em que localizamos nomes como os de: Wilma Maia (PFL-RN), Márcia Kubitschek (PMDB-DF) e Rose de Freitas (PMDB-ES). Wilma Maia (PFL-RN), por exemplo, era abertamente contra a legalização do aborto, porém, buscava estabelecer diálogos com órgãos feministas, como era o caso dos Conselhos da Condição Feminina:

Wilma Maia entrou na política pela porta da frente, mas em segundo plano: foi primeira-dama durante o governo de Lavoisier Maia. [...] Entre seus projetos como constituinte estão a defesa da reforma agrária e a educação pública e gratuita. [...] A questão da mulher também ocupa espaço importante em sua pauta. “Estou em contato com o Conselho Estadual e Municipal da Condição Feminina e outras entidades do meu Estado, para ouvir suas sugestões”, diz Wilma. *Mas um assunto polêmico, caro às mulheres, ela não endossa: a legalização do aborto* (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 17, grifo nosso).

Por fim, em um terceiro perfil, reunimos as constituintes abertamente “conservadoras”. É nesse perfil em que enquadramos as deputadas que não apenas criticavam o movimento feminista, mas também eram contra mudanças nos tradicionais papéis de gênero. Aqui constatamos até mesmo uma contradição, visto que a função pública de parlamentar exercida por essas mulheres representava, de certo modo, uma subversão desses papéis, que restringia o feminino ao espaço privado. A análise das fontes nos permite caracterizar como “conservadoras” deputadas como: Lúcia Vânia de Abrão Costa (PMDB-GO), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Rita Camata (PMDB-ES) (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987).

Uma deputada de perfil “conservador” como Sandra Cavalcanti, por exemplo, era publicamente crítica do movimento feminista, à medida que dizia ser “[...] contra o divórcio, o aborto, a liberação sexual, e favorável à instituição familiar” (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 11). Por outro lado, as fontes também nos permitem observar as contradições que atravessavam a trajetória de uma conservadora como Rita Camata (PMDB-ES), a parlamentar mais jovem a participar da Constituinte – na época, ela tinha apenas 25 anos de idade. Segundo o *Mulherio*, ao se candidatar para o cargo de deputada federal, Rita havia contrariado o seu marido, Gerson Camata, ex-governador do Espírito Santo, que era contra a atuação da esposa na política institucional. Porém, se no âmbito da vida privada Rita transgredia as vontades do marido, no âmbito da vida pública, a parlamentar atuava em defesa da ordem conservadora, pois era contra o aborto e dizia-se ser “feminina”, em oposição às feministas. Em trecho retirado do *Mulherio*, lemos:

“Sou mais feminina que feminista.” Assim se define Rita Camata (PMDB), a mais jovem constituinte, eleita pelo Espírito Santo, que se tornou candidata contra a vontade do marido, o ex-governador Gerson Camata, eleito senador. “Ele acreditava que eu era imatura politicamente”, justifica. Para surpresa geral, Rita não só foi eleita, como obteve 12,2% dos votos atribuídos aos 65 outros concorrentes. Mas, se contrariou o marido, não pretende ir contra a sua formação católica. Em questões

como o aborto, assume uma posição condizente com a da Igreja, ou seja, contra (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 12).

Esse mesmo posicionamento contraditório pode ser observado na deputada Lúcia Vânia de Abrão Costa (PMDB-GO), que também caracterizamos como “conservadora”. De um lado, a parlamentar denunciava a discriminação que tinha sofrido, durante a sua campanha, por ser uma mulher na política. A própria deputada reconhecia que essa discriminação estava pautada em uma mentalidade que restringia a mulher à esfera doméstica:

Goiás elegeu três mulheres. Apenas Lúcia Vânia de Abrão Costa (PMDB) conseguiu tomar posse de uma das 16 cadeiras do Estado na Constituinte. A exemplo de muitas outras candidatas deste pleito, ela também entrou para a política como primeira-dama, quando seu marido, Irapuan Costa, assumiu o governo. Apesar deste respaldo, Lúcia afirma que foi discriminada pela sociedade goiana, que vê a mulher apenas como esposa e mãe (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 12).

Contudo, Lúcia era uma deputada que não se dispunha a atuar no combate aos problemas vividos pelas mulheres. No contexto da Constituinte, por exemplo, ela se declarava contra a legalização do aborto: “A tendência progressista cobrada pela deputada eleita, no entanto, não está presente em sua plataforma, que possui o mesmo tom conservador. Ela é contra o aborto: ‘Uma prática que deixa sequelas físicas e psicológicas’” (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 15).

Além disso, a deputada era contrária ao que ela chamava de oferta “indiscriminada de creches” e contra a obrigação de os locais de trabalho arcarem com esse direito. De acordo com o *Mulherio*:

A posição mais polêmica da nova constituinte, porém, é ser contra as creches. “É um direito importante que a mulher trabalhadora conquistou”, ressalta, “mas vejo com receio a criação indiscriminada de creches, pois diante desta obrigatoriedade, muitas empresas devem restringir o mercado para a mão-de-obra feminina”. E, na mesma visão limitada, completa: “Temos ainda de discutir mais profundamente os problemas que cercam uma criança criada em creches, longe do convívio diário e do carinho da mãe” (Mulherio, dezembro-janeiro-fevereiro de 1987, p. 15).

Mas apesar dessas posturas conservadoras e das divergências que marcavam os posicionamentos das constituintes, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), alinhada ao campo

progressista, alegava, em entrevista ao *Mulherio*, que todas estavam se empenhando, de alguma forma, para atender às demandas das mulheres. Em sua fala para a matéria “Constituinte, em compasso de espera” (Figura 34), de Santamaria Silveira, a deputada comentou:

Temos ideologias diferentes [...] representamos, por conseguinte, interesses políticos diversos. *Porém, todas demonstram preocupação com a problemática da mulher e divergem mesmo é na estratégia a ser utilizada.* Para algumas, a questão deve ser colocada de imediato nos trabalhos constituintes; para outras demanda um certo amadurecimento, que virá através da introdução de outras matérias (março-abril de 1987, p. 11, grifos nossos).

Figura 34: Trecho da matéria “Constituinte, em compasso de espera”, de Santamaria Silveira.

Ano 1987 | Edição 00028

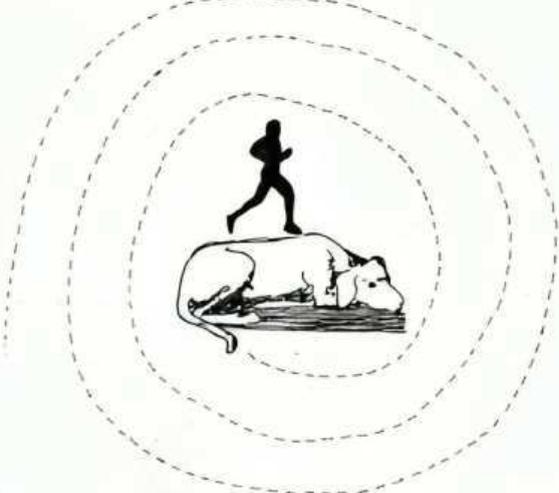
Constituinte, em compasso de espera

POLÍTICA

O primeiro mês da Constituinte não apresentou nada mais do que uma lacônica atuação dos parlamentares em busca da definição do regimento interno. A deputada federal Benedita da Silva, a Benê (PT-RJ), uma das poucas mulheres que ocupou a tribuna com sucesso, explica a lentidão dos trabalhos. “Estávamos tentando impedir a votação do regimento que colocava em risco a soberania plena da Constituinte.” No entanto, a manobra de resistência do PT, PDT e PC do B acabou derrotada com a aprovação de um regimento que não permitirá à Constituinte propor mudanças na Carta atual, ficando apenas com um prêmio de consolação: vetar medidas que comprometam seu funcionamento.

A aprovação do regimento implica também o comprometimento das eleições diretas para a presidência da República, pois deve reforçar a tese do “direito adquirido” do presidente José Sarney para manter-se no poder por seis anos, como estabelece a atual Constituição. “A definição do prazo do mandato presidencial”, lembra Benê, “não pode ficar restrita a um acordo particular entre o PMDB e o PFL. Os pequenos partidos, como o PT, com uma bancada de 16 deputados, estão no páreo, pois representam uma força política respeitável”. Na tentativa de bloquear mais esse ato autorita-

O saldo do primeiro mês da Constituinte não foi dos mais positivos. As mulheres tiveram uma baixa, com a saída de Bete Mendes que assumiu a Secretaria da Cultura em São Paulo, mas atuaram conjuntamente na disputa por gabinetes e ganharam um destaque na tribuna: Benê.



mento de algumas matérias importantes”. Já nas subcomissões, Benê espera que seja possível garantir que mulheres engravidam e menstruam”, observa Benê. “e o Congresso tem uma arquitetura machista que não leva

Fonte: Mulherio (1987).

Porém, Benedita, uma das porta-vozes dos movimentos sociais, de modo geral, e do movimento de mulheres negras, de modo mais específico, era realista ao reconhecer que, apesar do engajamento das parlamentares, não esperava grandes avanços no texto final da Constituição. De acordo com a mesma matéria:

A despeito de toda boa intenção e trabalho solidário entre as mulheres, no entender de Benê a nova constituição não deve avançar muito. “Estamos procurando fazer o melhor possível”, afirma, “garantindo direitos políticos e sociais, mas não há como negar a correlação de forças que não permite ao bloco progressista muitas vitórias. Ao final dos trabalhos constitucionais, que estão apenas no começo, acredito que teremos uma Constituição democrática e justa”. Para isso, Benê espera contar com a pressão organizada dos movimentos populares, uma força capaz de deter o rolo

compressor dos grandes lobbies políticos e econômicos (Mulherio, março-abril de 1987, p. 11).

De fato, se no âmbito institucional, e apesar das divergências ideológicas, o clima predominante era o de relativa consideração pela situação das mulheres, era porque nas ruas de todo o país as brasileiras atuavam incansavelmente, por meio de grupos e movimentos sociais organizados, para que as suas demandas fossem atendidas. Um dos documentos que registra esse protagonismo desempenhado pelas mulheres no momento da elaboração da nova Constituição é a “Carta das Mulheres aos Constituintes”. No *box* “A mobilização continua” (Figura 35), Nair Barbosa Guedes afirmou:

As mulheres sabem o que desejam da nova Constituição. Prova disso é a longa trajetória de lutas destes anos todos. A “Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte” é o resultado de muitas discussões e encontros, sintetizada em Brasília, no ano passado, e que poderá ser um dos instrumentos de trabalho durante a elaboração da nova Carta (Mulherio, março-abril de 1987, p. 11).

Figura 35: Box “A mobilização continua”, de Nair Barbosa Guedes.



Fonte: Mulherio (1987).

A “Carta de Brasília”, nome pelo qual o documento também ficou conhecido, foi redigida em agosto de 1986. Na ocasião, mais de duas mil mulheres estiveram presentes no Congresso Federal para, após oito meses de discussões, definirem as pautas que deveriam ser atendidas pelo novo texto constitucional. A redação da Carta foi, assim, uma espécie de culminância da “Campanha Mulher e Constituinte”, coordenada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que, através do *slogan* “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, procurou pressionar o Congresso para o atendimento das demandas feministas. Conforme pode ser lido no *Mulherio*:

“Constituinte prá valer tem que ter palavras de mulher”. E a mulher brasileira pensou e falou lindamente! Prova disso é o histórico documento “Carta da mulher brasileira aos Constituintes”, elaborado a partir das posições assumidas por 2 mil mulheres reunidas, em agosto de 86, no Congresso Nacional, após oito meses de debates por todo o Brasil. O trabalho destas e das muitas outras mulheres por elas representadas não pode ser desconsiderado (Mulherio, outubro de 1987, p. 11).

De acordo com o jornal, a “Carta das Mulheres aos Constituintes” foi lançada publicamente na data de 18 de março de 1987, em todas as Assembleias Legislativas do Brasil. Dias depois, na data de 26 de março de 1987, em um ato público marcado pela presença de mais de 800 mulheres, o documento foi entregue aos parlamentares reunidos na Assembleia Constituinte, em Brasília. Conforme podia ser lido no jornal:

O mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, foi o momento importante na preparação deste trabalho. Nesse sentido, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) promoveu uma ampla campanha publicitária e preparou, no dia 18 de março, o lançamento simultâneo, em todas as Assembleias Legislativas do País, da “Carta de Brasília”, entregue dia 26 último aos constituintes (Mulherio, outubro de 1987, p. 11).

Em outra edição, referente à maio-junho de 1987, o *Mulherio* descrevia com mais detalhes a forma com que tinha ocorrido a solenidade de entrega da Carta:

A manifestação no Congresso começou às 16h, quando um grupo de oitocentas mulheres empunhando cartazes chegou à Câmara à espera do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, que chegou atrasado para a cerimônia. A espera, que irritou as manifestantes, foi “só” de duas horas, porque as deputadas Benedita da Silva (PT-RJ) e Moema São Thiago (PDT-CE) retiraram Ulysses de uma reunião com lideranças partidárias para o ato de entrega (Mulherio, maio-junho de 1987, p. 16).

O documento entregue aos constituintes abrangia reivindicações sintetizadas em seis grandes áreas, sendo elas: “Família”, “Trabalho”, “Saúde”, “Educação e Cultura”, “Violência” e “Questões Nacionais e Internacionais”. No que se refere aos direitos reprodutivos, a Carta tocava em diversos pontos. No âmbito da “Família”, por exemplo, alegava que a maternidade e a paternidade deveriam ser garantidas pelo Estado e, no âmbito do “Trabalho”, frisava a demanda por creches. No entanto, apesar de a temática da reprodução ter sido abordada ao longo de todo o documento, constatamos que foi na seção “Saúde” que ela acabou sendo priorizada.

Nessa parte, o documento reafirmava a sua defesa do PAISM, da mesma forma que defendia que esse Programa deveria promover o protagonismo das mulheres, visto que exigia

a “Garantia de Assistência Integral à Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres” (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986).

A Carta defendia, também, o direito que a mulher tinha de conhecer o seu próprio corpo, e de dispor, da forma como desejasse, da sua capacidade reprodutiva. Nesse sentido, a Carta alegava que a escolha pela maternidade deveria ser livre e que o Estado deveria amparar as mulheres em suas escolhas reprodutivas:

6 - Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre próprio corpo.

[...]

9 - Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher.

10 - É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e, ao momento específico, de sua história de vida (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986).

Ao defender a reprodução como um direito, o documento tomava posição contrária às chamadas políticas controlistas, criticadas pelas feministas da época. No ponto cinco da seção “Saúde”, lemos:

5 – Será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedada ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986).

O controle de natalidade, tão criticado pelos movimentos feministas, fundamentava-se em uma lógica impositiva, à medida que o planejamento familiar, defendido por eles, deveria conceber a mulher como um sujeito de desejos e necessidades. No planejamento familiar, a mulher passava a ser vista para além da sua função reprodutiva, e o controle de natalidade deveria ser tratado como apenas mais um ponto a ser contemplado pelas políticas públicas.

Ao tomar posição favorável ao planejamento familiar consciente, as centenas de brasileiras que redigiram a Carta se opunham à violação dos direitos reprodutivos. Nesse aspecto, o documento defendia ações como: a proibição de experimentações de drogas contraceptivas em seres humanos, a fiscalização da produção e da distribuição de contraceptivos hormonais e o combate a ações controlistas implementadas pelo Estado, pelos governos e por entidades estrangeiras e privadas. Para as suas redatoras, a maternidade deveria ser encarada, acima de tudo, como um direito. Para tanto, as seguintes medidas se faziam necessárias: a garantia da empregabilidade para a mulher durante e após a gestação, a existência de condições para a amamentação, e o acesso à educação, saúde, creche, alimentação e segurança (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986).

A Carta das Mulheres é um dos documentos que nos permite visualizar a agência das mulheres brasileiras no momento de elaboração da nova Constituição (Thompson, 1981). No texto final, as mulheres obtiveram importantes conquistas: igualdade perante a lei, isonomia salarial, licença maternidade de 120 dias, acesso a serviços de creche e pré-escola (Sow, 2010). Uma de suas demandas, porém, permaneceu praticamente inalterada: a legalização do aborto. Porém, muito embora essa reivindicação não tenha sido atendida, não podemos ignorar as mobilizações ocorridas no contexto da transição para que o tratamento dado ao procedimento fosse alterado pela legislação brasileira. No próximo tópico, discorreremos sobre essa luta que era alvo constante das matérias publicadas pelo *Mulherio*.

4.2 A luta pela legalização do aborto

Vimos, no capítulo 2, que o *Mulherio* publicou um grande número de matérias sobre o aborto. Por um lado, a ênfase dada à legalização do aborto evidencia a prioridade que essa pauta historicamente ocupa na trajetória de um movimento feminista hegemônico pelas mulheres brancas de classe média, conforme já falamos. Por outro, não podemos ignorar que o grande número de textos sobre esse tema, publicados no jornal ao longo da década de 1980, também testemunha a demanda das mulheres, em geral, para que o tratamento historicamente dado ao aborto fosse reavaliado pela sociedade brasileira. Conforme podemos ler em uma edição do *Mulherio*, em trecho que inicia a matéria “Aborto” (Figura 36), escrita por Fúlvia Rosenberg: “Nos últimos meses a questão da descriminação do aborto vem mobilizando a

opinião pública, setores da sociedade brasileira e ocupando posição de destaque nos meios de comunicação” (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 7).

Figura 36: Trecho da matéria “Aborto”, de Fúlvia Rosemberg.

Um caso que pode ser a gota d’água num debate que vem se intensificando: uma jovem de Brasília, portadora do Mal de Jansen, tem uma gravidez indesejada. Como toma remédios à base de talidomida, que pode provocar deformações genéticas no feto, decide abortar. Seu médico consulta o Conselho Regional de Medicina, e este entrega a decisão à Justiça. Agora, no final de maio, a decisão da “justiça”: o aborto é crime, ela não pode realizá-lo.

Fonte: Mulherio.

O tratamento dado ao aborto variou ao longo do tempo. Em sua pesquisa de mestrado em história, Hentz (2013) mostra-nos, por exemplo, como o entendimento jurídico acerca de práticas como aborto e infanticídio passaram por várias transformações ao longo da história do Brasil. Nas “Ordenações Filipinas”, legislação em vigor durante o período colonial, tais práticas não eram encaradas como crimes – muito embora fossem condenadas socialmente, em termos morais e religiosos. Nesse momento, segundo Hentz (2013), casos de aborto e infanticídio eram rechaçados não porque eles representassem um atentado à vida, discurso que prevalece hoje entre aqueles que o condenam, mas porque eram associados a práticas sexuais consideradas ilícitas.

Durante o período imperial, o “Código Criminal do Império do Brasil”, instituído em 1830 e em vigor até 1890, surge não apenas como a primeira legislação criminal do Brasil independente, mas como o primeiro texto jurídico a criminalizar, em nosso território, práticas de aborto e infanticídio. Todavia, de acordo com Hentz (2013), apesar de passarem a ser vistas como crime, tais práticas não eram definidas de forma precisa pela nova legislação

imperial. Além disso, no caso do aborto, embora fosse criminalizado, a prática só era punida quando provocada por terceiros. Ou seja, a mulher que provocasse a interrupção da própria gravidez não era considerada criminosa perante o Império do Brasil (Hentz, 2013).

No final do século XIX, após a instauração da república, a esfera criminal brasileira passou a ser legislada pelo “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”, que vigorou até 1940. Segundo a historiadora, a nova legislação destacou-se pela forte repressão que passou a fazer a práticas de controle de natalidade. Naquele momento, penas mais rígidas para práticas como o aborto foram o caminho escolhido por um Estado que se pretendia moderno e que visava não apenas proteger os seus futuros cidadãos, mas também fortalecer ideais burgueses que impunham o ideal de maternidade às mulheres (Hentz, 2013).

Outra historiadora que se debruça sobre a história desse procedimento no Brasil é Rachel Soihet (1986). Através de processos criminais envolvendo aborto e infanticídio realizados no Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1920, Soihet (1986) mostra-nos que as mulheres pobres eram as que mais sofriam com a criminalização dessas práticas. Sua pesquisa revela-nos que essas mulheres, que passaram a ser vistas como “criminosas”, eram, na verdade, vítimas de uma série de opressões e violências.

Sem formação educacional, elas sobreviviam do trabalho doméstico prestado a famílias ricas. Por se encontrarem em posições de marginalidade, frequentemente eram vítimas de abusos sexuais e estupros – muitas vezes cometidos pelos próprios patrões. Por desconhecem seus corpos e assuntos ligados à reprodução e à sexualidade, era muitas vezes no momento do parto que tais mulheres descobriam que estavam grávidas. E era temendo a condenação moral de uma sociedade machista e misógina que elas preferiam assumir o risco de uma condenação criminal quando recorriam àquelas práticas (Soihet, 1986).

Segundo Biroli (2014, p. 123), a temática do aborto também ocupa lugar primordial na história do movimento feminista e, particularmente, na luta das mulheres por direitos reprodutivos. De acordo com a autora, a luta pela legalização do aborto está diretamente articulada à luta por “acesso a informações e recursos” que permitam às mulheres o controle da sua vida reprodutiva e a escolha da maternidade. Por outro lado, e não menos importante, a cientista política nos lembra as disputas em torno desse tema, umas vez que “[...] o debate feminista [sobre o aborto] é feito de posições diversas e, muitas vezes, concorrentes” (Biroli, 2014, p. 124).

Nesse sentido, a autora destaca a crítica que as feministas radicais costumam fazer ao discurso que afirma a existência de uma suposta “liberdade sexual”. A partir dessa problematização, teóricas como Catharine MacKinnon consideram que “[...] a legalização do direito amplo das mulheres ao aborto poderia ser uma forma de reduzir ainda mais os custos dessas relações para os homens” (Biroli, 2014, p. 124). Nessa perspectiva, essa feminista considera que, no contexto de relações sexuais fundadas no machismo, a legalização indiscriminada do aborto aumentaria, para as mulheres, o peso sobre a reprodução e reforçaria a disponibilidade sexual que os homens têm aos seus corpos.

Outra posição é a das chamadas feministas maternalistas, as quais, de acordo com Biroli (2014, p. 125), mais “[...] se aproximam do ativismo católico contrário ao direito ao aborto”. Fundadas na ética do cuidado e na crença de uma suposta feminilidade inerente às mulheres, que seriam, naturalmente, dotadas de bondade e condicionadas ao autosacrifício, e a partir de um discurso que valoriza, de forma idealizada, a maternidade e a família, as feministas maternalistas costumam ser resistentes à legalização do aborto. Segundo a autora, esse posicionamento parte da:

[...] compreensão de que a experiência diferenciada das mulheres contribuiria para uma ética centrada no cuidado, nas relações e na responsabilidade, em vez de uma ética centrada nos direitos, afasta as abordagens da própria noção de direito ao aborto como requisito para a autonomia das mulheres (Biroli, 2014, p. 125).

De outra forma, um tanto genérica, Biroli (2014) também destaca a posição das chamadas feministas “pró-escolha”, que defendem a legalização do aborto. De acordo com a autora, esse segmento não ignora que as escolhas, incluída a de ter ou não filhos, ocorre em um contexto marcado pelas desigualdades de gênero. Dessa forma, embora as feministas pró-escolha defendam a liberdade da mulher, uma vez que entendem que a esta cabe “[...] a decisão sobre manter uma gravidez, nutrir e sustentar biologicamente um filho” (Biroli, 2014, p. 127), elas também criticam os limites do liberalismo. Defendem, portanto, que o direito de escolha da mulher “deve ser apoiado pelo Estado por meio de políticas públicas de combate à violência, de orientação para o respeito às decisões individuais e de atendimento adequado na área da saúde” (Biroli, 2014, p. 127).

Como se vê, o aborto é uma temática constante nos debates feministas. Em *O segundo sexo* (1949), livro clássico na trajetória do pensamento feminista, Simone de Beauvoir teceu

considerações interessantes e assustadoramente atuais sobre esse tema. Em capítulo destinado à discussão da maternidade, a filósofa denunciava a hipocrisia com que a sociedade burguesa tratava o aborto: “Cabe observar, aliás, que a sociedade tão encarniçada na defesa dos direitos do embrião se desinteressa da criança a partir do nascimento” (Beauvoir, 2016, p. 280). Além disso, a autora expunha a fragilidade dos discursos “pró-vida”, utilizados para condenar a liberalização do aborto. Para Beauvoir, era justamente a criminalização do procedimento que colocava em risco a vida das mulheres:

Nada mais absurdo do que os argumentos invocados contra a legislação do aborto [...] É, ao contrário, em sua forma atual que ele faz a mulher correr grandes riscos. A falta de competência das “fazedoras de anjos”, as condições em que operam, provocam muitos acidentes, por vezes mortais (Beauvoir, 2016, p. 280).

A escrita insurgente de Beauvoir expõe as contradições daqueles que, no seu tempo, condenavam a realização do procedimento. Em trecho de sua obra, a autora escreve: “[...] os homens que mais respeitam a vida embrionária são também os que se mostram mais diligentes quando se trata de condenar adultos a uma morte militar” (Beauvoir, 2016, p. 281). Nessa mesma linha, ela criticava o posicionamento da Igreja, contrária ao aborto. Na compreensão da filósofa, o discurso cristão de que o feto possui alma, o que justificaria a condenação do aborto, é incoerente, visto que aquela instituição, ao longo de sua história, condenou diversos grupos sociais à morte, a exemplo do genocídio das populações indígenas, lembrado por ela. Nas palavras da autora: “É de observar que a Igreja autoriza ocasionalmente a morte de homens feitos: nas guerras ou quando se trata de condenados à morte; reserva porém para o feto um humanitarismo intransigente” (Beauvoir, 2016, p. 281).

Também é interessante ver Beauvoir reforçar que o aborto é um crime de classe, visto que as mulheres burguesas possuem fácil acesso ao procedimento, à medida que as mulheres pobres são condenadas à clandestinidade. A autora alega que, para muitas mulheres, a situação de desamparo social as leva a interromperem a gestação: “[...] a pobreza, a crise de habitação, a necessidade de a mulher trabalhar fora de casa figuram entre as causas mais frequentes de aborto” (Beauvoir, 2016, p. 283). Experiência completamente diferente era vivida pelas mulheres burguesas, as quais tinham fácil acesso ao aborto seguro:

A mulher burguesamente casada ou confortavelmente sustentada, apoiada num homem, com dinheiro e relações sociais, leva grande vantagem; primeiramente obtém muito mais facilmente uma licença para um aborto “terapêutico”; se necessário, tem os meios de pagar uma viagem à Suíça onde o aborto é largamente tolerado [...] Na ausência de cumplicidade oficial, ela encontra ajudas oficiosas igualmente seguras: conhece bons endereços, tem bastante dinheiro para pagar cuidados conscienciosos e sem esperar que a gravidez se ache adiantada: irão tratá-la com consideração (Beauvoir, 2016, p. 283-284).

Na década de 1940, Beauvoir (2016) chamava a atenção para o peso que uma gravidez indesejada representava na vida da mulher, sobretudo das mais necessitadas. Uma vez encontrando-se nessa situação, ao recorrer ao aborto, ela sofria não apenas por cometer um crime, mas também por estar “pecando”. Ainda que tomada de culpa, essa mulher colocava a sua própria vida em risco ao se submeter a um aborto clandestino:

Brutalmente executado e maltratado, o aborto, muitas vezes mais penoso do que um parto normal, é seguido de perturbações nervosas podendo ir até a beira do ataque epilético, provoca às vezes graves moléstias internas e pode desencadear uma hemorragia mortal (Beauvoir, 2016, p. 286).

Ao discorrer sobre o drama vivido por essas mulheres, a filósofa denunciava, também, a violência sofrida por elas pelos profissionais de saúde, que se negavam a aplicar-lhes anestesia: “[...] os hospitais são obrigados a receber a mulher cujo abortamento se acha iniciado; mas a castigam sadicamente recusando-lhe qualquer calmante durante a operação final da curetagem” (Beauvoir, 2016, p. 286). Décadas depois, no Brasil dos anos 1980, os grupos feministas denunciavam essa mesma situação, ao também destacar a dimensão de classe da criminalização do aborto:

Calcula-se que ocorra no Brasil cerca de 3 milhões de abortos, sendo que mais de 200 mil mulheres recorram à rede do INPS para tratar de hemorragias, perfurações de útero e outras graves infecções provocadas por abortos mal feitos. Isto prova o que todo mundo já sabe: *as sequelas do aborto só atingem as classes populares*, que não podem pagar clínicas clandestinas especializadas em sucção, cesariana ou dilatação e curetagem, os processos mais comuns. Atualmente, 2% das mulheres brasileiras correm risco de vida nas mãos dos aborteiros ou pelo auto-aborto, que resultam em mais um problema grave de saúde pública (Mulherio, julho de 1987, p. 5, grifo nosso).

Se Beauvoir (2016) nos chama a atenção para a dimensão de classe, Angela Davis (2016) traz contribuições ao também considerar a dimensão racial na análise da experiência do aborto pelas mulheres, particularmente pelas mulheres negras. Durante os séculos de escravização que marcam a história dos EUA, esta autora enfatiza que, para as mulheres negras, o aborto associava-se não à ideia de liberdade, como comumente surgia no imaginário das mulheres brancas, mas ao cotidiano de exploração e opressão a que eram submetidas:

Por que abortos autoinduzidos e os atos relutantes de infanticídio eram ocorrências tão comuns durante a escravidão? Não era porque as mulheres negras haviam descoberto soluções para suas agonias, e sim porque elas estavam desesperadas. Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados não pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão. A maioria dessas mulheres, sem dúvida, teria expressado seu ressentimento mais profundo caso alguém saudasse seus abortos como um passo rumo à liberdade (Davis, 2016, p. 208).

Após a abolição, o aborto continuou sendo praticado pelas mulheres afro-americanas. Elas recorriam ao procedimento não porque não queriam ser mães, mas porque viviam sob condições que lhe impediam de viver a maternidade (Davis, 2016). Nesse sentido, a autora comenta que, historicamente, as mulheres negras e imigrantes não se sentiam atraídas pelo movimento pela legalização do aborto, hegemonizado pelas mulheres brancas de classe média. Segundo Davis (2016, p. 207), a vivência das mulheres de minorias étnicas fazia com que elas fossem:

[...] a favor do direito ao aborto, o que não significava que fossem defensoras do aborto. Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo.

Hooks (2019) também resgata as violências sofridas pelas mulheres negras e, tal como Davis (2016), denuncia o privilegiamento da experiência das mulheres brancas na luta pela legalização do aborto. Porém, sem se afastar dessas críticas, ela considera que o movimento feminista deve ser essencialmente pró-escolha, visto que o acesso ao aborto é condição indispensável para a construção da autonomia das mulheres. Na concepção desta autora:

Perder terreno na questão do aborto legal, seguro e barato significa para as mulheres perder terreno em todas as questões reprodutivas. O movimento antiescolha é fundamentalmente antifeminista. Enquanto é possível que mulheres escolham individualmente jamais fazer um aborto, ser fiel às políticas feministas significa que ainda assim são pró-escolha, que apoiam o direito que as mulheres que precisam abortar tenham direito de escolher se vão ou não fazê-lo (hooks, 2019, p. 55).

No Brasil da década de 1980, vemos a luta pela legalização do aborto se expressar de diversas formas. Uma delas se deu na ocasião das “Diretas Já!”. Nessas manifestações, as fontes nos revelam que, ao protestarem nas ruas, além de exigirem o retorno das eleições diretas, as feministas também aproveitavam para, entre outras coisas, exigirem a legalização do aborto. De acordo com Ethel Leon, na matéria “Direitos, já. Com as diretas” (Figura 37), a luta protagonizada pelas mulheres não se limitava, apenas, à realização de eleições diretas, mas exigia direitos, como um todo: “25 de janeiro. Um quinze mulheres, amigas, feministas, se encontram no Largo de São Francisco carregando uma faixa ainda enrolada. Era feita de pano xadrezinho lilás e branco e dizia: ‘Diretas com direito ao aborto’” (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 4-5).

Figura 37: Trecho da matéria “Direitos, já. Com as diretas”, de Ethel Leon.

Direitos, já. C

25 de janeiro. Um grupo de quinze mulheres, amigas, feministas, se encontram no Largo de São Francisco carregando uma faixa ainda enrolada. Era feita de pano xadrezinho lilás e branco e dizia “Diretas com direito ao aborto”. Na hora de abrir a faixa e começar o trajeto até a Praça da Sé, um medão enorme — de vaias, repúdio. Eu fico vermelha, a Diva pisca os olhos, a Beth sorri: “Vam'bora”. Surpresa. Palmas para nós. Que alívio! Mas não foram só palmas. Houve um envaio de vaias e a adesão de mulheres sozinhas na multidão. Houve discussão. Já na praça, sambando perto da Banda do Pirandello, uma senhora bonita nos dizia: “Eu concordo com a legalização do aborto. Mas isso é pra depois. A luta agora é pelas diretas”. O rapaz do lado falou: “Não acho, acho que é hora de pedir tudo que temos direito”.

Enfim, a faixa valeu. Estragada pela chuva, outra foi feita para uma data muito especial: a passeata de 24 de fevereiro, em comemoração aos 52 anos de conquista do voto feminino no Brasil, organizada como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o 8 de março.

Foi linda, alegre e emocionante a passeata. Ouço dizer que a precariedade do som e a incapacidade que o comando teve de inscrever todas as oradoras potenciais muito contribuiu para o seu sucesso. As palavras de ordem, as faixas, falavam desde contra o programa nuclear à legalização do aborto. Conseguimos transar uma manifestação unitária sim, mas que deu conta das diferenças. Somar na diversidade, opor-se à monocor-

dia imposta, mantendo nos nossos gestos e bocas a grande palavra de ordem que concentra centenas de expectativas: “Diretas, já!”

Depois de tantos atos pró-diretas, contentes com o caráter florido, musical, cênico das manifestações, divertidas e emocionadas com a liberação da criatividade expressa nas roupas, murais, cartazes, palavras de ordem, bonecos, chegaríamos a comentar, como fez Fúlvia Rosenberg: “Pode parecer onipotência, mas acho que esse colorido todo foi uma contribuição nossa, das mulheres.”

No 17 de abril a ida a Brasília, a primeira manifestação massiva das mulheres a nível nacional desde 64. Nordestinas, cariocas, mineiras, gaúchas, paulistas, goianas marcaram pela sua presença no enfrentamento com os Hulk pedessistas uma novidade em termos de pressão: as visitas às casas dos parlamentares contrários à Dante de Oliveira e que tanta indignação causaram aos meios governamentais não foram uma forma de quebrar a rigidez da separação entre o público e o privado?

E logo em seguida o blecaute e a decretação das medidas de emergência, atribuídos à ousadia sem-vergonha das seis mil manifestantes. “Pobres de espírito aqueles que responsabilizaram as mulheres pelo estado de emergência”, diz Amelinha Telles, da União de Mulheres de São Paulo. “Na verdade já ensaiavam o estado de emergência, quando a polícia federal retinha nas barreiras os nossos ônibus com destino a Brasília.”

Mas a prova decisiva da adesão das mulheres à luta pelas diretas aconteceu na noite do barulho, o 24 de abril. Os

Nessas manifestações, ao exigirem a legalização do aborto, as feministas despertavam diferentes reações por parte da sociedade brasileira. Para uns, o momento era mais do que oportuno para que as mulheres exigissem os seus direitos. Outros, contudo, embora considerassem legítima a luta em prol da legalização do aborto, julgavam que as “Diretas Já” não deveriam ser usadas para tratar de “pautas específicas”. Ethel Leon, que participou e escreveu sobre esses atos, comentava sobre essas reações:

Na hora de abrir a faixa e começar o trajeto até a Praça da Sé, um medão enorme - de vaías, repúdio. Eu fico vermelha, a Dìva pisca os olhos, a Beth sorri: “Vam’bora”. Surpresa. Palmas para nós. Que alívio! Mas não foram só as palmas. Houve um ensaio de vaías e a adesão de mulheres sozinhas na multidão. Houve discussão. Já na praça [...] uma senhora bonita nos dizia: “eu concordo com a legalização do aborto. *Mas isso é para depois.* A luta agora é pelas diretas”. O rapaz do lado falou: “Não acho, acho que é hora de pedir tudo que temos direito” (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 4-5, grifo nosso).

Para além das ruas, a análise das matérias publicadas pelo *Mulherio* também nos revela mobilizações na esfera institucional. No início da década de 1980, podemos destacar, por exemplo, a atuação da deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), que, no Congresso Federal, buscava promover mudanças na legislação. Sem entrar em grandes detalhes, Rosemberg, em matéria já citada, destacava que a parlamentar havia apresentado um projeto de lei que não buscava, explicitamente, descriminalizar o aborto, mas que visava flexibilizar a legislação que vigorava naquele momento:

[...]

Outro é a tramitação na Câmara Federal do projeto da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que amplia as possibilidades de realização legal do aborto. Na verdade, o projeto, apresentado em abril do ano passado, não pretende descriminalizar o aborto mas atenuar o rigor da legislação atual, permitindo que ele seja praticado por médico especialmente autorizado em apenas quatro espécies de indicações: Indicação médica [...] Indicação ética [...] Indicação embriopática [...] Indicação social (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 7).

A matéria também destacava que o projeto proposto por Cristina contava com o apoio do deputado federal José Genoíno Neto (PT-SP). De acordo com o texto, por ser favorável à proposta, Genoíno alegava que, na época, estava sendo alvo de ameaças e ataques de grupos conservadores que condenavam qualquer tipo de mudança na legislação:

O deputado José Genoíno Neto, por exemplo, tem recebido grande número de cartas “ameaçadoras”, de pessoas “revoltadas” que consideram crime o aborto em qualquer circunstância e criminosas as pessoas que defendem a aprovação do projeto. Em declaração recente na Folha de S. Paulo [...] o deputado Genoíno afirmou: “Talvez não haja no momento outra questão em que o terrorismo moral e ideológico ande tão solto como no referente ao aborto” (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 7).

Esse “terrorismo” mencionado pelo deputado poderia ser observado em posições como a da Igreja, abertamente contra o abrandamento do tratamento dado ao aborto, e que se fundamentava no discurso do “direito à vida”. Sobre isso, na mesma matéria, Fúlvia Rosenberg informava:

Em meio aos frequentes debates públicos sobre o tema [...] a Igreja Católica se manifesta contra a legalização, no início subliminarmente através da campanha “direito à vida” da CNBB, e depois bombasticamente pelas declarações de dom José Gomes, bispo de Chapecó (SC), durante a 22.^a Assembleia Geral da CNBB em Itaiçi, em maio. “O país que permite o aborto não tem condições nem força moral para reprimir a criminalidade, pois quem assassina crianças antes de nascer não tem gabarito para impedir o crime contra os já nascidos” (Mulherio, maio-junho de 1984, p. 7).

Cristina Tavares e José Genoíno, parlamentares que, em meio a essas disputas, eram favoráveis à legalização do aborto, foram reeleitos em 1986, para compor a Assembleia Nacional Constituinte. O engajamento de José Genoíno, particularmente, mostra-nos que havia homens que se envolviam nessa luta. Em 1985, um ano após declarar apoio ao polêmico projeto proposto por Cristina, Genoíno também apresentava uma proposta de flexibilização da legislação, a partir do Projeto de Lei nº. 5456/1985. De acordo com a matéria “Aborto: alto risco na constituinte” (Figura 38), escrita por Ethel Leon, este projeto, anunciado pelo deputado, dispunha “[...] sobre a não punição de aborto praticado por médico com o consentimento da gestante” (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17).

Figura 38: Trecho da matéria “Aborto: alto risco na constituinte”, de Ethel Leon.

Ano 1986 | Edição 00024

Apesar das freqüentes queixas e críticas dirigidas aos partidos políticos em geral, impermeáveis às questões e candidaturas femininas, as mulheres vêm discutindo em todo o país os direitos a serem conquistados na próxima Constituição.

Mulherio vem recebendo inúmeras sugestões de temas a debater no próximo período: maternidade, trabalho doméstico, exercício da sexualidade, enfim, tudo que afete a vida das mulheres.

Neste número tratamos de três temas bastante intrincados entre si: a polêmica liberalização do aborto, uma visão de Emir Sader dos direitos do corpo e dos direitos à propriedade da terra e ainda uma contribuição de Florisa Verucci, que faz parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a respeito das mudanças a propor no texto constitucional sobre a família.

Esperamos que os textos publicados contribuam para o debate. E ainda, pedimos a nossas leitoras e leitores que escrevam, relatem suas discussões e suas sugestões.
Animo, moçada!

Fonte: Mulherio (1986).

Em fala concedida ao jornal, o deputado comentou sobre o risco de ser perseguido pela Igreja, mas também sobre a necessidade de não fugir do debate desse tema na Constituinte:

“Sabe-se que a Igreja vai cobrar posicionamentos dos constituintes sobre o aborto e, quem for favorável à sua legalização, será incluído num index eleitoral da Igreja. Hoje, depois de tanta discussão sobre o assunto eu sinto que o tabu já não é tão forte. *O aborto é um direito democrático*, que diz respeito à consciência das pessoas, elas é que têm que decidir. Se ainda não for possível quebrar o tabu, ao menos conseguiremos ampliar o debate” (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17, grifo nosso).

Se no âmbito legislativo federal havia a atuação de parlamentares como Cristina e Genoíno, no âmbito estadual podemos falar da presença de figuras como a deputada estadual Lúcia Arruda (PT-RJ). Em 1986, a deputada, que era assumidamente feminista, havia sido reeleita para exercer um segundo mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. De acordo com o *Mulherio*, em seu primeiro mandato, a parlamentar havia proposto um projeto de lei que versava sobre o aborto. Segundo o jornal, o projeto chegou até mesmo a ser sancionado pelo governador da época, Leonel Brizola, contudo, acabou sendo revogado por pressão da Igreja Católica. Leiamos:

Lucia Arruda, por sua vez, cumpre seu segundo mandato. Durante o primeiro, apresentou o polêmico projeto que obrigava a rede pública do Estado do Rio a prestar atendimento médico à mulher nos casos de aborto permitidos por lei - projeto sancionado pelo governador Leonel Brizola, mas revogado por pressão direta do cardeal D. Eugênio Salles (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17).

No contexto da Constituinte, o tema do aborto era um dos mais polêmicos, e, por isso, dividia as deputadas constituintes. Algumas eram a favor da legalização do procedimento, outras, contra. Em publicação feita pelo *Mulherio* no início de 1986, lemos: “De todos os debates relacionados com a questão feminina na futura Constituinte, o mais polêmico, seguramente, é o aborto” (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 16). E assim o era uma vez que o aborto suscitava acirradas disputas entre as mulheres, em sua maioria, feministas, e os setores conservadores, sobretudo os grupos religiosos. Sobre a posição dos grupos feministas, a edição informava:

Para o movimento de mulheres no Brasil, o aborto tem sido preferencialmente tratado como uma questão de saúde da mulher. Reconhecidas as dificuldades de acesso à contracepção e sua falibilidade, considera-se o aborto um mal necessário para interromper gravidez não desejada. Uma questão de saúde, uma vez que o objetivo de legalizar a prática do aborto não se desvincula de uma política global de direitos reprodutivos, onde o que se quer é exatamente reduzir o número de abortos (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 16-17).

Ao falar sobre os grupos contrários à flexibilização do aborto, Ethel Leon comentava que eles ignoravam a realidade na qual o aborto era feito no Brasil, escondida nas sombras da clandestinidade:

Fechando os olhos ao número escandaloso de sequelas e mesmo morte por abortos praticados na ilegalidade, forças de direita em geral (mas também de esquerda) e sobretudo a Igreja Católica vêm promovendo uma campanha contrária à legalização do aborto ou mesmo à regulamentação dos casos permitidos por lei (estupro e perigo de vida para a mãe) (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17).

A Constituição de 1988 não apresentou avanços no que tange ao aborto. Em julho de 1987, antes mesmo de a nova Carta Magna ser promulgada, Santamaria Silveira, que escrevia no *Mulherio*, comentava: “A legalização do aborto chegou a ser cogitada como uma possível conquista das mulheres na nova Constituição, mas, diante da predisposição de 60% dos parlamentares se posicionarem contrários à ideia, o entusiasmo arrefeceu” (Mulherio, julho de 1987, p. 5). Porém, ainda que não tenhamos conquistado mudanças legais, as mobilizações das brasileiras, naquele momento, para que o procedimento fosse legalizado, não podem ser apagadas da história.

A matéria “Aborto: alto risco na constituinte”, escrita por Ethel Leon, cujos trechos foram citados acima, era a primeira de uma série de matérias em que o jornal se lançava a tratar da forma com que as pautas feministas estavam sendo abordadas na Constituinte. Nesse sentido, é bastante significativo o fato de o primeiro artigo da série tratar sobre o aborto. De um lado, isso nos revela a centralidade que a pauta possuía na visão das feministas acadêmicas, brancas, pertencentes às camadas médias e que escreviam no *Mulherio*. De outro, o fato também nos aponta para os impactos dos movimentos de mulheres no momento de redação da nova Constituição, os quais exigiam, com urgência, o debate do tema.

Além de mencionar a articulação dos grupos conservadores, a matéria também é interessante, pois tratava das diferentes posições defendidas pelos grupos feministas da época. Em outras palavras, a autora comentava que, muito embora as feministas fossem, de modo geral, favoráveis à flexibilização da prática do aborto, elas defendiam diferentes estratégias para que tal feito fosse alcançado. Ou seja, a matéria mostra-nos que não havia um consenso entre aqueles que lutavam pelos direitos das mulheres.

Em meio aos diferentes posicionamentos, o jornal citava, por exemplo, o defendido por Florisa Verucci, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Verucci era de opinião que o aborto não deveria ser discutido na Constituinte. Para ela, isso iria fortalecer a mobilização dos setores conservadores e arriscar, assim, um retrocesso ainda maior para as mulheres. De acordo com o *Mulherio*:

Florisa acredita que se houver alguma tentativa de colocar qualquer medida liberalizante no texto constitucional, seremos brindadas com um inciso que proíba de vez a prática do aborto. Sabemos que há interesse da Igreja em colocar essa proibição na Constituição. Não seremos nós a dar o motivo (*Mulherio*, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17).

A posição defendida por Verucci não era infundada. Como temos mostrado, através de trechos do jornal, diversos grupos conservadores atuavam para endurecer ainda mais a legislação brasileira. Em matéria já citada, Santamaria Silveira destacava a mobilização desses grupos. Baseados no argumento de que o direito à vida deveria ser garantido desde a concepção, eles se empenhavam para impedir que o aborto fosse feito em qualquer tipo de situação, pretendendo retirar, portanto, até mesmo a legalidade dos casos que eram permitidos por lei. Vejamos:

A reação das mulheres só veio quando os anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso transformaram o aborto em crime, independente da circunstância em que for realizado. Até mesmo nos casos previstos pelo atual Código Penal: gravidez resultando de estupro ou quando a gestante corre risco de vida. Estabelecendo ainda as subcomissões que a vida deve ser protegida desde a concepção (*Mulherio*, julho de 1987, p. 5).

Porém, para outros setores da sociedade, essa mobilização empreendida pelos grupos conservadores não era motivo para que o silêncio em torno do procedimento fosse mantido.

Para os setores progressistas que defendiam avanços na legislação, a ocasião era mais do que oportuna para que a pauta fosse debatida. Essa era a posição assumida, por exemplo, pelo deputado constituinte José Genoíno Neto (PT-SP). O parlamentar, que era apoiador dos movimentos feministas, defendia que a legalização do aborto deveria, sim, ser discutida na Constituinte. Ele julgava que, caso isso não ocorresse, os defensores da pauta não poderiam esperar por mudanças a médio e longo prazo:

“[...] se não for enfrentado o debate político sobre o aborto no momento da Constituinte, ou seja, um momento de ampla discussão nacional de todos os temas, não se abrirá, sequer, a possibilidade de alterar o Código Penal [...] e também devemos nos preocupar em que os trabalhos constitucionais deverão ter a preocupação de traduzir a vida concreta das pessoas. O direito ao aborto, portanto, deve constar de um capítulo como, por exemplo, de direitos humanos ou mesmo de Direitos da Reprodução, como sugerem algumas feministas” (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17).

Dentre os setores progressistas, também havia posições como a de Rachel Gutiérrez, pesquisadora do tema. Na época, ela se alinhava aos que defendiam que o aborto deveria, sim, ser discutido pelos constituintes, porém, consideravam que seria mais produtivo que a pauta girasse em torno da descriminalização, esta que, na sua concepção, era mais provável do que uma legalização⁵⁸: “[...] se não tratarmos da questão do aborto nesse período, quando vamos tratar? Nunca? *De todo jeito, acho que é precipitado falar em legalização do aborto. Devemos garantir na Constituição que ele seja despenalizado*” (Mulherio, janeiro-fevereiro de 1986, p. 17, grifo nosso).

Vemos, portanto, que a pauta do aborto suscitou disputas acirradas entre os grupos feministas no contexto da Constituinte, uma vez que eles divergiam acerca da estratégia a ser tomada. Uma posição polêmica, porém, foi a assumida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que alegava que a legalização do aborto era inconstitucional, pois era um assunto que não dizia respeito à Constituição, mas sim ao Código Penal. Em trecho de matéria

⁵⁸ Sobre a diferença entre descriminalização e legalização, o *site* jus.com informa: “A palavra descriminalização significa que o ato ou conduta do agente, deixou de ser crime, ou seja, não há mais punição no âmbito penal, mas isso não significa que a aquela determinada conduta passa ser considerada banal, ou livre de ser praticada. A descriminalização tem apenas um efeito, a retirada da legislação penal, no qual o Estado não pode sobrevir em determinada situação. Já a legalização é uma expressão técnica, utilizada quando algum ato ou conduta, deixa de ser proibido e passa a ser permitido por meio de uma lei. A lei regulamenta a prática e determina suas restrições, como também prever punições para quem descumpri-la.” Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/90392/descriminalizacao-e-legalizacao-da-interrupcao-voluntaria-da-gravidez/3> >. Acesso: 07 set 2022.

assinada por Santamaria Silveira, “Aborto: momento de decisão” (Figura 39), publicada na edição de julho de 1987:

Por pouco as mulheres não perderam o trem da história. Na Carta das Mulheres, o item sobre o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher, acabou sendo substituído por uma segunda versão, na forma de dispositivo, que não incluiu a questão do aborto por ser matéria pertinente às leis ordinárias (Mulherio, julho de 1987, p. 5).

Figura 39: Trecho da matéria “Aborto: momento de decisão”, de Santamaria Silveira.



Fonte: *Mulherio* (1987).

O CNDM, relembramos, foi o órgão que coordenou a redação da “Carta das Mulheres aos Constituintes”, de que falamos no tópico anterior. Ele abrigou, na verdade, os setores dos movimentos feministas brasileiros que, na época, submeteram-se à institucionalização. Ao longo desse processo, amplos setores dos movimentos feministas abandonaram o trabalho de militância nas ruas e passaram a trabalhar na gestão pública, em instâncias do Estado e/ou órgãos de governo. Na esfera institucional, tais feministas se engajaram para obter ganhos

importantes para as mulheres. Contudo, evitaram levantar pautas mais polêmicas e entrar, assim, em conflito com outros atores sociais.

Em oposição às feministas institucionalizadas, as militantes vinculadas aos movimentos autônomos e populares eram mais combativas. No contexto da Constituinte, essas feministas não hesitavam em exigir abertamente a legalização do aborto. Raquel Moreno, defensora dessa proposta, alegava:

De um lado, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher defende que a matéria não é Constitucional; de outro, o movimento autônomo de mulheres pretende manter a luta da conscientização, mesmo que os resultados venham a ser obtidos só numa fase pós-constituente (*Mulherio*, julho de 1987, p. 6).

Na mesma matéria, o *Mulherio* informava sobre um abaixo-assinado que estava sendo organizado por esses grupos. Por meio da iniciativa, tais grupos⁵⁹ objetivavam produzir um documento em favor da legalização do procedimento e, em seguida, enviá-lo ao Congresso: “[...] movimentos feministas independentes de mulheres de cinco estados resolveram articular uma proposta de iniciativa popular que pode ser encaminhada à Constituinte, desde que subscritas 30 mil assinaturas e endossado por três entidades” (*Mulherio*, julho de 1987, p. 6).

Amelinha Teles, em documento apresentado em 26 de agosto de 1987 ao Congresso Constituinte, defendia, “Em nome do Movimento de Mulheres, conscientes de seus direitos, representando mais de 30 mil signatários da proposta popular de nº 65 perante essa Assembleia”, que “A mulher tem o direito de [...] interromper a gravidez indesejada até 90 dias de seu início”. De acordo com o documento, essa defesa representava os interesses de mulheres “de norte a sul do país” (Teles, 2017, p. 173).

Ao criticar a criminalização do aborto no Brasil, Amelinha expunha as diferenças de classe que dividia as mulheres:

Qualquer mulher, independente da classe social a que pertença, pode ser surpreendida por uma gravidez indesejada. [...] Entretanto, as mulheres com alto poder aquisitivo fazem o aborto, sem riscos de vida porque dispõem de dinheiro

⁵⁹ A análise das fontes nos revela que os grupos que estavam promovendo a campanha pertenciam a vários estados do Brasil: São Paulo (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e União das Mulheres de São Paulo); Rio de Janeiro (Centro da Mulher Brasileira e Nós Mulheres); Pernambuco (SOS Corpo); Minas Gerais (Centro de Defesa dos Direitos da Mulher) e Rio Grande do Sul (Grupo Mulher, Sexualidade e Saúde).

suficiente quando pagam de 15 a 35 mil cruzados para clínicas particulares, que existem em abundância com a conivência das autoridades subordinadas. Essas clínicas são sobejamente conhecidas, o que faz com que a prática do aborto seja ilegal, mas não tão clandestina. Mantém uma clientela definida economicamente e sem dúvida formam a rede paralegal do aborto (Teles, 2017, p. 174-175).

Ela defendia que a criminalização contribuiria para a manutenção da desigualdade entre as mulheres: “Se essa prática paralegal ou clandestina não legaliza, entretanto, garante para algumas poucas mulheres o direito democrático à sua opção individual de não ter filhos indesejados, subordinando, assim, mais um direito democrático ao poder econômico” (Teles, 2017, p. 174-175).

Para ela, insistir na criminalização só beneficiaria a atuação de clínicas clandestinas, as quais só eram acessadas por uma pequena parcela de mulheres que poderiam pagar por seus serviços. Da mesma forma, Amelinha declarava que “As repressões policiais não estão vinculadas ao cumprimento da legislação, mas sim ao valor do suborno” (Teles, 2017, p. 179). Nesse sentido, Amelinha considerava que “Nenhuma lei acaba com o abortamento. A criminalização do aborto não o coíbe, apenas o coloca na clandestinidade” (Teles, 2017, p. 180).

Na ocasião, a feminista criticava, também, a inoperância do PAISM, que, naquele momento, encontrava-se, somente, no papel:

O PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), que é uma conquista a nível de princípios, na prática esbarra com entraves políticos que impedem sua aplicação. A mulher, hoje, tanto pelo trabalho dos grupos organizados de saúde, como através dos meios de comunicação de massa, conquistou direito à informação sobre métodos contraceptivos, sua eficácia, vantagens e desvantagens. Mas o que vale tudo isso, se no Posto de Saúde ela não dispõe desses recursos. Onde existe diafragma, só se encontra o de nº 70, e as geleias estão vencidas. Receita-se a pílula, mas não se faz o acompanhamento médico. Os DIUs aprovados pela Dimed não existem à disposição. Sequer o Papanicolau (teste para avaliar se há câncer de colo de útero) é feito na maioria dos Postos de Saúde, como exame de rotina, que deveria ser (Teles, 2017, p. 174).

Segundo Amelinha Teles, a falta de acesso a informações e recursos para lidar com a sua vida sexual e reprodutiva fazia com que muitas mulheres engravidassem de forma indesejada e recorressem ao aborto clandestino, colocando a sua própria vida em risco:

Podemos afirmar, com toda certeza, que a grande maioria das mulheres que querem evitar filhos, não recebe nenhum atendimento, orientação ou informação a esse respeito. Ficam à mercê da própria sorte, sozinhas e desesperadas, são obrigadas a recorrer a meios abortivos, que as violentam e colocam sua própria vida em risco. São diversos os métodos usados pelas mulheres para fazer o aborto: agulha de tricô, talo de mamona, gargalo de garrafa e ervas e medicamentos tóxicos (Teles, 2017, p. 174).

A militante, em nome do Movimento, condenava as empresas e os patrões que discriminavam as mulheres que tinham filhos, e a sociedade, como um todo, por responsabilizar, individualmente, apenas a mãe, em vez de tratar o cuidado das crianças como uma questão social. Amelinha Teles defendia que a legalização do aborto era pré-requisito para transformar a relação das mulheres com a maternidade, possibilitando-as viverem-na de forma mais livre. A partir dessa defesa, a feminista definia qual deveria ser o papel do poder público:

É necessário que o Estado, através dos seus serviços de saúde devidamente equipados para atender adequadamente à população, coloque à disposição das mulheres informações e os meios anticoncepcionais necessários para evitar a gravidez indesejada (Teles, 2017, p. 177).

De um lado, a análise da forma com que o aborto foi pautado na Constituinte nos revela aquilo que chamamos de agência (Thompson, 1981), ou seja, o protagonismo das mulheres no contexto da transição democrática. Mostra-nos, portanto, a mobilização dos grupos feministas: o que os unia, o que os dividia; seus pontos de acordo, mas também os de desacordo. Em suma, mostra-nos que não havia um consenso entre as feministas brasileiras sobre a melhor estratégia a ser tomada para avançar na melhoria da condição social feminina.

De outro lado, porém, essa análise também nos permite visualizar a face conservadora e reacionária do Congresso Federal que elaborou a nova Constituição, que se expressava em falas misóginas como esta, proferida pelo deputado constituinte Sotero Cunha (PDC-RJ): “Se a mulher não quiser, o homem não conseguirá estuprá-la” (Mulherio, julho de 1987, p. 6). Além disso, nós mostramos, no tópico anterior, que nem todas as congressistas eram favoráveis às pautas feministas, ou até mesmo sensíveis à situação social diferenciada das mulheres. De certa forma, reconhecer isso é importante, pois nos revela que, para lutar em prol das mulheres, não basta, apenas, ser mulher.

É exemplo disso a atuação da deputada conservadora Rita Camata (PMDB-ES), que propôs uma emenda para proteger a vida desde a concepção. Com esse projeto, a deputada buscava atender à pressão dos grupos fundamentalistas cristãos, que atuavam para endurecer ainda mais a legislação sobre o aborto: “Para ajudar os evangélicos, a deputada Rita Camata (PMDB-ES) propôs a emenda de que ‘a vida será protegida desde a concepção’ que, se aprovada em Plenário, veta qualquer endosso ao aborto nas leis ordinárias” (Mulherio, julho de 1987, p. 6).

Naquele momento, se os setores progressistas estavam engajados, os setores reacionários também estavam. Se de um lado as feministas autônomas e populares realizavam abaixo-assinados, exigindo a legalização do aborto, como vimos anteriormente, de outro os fundamentalistas cristãos também procuravam mobilizar a população na luta contra flexibilizações na legislação. Conforme pode ser lido no *Mulherio*: “[...] a Igreja, além de contar com sua bancada de simpatizantes, está articulando também *uma proposta de iniciativa popular* contra o aborto” (julho de 1987, p. 6, grifo nosso).

A análise desses embates revelados pelas fontes é importante, pois nos permite visualizar o campo minado em que se encontrava o tema do aborto, pauta que dividia até mesmo os grupos feministas. Além disso, se por um lado não houve avanços em função da resistência imposta pelos grupos conservadores, por outro, porém, não houve retrocessos em virtude do engajamento de setores progressistas, sobretudo da mobilização dos grupos feministas, que, apesar das divergências, atuavam em defesa dos interesses das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa de mestrado estudamos a luta das mulheres por direitos reprodutivos no Brasil ao longo da década de 1980. Discutimos a contribuição das feministas do jornal *Mulherio* (1981-1988) para o debate de pautas ligadas à luta das mulheres por direitos reprodutivos. A partir de autoras como Davis (2016) e hooks (2019), partimos do pressuposto de que esse conceito abrange as diferentes lutas das mulheres por acesso a métodos contraceptivos gratuitos e seguros, aborto legal, educação sexual nas escolas, serviços de atendimento pré-natal etc., bem como as lutas que combatem práticas abusivas de cesarianas, esterilizações e demais procedimentos feitos sem o consentimento ou conscientização das mulheres.

Produzido na década de 1980, o *Mulherio* se distinguia dos primeiros periódicos feministas, produzidos na década de 1970, no que diz respeito à proposta feminista defendida. Ao contrário de produções como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, cujas produtoras eram marcadamente influenciadas pelo marxismo, e que faziam a defesa explícita de um feminismo de viés anticapitalista, o *Mulherio* defendia a convivência harmônica entre diversas perspectivas feministas - abordagem esta que acaba se refletindo, claro, no tratamento dado às pautas reprodutivas.

Nossa pesquisa também trouxe contribuições no sentido de provocar reflexões sobre a relação entre grandes corporações capitalistas e movimentos políticos e sociais, quando decidimos tratar do financiamento do *Mulherio* pela Fundação Ford. Conforme dito, esta instituição, de origem estadunidense, foi a principal fonte de recursos da publicação, desempenhando, portanto, papel determinante em sua trajetória. No final da década de 1970, a concessão de recursos para o jornal fazia parte de uma nova estratégia adotada pela instituição, que visava estimular o debate e financiar produções de viés feminista. Naquele momento, essa estratégia objetivava diminuir as taxas de natalidade do país, através do estímulo para que as mulheres adotassem carreiras acadêmicas e profissionais, ao invés da maternidade. Essa linha de ação estava articulada à política externa estadunidense, que temia o crescimento populacional dos chamados “países em desenvolvimento”.

Ao longo de suas três fases, as quais correspondem aos diferentes ciclos de financiamento do *Mulherio*, que, para além da já citada Fundação Ford, também recebeu

apoio da Fundação Carlos Chagas, o jornal tratou de diferentes temáticas ligadas aos direitos reprodutivos. São exemplos dessas temáticas: a crítica às ações e às políticas de controle de natalidade, a demanda por educação sexual, políticas de planejamento familiar, creche e mudanças no tratamento jurídico dado ao aborto, e problemáticas ligadas a paternidade, amamentação e demais dilemas enfrentados pelas mulheres-mães na sociedade brasileira daquela época. A partir de levantamento feito por nós, vimos que, dentre esses temas, os mais discutidos pelo *Mulherio* foram: creche, aborto e planejamento familiar. O tratamento dado a estes dois últimos, por sua vez, foram focalizados pela nossa pesquisa.

Ao demarcar o lugar socioeconômico daquelas que escreviam no *Mulherio* sobre essas várias temáticas, este trabalho se contrapôs a uma abordagem genérica e homogênea acerca das mulheres e do movimento feminista. Destacamos que as matérias analisadas por nós foram produzidas por sujeitas que ocupavam uma posição social bastante particular, que dialogava diretamente com os textos escritos por elas. Num contexto marcado pela ascensão dos movimentos políticos e sociais, essas mulheres se assumiam como feministas e desenvolviam pesquisas sobre o que elas chamavam de condição social feminina. Na década de 1980, parte considerável delas possuía vínculo com a FCC, que, na época, era o maior centro de pesquisas sobre a mulher existente no Brasil. O discurso que vemos nas páginas do *Mulherio*, portanto, é marcado por uma perspectiva institucionalizada. Além disso, essas mulheres, feministas e pesquisadoras, eram brancas e pertencentes à classe média do sudeste brasileiro.

Criticamos que os textos produzidos por essas sujeitas não focalizavam as desigualdades raciais existentes no Brasil e não assumiam uma postura combativa diante da sociedade capitalista, mas limitavam-se, apenas, a denunciar as desigualdades de renda. Tentamos compreender essas posturas ao contextualizar os debates sobre raça e luta de classes no Brasil dos anos 1980. Além disso, a partir de autoras do chamado feminismo negro, procuramos preencher essas brechas resgatando as experiências das mulheres negras, cujas vivências no campo reprodutivo são marcadas por violências e injustiças potencializadas pela discriminação racial.

A pesquisa também trouxe contribuições no sentido de discutir os conflitos no interior do movimento feminista brasileiro. No que se refere às pautas reprodutivas, vimos que as feministas apresentavam diferentes posições. Essas disputas puderam ser visualizadas através da análise da recepção do PAISM e das mobilizações em torno da polêmica questão do aborto.

O PAISM, aguardado por muitas feministas e profissionais da saúde, como era o caso das que escreviam no *Mulherio*, que se empenhavam na defesa do Programa, era, contudo, criticado e até mesmo reprovado por outros grupos feministas. No caso do aborto, havia disputas sobre a abordagem mais adequada para a pauta: legalização ou descriminalização, e sobre qual o melhor momento para que ela fosse levantada. A análise dessas tensões é importante, pois nos permite constatar a heterogeneidade e a complexidade das lutas feministas.

Através da atuação feminina no contexto da Constituinte, discutimos a luta das mulheres para que os direitos reprodutivos fossem reconhecidos nos espaços parlamentares. Mostramos, a partir da cobertura feita pelo *Mulherio* acerca daquele evento, que as mulheres, e, em particular, os grupos feministas, foram atuantes naquele processo, desempenhando, portanto, protagonismo no contexto da transição democrática. É verdade que esta acabou sendo conduzida por setores da burguesia nacional e que o projeto político conservador das elites acabou sendo hegemônico, porém, os diferentes sujeitos e grupos sociais não testemunharam esse processo de forma passiva. A luta das mulheres por direitos reprodutivos na década de 1980 é a prova de que elas e as suas pautas estiveram presentes durante a redemocratização e que a população não ansiava, tão somente, pelo restabelecimento das instituições democráticas, mas por melhorias sociais.

Democracia, em seu sentido amplo, para além da miopia liberal, não se restringe ao funcionamento de instituições, mas é, ela própria, o protagonismo dos diferentes sujeitos e grupos sociais. Nesse sentido, as lutas feministas não são, tão somente, a luta das mulheres, mas a luta de toda uma sociedade que se queira efetivamente democrática. Como foi registrado no relatório final da CPMI da esterilização, documento consultado para a produção deste trabalho: “Os direitos reprodutivos defendidos pelo movimento feminista em todo o mundo, representam uma contribuição fundamental para a ampliação do próprio conceito de democracia” (Congresso Nacional, 1993, p. 48).

Nessa linha, a pesquisa por hora concluída, mas não de forma acabada e encerrada, é fruto e também instrumento das lutas feministas da atualidade. É, portanto, instrumento nas lutas em defesa da democracia ampla e real. Lutas que não apenas exigem a materialização dos direitos das mulheres e demais minorias sociais, mas também se opõem aos grupos conservadores, muitos deles de viés ideológico de direita e extrema-direita, que não medem esforços para reatualizar as mais diversas formas de opressão e desigualdade social. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa alimenta pretensões de melhoramentos em um possível

doutorado, e, do ponto de vista político e social, ela ambiciona ter contribuído, ainda que singelamente, para a defesa da justiça social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, Nigel e WITOSHYNSKY, Mary (Org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**. Uma parceria para a mudança social. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Ford, 2002. p. 201-240.
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARRUZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.
- AZEVEDO, C. B. A imprensa como fonte na pesquisa sobre história das mulheres. **CAMINHOS DA EDUCAÇÃO** diálogos culturas e diversidades, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 01-15, 2022.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BERQUÓ, Elza. Ainda a Questão da Esterilização Feminina no Brasil. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 113-126.
- BHERING, Marcos Jugmann. Planejamento Familiar e Controle da Natalidade: agências internacionais e atores locais (1960-1980). In: **XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276861541_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-RJ2010-MarcosJugmannBhering_2_.pdf>. Acesso em 16 março de 2022.
- BHERING, Marcos Jugmann. **Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975-1994)**. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Oswaldo Cruz – Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida** (Livro digital). Editora Jandaíra, 2019.
- CAMARANO, Ana Amélia; ARAÚJO, Herton Ellery; CARNEIRO, Isabella Gomes. Tendências da Fecundidade Brasileira no Século XX: uma visão regional. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 95-111.
- CARDOSO, Elizabeth da P. **A imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.
- CHAVES, Wanderson da Silva. **O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford**. 2011. 165 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONGRESSO NACIONAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - criada através do requerimento n. 796/91-CN**. Relatório n.2, Brasília, 1993.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Carta aos constituintes**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986.
- COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implantação do PAISM no Brasil. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 319-335.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.
- CORRÊA, Sonia; Rosalind, PETCHESKY. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 6 (1/2), p. 147-177, 1996.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-71.
- FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- HENTZ, Isabel Cristina. **A honra e a vida: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil republicano**. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- LEITE, C. H. F. (2015). Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, 7(1), 03-17.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867-1917)**, 2017, Niterói, Anais... Niterói: Niep-Marx, 2017. Disponível em: <

<https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf> >. Acesso 1 mar 2022.

MACHADO, Bárbara Araújo. **A Formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (1978-2000):** uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. 2020. 360f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MACIEL, David. O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985-1990). **Projeto História**, São Paulo, n. 38, p. 79-95, jun. 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Assistência Integral à Saúde da Mulher:** bases de ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte Anos de Feminismo**. 1996. 103 f. Tese (Livre-docência) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1996.

MOLINA, Aurelio. Laqueadura Tubária: situação nacional, internacional e efeitos colaterais. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 127-145.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa. In: PINHEIRO, Milton. **Ditadura:** o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 247-268.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 25-32, 1998.

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 157-176.

RIDENTI, M. S. (1990). As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, 2(2), 113-128.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. **A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil:** análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências – Unicamp, Campinas, 2015.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **A historiografia no século XX:** história e historiadores entre 1848 e... 2025? São Paulo: Edusp, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero. In: MICELI, Sérgio (Org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo, Sumaré/Fapesp, 1993. p. 205-236.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v.12, n.2: 264, p. 35-50, mai./ago. 2004.

SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo. Em busca do poder: a evolução da participação política da mulher na Câmara dos Deputados brasileira. **E-legis**, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016.

SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe. Opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 191- 212.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, v.9, n.14, 2007.

SOUZA, Cecilia de Mello e. Dos estudos populacionais a saúde reprodutiva. In: WITOSHYNKY, Mary ; BROOKE, Nigel (Orgs.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**. Uma parceria para a mudança social. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Ford, 2002. p. 131-166.

SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. **E-legis**, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalinda Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 138-155.

ZANGHELINI, Débora. **Direito ao aborto no Brasil e (in)justiça reprodutiva: apontamentos para o Serviço Social**. 2020. 83 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio Econômico, Florianópolis, 2020.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, 1985, p. 89-102.